



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FLÁVIA PEREIRA SERRA

SUBFALAR NORDESTINO EM FOCO:

PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DA DEMARCAÇÃO DE
NASCENTES (1953) A PARTIR DE DADOS LEXICAIS DO
PROJETO ALiB

FLÁVIA PEREIRA SERRA

SUBFALAR NORDESTINO EM FOCO:

**PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DA DEMARCAÇÃO DE
NASCENTES (1953) A PARTIR DE DADOS LEXICAIS DO
PROJETO ALiB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito para a obtenção do título de Doutora
em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanderci de Andrade
Aguilera

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F589s Serra, Flávia Pereira.

Subfalar Nordeste em foco : proposta de subdivisão da demarcação de Nascentes (1953) a partir de dados lexicais do Projeto ALiB / Flávia Pereira Serra. - Londrina, 2024.
273 f. : il.

Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Dialetoлогия - Tese. 2. Português Brasileiro - Tese. 3. Subfalar Nordeste - Tese. 4. Projeto ALiB - Tese. I. Aguilera, Vanderci de Andrade. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

FLÁVIA PEREIRA SERRA

SUBFALAR NORDESTINO EM FOCO:

PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DA DEMARCAÇÃO DE NASCENTES
(1953) A PARTIR DE DADOS LEXICAIS DO PROJETO ALiB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual de
Londrina - UEL, como requisito para a
obtenção do título de Doutora em Estudos da
Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Vanderci de Andrade Aguilera
Prof^ª. Orientadora
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª Silvana Costa Ribeiro
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Valter Pereira Romano
Universidade Federal de Santa Catarina -
UFSC

Prof. Dra. Georgiana Márcia Oliveira Santos
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dra. Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 25 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me acompanha e me capacita todos os dias. Sem Ele, nada disso seria possível e, com certeza não concluiria essa árdua fase de minha vida. A Ele toda honra e glória!

Ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), por ter me forjado em uma pesquisadora da Linguagem em constante desenvolvimento, e por ter me cedido os dados que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha querida e amada orientadora, Vanderci Aguilera, por ter sido a melhor que eu poderia ter. Obrigada por me acolher, muitas vezes, como filha e por puxar minha orelha sempre que necessário. Você, com certeza, tornou essa jornada mais leve e prazerosa.

À banca de qualificação e defesa, professores Georgiana Santos, Silvana Ribeiro, Fabiane Altino e Valter Romano. Obrigada pela dedicação demonstrada em suas observações e comentários, que enriqueceram e deram maior direcionamento a esta tese.

Aos meus colegas do PPGEL, em especial, Mariana, Kauana, Alana e Juliana, obrigada pelo companheirismo e amizade durante esse período. Aos professores do Programa, por contribuírem de forma significativa para minha formação como profissional e como pessoa. Lembrarei de cada um com carinho.

À equipe ALiB e ALiMA, que transformou uma estudante sem experiência em uma pesquisadora. Os seus ensinamentos estão refletidos na profissional que tenho me tornado. Obrigada!

Agradeço aos meus pais, por todo suporte, carinho, palavras de encorajamento e esforço para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Essa conquista é tanto de vocês quanto minha.

Ao meu noivo, Gabriel Filipe, por estar comigo durante todos os momentos e por me passar a segurança necessária para buscar meus sonhos. Amo muito você!

A toda a minha família, em especial, à minha irmã Tatá, por ter sido meu ombro amigo nos momentos de desespero e por sempre se prontificar a me ajudar, mesmo que isso nos custe algumas noites mal dormidas.

À minha família da IBCatuaí, em especial, Rebeca, Lígia, Bruna, Anita e Niège, que foram mais do que irmãs durante minha temporada em Londrina. Deus

foi bondoso comigo ao me permitir conhecê-las e fazer parte de suas vidas.

A todos que contribuíram, mesmo que indiretamente, para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

SERRA, Flávia Pereira. **Subfalar Nordestino em foco**: proposta de subdivisão da demarcação de Nascentes (1953) a partir de dados lexicais do Projeto ALiB. 2024. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

A divisão dialetal elaborada por Nascentes (1953) destaca-se por ser um dos grandes marcos da Dialectologia no Brasil, na qual o pesquisador, por meio da observação de um fenômeno fonético-fonológico e aspectos prosódicos, dividiu o Brasil em falar do Norte, que se subdivide nos falares amazônico e nordestino, e do Sul, subdividido em falares baiano, fluminense, mineiro, sulista, além do *território incaracterístico*. Essa divisão tem sido referência de estudo para vários pesquisadores que buscam verificar a pertinência dessa proposta, principalmente por meio da distribuição diatópica de itens lexicais. Dentre esses trabalhos, destacamos Ribeiro (2012), que investigou a área do Subfalar Baiano; Portilho (2013) e Souza (2021), cujo foco foi o Subfalar Amazônico; Romano (2015), Subfalar Sulista; Cuba (2015), Território incaracterístico; D'Anunciação (2016), Subfalar Mineiro, Santos (2016), Subfalar Fluminense; e Santos (2018), o Subfalar Nordestino. Apesar de este último – Subfalar Nordestino – ter sido estudado por Santos (2018), por meio da análise de itens lexicais do campo semântico *Jogos e Diversões Infantis* (Questionário Semântico-lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)) (Comitê..., 2001, p. 34), a autora destacou a necessidade de fazer um estudo mais aprofundado do falar da região, abrindo margem para este trabalho, que propõe demonstrar a heterogeneidade dialetal do Subfalar Nordestino e uma possível subdivisão da área, com base em um conjunto de dados lexicais do mesmo Projeto. A pesquisa fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos da Dialectologia e Geolinguística (Nascentes, 1958; Ferreira, Cardoso, 1994; Cardoso, 2010). Metodologicamente, foram tratados os registros contantes do acervo do Projeto ALiB, dados referentes a quatro questões do QSL, que investigam as variantes dos itens *tangerina* (QSL 039), *bananas gêmeas* (QSL 043), *galinha d'angola* (QSL 067) e *libélula* (QSL 085). A fim de tornar possível a análise de toda área do Subfalar Nordestino, juntamente com sua área de entorno, foram analisados dados de 68 localidades, dentre capitais e cidades do interior, que compõem a rede de pontos linguísticos do ALiB, distribuídos pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte do Tocantins, Sergipe, Bahia e Pará. No total, foram considerados dados de 272 informantes de nível básico (que tenham estudado até o Ensino Fundamental incompleto), quatro por localidade, estratificados segundo sexo (homem e mulher) e faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, e Faixa II, 50 a 65 anos). Após a catalogação dos dados, foram elaboradas cartas linguísticas, com auxílio do programa computacional [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15). A análise dos dados evidencia a heterogeneidade lexical do Subfalar Nordestino, além de indicar a existência de duas subáreas, *Subfalar Nordestino ocidental*, que corresponde ao MA e PI, e *Subfalar Nordestino oriental*, composta pelos estados do litoral leste RN, PB, PE e AL; e uma área de transição, correspondente à área central do subfalar, ocupada principalmente pelo CE e pontos adjacentes.

Palavras-chave: Dialectologia; Divisão dialetal; Português Brasileiro; Léxico; Subfalar Nordestino; Projeto ALiB.

ABSTRACT

SERRA, Flávia Pereira. **Brazilian Northeastern Subspeech (*Subfalar Nordestino*) in focus**: a proposal of subdivision of Nascentes (1953) dialect demarcation based on lexical data from ALiB Project. 2024. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

The dialectal division elaborated by Nascentes (1953) stands out for being one of the great milestones of Dialectology in Brazil, in which the researcher, through the observation of a phonetic-phonological phenomenon and prosodic aspects, divided Brazil into speaking of the North, which is subdivided into Amazonico and Nordestino subspeech, and from the South, subdivided into Baiano, Fluminense, Minas Gerais and Sulista subspeeches, in addition to the uncharacteristic territory. This division has been a study reference for several researchers who seek to verify the relevance of this proposal, mainly through the diatopic distribution of lexical items. Among these works, we highlight Ribeiro (2012), who investigated the Baiano Subspeech area; Portilho (2013) and Souza (2021), whose focus was the Amazonico Subspeech; Romano (2015), Sulista Subspeech; Cuba (2015), Uncharacteristic territory; D’Anuniação (2016), Mineiro Subspeech, Santos (2016), Fluminense Speech; and Santos (2018), Nordestino Subspeech. Although the latter –Nordestino Subspeech – was studied by Santos (2018), through the analysis of lexical items from the semantic field Children's Games and Entertainment (Semantic-lexical Questionnaire (QSL) of the Brazilian Linguistic Atlas Project (ALiB)) (Comitê..., 2001, p. 34), the author highlighted the need to carry out a more in-depth study of the region's speech, opening scope for this work, which proposes to demonstrate the dialectal heterogeneity of Nordestino Subspeech and a possible subdivision of the area, based on a set of lexical data from the same Project. The research is based on the theoretical-methodological principles of Dialectology and Geolinguistics (Nascentes, 1958; Ferreira, Cardoso, 1994; Cardoso, 2010). Methodologically, the records contained in the ALiB Project collection were treated, data referring to four QSL questions, which investigate the variants of the items tangerine (*tangerina*) (QSL 039), twin bananas (*bananas-gêmeas*) (QSL 043), guinea fowl (*galinha d’angola*) (QSL 067) and dragonfly (*libélula*) (QSL 085). In order to make it possible to analyze the entire area of Nordestino Subspeech, together with its surrounding area, data from 68 locations were analyzed, including capitals and cities in the interior, which make up the network of ALiB linguistic points, distributed across the states of Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas and part of Tocantins, Sergipe, Bahia and Pará. In total, data from 272 basic level informants (who have studied up to incomplete elementary school) were considered, four by location, stratified according to sex (man and woman) and age group (Group I, 18 to 30 years old, and Group II, 50 to 65 years old). After cataloging the data, linguistic maps were created, with the help of the computer program [[GVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15). Data analysis highlights the lexical heterogeneity of Nordestino Subspeech, in addition to indicating the existence of two subareas, Nordestino Subspeech, which corresponds to Maranhão and Piauí, and Nordestino Subspeech, composed of the eastern coastal states of Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco and Alagoas ; and a transition area, corresponding to the central area of the subspeech, occupied mainly by the Ceará and adjacent localities.

Key-words: Dialectology; Dialectal division; Brazilian Portuguese; Lexicon;

Northeastern subspeech; ALiB Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa elaborado Teles (2018), acerca dos polos e fluxos do povoamento brasileiro, de acordo Nascentes (1922, 1953), com destaque para os fluxos formadores da Região Nordeste	29
Figura 2	– Representação das divisões regionais brasileiras (1913-2017)	35
Figura 3	– Mapa político da Região Nordeste	36
Figura 4	– Sub-regiões do Nordeste brasileiro	38
Figura 5	– Ciclos econômicos do Brasil	39
Figura 6	– Triângulo da significação (OGDEN; RICHARDS, 1923)	44
Figura 7	– Representação da divisão dialetal de Júlio Ribeiro ([1881] 1891))	46
Figura 8	– Representação da divisão dialetal de João Ribeiro (1900)	47
Figura 9	– Representação da divisão dialetal de João Ribeiro (1900) com zonas de transição.....	48
Figura 10	– Representação da divisão dialetal de Rodolfo Garcia (1915)	49
Figura 11	– Representação da divisão dialetal de Maximino Maciel (1950)	50
Figura 12	– Representação da divisão dialetal de Nascentes (1922)	51
Figura 13	– Representação da divisão dialetal de Nascentes (1953) .	52
Figura 14	– Trabalhos recentes de análises lexicais, desenvolvidos à luz da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953) .	53
Figura 15	– Estudos dialetológicos e geolinguísticos desenvolvidos na região do Subfalar Nordestino e adjacências	71
Figura 16	– Codificação dos informantes adotada pelo Projeto ALiB ..	77
Figura 17	– Rede de Pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil	78
Figura 18	– Cartograma representativo do Subfalar Nordestino.....	80
Figura 19	– Recorte do mapa Registro dos limites dos subfalares segundo a divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953),	

	Pontos sugeridos por Antenor Nascentes (1958) para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (TELES, 2018, p. 484), com ênfase na área do Subfalar Nordeste.....	81
Figura 20	– Rede de pontos da Tese	83
Figura 21	– Carta-base da Tese	84
Figura 22	– Interface do programa computacional [[GVCLin]	86
Figura 23	– Funcionalidades do menu Criar, do programa [[GVCLin]..	87
Figura 24	– Funcionalidades do menu Cadastrar, do programa [[GVCLin]	88
Figura 25	– Funcionalidades da aba Exportar, do programa [[GVCLin]	88
Figura 26	– Funcionalidades da aba Relatórios, do programa [[GVCLin]	89
Figura 27	– Funcionalidades da aba Cartas, do programa [[GVCLin]...	89
Figura 28	– <i>Citrus reticulata</i> – Tangerina	92
Figura 29	– Carta L05 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para tangerina nas capitais brasileiras	94
Figura 30	– Carta L05b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para tangerina nas capitais do Nordeste ..	95
Figura 31	– Espécie de tangerina poncã	117
Figura 32	– Bananas-gêmeas	127
Figura 33	– Pré-carta referente à distribuição diatópica, de dados do Projeto ALiB, referente às denominações para banana-dupla nas capitais brasileiras	131
Figura 34	– Arealização da variante <i>felipe</i> na Região Centro-Oeste, segundo dados do ALiB, analisados por Chofard (2019) .	143
Figura 35	– Galinha d'angola (<i>Numida meleagris</i>)	155
Figura 36	– Carta L11 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola nas capitais brasileiras	158
Figura 37	– Carta L11b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola nas capitais brasileiras da Região Nordeste	159

Figura 38 – Libélula (<i>Anisoptera</i>)	175
Figura 39 – Carta L12 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para libélula nas capitais brasileiras.....	177
Figura 40 – Carta L12b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para libélula nas capitais nordestinas.....	178
Figura 41 – Colonização maranhense	217
Figura 42 – Proposta de subdivisão do Subfalar Nordeste.....	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Produtividade das variantes <i>tangerina</i> e <i>mexerica</i> por Estado	101
Gráfico 2 -	Produtividade da variante <i>laranja-cravo</i> por Estado	109
Gráfico 3 -	Produtividade da variante bananas-gêmeas por Estado ..	137
Gráfico 4-	Produtividade das variantes <i>guiné</i> e <i>capote</i> por Estado ...	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Questões do QSL a serem analisadas nesta tese	85
Quadro 2-	Variantes documentadas para a questão 039 – <i>tangerina</i> e seus agrupamentos	96
Quadro 3-	Variantes documentadas para a questão 043 – <i>bananas- gêmeas</i> e seus agrupamentos	132
Quadro 4-	Agrupamentos de variantes documentadas para a questão 067 – <i>galinha d’angola</i>	159
Quadro 5-	Aglutinações realizadas para a questão 085 – <i>libélula</i>	179
Quadro 6-	Variantes de ocorrência única, item <i>libélula</i> , encontradas na área do Subfalar Nordeste e adjacências	211

LISTA DE CARTAS LINGÜÍSTICAS ELABORADAS PARA ESTA TESE

Carta 1 -	Distribuição diatópica das variantes de <i>tangerina</i>	97
Carta 1A -	Distribuição das variantes <i>mexerica</i> e <i>tangerina</i> na área do Subfalar Nordeste	99
Carta 1B -	Distribuição areal gradual das ocorrências de <i>laranja-cravo</i>	107
Carta 1C -	Distribuição areal da variante <i>tanja</i> na área do Subfalar Nordeste	113
Carta 1D -	Arealidade gradual da variante <i>pocã</i> no Subfalar Nordeste	121
Carta 1E -	Distribuição areal das variantes <i>tanja</i> e <i>laranja-cravo</i> no Subfalar Nordeste	125
Carta 2 -	Distribuição diatópica das variantes de <i>banana-gêmea</i> ...	133
Carta 2A -	Distribuição areal da variante <i>banana-gêmea</i> no Subfalar Nordeste	135
Carta 2B -	Distribuição areal das variantes <i>bananas gêmeas</i> e <i>engemada</i> no Subfalar Nordeste	138
Carta 2C -	Distribuição areal da variante <i>felipe</i> no Subfalar Nordeste	140
Carta 2D -	Distribuição areal da variante <i>incõe</i> no Subfalar Nordeste	145
Carta 2E -	Distribuição areal da variante <i>pregada</i> no Subfalar Nordeste	148
Carta 2F -	Distribuição areal das variante <i>engemada</i> , <i>felipe</i> e <i>incõe</i> no Subfalar Nordeste	152
Carta 3 -	Distribuição diatópica das variantes de <i>galinha d'angola</i> .	160
Carta 3A -	Distribuição areal da variante <i>guiné</i> no Subfalar Nordeste	162
Carta 3B -	Distribuição areal da variante <i>capote</i> no Subfalar Nordeste	168
Carta 3C -	Distribuição areal das variantes <i>catraio</i> e <i>cocar</i> no Subfalar Nordeste	171

Carta 3D -	Distribuição areal das variantes <i>guiné, catraio</i> e <i>cocar</i> no Subfalar Nordesteño	173
Carta 4 -	Distribuição diatópica das variantes de <i>libélula</i>	180
Carta 4A -	Arealidade gradual da variante <i>zigue-zague</i>	182
Carta 4B -	Distribuição areal das variantes <i>cambito, macaco (seco)</i> e <i>catirina</i>	185
Carta 4C -	Distribuição areal das variantes <i>lava-bunda, lava-cauda</i> e <i>lava-cu</i>	190
Carta 4D -	Distribuição areal do agrupamento <i>cabra-cega/cobra-cega</i>	193
Carta 4E -	Distribuição areal das variantes <i>cavalo-de-judeu, cavalo-marinho, cavalo de pau</i> e <i>cavalo-do-cão</i> , agrupadas sob o rótulo <i>cavalo</i> (de judeu, de pau, do cão, marinho)	197
Carta 4F -	Distribuição areal das variantes <i>maria-cega, helicóptero, gafanhoto</i> e <i>limpa (bunda, cu)</i>	199
Carta 4G -	Distribuição areal das variantes <i>bebe-água, mariposa, louva-deus</i> e <i>mané (cachimbo, magro)</i>	202
Carta 4H -	Distribuição areal das variantes <i>cachimbo, jacinta, libélula</i> e <i>cigarra</i>	206
Carta 4I -	Distribuição areal das variantes <i>macaco (seco), cambito, catirina</i> e <i>zigue-zague</i>	213
Carta 4J -	Distribuição areal dos agrupamentos <i>mané (cachimbo, magro)</i> , <i>zigue-zague</i> e <i>lambe (água, flor, cu)</i>	218
Carta 4K	Distribuição areal dos agrupamentos <i>lava (cauda, bunda, cu)</i> , <i>lambe (água, flor, cu)</i> e <i>limpa (bunda, cu)</i>	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[[GVCLin]	<i>Software for Generation and Visualization of Linguistic Maps</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Área de Controle
ALEAL	Atlas Linguístico do Estado de Alagoas
ALECE	Atlas Linguístico do Estado do Ceará
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALICACE	Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense
ALiG	Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu
ALiMA	Atlas Linguístico do Maranhão
ALiNI	Atlas Linguístico de Icatu
ALiPE	Atlas Linguístico de Pernambuco
ALiPI	Atlas Linguístico do Piauí
ALiPTG	Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar
ALiR	<i>Atlas Linguistique Roman</i>
ALiRN	Projeto Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte
ALITTETO	Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins
ALMASPE	Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco
ALMS	Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALS	Atlas Linguístico de Sergipe
ALS II	Atlas Linguístico de Sergipe II
ALSCE	Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses
ALTTI	Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos

AUX	Auxiliar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INF / Inf..	Informante
INQ	Inquiridor
NELP	Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PHPB	Projeto para a História do Português Brasileiro
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico Lexical
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	24
2	ASPECTOS HISTÓRICOS: DA FORMAÇÃO DO BRASIL À REGIÃO NORDESTE.....	28
2.1	À GUISA DE INTRODUÇÃO: PROCESSO DE POVOAMENTO.....	28
2.2	FRENTE DE POVOAMENTO PERNAMBUCANA E A CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL DO LITORAL ORIENTAL	30
2.3	FRENTE DE POVOAMENTO MARANHENSE E A CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL DO LITORAL SETENTRIONAL E CONTRA-COSTA	32
2.4	FRENTE DE POVOAMENTO BAIANA: DO RIO SÃO FRANCISCO AO RIO MUCURI	33
2.5	ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO	34
3	ASPECTOS LINGUÍSTICOS.	41
3.1	CONCEITOS BÁSICOS: LÍNGUA, DIALETO, FALAR, LÉXICO	41
3.1.1	Língua, Dialeto e Falar.....	41
3.1.2	Léxico.....	43
3.2	PROPOSTAS DE DIVISÕES DIALETAIS BRASILEIRAS.....	45
3.3	VERIFICAÇÕES JÁ REALIZADAS, COM BASE NO LÉXICO, DA PROPOSTA DE NASCENTES (1953).....	53
3.4	INVESTIGAÇÕES SOBRE O FALAR NORDESTINO: ESTUDOS JÁ REALIZADOS OU EM ANDAMENTO.....	60
3.4.1	Monografia Dialetoal: <i>A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco</i> (Marroquim, 1934).....	60
3.4.2	Atlas Estaduais Concluídos.....	61
3.4.2.1	Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) (Rossi, 1963)	61
3.4.2.2	Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB) (Aragão, Bezerra de Menezes, 1984)	61
3.4.2.3	Atlas Linguístico de Sergipe (ALS) (Ferreira <i>et al.</i> , 1987)	62
3.4.2.4	Atlas Linguístico do Estado do Ceará (ALECE) (Bessa, 2010)	62

3.4.2.5	Atlas Linguístico de Pernambuco (ALiPE) (Sá, 2013)	62
3.4.3	Atlas Estaduais Concluídos	63
3.4.3.1	Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II) (Cardoso, 2002)...	63
3.4.3.2	Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL) (Doiron, 2017)....	63
3.4.4	Atlas Estaduais em Andamento.....	64
3.4.4.1	Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA).....	64
3.4.4.2	Projeto Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN).....	64
3.4.4.3	Projeto Atlas Linguístico do Piauí (ALiPI).....	65
3.4.5	Atlas de Pequeno Domínio.....	65
3.4.5.1	Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar (ALiPTG) (Pereira, 2007)..	65
3.4.5.2	Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMASPE) (Almeida, 2009)	66
3.4.5.3	Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar (SILVA, 2012)	66
3.4.5.4	Atlas Linguístico de Icatu (ALiInI) (Mendonça, 2017)	67
3.4.5.5	Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE) (Lima, 2019)...	67
3.4.5.6	Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense (ALICACE) (Moreira Saraiva, 2019).....	68
3.4.6	E-books sobre a Fala Nordestina na Perspectiva Dialetológica e Sociolinguística.....	68
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
4.1	ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: CRITÉRIOS METODOLÓGICOS.....	73
4.1.1	Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa.....	75
4.1.2	Delimitação do Perfil dos Informantes.....	76
4.1.3	Escolha das Localidades.....	78
4.1.4	Formação do Banco de Dados.....	79
4.2	<i>CORPUS</i> DA PESQUISA: INVESTIGANDO O LÉXICO DO SUBFALAR NORDESTINO.....	79
4.2.1	Rede de Pontos Linguísticos: Subfalar Nordestino e Área de Controle.....	80
4.2.2	Questionário Semântico-Lexical: Itens em Análise.....	85
4.2.3	O Programa [JGVCLin]	86
4.2.4	Pesquisa lexicográfica.....	89

5	O QUE DADOS DO ALIB NOS INFORMAM ACERCA DO SUBFALAR NORDESTINO?.....	91
5.1	QSL 039 – <i>COMO SE CHAMA A FRUTA MENOR QUE A LARANJA, QUE SE DESCASCA COM A MÃO E, NORMALMENTE DEIXA UM CHEIRO FORTE NA MÃO?</i>	91
5.1.1	<i>Tangerina e Mexerica: Variantes mais Recorrentes</i>	98
5.1.2	<i>Laranja-Cravo: Variante Característica do Nordeste Oriental</i>	105
5.1.3	<i>Tanja: Variante Característica do Nordeste Ocidental</i>	112
5.1.4	<i>Demais Variantes Encontradas na Região</i>	117
5.1.5	<i>O que a Questão 039 nos Mostra Acerca do Subfalar Nordestino?</i>	123
5.2	QSL 043. <i>COMO SE CHAMAM DUAS BANANAS QUE NASCEM GRUDADAS?</i>	126
5.2.1	<i>Bananas-gêmeas: Variante mais Recorrente</i>	134
5.2.2	<i>Engemada</i>	137
5.2.3	<i>Felipe</i>	139
5.2.4	<i>Incõe: Variante do Litoral Noroeste do Subfalar Nordestino</i>	144
5.2.5	<i>Demais Variantes Encontradas na Área Investigada</i>	146
5.2.6	<i>O que a Questão 043 nos Mostra acerca do Subfalar Nordestino?</i>	151
5.3	QSL 067. <i>COMO SE CHAMA A AVE DE CRIAÇÃO PARECIDA COM A GALINHA, DE PENAS PRETAS COM PINTINHAS BRANCAS?</i>	153
5.3.1	<i>Guiné: do Nordeste Oriental em Direção ao Meio-Norte Brasileiro</i>	161
5.3.2	<i>Capote: Região Centro e Oeste do Subfalar Nordestino</i>	166
5.3.3	<i>Catraio e cocar: Área Oeste do Subfalar Nordestino</i>	168
5.3.4	<i>O que a Questão 067 nos Mostra Acerca do Subfalar Nordestino?</i>	172
5.4	QSL 085 - <i>COMO SE CHAMA O INSETO DE CORPO COMPRIDO E FINO, COM QUATRO ASAS BEM TRANSPARENTES, QUE VOA E BATE A PARTE TRASEIRA NA ÁGUA?</i>	174
5.4.1	<i>Zigue-zague: Variante Presente no Litoral Oriental</i>	181
5.4.2	<i>Cambito, Macaco (Seco) e Catirina: Variantes do Nordeste Ocidental</i>	184
5.4.3	<i>Lava (bunda, cauda, cu)</i>	188
5.4.4	<i>Cabra-cega</i>	191
5.4.5	<i>Cavalo (de judeu, de pau, do cão, marinho)</i>	194

5.4.6	Demais Denominações para Libélula	198
5.4.7	O que a Questão 085 nos Mostra acerca do Subfalar Nordestino?.	211
5.5	TRAÇADOS DE POSSÍVEIS SUBDIVISÕES DO SUBFALAR NORDESTINO.....	214
5.5.1	A Área Oeste do Subfalar Nordestino: Subfalar Nordestino Ocidental	214
5.5.2	A Área Leste e Central do Subfalar Nordestino: V Subfalar Nordestino Oriental e Área de Transição.....	217
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
	REFERÊNCIAS	226
	APÊNDICES	234
	APENDICE A - Quadro de pontos linguísticos contemplados na área do Subfalar Nordestino (e Área de Controle, para esta tese) sugeridos por Nascentes (1958), contemplados pelo ALiB e selecionados por Santos (2018) e Serra (2024)	237
	APENDICE B - Carta 4K – Distribuição areal dos agrupamentos <i>lava (cauda, bunda, cu)</i> , <i>lambe (água, flor, cu)</i> e <i>limpa (bunda, cu)</i>	243
	ANEXOS	244
	ANEXO A – Declaração de Responsabilidade acerca do uso de dados do Projeto ALiB.....	245
	ANEXO B1 - Carta 26 do Alicace, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>tangerina</i> no Cariri cearens.....	246
	ANEXO B2 - Carta 10 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>tangerina</i> na Mata Sul de Pernambuco.....	247
	ANEXO B3 - Carta 16 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>tangerina</i> em Pernambuco	248
	ANEXO B4 - Carta 53 do ALEAL, referente à distribuição	249

diatópica das denominações para <i>tangerina</i> em Alagoas	
ANEXO B5 - Carta 30 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>tangerina</i> em Icatu (MA)	250
ANEXO C1 - Apêndice Q, “Carta 2G - ALiB QSL 043: Arealidade gradual da variante <i>banana-gêmea</i> , da dissertação de Chofard (2019)	251
ANEXO C2 - Carta 33 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>banana dupla</i> em Icatu (MA)	252
ANEXO C3 - Apêndice K da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2A - ALiB QSL 043: Distribuição diatópica das variantes na Região Nordeste”	253
ANEXO C4 - Apêndice R da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2H - ALiB QSL 043: Arealidade gradual da variante <i>banana felipe</i> ”	254
ANEXO C5 - Apêndice M da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2C - ALiB QSL 043: Distribuição diatópica das variantes na Região Sudeste”	255
ANEXO C6 - Carta 100 do APFB, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>gêmeos</i> na Bahia.....	256
ANEXO D1 - Carta léxica 21 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>galinha d’angola</i> , no Centro-Oeste do Rio Grande do Norte...	257
ANEXO D2 - Carta L5-A do ALiTTETO, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>galinha d’angola</i> no Tocantins..	258
ANEXO D3 - Carta 41 do Alicace, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>galinha d’angola</i> no Cariri cearense	259
ANEXO D4 - Carta 56 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>galinha d’angola</i> em Icatu (MA)	260
ANEXO E1 - Carta Léxica 22 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>libélula</i> no Centro-Oeste do Rio Grande do	261

Norte	
ANEXO E2 - Carta Léxica 22 do ALEAL, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>libélula</i> em Alagoas	262
ANEXO E3 - Carta 24 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>libélula</i> em Pernambuco	263
ANEXO E4 - Carta 19 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>libélula</i> na Mata Sul de Pernambuco	264
ANEXO E5 - Carta L7-A do ALiTTETO, referente à distribuição diatópica das denominações para <i>libélula</i> no Tocantins	265
ANEXO E6 - Carta 24 do ALIg, referente à distribuição areal das variantes para <i>libélula</i> em Iguatu (CE)	266
ANEXO F1 - Carta linguística 1 para <i>bolinha de gude</i> (QSL 156) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)	267
ANEXO F2 - Carta Linguística 17 – Carta diatópica experimental correspondente às denominações para <i>pata-cega</i> no Maranhão, com base em dados do ALiMA	268
ANEXO F3 - Carta linguística para <i>cambalhota</i> (QSL 155) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)	269
ANEXO F4 - Carta Linguística 16 – Carta diatópica experimental correspondente às denominações para <i>cambalhota</i> no Maranhão, com base em dados do ALiMA	271
ANEXO F5 - Carta linguística para <i>amarelinha</i> (QSL 167) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)	262
ANEXO F6 - Carta linguística 1 para <i>estilingue</i> (QSL 157) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)	270

1 INTRODUÇÃO

Uma língua é o reflexo da história de seus falantes e da sociedade da qual fazem parte. Assim, com o Português Brasileiro (PB) não poderia ser diferente. Desde a chegada dos europeus em terras brasileiras, a língua, agora parte desse novo território, é composto por contribuições de diversos grupos linguísticos, primeiramente de origem indígena e, posteriormente, africana, que integraram as primeiras comunidades do território em exploração. Essas contribuições, assim como outros fatores linguísticos e extralinguísticos, motivam processos de variação e de mudança que influenciam também na formação de variedades dialetais, conforme ocorre no Brasil, país de extensão continental, rico em diversidade cultural e em variedades linguísticas características.

Diante dessa pluralidade brasileira, diversos pesquisadores, como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1900), Rodolfo Garcia (1915), Maximino Maciel (1950) e Antenor Nascentes (1922/1953), tentaram delimitar os diferentes falares existentes no país, focalizando principalmente em fatores históricos e/ou geográficos (cf. seção 3.2).

A última proposta, de Antenor Nascentes (1953), é considerada um dos grandes marcos da dialetologia brasileira, pois foi a primeira a ser elaborada com base em fatores linguísticos – abertura e fechamento de vogais pretônicas e da prosódia.

Segundo o pesquisador, o Brasil divide-se em dois grandes falares, o do Norte, composto pelos subfalares amazônico e nordestino, e o do Sul, composto pelos subfalares baiano, fluminense, mineiro, sulista, e uma área que Nascentes (1953) denominou de território incharacterístico. Ao longo dos anos, esta tem sido a referência para diversos dialetólogos que buscam averiguar sua atualidade, por meio da delimitação de isoglossas que condigam com a realidade dialetal brasileira.

Apesar de ter sido elaborada com base em um fenômeno fonético-fonológico e em uma avaliação de natureza prosódica, essa verificação tem sido realizada majoritariamente por meio da análise de itens lexicais, dentre as quais destacamos o trabalho de Ribeiro (2012), que investigou a área do Subfalar Baiano, com base nas questões do campo semântico Jogos e Diversões Infantis; Portilho (2013) e Souza (2021), cujo foco foi o Subfalar Amazônico; Romano (2015), que estudou a área do Subfalar Sulista; Cuba (2015), que investigou o estado de Minas

Gerais, que engloba o Território incaracterístico; D'Anuniação (2016), cujo foco foi a área do Subfalar Mineiro; Santos (2016), o Subfalar Fluminense; e Santos (2018), o Subfalar Nordeste.

Vale destacar que este último – Subfalar Nordeste – foi estudado por Santos (2018) por meio da análise de oito itens lexicais pertencentes ao campo semântico *Jogos e Diversões Infantis*, do Questionário Semântico-lexical (QSL) do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (Comitê..., 2001, p. 34), que permitiu observar a distribuição diatópica dos itens investigados, seguida de seus percentuais absolutos e da contextualização das lexias, por meio de excertos extraídos das entrevistas e de informações contidas no Dicionário Houaiss (2023, *online*). Seus resultados apontam para uma configuração que não confirmou Nascentes (1953). No entanto, conforme sinalizado pela autora, faz-se necessário um estudo mais aprofundado do falar da região, que considere fatores histórico-sociais das localidades que podem estar relacionados à sua variedade linguística.

Apesar das discussões já realizadas, alguns questionamentos continuaram em aberto:

- i. No que tange à área do Subfalar Nordeste, a divisão dialetal de Nascentes, proposta em 1953, corresponde à realidade atual?
- ii. Há, de fato, subáreas na região delimitada por Nascentes (1953) para o Subfalar Nordeste?
- iii. A área de Pernambuco e Alagoas é homogênea linguisticamente, conforme afirma Marroquim (1934)?
- iv. De que forma o uso das lexias encontradas na área está relacionado à realidade sócio-histórica da região?

A partir dessas perguntas norteadoras, levantamos as seguintes hipóteses:

- i. Com base na observação de cartas lexicais publicadas no Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso *et al.*, 2014), inferimos que o limite meridional persiste, isto é, apesar de os estados Bahia e Sergipe fazerem parte, atualmente, da Região Nordeste, não compõem o falar nordestino, por apresentarem expressão dialetal diferente.
- ii. Inferimos, assim como Santos (2018), que a área do Subfalar Nordeste possui duas subáreas delimitadas: a do Maranhão, Piauí e Ceará, conhecido geograficamente como um estado de transição,

apresenta comportamento linguístico singular, comparado ao restante da região; a do litoral oriental, formado pela faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte a Alagoas.

- iii. Entendemos que, apesar de Pernambuco e Alagoas compartilharem características históricas, sociais e geográficas (Marroquim, 1934), não se trata de uma área totalmente homogênea linguisticamente, mesmo fazendo parte da mesma subárea dialetal.
- iv. Sendo o léxico reflexo da cultura e história de um povo, deduzimos que o uso de determinadas variantes está relacionado a aspectos histórico-sociais, como frentes de povoamento, isolamento de comunidades devidos a aspectos geográficos etc.

Diante dessa contextualização, estabelecemos como objetivo geral desta tese demonstrar a vitalidade e a abrangência da área do Subfalar Nordeste delimitada por Nascentes (1953), por meio de itens lexicais investigados pelo Projeto ALiB.

Para que isso fosse possível, elencamos como objetivos específicos:

- (i) constatar a heterogeneidade linguística e limites fluidos do Subfalar Nordeste, por meio da análise de itens lexicais;
- (ii) verificar a possibilidade de associar a vitalidade dos dados orais com a realidade sócio-histórica da região;
- (iii) propor a delimitação de subáreas dialetais dentro dos limites do Subfalar Nordeste, proposto por Nascentes (1953).

Para esta tese, optamos por analisar os itens lexicais obtidos como respostas para quatro questões do Questionário Semântico-Lexical (QSL), correspondentes aos itens *tangerina* (QSL 039) (Comitê..., 2001, p. 24), *bananas gêmeas* (QSL 043) (Comitê..., 2001, p. 25), *galinha d'angola* (QSL 067) (Comitê..., 2001, p. 27) e *libélula* (QSL 085) (Comitê..., 2001, p. 28). Assim como Romano (2015), optamos por não escolher questões de um campo semântico específico, mas sim observar, com base em cartas nacionais (Cardoso *et al.*, 2014) e pesquisas já desenvolvidas com o *corpus* do Projeto ALiB, itens lexicais que evidenciam a heterogeneidade da Região Nordeste em detrimento do restante do País. Reiteramos o ineditismo dos dados aqui analisados, até então inexplorados, uma vez que os dados referentes a essas questões, na área que corresponde ao Subfalar Nordeste, ainda não haviam sido estudadas.

Para atingirmos tal objetivo, verificamos os dados de 68 localidades que compõem a rede de pontos linguísticos do Projeto ALiB, totalizando os registros de 308 informantes.

Os dados foram selecionados no banco de dados do Projeto ALiB e tiveram sua acuracidade verificada por meio da oitiva das entrevistas correspondentes. Posteriormente, os dados foram organizados em uma planilha Excel e lançados no programa computacional [GVCLin], que gerou as cartas linguísticas analisadas nesta tese, e os relatórios gerais e específicos.

Na sequência, investigamos a etimologia e as acepções das lexias encontradas, em obras de referência. Quando oportuno, essas informações foram relacionadas aos dados apresentados nas cartas linguísticas, de modo a contribuir para a análise sócio-histórica do falar nordestino.

Diante dessas colocações, organizamos esta tese da seguinte forma:

(i) Introdução, seção na qual contextualizamos o tema, os questionamentos e hipóteses da pesquisa, apresentamos seus objetivos e a justificativa para a realização de tal trabalho; (ii) Aspectos Históricos, seção no qual traçamos um breve histórico da formação social do Nordeste brasileiro; (iii) Aspectos Linguísticos, no qual apresentamos conceitos basilares pertinentes para a tese, comentários acerca das diferentes divisões dialetais propostas para o Brasil, e das pesquisas desenvolvidas a partir da divisão de Nascentes (1953), breve histórico das principais pesquisas geolinguísticas desenvolvidas em áreas do Nordeste; (iv) Procedimentos Metodológicos, que visa descrever as etapas necessárias para a realização da pesquisa; e, por fim, (v) Análise dos dados, seção no qual discutimos resultados referentes às cartas linguísticas elaboradas para os itens investigados, que contemplam sua distribuição diatópica e areal; (vi) Considerações Finais, na qual reunimos os principais resultados e conclusões da pesquisa desenvolvida; (vii) as Referências utilizadas para a elaboração da tese; (viii) Apêndice; e (ix) Anexos.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS: DA FORMAÇÃO DO BRASIL À REGIÃO NORDESTE

Nesta seção, discorreremos sobre aspectos históricos acerca da região Nordeste: povoação pré-colonização, fluxos de povoamento durante o período colonial, evolução da organização territorial e política, processos migratórios e divisão em sub-regiões com base em aspectos naturais.

A discussão desses aspectos contribui para construirmos um panorama geral acerca do espaço foco desta tese, que serviu de subsídio para análise dos dados.

2.1 À GUIA DE INTRODUÇÃO: PROCESSO DE POVOAMENTO

O Nordeste é a região de mais antiga ocupação estrangeira, sendo o berço da colonização portuguesa no País, provavelmente devido à sua posição geográfica em relação aos portos da Europa Ocidental, que favorecia o tráfico marítimo (SOBRINHO, 1937).

No entanto, vale ressaltar que a região não era inabitada. Quando aqui chegaram, os colonos se depararam com um grande contingente de nativos selvagens, que se organizavam em tribos de etnias diferentes, a depender da região onde se encontravam. Sobrinho (1937), em seu artigo *Povoamento do Nordeste Brasileiro*, relata que na costa nordestina, até mesmo nas áreas agreste e áridas, havia tribos indígenas de etnia *tremembé* (das praias do Mundaú (CE) ao delta do Parnaíba (PI e MA)), *tupi* (no vale do São Francisco, norte da serra da Ibiapaba (entre o CE e PI) e interior do PE), *karirí* (no interior e principalmente nas praias do CE e RN), *caetés* (costa de PE e AL), *tapuia* e *tabajaras* (sertões e serras do interior), *petiguaras* e *tabajaras* (ilha do Maranhão). À essa realidade plurilinguística e étnica adentraram os colonos, com costumes, língua e cultura completamente diferentes.

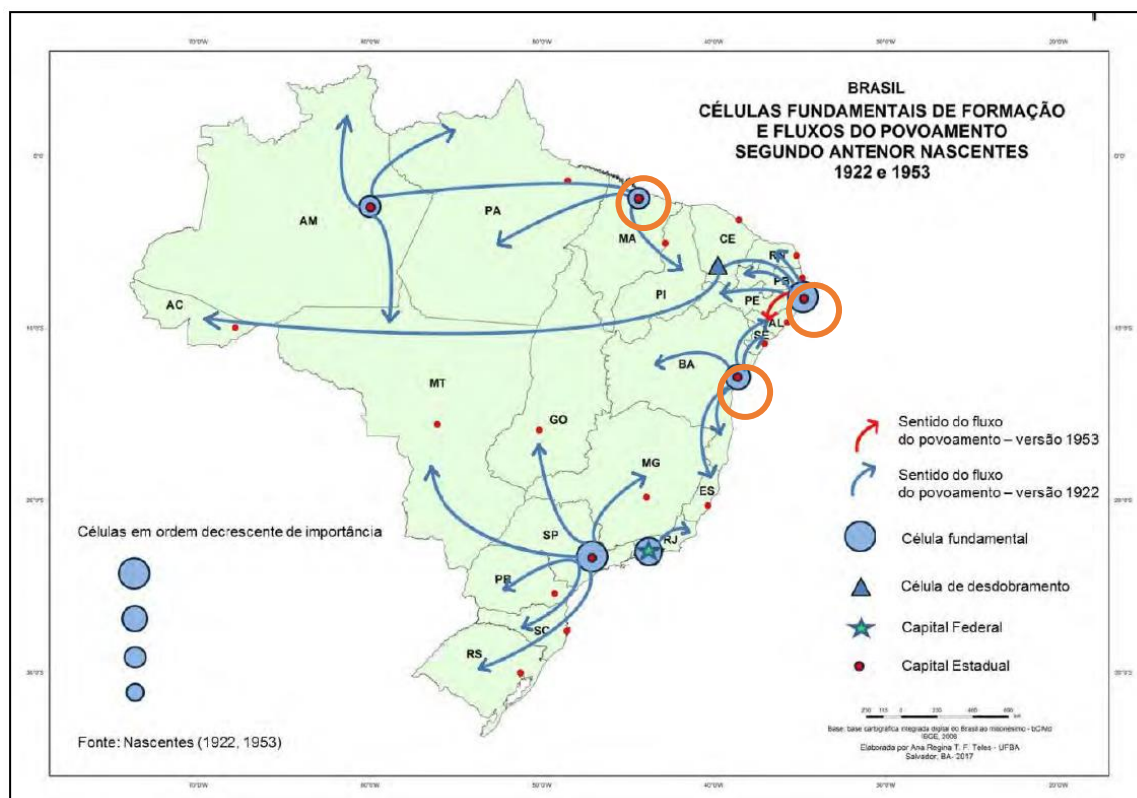
Inicialmente, os açorianos desembarcaram nos portos situados em Pernambuco e Olinda/Recife, a partir dos quais espalharam-se rapidamente pela costa litorânea; buscavam riquezas que pudessem explorar e viram no Brasil potencial para tal investimento. Por conta da grande concorrência estrangeira, foram “forçados” a iniciar o povoamento da então Colônia, inicialmente, sob o sistema das Capitânicas Hereditárias, que consistiu na entrega de porções de terra a donatários portugueses, os quais tinham o direito de conceder sesmarias, isto é, porções de terras a serem trabalhadas por meio do cultivo ou agropecuária.

Durante o primeiro século da história do Brasil, o povoamento concentrou-se na faixa litorânea, onde os colonos europeus mantinham contínua ligação com a Metrópole, da qual dependiam econômica e demograficamente (Albuquerque, 1962, p. 155). Posteriormente, foi avançando para as áreas interioranas, seguindo principalmente pelo curso dos rios.

Inicialmente, interessava-os o pau-brasil, por ser uma madeira de tinturaria preciosa no comércio europeu. No entanto, após perceberem que sua exploração não seria suficiente para assegurar o elemento humano nas terras, passaram a investir na produção e comércio do açúcar, fator que possibilitou concentração populacional em regiões específicas, a partir de frentes de povoamento, explanadas por Nascentes (1922, 1953) como subsídio para elaboração de suas propostas dialetais.

Com base nessa descrição, Teles (2018) elaborou o mapa reproduzido na Figura 1, que permite visualizar com mais clareza cada uma das frentes, dentre as quais destacamos três, relevantes para esta tese.

Figura 1 – Mapa elaborado Teles (2018), acerca dos polos e fluxos do povoamento brasileiro, de acordo Nascentes (1922, 1953), com destaque para os fluxos formadores da Região Nordeste



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes ([192-] e 1953).

Fonte: Teles (2018, p. 100), com destaque para as frentes de povoamento iniciadas na área do Nordeste.

No mapa acima destacamos as três frentes que contribuíram para a formação da área conhecida hoje como Região Nordeste. São elas: frente de povoamento pernambucana, que difundiu a civilização para Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, este último, por sua vez, para o Acre; frente de povoamento baiana, que se estendeu ao Sergipe e a parte norte do Espírito Santo; e frente de povoamento maranhense, que se estendeu para o Norte e para o Piauí.

2.2 FRENTE DE POVOAMENTO PERNAMBUCANA E A CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL DO LITORAL ORIENTAL

A frente pernambucana é destacada por Nascentes (1922/1953) como a célula fundamental de maior importância no povoamento do Brasil, a partir do qual se desenvolveu a população do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Segundo Ribeiro ([1900] 2013, p. 252-253), “é em torno de Pernambuco que gravitam no seu desenvolvimento histórico os estados que se formam do Rio São Francisco até o Ceará”. Foram estes foram os principais pontos de onde partiu o povoamento da

zona costeira da região.

Inicialmente, nessa região, havia duas capitanias: a de Pernambuco e a de Itamaracá; após a guerra holandesa, fundam-se mais duas: a de Paraíba e a de Rio Grande. Depois da guerra, toda a área, do Ceará ao São Francisco, estava sob o domínio do Governo Geral de Pernambuco. Essa capitania era um exemplo de prosperidade, cuja economia circulava em torno da agricultura, mais precisamente, nos engenhos de cana-de-açúcar (Ribeiro, [1900] 2013).

Após diversas disputas, a trajetória dos estados presentes nessa área se desenvolve. O Rio Grande do Norte começou a ser povoado por conta da necessidade de se proteger a Colônia, que começava a gerar altos lucros com a cultura da cana-de-açúcar; como a área não favorecia o cultivo da cana, a atividade pecuária se destacou como mais relevante, o que tornou a capitania um importante fornecedor de carne e couro para as áreas vizinhas (Dias; Aveal, 2017). Teve sua colonização marcada por disputas como a guerra holandesa e a guerra dos Bárbaros.

A Paraíba, que originalmente correspondia à capitania Itamaracá, foi colonizada mutualmente por franceses e portugueses, com pouca influência dos holandeses; e Alagoas, que se desliga de Pernambuco apenas em 1818, constituindo-se capitania independente. Esta foi uma região com alto conglomerado de negros e conseqüente formação de quilombos, principalmente no sertão, área para onde os escravizados se refugiavam, ao fugir das lavouras, concentrando-se principalmente na área da Serra da Barriga.

Quanto ao povoamento do território cearense, Ribeiro ([1900] 2013, p. 252) explica que este foi inicialmente ocupado pelos portugueses no período da invasão francesa no Maranhão, e por um tempo, fez parte do domínio holandês; após a expulsão do povo de Holanda, o desenvolvimento populacional foi intensificado, recebendo principalmente imigrantes paulistas e pernambucanos; tornando-se, no fim do século XVIII, um grande centro de criação de gado, segundo Furtado (1978, p. 156).

Com a retirada dos holandeses, inicia-se o período de intensa penetração do território. Eram os bandeirantes paulistas, vindos pelo São Francisco e varando pelos sertões de dentro, como chamou Capistrano de Abreu; eram os pernambucanos, atravessando a Borborema e vadeando o rio Jaguaribe, todos com o fito de situar fazendas de gado, domando o meio hostil e empurrando os índios no rumo do Piauí (Furtado, 1978, p. 156).

O estado, além de ser uma zona de influência pernambucana, é classificado por Nascentes como uma célula de desdobramento que contribuiu para o povoamento do Acre, para onde os cearenses se refugiaram fugindo das secas, principalmente de 1877 e 1879 e atraídos pelo eldorado amazônico (Furtado, 1978).

Vale ressaltar alcance das frentes de Pernambuco e Bahia foi limitado pelo rio São Francisco, um dos principais cursos de água do Brasil, que separa Sergipe do estado de Alagoas. Assim, área à margem esquerda do rio, que corresponde ao sul de Alagoas, foi dominada pelos pernambucanos durante os primeiros anos de colonização, fato no qual Marroquim se apoia para afirmar que Alagoas e Pernambuco correspondem a “um só corpo”, inclusive no que se refere à dialeção.

A identidade de interesses entre os dois Estados, a sua igualdade histórica, afóra a homogeneidade geográfica e étnica, estabeleceram a igualdade da dialeção. Quasi nenhuma diferença existe na linguagem das duas populações.

Esse bloco geográfico abrange todo o Nordeste, e nele a dialeção devia ser igual, como é idêntica a sua história e a sua formação étnica (Marroquim, 1934, p. 14).

As cidades do Salvador e do Recife, segundo Domingues e Hereda (1958), em publicação oficial do IBGE sobre o Nordeste, foram os principais pontos de onde partiu o povoamento da zona costeira da região. Aos poucos, avançaram em direção ao interior, utilizando como vias de penetração os vales dos rios.

Segundo Sobrinho (1937, p. 118), o litoral desta frente de povoamento, isto é, “O litoral de Alagoas e de Pernambuco, da foz do São Francisco à ilha de Itamaracá, converteu-se num amplo centro de intensa fusão das três raças [açorianos, indígenas e africanos] que aí se defrontavam”, devido à estrutura da sociedade da época, baseada na opressão dos colonos portugueses sob os índios e africanos escravizados.

2.3 FRENTE DE POVOAMENTO MARANHENSE E A CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL DO LITORAL SETENTRIONAL E CONTRA-COSTA

A área ilha do Maranhão, onde se inicia a frente de povoamento maranhense, chamou a atenção primeiramente dos franceses, que buscavam estabelecer ali uma base para futuras dominações, conforme explica Albuquerque

(1962, p. 158):

A França, em pleno período de recuperação econômica e de expansão colonialista, resolveu estabelecer ali uma povoação servindo de base para um processo de incorporação gradativa visando a foz do Amazonas e o Peru.

Apesar da tentativa, os franceses não fincaram suas raízes na região, sendo expulsos posteriormente pelos portugueses. Entretanto, a ocupação da área demorou, devido às características físicas e climáticas da área, que dificultavam o processo de colonização:

Correspondia êsse trecho à faixa que apresentava maiores problemas à ocupação humana estável. Litoral cheio de dunas e pouco acessível, oferecendo ainda o problema de possuir características climáticas tão hostis como ocorre no interior semi-árido. Isto, especialmente em alguns trechos como no Rio Grande do Norte, atrasou bastante a colonização local. Somente a descoberta de jazidas de sal veio atrair alguns contingentes humanos (Albuquerque, 1962, p. 159).

A terra, portanto, não era propícia para o cultivo da cana-de-açúcar, atividade que regia a economia da época, o que a classificava como uma área de pouco potencial e poder econômico. A frente de povoamento maranhense expandiu-se desde o Ceará até os interiores do vale do Amazonas, formando o antigo Estado do Maranhão (1621), que compreendia parte da atual área da Amazônia, Maranhão, Piauí e Ceará, independente do Governo Geral do Brasil.

Posteriormente, após a era da Companhia do Comércio e da *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* (1755-1777), o Estado do Maranhão desmembra-se, gerando capitânicas autônomas: O *Grão Pará*, que posteriormente se transformou nos independentes Pará e Maranhão; o *Piauí*, ocupado e colonizado por Domingos Afonso em 1674, conforme afirma Ribeiro ([1900] 2013, p. 251):

O Piauí foi colonizado e ocupado em 1674 por Domingos Afonso, criador e dono de fazendas da margem pernambucana do Rio São Francisco; perseguido dos índios e das secas, este criador seguiu para noroeste em procura de campinas melhores, e estabeleceu-se às cabeceiras do Parnaíba, ricas de águas e pastagens. Assim começou a colonização do Piauí.

2.4 FRENTE DE POVOAMENTO BAIANA: DO RIO SÃO FRANCISCO AO RIO MUCURI

A frente de povoamento iniciada nos portos baianos abrangia quatro capitânicas: Bahia, Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro; sendo as duas últimas,

posteriormente foram incorporadas à Bahia; e Sergipe, um pouco antes da independência, separado da Bahia.

Na região do Recôncavo Baiano, comandada pela cidade de Salvador, deu-se um processo de formação de cidades semelhante ao pernambucano. Assim, Salvador passou a ser o ponto de partida para a conquista do Recôncavo, área onde dominavam solos de massapé apropriados à cultura da cana-de-açúcar. A atividade canavieira ocasionou a humanização da paisagem de toda uma faixa de terras sublitorâneas que se estende até a zona que precede o Planalto da Borborema, onde se iniciam as terras do agreste, menos propícias, do ponto de vista natural, à cana-de-açúcar (Rocha *et al.*, 2010, p. 18).

Em 1950, a partir da tentativa de subjugar os indígenas que viviam às margens dos rios Real, Sergipe e Jaratuba, iniciou-se a colonização de Sergipe, que foi atrapalhada pela guerra holandesa. Enquanto a Bahia, após os sucessos dessa guerra, focou a conquistar o sertão.

O clima com precipitações abundantes e bom solo do litoral oriental – que compreende a área das frentes pernambucana e baiana –, facilitaram o cultivo da cana-de-açúcar, o que possibilitou o desenvolvimento econômico da região (Domingues; Hereda, 1958). Já no sertão, os terrenos planos, de caatinga, propiciaram a criação de gado.

Essa frente, décadas depois, contribuiu para a formação da população do sul do MA e PI, durante o quinto e sexto ciclo de povoamento descritos por Sobrinho (1937), ambientado após a guerra holandesa, quando colonos, negros e indígenas fugiam das zonas costeiras, dominadas por holandeses, em direção aos sertões. Assim, colonos baianos avançam além das margens do rio São Francisco, em direção ao noroeste, encontrando a região sul dos estados que compõem o Meio-Norte.

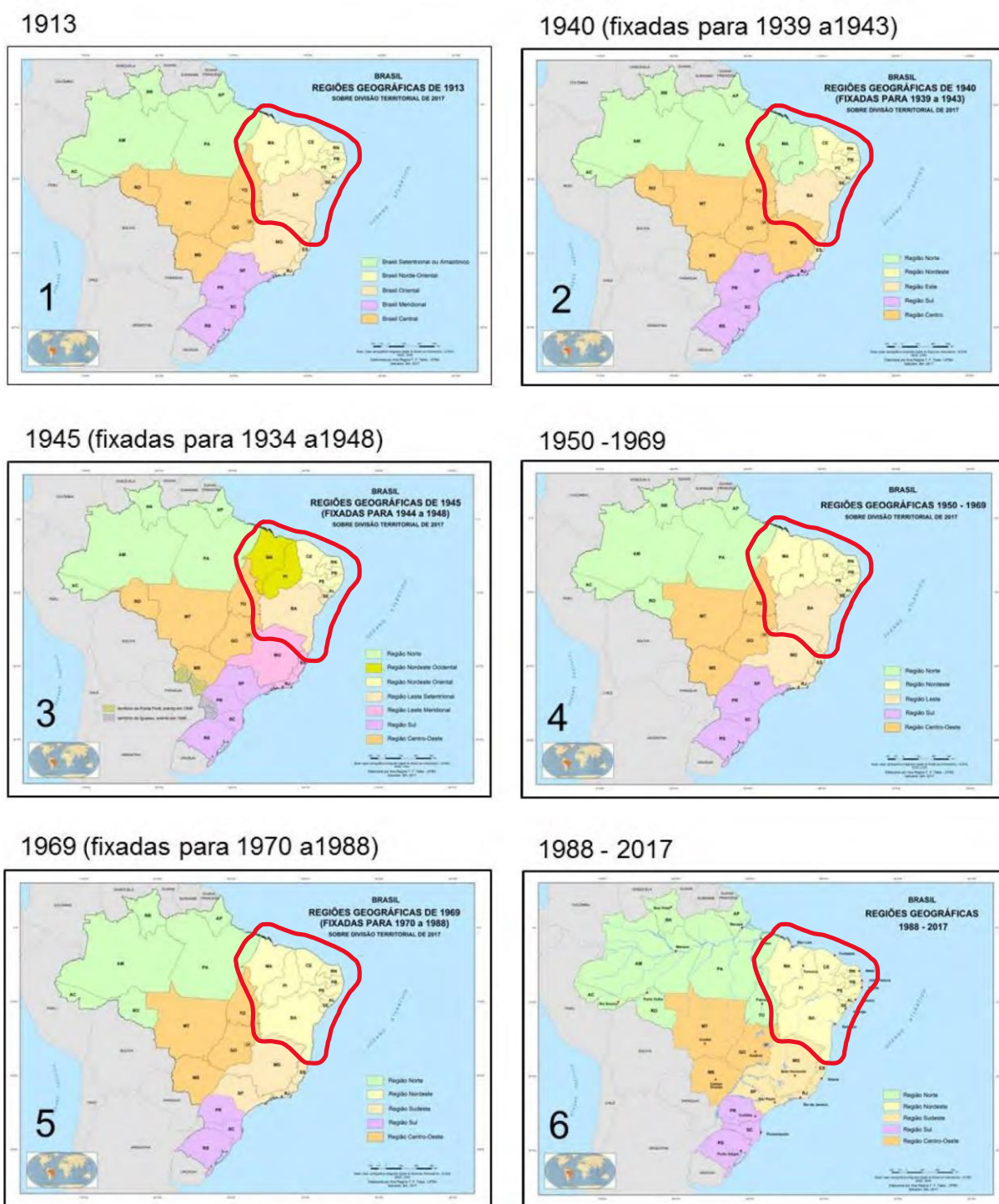
2.5 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO

A partir das frentes de povoamento supracitadas e demais fatores geográficos e políticos, fundou-se a região geográfica que hoje conhecemos por Nordeste. No entanto, para que chegasse à sua composição atual, foi elaborada uma série de divisões territoriais anteriores a que está em vigor; inicialmente, para fins didáticos, e, posteriormente, com finalidades políticas.

Após a primeira divisão interna, que consistiu no modelo das

Capitanias Hereditárias, o Brasil passou por uma série de outras divisões territoriais, dentre as quais destacaremos as oficiais, representadas na Figura 2.

Figura 2 – Representação das divisões regionais brasileiras (1913-2017)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

Fonte: Teles (2018, p. 181), com destaque para o grupo de estados que hoje compõem a região Nordeste.

Em 1913, foi instituída a primeira divisão regional do Brasil, baseada no posicionamento geográfico e elementos físicos, na qual os estados em destaque estavam distribuídos da seguinte forma: MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL formavam o *Brasil Norte-Oriental*; SE e BA, juntamente com MG, ES e RJ, o *Brasil Oriental*.

Na segunda divisão, de 1940, o MA e PI foram incorporados à Região *Norte*, enquanto o CE, PB, PE e AL, compunham a Região *Nordeste*; já SE e BA, juntamente com o ES, formavam o *Leste* brasileiro. Na divisão de 1945 (fixada para 1934 a 1948), MA e PI formavam uma região à parte, o *Nordeste Ocidental*; CE, RN, PB, PE e AL, ao *Nordeste Oriental*; e SE e BA, *Leste Setentrional*.

Na quarta divisão (1950-1969), MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL formavam o Nordeste, enquanto BA e SE, juntamente com MG, ES e RJ, formavam o *Leste*. Importante destacar que essa era a divisão vigente quando Nascentes publicou sua divisão dialetal, em 1953, utilizada como referência nesta tese. A partir da quinta divisão (1969), a Região Nordeste é composta pelos estados MA, PI, CE, RN, PB, AL, SE e BA.

Atualmente, a região (Figura 3) tem área de 1.552.175 km², com 54.658.515 habitantes, e densidade demográfica de 35.21 hab/km² (IBGE, 2022). Corresponde a 18% do território nacional, sendo a segunda região em contingente populacional, o que corresponde a 30% da população do País. Trata-se, portanto, de uma região bastante populosa, porém com distribuição desigual, onde há maior concentração na faixa litorânea e pontos escassamente povoados, especialmente no interior.

Figura 3 – Mapa político da Região Nordeste



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Fonte: IBGE (2017)

Atualmente é a terceira em economia¹, perdendo apenas para o Sul e Sudeste; recebeu grandes investimentos no setor industrial e agroindustrial, com destaque para produção de insumos agrícolas e agropecuária. Possui cultura diversificada, resultado da miscigenação cultural, que reflete na arte e na cultura. É de grande mobilidade populacional, porém há maior deslocamento de migrantes para outras regiões do país, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Devido a diversidade do solo, vegetação, aspectos físicos e sociais, é dividida em sub-regiões:

- (i) *Meio-Norte*, corresponde a toda a área do MA e parte oeste e sul do PI, com clima úmido e predominância da mata dos

¹ Segundo dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE, o PIB nordestino representou 13,6% do PIB brasileiro na média de 2002 a 2020 (Trece, Considera, 2023). Em 2021, foi publicado, pelo mesmo setor, as médias regionais do PIB pela ótica de renda: Sudeste, em primeiro lugar, reunindo 52,3%; Sul, 17,3%; Nordeste, 13,8%; Centro-Oeste, 10,3%; e Norte, 63,3% (IBGE, 2023).

- cocais como vegetação, o que a faz ser um importante polo econômico para a região, devido à fabricação e comercialização de produtos oriundos do babaçu e carnaúba;
- (ii) *Sertão*, reúne todo o oeste da BA, parte de PE, RN leste do PI e todo CE, é caracterizada por clima seco, chuvas escassas, solos rasos e pedregosos, vegetação predominantemente de caatinga, sendo desfavorável para agricultura;
- (iii) *Agreste*; entre o Sertão e Zona da Mata, corresponde à faixa que inicia no RN e segue até a BA, apresenta solo pedregoso, vegetação rala e pequena, clima um pouco mais úmido e terrenos relativamente mais férteis, nos quais predomina a cultura de subsistência e a pecuária leiteira;
- (iv) *Zona da Mata*, abrange todo o litoral leste, desde o RN à BA, com clima tropical úmido, chuvas frequentes e solo fértil, cuja vegetação natural é a Mata Atlântica; caracteriza-se por ser a área mais urbanizada e povoada da região (EMBRAPA, 2023).

O mapa reproduzido na Figura 4, a seguir, demonstra essa representação:

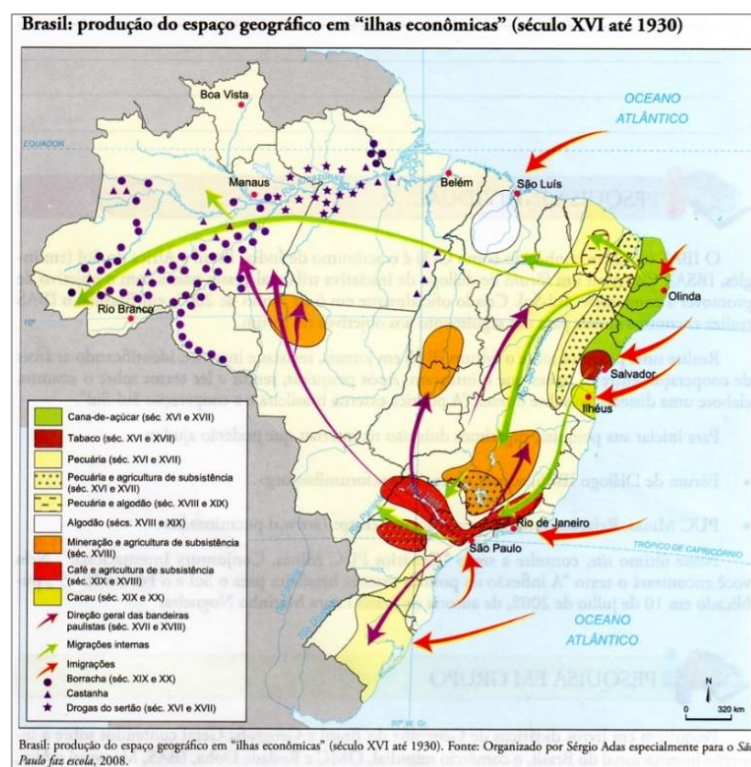
Figura 4 – Sub-regiões do Nordeste brasileiro



Fonte: Blog de Geografia, 2017².

Essas características evidenciam um Nordeste de aspectos físicos diversas, que influenciaram diretamente no processo de povoamento da área, visto que, a depender do tipo de solo, vegetação e clima, o lugar se torna mais propício para o desenvolvimento populacional e estabelecimento de moradias. Além disso, outro ponto que influenciou nesse processo foram os ciclos econômicos, que determinaram grande parte dos processos de migração intra e interestaduais, conforme se observa no mapa, representado na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Ciclos econômicos do Brasil



Fonte: Prof. Wladimir Bogspot, 2012³.

Na região nordestina, durante a colonização, predominou a cultura da cana-de-açúcar, concentrada no litoral oriental, cujo solo e clima propiciaram a plantação da cana e o estabelecimento populacional. Próximo a esta área, logo ao centro, instituiu-se a pecuária e agricultura de subsistência, à medida que a população migrava em direção ao interior. Já no Meio-Norte, especificamente no MA, a cultura

² Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2017/06/o-nordeste-e-as-sub-regioes.html>

³ Disponível em: <https://profwladimir.blogspot.com/2012/02/mapas-ciclos-economicos-brasil.html>

do algodão, durante os séculos XVIII e XIX, movimentou a economia e propiciou chegada de um grande contingente de africanos escravizados, que contribuíram fortemente para a formação da cultura local.

Síntese Conclusiva

A presente seção trouxe aspectos históricos e geográficos acerca da Região Nordeste, pertinentes para a contextualização da análise de dados desta tese. A seção inicia com comentários a respeito do povoamento da área, que futuramente seria conhecida como Nordeste, antes da chegada de colonizadores, habitada por grupos indígenas de diferentes etnias; depois, abordamos a invasão e processo de povoamento da área por parte dos colonizadores, desencadeado por meio de três frentes principais: a pernambucana, a baiana e a maranhense, cada uma delas comentadas em subseções. Após, comentamos a organização política e geográfica da área, seguida de apontamentos sobre a situação atual da Região. Ainda, discorreremos acerca da subdivisão do Nordeste elaborada com base em aspectos físicos e sociais, que contribuem para a compreensão acerca da distribuição populacional da área.

A explanação das frentes de povoamento, em especial, se mostraram de extrema importância para a delimitação das subáreas do Subfalar Nordestino, pois subsidiam nossa hipótese de que há uma relação entre os fluxos de povoamento e distribuição areal de variantes específicas.

3 ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

Nesta seção, abordamos aspectos linguísticos basilares que nortearam nossa análise. Embora alguns tópicos sejam recorrentes em trabalhos dessa natureza, julgamos importante tecer breves considerações sobre o tema para que a compreensão da tese esteja acessível a qualquer leitor, até mesmo aos sem conhecimentos prévios sobre o assunto.

Iniciamos a seção com a explanação dos conceitos básicos de *língua*, *léxico*, *isoglossa* e *dialeto*; seguidos da descrição sucinta das propostas de divisões dialetais elaboradas para o português brasileiro, de Ribeiro ([1881] 1891) a Nascentes (1953). Esta última, considerada a mais acurada desde as previamente elaboradas, vem sendo examinada durante as últimas décadas, por meio de pesquisas empíricas, realizadas majoritariamente a partir da análise de dados coletados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, descritas logo após a visão de Nascentes (1953). Por fim, comentamos acerca das pesquisas/obras linguísticas, já desenvolvidas ou em andamento, que versam acerca do português falado no Nordeste.

3.1 CONCEITOS BÁSICOS: LÍNGUA, DIALETO, FALAR, LÉXICO

Apresentamos nesta subseção conceitos basilares de *língua*, *dialeto*, *falar* e *léxico*, pertinentes para o desenvolvimento de nossa análise.

3.1.1 Língua, Dialeto e Falar

Segundo Ferreira e Cardoso (1994), a *língua*, em seu sentido amplo, é um “sistema de sinais acústico-orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade” (p.11). Por se referir a um sistema, trata-se, portanto, de uma abstração, pois, a partir do momento em que é concretizada em atos de fala, surge a diversidade e esta deixa de ser um monobloco linguístico. Em seu sentido restrito, as autoras trabalham com o conceito de *língua histórica*, formada a partir de um “processo histórico, evolutivo”, resultado da “diversificação de uma língua anterior”; possui estrutura fônica, gramatical e lexical definida, que a diferencia das demais línguas históricas. Este é o caso das línguas de civilização, como a língua portuguesa, a francesa, a inglesa etc.

A língua histórica possui diferenças: (i) diafásicas, que se referem ao tipo de modalidade de uma língua, isto é, ao estilo selecionado pelo falante, que pode ser formal, informal; (ii) diastráticas, referentes ao modo de falar de diferentes estratos socioculturais, como a linguagem culta, popular; (iii) diarreferenciais, referentes à fala objetiva e à fala metalinguística; (iv) diacrônicas, que se referem às mudanças ao longo do tempo, épocas diferentes; (v) diatópicas, que se referem às distinções observadas entre espaços geográficos. Este último tipo de diferença, segundo Ferreira e Cardoso (1994), corresponde aos dialetos.

Sobre os dialetos, Brandão (1991, p. 13) apoia-se em Manuel Alvar (1968), ao conceituá-lo como “sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum” (Brandão, 1991, p. 12-13).

Há autores, no entanto, que consideram que dialetos se referem não só a diferenças geográficas, como também sociais. Segundo o Dicionário de Sociolinguística, *dialeto* “é uma variedade regional ou social de uma língua que se diferencia de outras por traços específicos de gramática, fonologia e léxico, e que pode ser associada a um acento geográfico ou social (socioleto) distintivo”⁴ (Trudgill; Hernández Campoy, 2007, p. 98, tradução nossa). Esses traços específicos evidenciam uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras (Ferreira; Cardoso, 1994).

A partir da distribuição espacial desses traços, torna-se possível delimitar/ identificar a extensão de uma variante linguística, por meio do traçado de linhas virtuais conhecidas como *isoglossas*, que delineiam contrastes e apontam semelhanças. A reunião de várias isoglossas, segundo Ferreira e Cardoso (1994), é o que conhecemos por *dialeto*, um feixe de isoglossas que aponta para uma homogeneidade relativa, uma vez que os limites traçados não são rígidos, sendo toda língua histórica constituída por um conjunto de dialetos.

No texto onde foi publicada a divisão dialetal utilizada como referência para esta tese, Nascentes (1953), apoiado em Marouzeau, conceitua: *dialeto*, como uma “forma especial tomada por uma língua num dado domínio. Define-se por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá impressão de fala distinta

⁴ Tradução livre de: “dialecto es una variedad regional o social de una lengua que se diferencia de otras por rasgos específicos de gramática, fonología y léxico, y que puede ser asociada con un acento geográfico o social (sociolecto) distintivo.” (Trudgill; Hernández Campoy, 2007, p. 98):

das falas vizinhas, a despeito do parentesco que as une.” (Nascentes, 1953, p. 16); e *falar*, como “um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico” (Nascentes, 1953, p. 17). Esse posicionamento justifica o ajuste feito pelo autor, que, na publicação de 1922, substituiu a expressão *subdialeto*, por *subfalares*, assim como *dialeto*, por *falar*, na publicação de 1953.

Desde então, o conceito de *falares* foi discutido por diversos autores, dentre os quais destacamos Câmara Júnior (1977), para o qual *falares* significa “línguas de pequenas regiões”, e dialeto, por sua vez, um conjunto de falares que concordam entre si por meio de traços essenciais; e Zágari (2005), que conceitua o termo como “realizações lingüísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, um ritmo de fala e a uma que outra [sic] definida escolha de um item lexical” (Zágari, 2005 *apud* Teles, 2018, p. 56).

3.1.2 Léxico

O léxico, segundo Vilela (1994, p. 17), é o nível linguístico que corresponde ao “conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade lingüística comunicam entre si”, ou seja, é o “conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua” que permite a comunicação entre falantes da mesma língua. “Constitui um sistema aberto, mais ou menos imprevisível e quase infinito”, ou seja, um *diassistema*, por reunir, na mesma categoria, as palavras de todas as variedades de uma língua (Vilela, 1994, p. 18).

Para Biderman (2001b, p. 179),

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua.

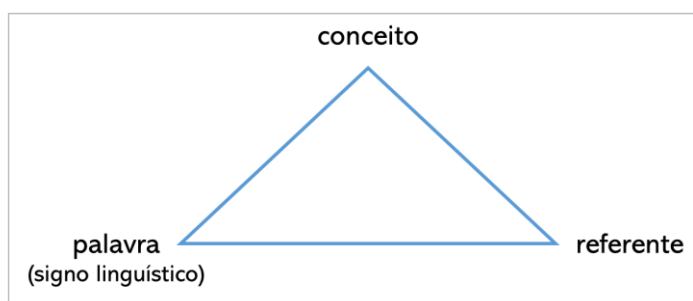
Segundo a autora, o léxico surge por meio de um processo criativo de “atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (Biderman, 2001b, p. 13). Está, portanto, relacionado diretamente com a história dos falantes, pois trata-se do “patrimônio vocabular de uma dada comunidade lingüística ao longo de sua história, (...) tesouro cultural abstrato” (*ibid.*, p. 14), ou seja, o *thesaurus* vocabular, a partir do

qual novas palavras vão sendo geradas. Por conta disso, o léxico sofre variações de acordo com seus falantes, os quais incorporam sua realidade aos modelos formais preexistentes e criam denominações para o mundo a sua volta. Isso explica a vasta riqueza lexical de falantes, tanto de áreas rurais, onde há maior frequência de formas idioletais, como de falantes da área urbana, devido ao grande progresso técnico-científico e social, decorrente da integração entre povos, culturas e rápida evolução dos meios de comunicação de massa.

Este fato ocorre porque cada comunidade faz uso do modelo linguístico herdado por seu grupo social para forjar seu instrumento linguístico a fim de designar novos conceitos (*ibid.*, p. 15). Refere-se, portanto, à primeira “etapa do percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1987, p. 81).

Ogden & Richards (1923 *apud* Biderman, 1987, p. 82) propõem o Triângulo da significação (Triângulo semiótico) (Figura 6), que traz uma exemplificação do processo criativo de geração do léxico:

Figura 6 – Triângulo da significação (Ogden; Richards, 1923)



Fonte: adaptado de Biderman (1987, p.82).

Em breves palavras, o signo linguístico (palavra), ou significante, é formado a partir da relação entre o conceito, isto é, o significado, e o referente, objeto externo ao qual o significado se refere. Geralmente, a relação entre o referente e o signo é arbitrária, quando a atribuição de uma palavra a um referente acontece de forma aleatória, ou motivada, quando há relação entre o referente e a palavra. Já o conceito/significado, “depende de quem a usa [a palavra], quando a usa, onde, com que objetivos, em que circunstâncias e com que sucesso, (...)” (Epstein, 2003, p. 13)

Dessa maneira, entendemos que o acervo lexical dos falantes está relacionado ao seu conhecimento de mundo (Amâncio, Paes, Aguilera, 2009), uma

vez que utiliza o léxico para a nomeação da realidade à sua volta. Essa característica pode ser observada na Seção 5, referente à análise de itens lexicais mediante sua distribuição espacial, em especial na subseção 5.4., na qual apresentamos um grande número de variantes para o item *libélula*, principalmente em localidades do interior, onde muitos não conhecem a variante padrão/dicionarizada utilizada para denominar o inseto.

É por conta disso que “o estudo do léxico permite a observação da leitura que uma comunidade realiza de seu contexto e da preservação de parte da sua memória sócio-histórica e linguístico-cultural, (...)” (Paim, 2020, p. 161).

Apesar de, atualmente, o nível lexical ser o mais utilizado para a verificação de dialetos no Brasil, as primeiras propostas de divisão dialetal do país não foram baseadas nesse nível linguístico, conforme explicita a subseção que segue.

3.2 PROPOSTAS DE DIVISÕES DIALETAIS BRASILEIRAS

Dentre as propostas para uma divisão dialetal brasileira, a que recebeu maior destaque e reconhecimento foi a de Nascentes (1953). No entanto, antes de sua elaboração, outras propostas foram publicadas e comentadas por Nascentes em *O linguajar carioca* (1953). Na obra, Nascentes indica as possíveis problemáticas de cada proposta, antes de apresentar a sua versão.

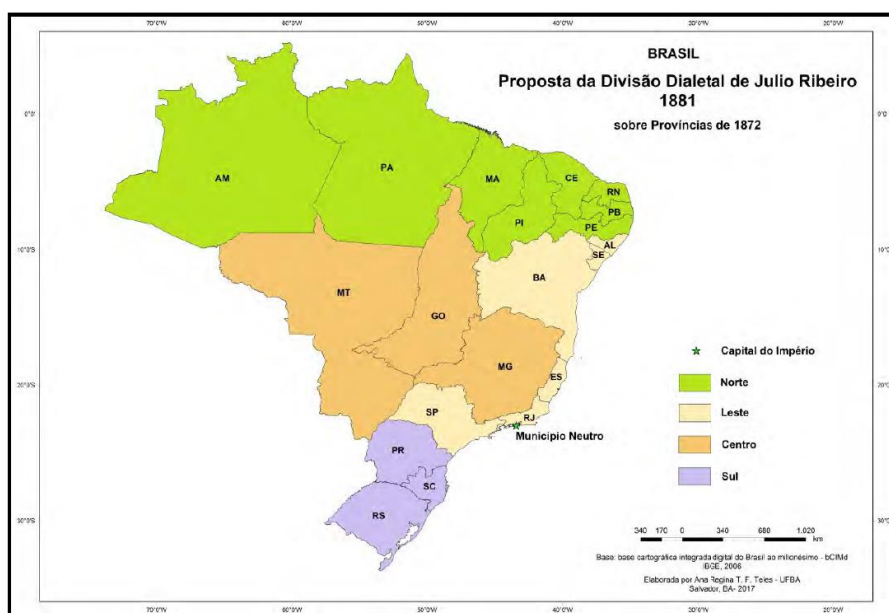
Inicialmente, cita a de Júlio Ribeiro ([1881] 1891)⁵, elaborada com base em critérios geográficos, por meio da qual o autor divide o Brasil em quatro falares:

- 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco);
- 2) Leste (Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo);
- 3) Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 4) Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (Nascentes, 1953, p. 20).

A fim de permitir melhor visualização, reproduzimos o cartograma (Figura 7) elaborada por Teles (2018, p. 84), com base em Nascentes (1953), que traz essa representação.

⁵ As divisões dialetais elaboradas por Júlio Ribeiro ([1881]1891), Maximino Maciel (19--), João Ribeiro (1900) e Rodolfo Garcia (1915) também foram comentadas por Silva Neto (1950), em matéria do jornal *A Manhã*.

Figura 7 - Representação da divisão dialetal de Júlio Ribeiro ([1881] 1891)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Mendes dos Remédios (1898, p. 34), Nascentes (1953, p. 20).

Fonte: Teles (2018, p. 84).

Nessa divisão, Nascentes (1953) destaca como problemas: (i) o fato de o Norte e o Nordeste estarem juntos, apesar de serem muito diferentes; (ii) Alagoas estar separado dos demais estados do NE; (iii) o Espírito Santo e o Rio de Janeiro juntos com a Bahia, sem discriminação de norte e sul; (iv) São Paulo e Alagoas em um mesmo falar, sendo que o primeiro é caracteristicamente sulino; (v) Minas Gerais pertencente ao mesmo falar de Goiás e Mato Grosso.; (vi) o falar do sul não inclui São Paulo.

A segunda divisão comentada tanto por Nascentes (1953) como por Serafim da Silva Neto (1950), é a de João Ribeiro, publicada na obra *História do Brasil* (Ribeiro, 1900), cujo viés não é geográfico ou linguístico, mas exclusivamente histórico. Segundo ele, o Brasil estaria dividido em cinco grupos, a partir dos quais iniciou-se o povoamento do Brasil:

- 1) o Extremo Norte (a Amazônia, o *Maranhão*, Piauí e Ceará);
- 2) o Norte (Alagoas, *Pernambuco*, Paraíba e Rio Grande do Norte);
- 3) o Centro (Sergipe, *Baía*, Ilhéus e Porto Seguro);
- 4) o Interior (*São Paulo*, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 5) o Sul (Espírito Santo, *Rio de Janeiro*, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (NASCENTES, 1953, p. 21 e 22).

A seguir, o cartograma de Teles (2018), com base na descrição feita pelo autor (Figura 8).

Figura 8– Representação da divisão dialetal de João Ribeiro (1900)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Ribeiro (1901, p. 188, 192, 196, 198, 203).

Fonte: Teles (2018, p. 87).

Mais à frente no texto, Ribeiro retoma a divisão e, em uma nota de rodapé, faz algumas ressalvas sobre um possível desdobramento:

Ainda hoje pouco haveria a modificar n'essas divisões, que se desenvolveram como unidades históricas, autônomas, a não ser talvez o acrescentar-se [sic] a existência de um grupo extremo meridional (6° *Rio Grande*) [...] e outro extremo septentrional (7° *Amazonas*) diferente do Maranhão; e mais o (8) *Ceara*, que mesmo nos tempos coloniais viveu indeciso entre as orbitas administrativas do Maranhão e Pernambuco (RIBEIRO, 1900, P. 188 *Apud* TELES, 2018, p. 86).

Com base nessas observações, Teles (2018) elabora um segundo mapa sobre a divisão do autor, agora contemplando as zonas de transição, destacadas por ele (Figura 9).

Figura 9 – Representação da divisão dialetal de João Ribeiro (1900) com zonas de transição



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Ribeiro (1901, p. 188, 192, 196, 198, 203).

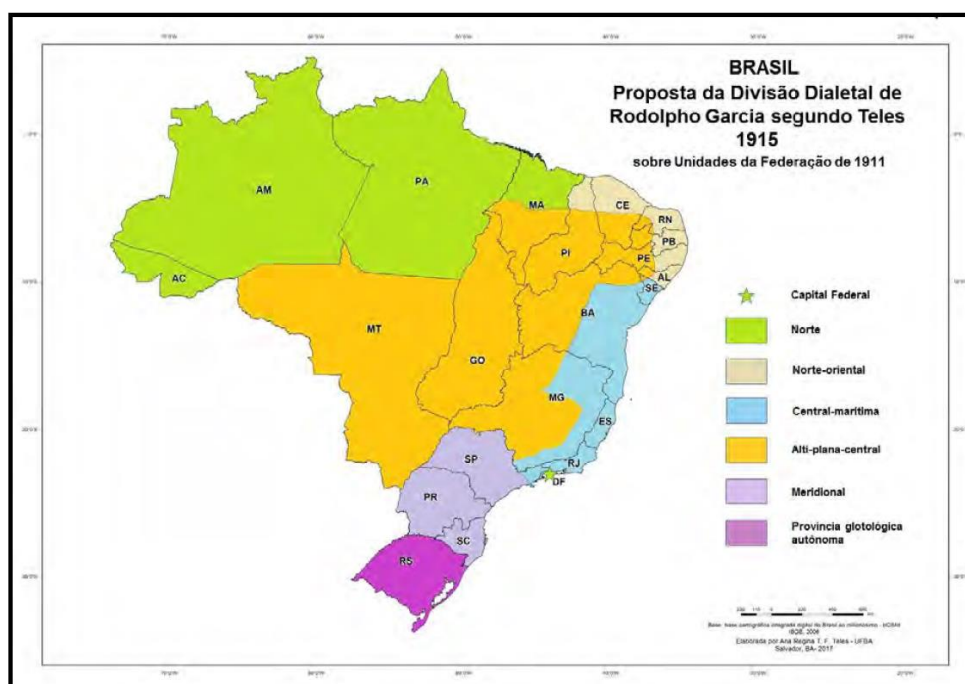
Fonte: Teles (2018, p. 87).

Já a terceira proposta, de Rodolfo Garcia, une o aspecto histórico ao geográfico, sendo mais aceitável, segundo Nascentes (1953), uma vez que Garcia considerou continuidade territorial, facilidade de comunicação entre localidades, homogeneidade e heterogeneidade de culturas (Figura 10). A proposta consiste nas zonas:

- 1) Norte, (Amazonas, Pará, Maranhão);
- 2) Norte-oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas);
- 3) Central-marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro);
- 4) Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul);
- 5) Altiplana-central (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

A seguir, a Figura 9 com a representação da divisão.

Figura 10 – Representação da divisão dialetal de Rodolfo Garcia (1915)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Garcia (1915, p. 651-652).

Fonte: Teles (2018, p. 90).

No entanto, como problemas, Nascentes (1953) aponta que o Maranhão não deveria estar na zona Norte, pois é um estado intermediário entre Norte e Nordeste; o Rio de Janeiro e o sul do Espírito não deveriam estar na zona Central marítima; e Minas Gerais (sem discriminação) e Goiás não deveriam estar na mesma área que o Mato Grosso.

Sobre a divisão de Maximino Maciel (Figura 11), que divide o Brasil em três grandes falares: 1) brasílio-guianense ou setentrional; 2) idiodialetos, estaduais ou centrais; 3) brasílio-castelhano ou meridional, Nascentes (1953) aponta incongruências, como o fato de a língua Guiana Brasileira se estender até o Amazonas, além de que a influência do castelhano platino na língua da fronteira entre Uruguai e Argentina não teria sido forte o suficiente para gerar um subfalar.

Figura 11 – Representação da divisão dialetal de Maximino Maciel (1950)



Fonte: Romano (2015, p. 100).

Posteriormente, o autor comenta sua primeira divisão, publicada em 1922, na qual o Brasil estaria dividido entre as zonas:

- 1) Nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Baía);
- 2) Fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas, Distrito Federal);
- 3) Sertaneja (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão dos Estados litoraneos desde o Maranhão à Baía);
- 4) Sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro) (Nascentes, 1953, p. 23).

A Figura 12 traz a representação da primeira divisão proposta por Nascentes (1922).

Figura 12 – Representação da divisão dialetal de Nascentes (1922)



Fonte: Nascentes (1955, p. 216) *apud* Teles (2018, p. 104).

No entanto, Lindolfo Gomes, na *Revista de Filologia e História*, II, 390, apontou problemas na proposta, que foram comentados e consentidos por Nascentes.

Perguntamos: os falares do Sul de Minas, p. ex., pertencerão ao subdialeto (então davamos este nome aos subfalares) fluminense ou ao sulista, em que se enquadra o povo de São Paulo? Como é que toda Minas poderá, com o sertão da Baía, Goiás e Mato Grosso, constituir o subdialeto central ou sertanejo? A mata mineira não haverá que pertencer de preferencia ao grupo fluminense e capixaba, e isso mesmo quanto a limitadas zonas do Espírito Santo e do Estado do Rio? (Gomes *apud* Nascentes, 1953, p. 23).

Nascentes (1955) argumenta que, até então, conhecia apenas uma pequena parte do território brasileiro, mas aceita as ponderações de Lindolfo Gomes e reformula a divisão em 1933, que foi novamente criticada por Renato Mendonça. Nascentes (1953), dessa vez, não concorda com as colocações feitas, respondendo-as pontualmente. Conclui a análise das propostas dialetais prévias, anunciando sua nova divisão, afirmando que: “Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto proxima da verdade” (Nascentes, 1953, p. 24)

Assim, o pesquisador dividiu o Brasil em dois grandes falares: o do Norte e o do Sul, com base na cadência e existência de pretônicas abertas em

vocábulos que não sejam diminutivos e nem advérbios com terminação -mente. A separação entre eles ocupa posição aproximadamente equidistante entre os extremos setentrional e meridional do Brasil. Estes falares apresentam subdivisões:

Os subfalares do Norte são dois: o amazonico, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba.

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso.

O perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abuna), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Tres Barras, Cariai, Xingu, Fresco e Aquiqui e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto incharacterístico (Nascentes, 1953, p. 25-26).

A Figura 13 traz uma reprodução do mapa desenhado pelo autor, publicado em sua obra.

Figura 13 – Representação da divisão dialetal de Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p. 18).

Após a publicação dessa proposta, em 1953, não houve nenhuma outra tão efetiva que a substituísse. Sobre *O linguajar carioca*, livro no qual a proposta foi publicada, Elia (1991) comenta que,

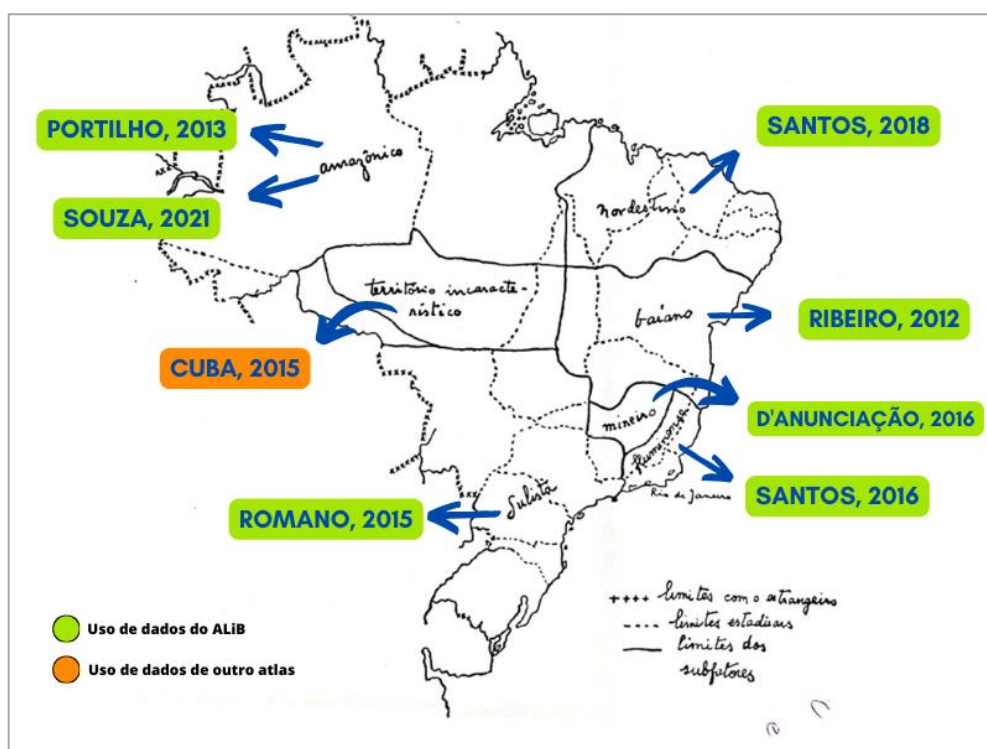
Embora não tivesse a Dialectologia ocupado posição central em sua obra filológica, Nascentes trabalhou no setor com segura consciência profissional, inegável originalidade, carreando dados e firmando posições que lhe deram extraordinário relevo entre os que, infelizmente poucos, se vêm ocupando com a matização do mapa lingüístico do Brasil (ELIA, 1991, p. 36).

3.3 VERIFICAÇÕES JÁ REALIZADAS, COM BASE NO LÉXICO, DA PROPOSTA DE NASCENTES (1953)

Até os dias atuais, a divisão dialetal de Nascentes é utilizada como referência para os demais pesquisadores que buscam investigar os dialetos brasileiros. Dentre elas, destacamos as que focalizaram o nível lexical da língua, por apresentar marcas mais evidentes de regionalismos e dialetos sociais.

A Figura 14 mostra os trabalhos mais recentes desenvolvidos na área do léxico, à luz da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953).

Figura 14 – Trabalhos recentes de análises lexicais, desenvolvidos à luz da proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953)



Fonte: Adaptado pela autora, com base em Nascentes (1953).

Trata-se de trabalhos acadêmicos: monografia, dissertações e teses, defendidos entre os anos de 2012 e 2021, desenvolvidos, ou não, com dados do ALiB, e analisados, nesta seção, segundo a ordem cronológica crescente de publicação.

A tese de Ribeiro (2012) foi a primeira a verificar a vitalidade da proposta de Nascentes (1953) a partir do acervo lexical do Projeto ALiB e tem servido como base para as demais pesquisas com mesmo viés. O cerne da investigação foi o campo semântico Jogos e Diversões Infantis (QSL/ALiB) (Comitê..., 2001, p. 34), composto por 13 questões, cujo foco são características gerais de uso das brincadeiras/brinquedos e dicionarização das variantes coletadas⁶. A pesquisadora analisou dados de fala de 244 informantes do Projeto ALiB, distribuídos entre 57 localidades, pertencentes a 11 estados brasileiros, dentre os quais cinco fazem parte da área do falar baiano, e as restantes estão nas áreas adjacentes.

Sua pesquisa atesta a vitalidade da demarcação de Nascentes (1953) para o Subfalar Baiano e ainda sugere a existência de quatro subáreas dialetais: A (área nordeste da região investigada, demarcada pelas isoléxicas traçadas a partir da distribuição das lexias *manja*, *peteca*, *cabra-cega* e *se esconder*); B (área localizada no estado da Bahia, traçada a partir das isoléxicas das variantes *picula*, *badogue*, *balança*, *periquito*); C (área localizada no estado de Goiás, englobando parte do Subfalar Baiano e da área de controle, com limites traçados pela distribuição simultânea de (*bango*)-*balango*, *maré*, *pique*, e *pique-pega*); e D (área no estado do Espírito Santo e na área de controle, demarcada pela distribuição simultânea das lexias *ratinho*, *seta*, *vidro* e *boleta*).

O segundo trabalho, *O falar Amazônico: uma análise da proposta de Nascentes* (Portilho, 2013)⁷, teve como objetivo principal verificar a vitalidade da demarcação de Nascentes (1953) para a área do Subfalar Amazônico, procedeu à distribuição diatópica dos itens lexicais referentes à área semântica Jogos e Diversões Infantis (Comitê..., 2001, p. 34), a partir dos dados do Projeto ALiB. Para tanto, analisou dados de fala de 128 informantes, distribuídos entre 26 pontos linguísticos selecionados da rede de pontos do Projeto ALiB, sendo 20 deles pertencentes à área

⁶ A tese de Silvana Ribeiro foi defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da prof^a. Dr^a Suzana Cardoso, uma das fundadoras do Projeto ALiB.

⁷ A dissertação foi defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a orientação da prof^a. Dr^a Aparecida Negri Isquerdo

do falar amazônico e seis em áreas adjacentes – área de controle – que influenciam e/ou são influenciadas pelo Subfalar Amazônico.

Seus resultados atestaram a vitalidade parcial da área demarcada por Nascentes (1953) para o Subfalar Amazônico, dentre os quais se destaca a distribuição das variantes *peteca* (QSL 156) e *baladeira* (QSL 157), com ampla frequência na área em foco, e das variantes *bolinha de gude* e *estilingue*, com maior produtividade nas duas localidades do Mato Grosso. Para a pesquisadora, esse resultado é um indício de que há uma divisão de falares: o falar do Norte, e o do restante do país.

Na sequência, a tese *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no centro-sul do Brasil* (Romano, 2015)⁸ cujo objetivo foi investigar a área traçada por Nascentes (1953) como Subfalar Sulista. Para isso, o pesquisador analisou dados de fala originados do Projeto ALiB, referentes às questões QSL 001 (*córrego*) (Comitê..., 2001, p. 21), QSL 039 (*tangerina*) (Comitê..., 2001, p. 24), QSL 132 (*menino*) (Comitê..., 2011, p. 31), QSL 156 (*bolinha de gude*) (Comitê..., 2001, p. 34) e QSL 177 (*geleia*) (Comitê..., 2001, p. 36), de 472 informantes, distribuídos entre 118 localidades da rede de pontos do Projeto, que envolve os estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A partir de seus resultados, Romano (2015) propôs uma nova divisão, uma vez que a região do Subfalar Sulista não apresentara homogeneidade no que diz respeito ao léxico. Assim, delimitou duas subáreas: o *falar paulista*, localizado no estado de São Paulo e adjacências, onde há menor número de variantes lexicais regionais e predomínio de variantes padrões; e o *falar sulista*, localizado no Rio Grande do Sul, com expansão para o Oeste de Santa Catarina, e sudoeste do Paraná, apresentando traços do português de contato, devido aos fluxos migratórios que ocorreram na região e por ser uma área onde há maior variedade de lexis.

Em seguida, a monografia *Registrando o léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis em Minas Gerais* (D’Anunção, 2016)⁹, que objetivou atestar ou não a vitalidade da divisão dialetal proposta por Nascentes (1953) para o Subfalar Mineiro e verificar se esses dados contribuem para a definição do Falar Mineiro,

⁸ A tese foi defendida por Valter Romano em 2015, no programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Estadual de Londrina, sob orientação da prof^a. Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera.

⁹ A monografia foi defendida por Eliana D’Anunção em 2016 no Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, orientada pela prof^a. Dr^a. Silvana Ribeiro.

proposta por Zágari (1998). Para isso, investigou dados de fala, correspondentes às perguntas 156 (item *bolinha de gude*), 157 (item *estilingue*), 158 (item *papagaio de papel*), 159 (item *pipa*) e 167 (item *amarelinha*) do QSL/ALiB (Comitê..., 2001, p. 34-35), de 96 informantes, distribuídos entre 23 localidades pertencentes ao estado de Minas Gerais. Seu trabalho objetivou atestar ou não a vitalidade da divisão dialetal proposta por Nascentes (1953) para o Subfalar Mineiro e verificar se esses dados contribuem para a definição do Falar Mineiro, proposta por Zágari (1998).

Segundo a autora, seus resultados foram suficientes para evidenciar a heterogeneidade da região, mas não para confirmar os traçados feitos por Nascentes (1953), pois, para isso, seria necessário que mais estudos, por meio da análise de outros itens lexicais, fossem realizados.

O quinto trabalho, a dissertação *Brincando pelos caminhos do falar fluminense* (Santos, 2016)¹⁰, teve como objetivo principal verificar a demarcação feita por Nascentes (1953) para a área do Subfalar Fluminense, por meio da análise das lexias referentes às 13 perguntas que compõem o campo semântico Jogos e Diversões Infantis (QSL/ALiB) (Comitê..., 2001, p. 34). Para tanto, foram selecionados dados de fala de 152 informantes, distribuídos entre 35 localidades, pertencentes a cinco estados brasileiros. Além da análise diatópica das variantes, o pesquisador comparou seus resultados aos demais trabalhos com proposta semelhante (Ribeiro, 2012; Portilho, 2013; Romano, 2015).

Santos (2016) concluiu que o traçado macro de Nascentes (1953), entre os falares Norte e Sul, é mais acurado do que os limites de suas subdivisões, pelo menos que tange ao falar fluminense, uma vez que não houve uma distinção clara entre a expressão das lexias nos pontos da área de controle e na área delimitada como falar fluminense.

Prosseguindo, a tese *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico – ALTTI* (Cuba, 2015)¹¹, cujo objetivo foi documentar e descrever a variedade do português falado na área denominada por Nascentes em 1953 como Território Incaracterístico, por se tratar, na época, de uma região praticamente

¹⁰ A dissertação de Leandro Santos foi defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Silvana Ribeiro, e coorientação da prof^a. Dr^a Marcela Paim, membros do Comitê do Projeto ALiB.

¹¹ A tese foi defendida por Marigilda Cuba, em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação prof^a. Dr^a Aparecida Negri Isquerdo

inabitada, de mata fechada; localizada entre a fronteira boliviana e a fronteira do Mato Grosso com o Amazonas e o Pará. No entanto, depois das políticas de povoamento governamentais e dos avanços dos meios de comunicação e de transporte, a urbanização da área foi se expandindo e se consolidando linguisticamente ao longo dos últimos 60 anos.

Com base na metodologia adotada pelo ALiB (Comitê..., 2009), Cuba selecionou 11 localidades, distribuídas pelos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Goiás, em cada uma das quais foram entrevistados quatro informantes, estratificados segundo sexo e faixa etária, com escolaridade até o Ensino Médio. O ALTTI contém 110 cartas: sete introdutórias, 16 fonéticas, 69 lexicais, 12 morfossintáticas e seis sintéticas.

Por meio da análise dos dados, a autora chegou à conclusão de que se trata de uma região multivarietal que evidencia o contato entre duas frentes migratórias: a nortista e a sulista. Esta é a única verificação realizada com dados que não são do ALiB.

Na sequência, a dissertação *As estrelas no corpus do Projeto ALiB: revisitando o falar amazônico* (Souza, 2021)¹² traz a análise do mesma área explorada por Portilho (2013), porém com a investigação de um campo semântico diferente: Astros e Tempo QSL/ALiB, questões 029, 030 e 031 (Comitê..., 2001, p. 23), as quais investigam nomes atribuídos a estrelas. Souza (2021) buscou averiguar a veracidade dos traçados de Nascentes (1953) por meio da análise de os dados de fala de 144 informantes, distribuídos entre 30 localidades da rede de pontos do ALiB. A autora verificou a distribuição espacial das variantes e variáveis sociais, e comparou seus resultados com os de Mota (1999), Oliveira (2014), Carvalho (2015) e Cuba (2015), no que tange à investigação das denominações dadas às estrelas, e com os de Portilho (2013), concernente à demarcação do Subfalar Amazônico.

Em seus dados, foram encontradas 50 denominações diferentes nas três questões investigadas, o que sinaliza a diversidade cultural da área, refletida no falar de suas comunidades. A partir da análise desenvolvida, Souza (2021) afirma que a divisão macro – em falares Norte e Sul – parece se confirmar, no entanto, em alguns momentos, há diálogo entre a norma lexical do Norte com a do Centro-Oeste, a partir

¹² A dissertação foi defendida por Ana Rita de Souza, em 2021, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da prof^a. Dr^a Marcela Paim.

da comparação com os trabalhos de Carvalho (2015) e Cuba (2015), sobre as denominações das estrelas. Além disso, o Maranhão se destaca por suas semelhanças com o falar amazônico, fator que aponta para a não acuracidade da linha traçada por Nascentes (1953).

O oitavo trabalho analisado, *O léxico dos jogos e diversões infantis no corpus do Projeto ALiB: visitando o falar nordestino* (Santos, 2018)¹³, analisou a vitalidade da área dialetal *Subfalar Nordestino*, delimitada por Nascentes (1953). Como objetivos específicos, a pesquisadora elencou:

(i) revisar os dados de Ribeiro (2012), D’Anunciação e Ribeiro (2014), e Rodrigues e Ribeiro (2014; 2015; 2016), Santos e Ribeiro (2015; 2016)¹⁴ a fim de promover a junção, tratamento e interpretação dos dados, vistos de forma global; (ii) apresentar uma proposta de divisão dialetal para a área do *Falar Nordestino*; (iii) comparar a divisão dialetal apresentada com a de Nascentes (1953); (iv) contribuir para a descrição do português falado no Brasil, com dados do léxico dos *jogos e diversões infantis do corpus* selecionado (Santos, 2018, p. 22).

Para tanto, selecionou dados de 53 localidades da rede pontos do Projeto ALiB, que correspondem a 240 informantes, estratificados quanto ao sexo (masculino, feminino), faixa etária (Faixa I – 18 a 30 anos, Faixa II – 50 a 65 anos) e dois níveis de escolaridade (fundamental incompleto e universitário – o último apenas nas capitais). Para a pesquisa, foram selecionadas as respostas para as 13 questões da área semântica Jogos e Brincadeiras Infantis do QSL/ALiB, que correspondem aos itens *cambalhota* (QSL 155), *bola de gude* (QSL 156), *estilingue* (QSL 157), *pipa com varetas* (QSL 158), *pipa sem varetas* (QSL 159), *esconde-esconde* (QSL 160), *cobra-cega* (QSL 161), *pega-pega* (QSL 162), *pique* (QSL 163), *chicote-queimado* (QSL 164), *gangorra* (QSL 165), *balanço* (QSL 166) e *amarelinha* (QSL 167) (Comitê..., 2001, p. 34-35).

A análise de cada item foi constituída de: (i) breve contextualização do brinquedo ou brincadeira infantil, comentários e resultado de consultas no dicionário Houaiss (2011); (ii) explanação de propostas de agrupamentos de

¹³ Dissertação defendida por Grazielle Santos em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da profª. Drª Silvana Ribeiro. Esse trabalho foi descrito de forma mais detalhada que os demais por se tratar da mesma área de estudo desta tese.

¹⁴ Também desenvolvidas por meio da análise de dados do ALiB, as pesquisas citadas investigaram a distribuição de itens lexicais referentes aos brinquedos e brincadeiras infantis em áreas que compõem a região denominada por Nascentes (1953) como subfalar nordestino.

variantes; (iii) representação dos dados por meio de gráficos de frequência e distribuição diatópica das lexias mais produtivas; (iv) apresentação da cartografia dos resultados; (v) breves comentários que denotam variação social, quando se julgou necessário; e (vi) comparação dos resultados encontrados para o item em questão com os resultados obtidos por outros pesquisadores do ALiB.

Ao observar seus dados e de demais pesquisadores que estudaram as áreas dialetais demarcadas por Nascentes (1953), a autora concluiu que há certa exatidão no traçado que delimita os falares do Norte e do Sul, uma vez que há lexias como *carambela*, *carambola* (referentes ao item cambalhota), *bila*, *peteca* (referentes ao item bola de gude), *balançador* (referente ao item balanço), *pata-cega* (referente ao item cobra-cega), *cancão* e *academia/cademia* (referentes ao item amarelinha), que apareceram apenas nas áreas do Falar Nordestino e Falar Amazônico, sendo, portanto, exclusivas do Falar do Norte.

Concluiu, que, por meio do léxico, foi possível delimitar a área do falar nordestino, embora seus dados indicassem a não atualidade da demarcação desse território, uma vez que não se trata de uma área “homogênea linguisticamente”. A autora afirma que “a falta de unidade linguística pode ser explicada pela extensão e pela diversidade sócio-histórica da área” (Santos, 2018, p. 200).

Seus dados apontam para uma subdivisão da área com limites fluidos, em que

O estado do Maranhão e, por vezes, algumas cidades limítrofes do Piauí representam uma subárea, que se aproxima da Região Norte do país (limites do *Falar Amazônico*). A outra subárea é formada pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que ora dialogam com o Ceará, ora dialogam com Alagoas (Santos, 2018, p. 200).

Estes últimos estados, Ceará e Alagoas, caracterizam-se como uma área de transição, devido à expressão de itens com que dialogam com as duas subáreas sugeridas:

- (i) Em Alagoas: *ximbra* (QSL156 – bola de gude), com presença também em dois pontos de PE (72 e 69), e *avião* (QSL167 – amarelinha), com presença em todas as localidades de AL em área de contato em PE (68).
- (ii) No Ceará: *cabiçulinha* (QSL 156 – bola de gude), com contato em área de fronteira com o RN (ponto 51); *estilete* (QSL 157 – estilingue), em um ponto do Maranhão (26), e *cavalete* (QSL 165 – gangorra) (Santos, 2018, p. 200).

Em suma, a pesquisadora afirma que a demarcação feita por Nascentes (1953) não corresponde à atual realidade linguística da região, uma vez

que se trata de uma área heterogênea linguisticamente. No entanto, ressalta ser necessário fazer uma investigação mais aprofundada, analisando outros itens lexicais, correlacionados a aspectos histórico-sociais da região.

3.4 INVESTIGAÇÕES SOBRE O FALAR NORDESTINO: ESTUDOS JÁ REALIZADOS OU EM ANDAMENTO

Além do estudo de Santos (2018), outras análises dialetológicas foram feitas a respeito da língua falada no Nordeste ou de áreas específicas da região. Neste tópico, destacamos Marroquim (1934); os atlas estaduais de Rossi (1963), de Aragão e Bezerra de Menezes (1984), de Ferreira *et al.* (1987), de Cardoso (2002), de Bessa (2010), de Sá (2013) e de Doiron (2017); os atlas estaduais em andamento, os atlas de pequeno domínio abrangendo regiões de Estados nordestinos, como as teses de Pereira (2007), de Silva (2012), de Lima (2019), de Moreira Saraiva (2019); as dissertações de Almeida (2009) e de Mendonça (2017); e os dois e-books sobre a fala nordestina, referentes ao compilado de trabalhos dialetológicos, organizados por Lopes, Araújo e Freitag (2016), e Lopes, Oliveira e Parcero (2017).

3.4.1 Monografia Dialectal: *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco* (Marroquim, 1934)

É uma das obras que marcou o início da segunda fase da Dialectologia no Brasil e se destaca pela inovação no tratamento da temática, com interesse histórico e preocupação em descrever a realidade e suas particularidades regionais do idioma, conforme afirma Gilberto Freire no prefácio da segunda edição da obra, publicada em 1945 (Cardoso, 2021).

Nesta obra, Marroquim (1934) faz uma análise da língua portuguesa falada em Alagoas e Pernambuco, variedade que, segundo ele, é homogênea, pois os dois estados possuem a mesma formação histórica e étnica.

Para tanto, o autor divide sua obra nas seguintes seções: *Dialeto*, na qual o autor aborda fatos históricos que podem ter influenciado a língua da região; *Fonologia*; *Vocalismo*; *Consonantismo*; *Figuras de dicção*; *Gênero*; *Número*; *Grau*; *Pronomes*; *Verbos*; *Lexicologia*; *Tematologia*; e *Sintaxe*.

3.4.2 Atlas Estaduais Concluídos

3.4.2.1 Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) (Rossi, 1963)

Elaborado por Nelson Rossi, foi o primeiro atlas linguístico publicado no Brasil, e até hoje serve de subsídio metodológico para a elaboração de pesquisas geolinguísticas desenvolvidas no país.

Foram entrevistados 100 informantes: 57 mulheres e 43 homens, com idade entre 25 e 60 anos, analfabetos ou semianalfabetos, distribuídos entre 50 localidades, que contemplam as 16 zonas fisiográficas da Bahia, à época. As entrevistas foram feitas com o apoio de um questionário de 182 perguntas (selecionadas de um questionário mais amplo, de 3000 questões), divididos entre os campos semânticos Terra, Vegetais, Homem e Animais, além da aplicação de um teste de identificação, realizado após o inquérito, no qual o informante respondeu perguntas relacionadas a expressões específicas recorrentes na fala da região (Projeto Atlas Linguístico do Brasil, 2023).

3.4.2.2 Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB) (Aragão, Bezerra de Menezes, 1984)

O Atlas Linguístico do Paraíba, terceiro atlas estadual brasileiro¹⁵, organizado por Aragão e Cleuza Bezerra de Menezes, foi elaborado no âmbito do Projeto Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano, vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba.

A rede de pontos compõe-se de 25 municípios base, mais três municípios satélites para cada base, totalizando 100 localidades, que recobrem toda a região da Paraíba. Em cada uma, foram entrevistados entre três e 10 informantes, na faixa etária de 30 a 75 anos, analfabetos ou com primário completo (Aragão, 2020).

Os dados de fala foram coletados por meio da aplicação de um questionário formado por duas partes: (i) uma geral, com 289 questões, distribuídas entre os campos semânticos A terra, O homem, A família, Habitação e Utensílios domésticos, Aves e Animais, Plantação, Atividades Sociais; e (ii) uma específica, com 588 questões, concernentes aos cinco principais produtos agrícolas do estado:

¹⁵ Cronologicamente, o segundo atlas publicado é o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro *et al.*, 1977).

mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

As cartas publicadas são de natureza léxica e fonética, e referem-se às 68 questões de maior frequência de ocorrência e maior diversidade de variantes.

3.4.2.3 Atlas Linguístico de Sergipe (ALS) (Ferreira *et al.*, 1987)

É o quarto atlas linguístico brasileiro. A obra foi iniciada em 1963 e concluída em 1973, só foi publicado em 1987. A equipe adotou a mesma metodologia utilizada no APFB, porém os instrumentos foram aperfeiçoados: o questionário aplicado foi dividido entre os mesmos campos semânticos (Terra, Vegetais, Homem e Animais), é composto por 686 questões, dentre as quais 181 foram aproveitadas do APFB; além disso, foi aplicado também um teste de identificação, que se refere tanto às variantes encontradas no APFB, como outras identificadas na aplicação prévia do questionário teste.

A rede de pontos do ALS é formada por 15 municípios, em cada um dos quais foram entrevistados um homem e uma mulher, analfabetos, alfabetizados ou semianalfabetos, com idade entre 35 e 53 anos.

3.4.2.4 Atlas Linguístico do Estado do Ceará (ALECE) (Bessa, 2010)

O ALECE foi iniciado em 1978, porém finalizado e publicado apenas em 2010. Tem como principal objetivo descrever a realidade linguística do estado no que tange a seus traços fonológicos, gramaticais e lexicais. Para tanto, foram entrevistados 280 informantes, distribuídos entre 70 localidades, estratificados segundo sexo, idade, escolaridade e localização geográfica.

Composto por 2 volumes: no primeiro, Introdução, aspectos históricos, orientação teórica, e metodologia; no segundo, 256 cartas linguísticas, lexicais e fonéticas.

3.4.2.5 Atlas Linguístico de Pernambuco (ALiPE) (Sá, 2013)

Atlas publicado como tese de doutoramento¹⁶; contou com a

¹⁶ A tese foi defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, elaborada sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Socorro Aragão.

colaboração de 84 informantes, distribuídos entre 20 municípios de Pernambuco, estratificados segundo sexo (homem e mulher), faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 50 a 65 anos) e escolaridade (até o sexto ano do Ensino Fundamental, e Ensino Universitário apenas na capital do Estado). Para as entrevistas, foi aplicado o questionário padrão do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, ao qual foram adicionadas questões semântico-lexicais relacionadas a aspectos específicos da cultura pernambucana – frevo, maracatu, renascença e barro. Em sua publicação, constam seis cartas introdutórias e 105 cartas linguísticas: 50 fonéticas, 47 semântico-lexicais e oito morfossintáticas.

3.4.3 Atlas Estaduais Concluídos

3.4.3.1 Atlas Linguístico de Sergipe II (ALS II) (Cardoso, 2002)

O ALS II foi elaborado como tese de doutoramento de Suzana Cardoso, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta versão, centrou-se no campo semântico Homem, além de considerar em sua análise a variedade diagenérica. Foram publicadas 108 cartas: três introdutórias e 105 semântico-lexicais, acompanhadas de comentários de natureza socioantropológico-linguística, o que permite classificar o atlas como de segunda geração¹⁷.

3.4.3.2 Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL) (Doiron, 2017)

Atlas apresentado como produto da tese¹⁸ de doutoramento de Maranúbia Doiron, propôs descrever a realidade linguística da zona urbana de Alagoas e atestar que o estado de Alagoas se encontra dentro do Subfalar Nordeste.

Foram investigados 21 pontos linguísticos (segundo a orientação de Nascentes (1958), nos quais foram entrevistados dois informantes por localidade, sendo um homem e uma mulher, entre 30 e 50 anos, de nível fundamental completo

¹⁷ Nos atlas de primeira geração, diferentemente do ALS II, enfatiza-se a identificação da diversidade espacial, sendo os dados sociolinguísticos controlados, porém esporadicamente indicados nas cartas. Além disso, não são inclusos comentários interpretativos sobre as cartas publicadas (Mota *et al.*, 2013).

¹⁸ A tese, intitulada *A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do estado de Alagoas (ALEAL)*, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, em parceria com o Grenoble Images Parole Signal Automatique (GIPSA-lab), da Université Grenoble Alpes.

ou incompleto. A fim de verificar a influência da variável faixa etária, foram entrevistados, nas sete cidades mais antigas do Estado, quatro informantes: dois homens e duas mulheres, entre 30 e 50 anos, e 55 e 75 anos.

Para a realização dos inquéritos foi utilizado o questionário padrão do Projeto ALiB, com algumas adaptações. É composto por dois volumes: no primeiro, Introdução, hipóteses, objetivos, metodologia, fundamentos teóricos da Geolinguística, Dialetoлогия, e sobre a motivação na criação lexical, análise motivacional de variantes lexicais registradas pelos informantes do ALEAL; no segundo, 88 cartas linguísticas distribuídas entre fonéticas, lexicais e morfossintáticas

3.4.4 Atlas Estaduais em Andamento

3.4.4.1 Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA)

Projeto iniciado em 2000, já em fase final para publicação, é coordenado pela professora doutora e pesquisadora do Projeto ALiB, Conceição de Maria de Araujo Ramos. O *corpus* do ALiMA é constituído de dados de fala de 68 informantes, estratificados segundo sexo (homem e mulher), faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 50 a 65 anos) e escolaridade (Ensino Fundamental incompleto e Ensino Universitário, apenas na capital do Estado), distribuídos entre os 16 pontos linguísticos investigados, divididos entre as cinco mesorregiões do Maranhão.

Para a realização dos inquéritos, utilizou-se, além do questionário padrão do ALiB, com algumas adaptações, questionários complementares sobre as principais manifestações culturais maranhenses (vertentes *Bumba-meu-boi*, *Culinária*, *Línguas Indígenas*, *Manifestações culturais de raízes africanas no Maranhão*, *Reggae*) e os principais produtos agroextrativistas do Estado (*babaçu*, *mandioca*).

3.4.4.2 Projeto Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)

Esse Projeto, coordenado por Maria das Neves Pereira, segue a mesma metodologia do Projeto ALiB, com pequenas adaptações, e acréscimo de questionários específicos, relacionados a aspectos culturais e agrícolas do Estado.

A rede de pontos do ALiRN é composta por dez municípios, dos quais cinco fazem parte da rede de pontos do Projeto ALiB. Em cada um, foram

entrevistados quatro informantes, estratificados segundo sexo – homem e mulher –, faixa etária – Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 45 a 60 anos – e escolaridade – Ensino Fundamental e Ensino Universitário, este último apenas na capital estadual (Aragão; Pereira, 2013). Segundo Aragão (2020), o atlas está na fase de projeto.

3.4.4.3 Projeto Atlas Linguístico do Piauí (ALiPI)

Projeto coordenado por Socorro Aragão e Luiz Egito de Souza, O *ALiPI* tem como objetivo investigar dados de fala de 52 informantes, distribuídos entre 12 localidades, seguindo os preceitos metodológicos do Projeto ALiB (SÁ, 2011), com prováveis adaptações, além da elaboração/aplicação de questionários específicos, a fim de contemplar aspectos culturais e agrícolas do estado (Romano, 2013). O atlas está em andamento, segundo levantamento feito por Romano (2021).

3.4.5 Atlas de Pequeno Domínio

3.4.5.1 Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar (ALiPTG) (Pereira, 2007)

O ALiPTG foi apresentado como tese¹⁹ de doutoramento por Maria das Neves Pereira, em 2007. Contempla a fala do litoral norte-rio-grandense, uma das três regiões que constitui a rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN).

Para a elaboração do atlas, foram entrevistados 24 informantes distribuídos entre cinco dos 11 municípios que compõem a rede de pontos do Projeto ALiRN. As entrevistas foram feitas por meio da aplicação dos questionários QFF, QSL, QMS e Questionário com temas para discursos semi-dirigidos do Projeto ALiB (Comitê..., 2001). Composto por dois volumes: no primeiro, consta uma explanação do contexto político-histórico da área, seção teórica sobre a Geografia Linguística no Brasil, procedimentos metodológicos, e análise dos dados; no segundo, são apresentadas 80 cartas linguísticas, das quais 35 são fonéticas, 10 são morfossintáticas e 35 são lexicais.

¹⁹ A tese foi defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da prof^a. Dr^a Dinah Callou, para obtenção do título de doutora em Língua Portuguesa.

É um trabalho considerado pioneiro no Rio Grande do Norte, no que desrespeito a registros em cartas linguísticas da variação fono-morfossintática e lexical da fala dos potiguares.

3.4.5.2 Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMASPE) (Almeida, 2009)

O ALMASPE foi apresentado como dissertação²⁰ de mestrado por Edilene Almeida em 2009, com a proposta de descrever a realidade linguística da região do Mata Sul de Pernambuco, sob o aspecto semântico-lexical. Para tanto, Almeida aplicou o QSL do ALiB em 24 informantes, estratificados segundo sexo – homem e mulher –, faixa etária – Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 40 a 65 anos –, com nível de escolaridade entre a 1ª e a 8ª série do ensino fundamental; distribuídos entre seis localidades. O volume é formado por um histórico de Pernambuco, com destaque para região contemplada, fundamentação teórica, metodologia, sete cartas introdutórias, 45 cartas lexicais, considerações finais, apêndices e anexos. Suas caratas demonstram variações diatópicas, diastráticas, diacrônicas, diageracionais e diagenéricas, que evidenciam a pluridimensionalidade do Atlas.

3.4.5.3 Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar (Silva, 2012)

Atlas apresentado como tese²¹ de doutoramento por Moisés Batista da Silva, buscou descrever a realidade do português falado no centro-oeste do Rio Grande do Norte. Para tal fim, foram entrevistados 32 informantes, distribuídos entre oito pontos de inquérito, estratificados segundo sexo (homem e mulher), faixa etária (G1, 18 a 32 anos, G2, 48 a 62 anos) e escolaridade (igual ou inferior ao 9º ano do Ensino Fundamental). As entrevistas foram realizadas por meio da aplicação dos questionários QFF e QSL do Projeto ALiB, que possibilitaram a elaboração de 147 cartas linguísticas: 84 léxico-semânticas e 63 fonéticas.

O atlas evidencia a riqueza linguística da região e permite

²⁰ A dissertação foi defendida por Edilene Almeida em 2009, no Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da profª. Drª Socorro Araújo, atualmente um dos membros do Comitê do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, para obtenção do título de Mestre em Letras, área Linguagens e Cultura.

²¹ Tese defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da profª. Drª. Socorro Araújo.

conhecimento mais aprofundado da realidade linguística da área, o que o torna um instrumento valioso para o ensino de língua portuguesa.

3.4.5.4 Atlas Linguístico de Icatu (ALinI) (Mendonça, 2017)

Atlas apresentado como dissertação²² de mestrado por Thaiane Mendonça, cujo objetivo foi mapear as variações lexicais encontradas em Icatu, uma das cidades mais antigas do Maranhão, não contemplada pelo Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA). Contou com a colaboração de 24 informantes, distribuídos entre quatro pontos de inquérito, estratificados segundo faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 50 a 65 anos, e Faixa III, 70 anos ou mais) e sexo (homem e mulher); para a sua escolha, também foram considerados os fatores escolaridade, naturalidade, ocupação/profissão. As entrevistas foram feitas por meio da aplicação Questionário Semântico-Lexical (QSL), versão do Projeto ALiMA. Como resultado, foram geradas 227 cartas semântico-lexicais, dentre as quais se destacam diversas variantes não registradas nos inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão.

O atlas contribui significativamente para o registro da memória linguística da comunidade, além de evidenciar a riqueza e diversidade linguística do português falado na área.

3.4.5.5 Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE) (Lima, 2019)

Tese²³ apresentada por Fabiana Lima, objetivou documentar o falar da mesorregião Sertões Cearenses, grande polo socioeconômico, político e cultural do estado do Ceará, com foco para o léxico e morfossintaxe do português falado na área. Para tanto, mediante a aplicação dos questionários QSL e QMS do Projeto ALiB (Comitê..., 2001), coletou dados de fala de 72 informantes, distribuídos entre nove pontos linguísticos, estratificados segundo sexo (homem e mulher), faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 45 a 60 anos) e escolaridade (até o Ensino Médio, e Ensino Universitário). Os dados possibilitaram a elaboração de 110 cartas linguísticas, dentre

²² Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação do prof. Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra, pesquisador dos projetos ALiB e ALiMA.

²³ Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da prof^a. Dr^a Socorro Aragão.

as quais 80 são semântico-lexicais e 30 morfossintáticas, criadas com auxílio do Programa SGVCLin.

Os registros ressaltam a influência de aspectos socioculturais na língua cotidiana dos moradores da comunidade, de modo a fortalecer suas raízes linguísticas.

3.4.5.6 Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense (ALICACE) (Moreira Saraiva, 2019)

Apresentado como tese²⁴ de doutoramento por Carlos Alberto Moreira Saraiva, o ALICACE objetivou mapear a variação fonética e léxico-semântica da língua falada no Cariri cearense, região localizada no sul do estado, área fronteira com os estados Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Foi elaborado mediante dados oriundos dos questionários QFF e QSL do Projeto ALiB (Comitê..., 2001), aplicados a 24 informantes, distribuídos entre sete municípios, estratificados segundo sexo (homem e mulher) faixa etária (Faixa I, 18 a 30 anos, Faixa II, 48 a 70 anos) e escolaridade (0 a 9 anos de estudo). Neste, foram apresentadas 252 cartas linguísticas: 112 fonéticas e 140 lexicais.

O ALICACE registra a riqueza linguística da área e oferece um importante subsídio para o desenvolvimento de pesquisas acerca do uso real da língua falada na região.

3.4.6 E-books sobre a Fala Nordestina na Perspectiva Dialetológica e Sociolinguística

O VI Encontro de Sociolinguística, cuja temática foi “O português do Nordeste: (para além das) fronteiras linguísticas”, realizado em 2016, na Universidade Estadual de Feira de Santana, motivou a publicação de duas obras em formato eletrônico: *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia* (Lopes, Araújo, Freitag, 2016), e *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade* (Lopes, Oliveira, Parcerro, 2017).

²⁴ Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da prof^a. Dr^a Socorro Aragão.

Compostos de sete seções cada, os livros trazem análises e reflexões majoritariamente fundamentadas nos preceitos da Sociolinguística e/ou da Dialetologia, cujos temas variam desde:

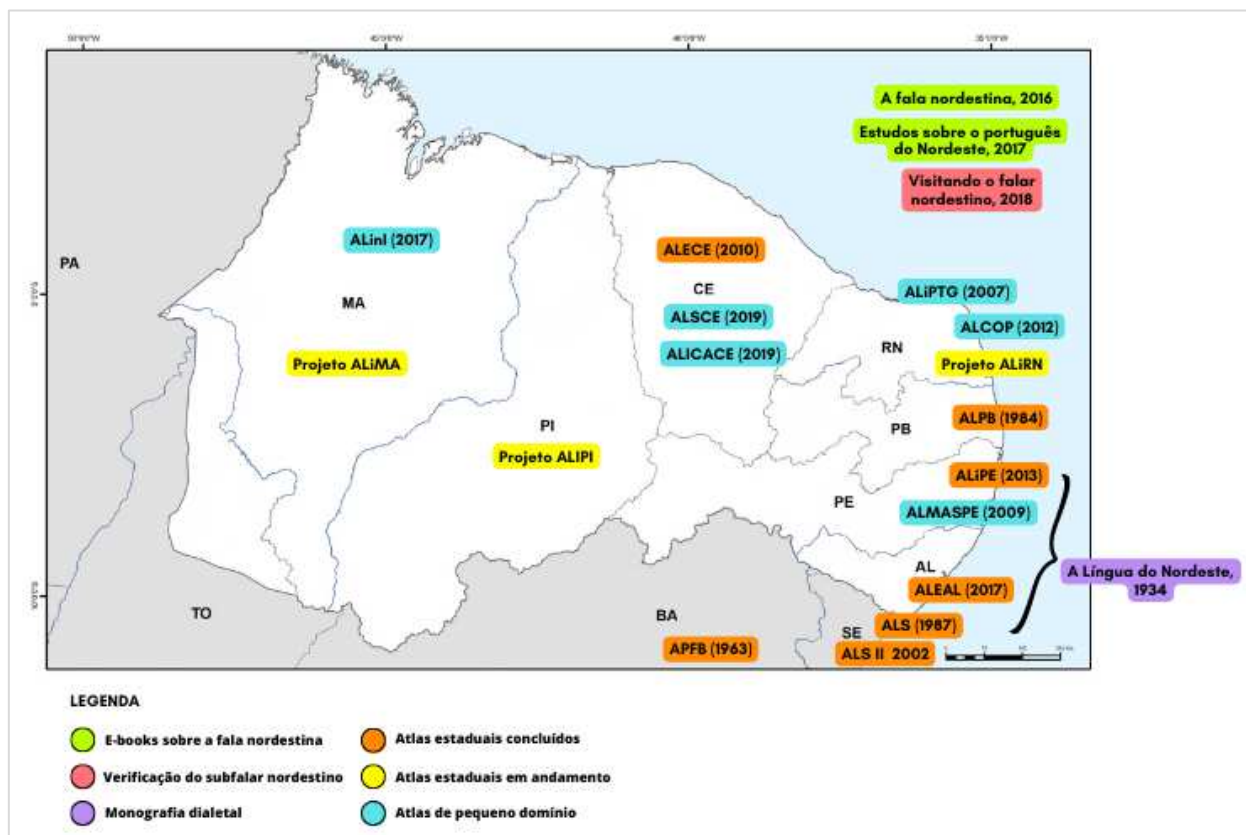
- (i) *análises lexicológicas*: estudo sobre as variantes de *pipa* e *amarelinha* na área do falar baiano, a partir de dados do ALiB (Ribeiro, Paim, 2016, p. 17-38); análise de cinco cartas lexicais do ALiB com vistas a identificar particulares do léxico na Região Nordeste (Cardoso, 2017, p. 13-26)
- (ii) *morfossintáticas*: análise de formas tratamentais no Semiárido Baiano (Lacerda *et al.*, 2016, p. 39-58); estudo sobre o uso do imperativo gramatical nas capitais do Nordeste, com base em dados do ALiB (Oliveira, 2017, p. 27-44); análise dos usos gramaticalizados dos verbos *achar*, *olhar* e *dizer* na fala de soteropolitanos (Carvalho, 2017, p. 83-106)
- (iii) *fonético-fonológicas*: estudo sobre a predominância das realizações não palatalizadas para as consoantes dentoalveolares / t, d, l / diante da vogal alta [i] e das fricativas laríngeas para o rótico em coda silábica, interna ou externa, com dados das 25 capitais incluídas na rede de pontos do ALiB, a fim de verificar a divisão dos falares Norte e Sul proposta por Nascentes (1953), e análise de presença das variantes africadas palatais [tʃ, dʒ], depois de semivogal palatal ([j]), com vistas a averiguar a possibilidade da delimitação de subáreas dialetais no Nordeste (Mota, 2016, p. 59-74);
- (iv) *análise de crenças e atitudes linguísticas*: acerca de uma variante linguística específica presente na fala da comunidade afrodescendente Fazenda Maracujá (BA) (Parcero, 2016, p. 75-88); estudo com base aplicação de um Teste de Percepção do tipo *verbal guise*, que busca a percepção e atitudes acerca da realização de africadas pós-alveolares em Sergipe (Freitag; Santos, 2016, p. 109-122)
- (v) *reflexões sobre aspectos metodológicos*: apontamentos sobre constituição de *corpora* diacrônicos do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), vinculado ao Núcleo de

Estudos da Língua Portuguesa (NELP), composto por textos orais de falantes das comunidades rurais do semiárido baiano e área urbana de Feira de Santana, e de textos escritos de escreventes de diferentes níveis de escolaridade (Carneiro *et al.*, 2016, p. 89-108)

- (vi) *reflexões sobre políticas linguísticas*: reflexões sobre a necessidade da elaboração de políticas linguísticas que visem o combate à discriminação intralinguística mediante as variedades menos prestigiadas da língua portuguesa (Abreu, 2016, p.123-135); efeito do trabalho escolar sobre os usos linguísticos variáveis em Salvador (Lopes, 2017, p. 73-82)
- (vii) *reflexões acerca da formação do português brasileiro*: investigação acerca da história social do português popular falado no semiárido baiano (Araújo, 2017, p. 45-72); análises variacionistas sobre o dialeto piauiense relacionadas a aspectos sócio-históricos, econômicos e culturais da região (Ramos; Pessoa, 2017, p. 131-150).

Para efeito de síntese do que vimos apresentando sobre os estudos dialetológicos e geolinguísticos desenvolvidos na região do Subfalar Nordestino (Nascentes, 1953) e adjacências, considerados relevantes para esta análise, elaboramos a Figura 15.

Figura 15 – Estudos dialetológicos e geolinguísticos desenvolvidos na região do Subfalar Nordestino e adjacências, citados nesta seção



Fonte: Elaborado com base no mapa confeccionado por Nayara Santos, em 2020, para a presente tese.

A Figura 15 evidencia o avanço dos estudos geolinguísticos nas duas últimas décadas, em todos os estados contemplados pela área do Subfalar Nordestino,²⁵ ressaltando-se que a maioria deles se desenvolveu como trabalho acadêmico, ou seja, como dissertação ou tese. Ainda, constatou-se que as metodologias adotadas nesses estudos são, majoritariamente, baseadas nos procedimentos metodológicos postulados pelo Projeto ALiB, o que possibilita a intercomparação dos dados encontrados, permitindo assim, maior compreensão acerca do português falado no Brasil.

Síntese Conclusiva

²⁵ A respeito do Tocantins, estado contemplado parcialmente pela área do Subfalar Nordestino, mas não pertencente à região geográfica Nordeste, há a publicação do *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins (ALITTETO)*, elaborado por Geize Alves da Silva, defendido como tese de doutorado em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da prof^a. Dr^a Vanderci Aguilera, membro do Comitê do ALiB.

Nesta seção, abordamos os aspectos linguísticos pertinentes para a compreensão de nossa análise. A seção foi iniciada com comentários acerca de conceitos basilares de *língua*, *dialeto*, *falar* e *léxico*. Posteriormente, foram apresentadas as divisões dialetais brasileiras, com comentários de Nascentes (1953), seguidas da proposta do autor, utilizada como referência nesta tese. A seguir, foram explicitadas as verificações já feitas de áreas demarcadas por Nascentes (1953), feitos majoritariamente com dados do Projeto ALiB, com exceção de Cuba (2015). Após, citamos os principais estudos dialetológicos e geolinguísticos desenvolvidos na área do Subfalar Nordeste e adjacências.

A partir dessas informações e da consulta às obras citadas nesta seção, foi possível desenvolver uma análise mais consistente, por meio do diálogo com resultados de outras pesquisas e de apontamentos de estudiosos sobre o tema da linguagem.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de verificar a vitalidade dos limites do Subfalar Nordestino definidos por Nascentes (1953) e analisar referentes de lexias encontradas na região, fizemos primeiramente uma pesquisa bibliográfica no âmbito da Geolinguística, Dialectologia e Sociolinguística, além de estudos sobre o léxico (Biderman, 2001a, 2001b; Villalva, 2014). Buscamos informações histórico-culturais sobre a região investigada em fontes como o acervo *online* do IBGE, livros, artigos, atlas e mapas que poderiam auxiliar a compreensão da história geográfica e social da região em destaque.

Diante deste panorama, para que fosse possível investigar o falar nordestino segundo a demarcação de Nascentes (1953), recorreremos ao banco de dados do Projeto ALiB, o qual foi desenvolvido segundo rigorosa metodologia, estabelecida pelo seu Comitê Nacional, com base em atlas e demais materiais previamente elaborados. A fim de compreendermos como este banco de dados foi constituído, segue a metodologia do Projeto pormenorizada.

4.1 ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil, conhecido por Projeto ALiB, teve início em 1996, após o Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil*, o qual reuniu, na Universidade Federal da Bahia, um grupo de pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Universitário do país. A primeira medida foi constituir um Comitê Nacional²⁶, formado por autores dos cinco primeiros atlas

²⁶ Em sua formação inicial, compunham o Comitê Nacional os professores: Prof^ª. Dr^ª. Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA) (*in memoriam*), como Diretora Presidente; Prof^ª. Dr^ª. Jacyra Andrade Mota (UFBA), como Diretora Executiva; e, como Diretores Científicos, Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Aragão (UFPB), Prof. Dr. Mário Roberto L. Zágari (UFJF) (*in memoriam*), Prof. Dr. Walter Koch (UFRGS) (*in memoriam*), Prof^ª. Dr^ª. Vanderci de Andrade Aguilera (UEL).

Atualmente, após o falecimento da prof^ª. Suzana Cardoso, a prof^ª. Dr^ª. Jacyra Mota assumiu o cargo de Diretora Presidente; a prof^ª. Dr^ª. Silvana Soares Costa Ribeiro (UFBA) se tornou a Diretora Executiva, e os Diretores Científicos são Prof. Dr. Abdelhak Razky (UFPA, UNB), Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Negro Isquerdo (UFMS), Prof. Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra (UFMA), Prof^ª. Dr^ª. Conceição de Maria de Araujo Ramos (UFMA), Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima (UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Fabiane Cristina Altino (UEL), Prof. Dr. Felício Wessling Margotti (UFSC), Prof^ª. Dr^ª. Marcela Moura Torres Paim (UFRPE), Prof^ª. Dr^ª. Marilúcia Barros de Oliveira (UFPA), Prof^ª. Dr^ª. Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS), Prof. Dr. Valter Pereira Romano (UFSC) e a Prof^ª. Dr^ª. Vanderci de Andrade Aguilera (UEL). Além dos diretores, a equipe do ALiB é composta por demais pesquisadores, que assumiram o papel de inquiridores e auxiliares durante o período de coleta de dados, e bolsistas de Iniciação Científica – estudantes da graduação –, e de Apoio Técnico.

estaduais publicados (APFB, EALMG, ALPB, ALS e ALPR) e um representante de atlas em andamento (ALERS), para contribuir com sua experiência, na função de Diretores Executivos, Diretores Científicos e Coordenadores Regionais, responsáveis pela coleta, transcrição e armazenamento dos dados em determinado grupo de estados brasileiros (Aguilera; Altino, 2012, p. 271).

Para a construção do atlas nacional, o Projeto ALiB estabeleceu como objetivos:

1. Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, dentre outras) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia e outras – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 6,7)

Para que os objetivos fossem alcançados, foi necessário estruturar uma metodologia consistente, com base nos preceitos da Geolinguística Pluridimensional (Thun, 1998), com vistas a manter o rigor e a cientificidade que a pesquisa exige. Elaborou-se uma série de instrumentos de pesquisa, descritos a seguir, que nortearam a coleta dos dados.

4.1.1 Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa

Conforme metodologia comumente adotada em atlas linguísticos, a coleta de dados foi feita por meio da realização de inquéritos/entrevistas *in loco*, para a qual se fez necessário do uso de instrumentos, que possibilitaram a recolha de informações relevantes e a padronização dos dados.

Assim, o Comitê Nacional do Projeto ALiB estabeleceu como instrumentos (Comitê..., 2001):

- a) *Questionário Linguístico*²⁷: material formado por uma junção de questionários que visam investigar fenômenos e variantes linguísticas de natureza:
 - i. fonético-fonológica: Questionário Fonético-Fonológico (QFF), formado por 159 perguntas;
 - ii. prosódica: Questões de Prosódia, seção complementar do QFF, composta por questionamentos que buscam investigar a elaboração de frases interrogativas, afirmativas e imperativas em contextos específicos.
 - iii. semântico-lexical: Questionário Semântico-Lexical (QSL), com 202 perguntas, distribuídas em 14 áreas semânticas;
 - iv. morfossintática: Questionário Morfossintático (QMS), com 49 perguntas, distribuídas em seis campos de investigação;
 - v. pragmática: Questões de Pragmática, composto por 4 questionamentos, situados em contextos específicos.

Além destes, o questionário conta com a seção Temas para Discursos Semidirigidos, que possibilita ao informante discorrer livremente sobre assuntos referentes ao seu dia a dia e a sua história de vida, viabilizando, assim, o registro da língua em seu modo vernacular²⁸; a seção de Perguntas Metalinguísticas, que visam

²⁷ O Questionário Linguístico foi elaborado com base em estudos sobre as variedades regionais do PB, atlas já publicados e em andamento, e nos questionários do ALiR – *Atlas Linguistique Roman* (1987) e do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (1970) (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001, p. 8).

²⁸ A modalidade vernacular da língua, segundo Tarallo (1986), é aquela na qual o falante se expressa de modo natural, atendo-se a expressão dos fatos, e não a forma com a qual estes estão sendo enunciados. Para ele, estes são “o material básico para a análise sociolinguística”. (Tarallo, 1986, p. 19). Do ponto de vista da pesquisa sociolinguística, a maneira que tem se mostrado mais eficaz para a captação do vernáculo são as narrativas de experiência pessoal, pois nestas, “o informante está tão

investigar crenças e atitudes linguísticas acerca das variedades do português brasileiro, e um Texto para leitura, A Parábola dos sete vimes.

- b) *Ficha da Localidade*: composta por 16 itens, que registram informações sobre a localidade investigada, como nome regional da localidade, gentílico, termo para autodenominação dos moradores autóctones, número de habitantes, atividades econômicas predominantes, vias de comunicação com outros municípios, características demográficas, dados de emigração e imigração, histórico sucinto da localidade etc.
- c) *Ficha dos Informantes*: composta por 50 itens, que registram dados pessoais do informante, seus contatos com meios de comunicação, participação em diversões; e características psicológicas e de ordem social, preenchidas pelo inquiridor após o momento da entrevista.
- d) *Quadro de Controle de aplicação do questionário*: desenvolvido para auxiliar a certificação da realização de todas as perguntas do questionário, além de permitir a retomada das questões do QFF e QSL, as quais o informante alegou não lembrar;
- e) *Orientações para transcrição*: elaborado com objetivo de orientar a equipe de transcritores quanto às normas para transcrições grafemáticas e fonéticas estabelecidas pelo Comitê.

4.1.2 Delimitação do Perfil dos Informantes

Por basear-se na proposta pluridimensional da Geolinguística (Thun, 1998), o Projeto ALiB investiga não apenas a distribuição geográfica das variantes, isto é, onde determinado fenômeno acontece, mas também busca compreender que tipo de informante é responsável por aquele uso. Assim, além da investigação diatópica, o Projeto se propõe investigar a variação diassexual (diferenças de

envolvido emocionalmente com o que relata que presta o mínimo de atenção ao como. E é precisamente esta a situação natural de comunicação almejada pelo pesquisador-sociolinguísta” (Tarallo, 1986, p. 22)

realização entre homens e mulheres), diageracional (gerações distintas), diastrática (entre níveis de escolarização diferentes), diafásica (entre diferentes tipos de contexto) e diarreferencial (capacidade de emitir juízos de valor a respeito de fenômenos e variantes distintas da língua) (Cardoso; Mota, 2012).

Assim, os informantes selecionados para a pesquisa foram estratificados segundo:

- a) *Sexo*: homem e mulher;
- b) *Faixa Etária*: Faixa I, de 18 a 30 anos, e Faixa II, de 50 a 65 anos²⁹;
- c) *Escolaridade*: Nível Fundamental e Nível Universitário, apenas nas capitais estaduais. Nos outros municípios foram entrevistados apenas falantes de nível fundamental.

Para cada localidade do interior do país, foram considerados quatro informantes, e nas capitais estaduais, oito informantes, para contemplar o segundo nível de escolaridade. A fim de facilitar a identificação das variáveis a serem analisadas, os informantes foram codificados segundo uma numeração específica, conforme demonstra o Figura 16, a seguir.

Figura 16 – Codificação dos informantes adotada pelo Projeto ALiB

	Nível Fundamental		Nível Universitário	
Faixa I	1	2	5	6
Faixa II	3	4	7	8
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

Fonte: Elaboração própria, com base em Mota (2003).

Assim, os números ímpares representam os homens e os pares, as mulheres; os números de 1 a 4 correspondem aos falantes de nível escolar fundamental incompleto, e os de 5 a 8, aos de nível universitário; os dois primeiros números de cada grupo, isto é, 1, 2, 5 e 6, representam os falantes da Faixa I, e os dois últimos de cada grupo – 3, 4, 7 e 8 –, os falantes da Faixa II.

De acordo com os princípios teórico-metodológicos da geolinguística,

²⁹ Para facilitar a seleção dos informantes, o Comitê Nacional admitiu uma tolerância de seis meses para mais ou para menos no quesito idade (Aguilera; Milani; Mota, 2003, p. 16).

o informante deve ser autóctone, isto é, nascido na localidade em que mora, onde deve ter passado, pelo menos, 2/3 de sua vida; e deve ser filho de pessoas naturais de sua mesma área linguística (Aguilera; Milani; Mota, 2003).

4.1.3 Escolha das Localidades

Para a escolha das localidades que viriam a ser pontos de inquérito, levou-se em consideração diversos fatores, como: densidade demográfica (quanto mais elevada a densidade, maior seria a quantidade de pontos na região), relevância das localidades para a região, seus limites interestaduais e internacionais (Cardoso; Mota, 2012). Assim, foram selecionadas 250 localidades, distribuídas por todo o país, conforme demonstra a Carta V, publicada no Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso *et al.*, 2014), e reproduzida a seguir (Figura 17).

Figura 17 – Rede de Pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil



Fonte: Cardoso *et al.* (2014).

A distribuição dos pontos por Região e Estado se deu da seguinte forma:

- a) *Região Norte*: dois pontos no Amapá, um ponto em Roraima, cinco pontos no Amazonas, 10 pontos no Pará, dois pontos no Acre, dois em Rondônia, e dois no Tocantins, totalizando 24 pontos;
- b) *Região Nordeste*: nove pontos no Maranhão, cinco no Piauí, 12 no Ceará, cinco no Rio Grande do Norte, seis na Paraíba, 12 em Pernambuco, quatro em Alagoas, três em Sergipe, e 22 na Bahia, totalizando 78 pontos;
- c) *Região Centro-Oeste*: nove localidades no Mato Grosso, seis no Mato Grosso do Sul, e nove em Goiás, totalizando 24 pontos;
- d) *Região Sudeste*: 23 localidades em Minas Gerais, 38 em São Paulo, cinco no Espírito Santo, e 14 no Rio de Janeiro, totalizando 80 pontos;
- e) *Região Sul*: 17 localidades no Paraná, 10 em Santa Catarina, e 17 no Rio Grande do Sul, totalizando 44 pontos.

4.1.4 Formação do Banco de Dados

A formação do banco de dados do Projeto se deu por meio da gravação e transcrição das entrevistas dos 1100 informantes que compõem o *corpus* do ALiB. As entrevistas foram gravadas na íntegra, com auxílio de gravadores portáteis, *mini-disc*, *laptop* e microfones; após essa etapa, transcritas grafematicamente, e foneticamente, no caso dos itens de interesse do QFF e QSL.

Esse material está disponível aos pesquisadores e auxiliares de pesquisa do Projeto ALiB para o desenvolvimento de estudos do Português Brasileiro, de natureza diversa, relativamente à variação fonética, lexical, morfossintática, prosódica, metalinguística, entre outros.

4.2 CORPUS DA PESQUISA: INVESTIGANDO O LÉXICO DO SUBFALAR NORDESTINO

Para esta pesquisa, que visa investigar umas das áreas dialetais brasileiras demarcadas por Nascentes (1953), selecionamos dados, cedidos pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB³⁰, concernentes aos itens lexicais identificados

³⁰ Cf. Anexo A – Declaração de responsabilidade quanto ao uso de dados do Projeto ALiB.

mediante aplicação de quatro questões contempladas no Questionário Semântico-Lexical do ALiB, obtidos por meio da entrevista de 330 informantes com ensino fundamental incompleto, distribuídos igualmente entre 68 pontos dos 250 que compõem a rede de pontos do Projeto.

4.2.1 Rede de Pontos Linguísticos: Subfalar Nordeste e Área de Controle

A fim de identificar quais pontos linguísticos do Projeto ALiB são contemplados pela demarcação de Nascentes (1953), consultamos a tese de Teles (2018), que corresponde à cartografia e ao georreferenciamento da proposta dialetal do pesquisador (Figura 18).

Figura 18 - Cartograma representativo do Subfalar Nordeste



Fonte: Teles (2018, p. 419).

Após o georreferenciamento das áreas dialetais, Teles (2018) demarcou os pontos sugeridos por Nascentes em *Bases para Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958) em um mapa de elaboração própria, do qual apresentamos o recorte referente à área do Subfalar Nordeste na Figura 19.

Figura 19 – Recorte do mapa *Registro dos limites dos subfalares segundo a divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953), Pontos sugeridos por Antenor Nascentes (1958) para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (Teles, 2018, p. 484), com ênfase na área do Subfalar Nordestino



Fonte: Adaptado de Teles (2018, p. 484).

Para a área do Subfalar Nordestino, Nascentes (1958) sugeriu 120³¹ pontos para a pesquisa linguística *in loco*, dentro os quais 35 foram contemplados pelo Projeto ALiB. Além destes, o ALiB selecionou mais 19 municípios dentro da região, totalizando 54 localidades. Em sua dissertação sobre o léxico do Subfalar Nordestino, Santos (2018) selecionou 53 desses pontos, não contemplando apenas a localidade Pedro Afonso (TO), pois optou por não incluir a fração tocantinense do subfalar em sua análise³². A pesquisadora também optou por não incluir pontos de Área de Controle³³, considerando como tal as demais pesquisas já realizadas acerca

³¹ Os 120 pontos estão assim distribuídos: 19 pontos no Maranhão, 16 no Piauí, 16 no Ceará, 20 no Rio Grande do Norte, 22 na Paraíba, 25 em Pernambuco, 22 no Alagoas e 2 no atual estado do Tocantins, na época pertencente ao estado de Goiás (cf. Apêndice A).

³² Cf. Apêndice A - Quadro de pontos linguísticos contemplados na área do Subfalar Nordestino (e Área de Controle, para esta tese) sugeridos por Nascentes (1958), contemplados pelo ALiB e selecionados por Santos (2018) e Serra (2023)

³³ Conceito criado por Ribeiro para análise do Subfalar Baiano, a fim de “testar se a posição e o dimensionamento do traçado refeito na atualidade estão corretos” (Ribeiro, 2012, p. 138), cujo critério único para a escolha dos pontos é sua posição geográfica, isto é, ser o ponto do ALiB mais próximo ao limite do subfalar estudado.

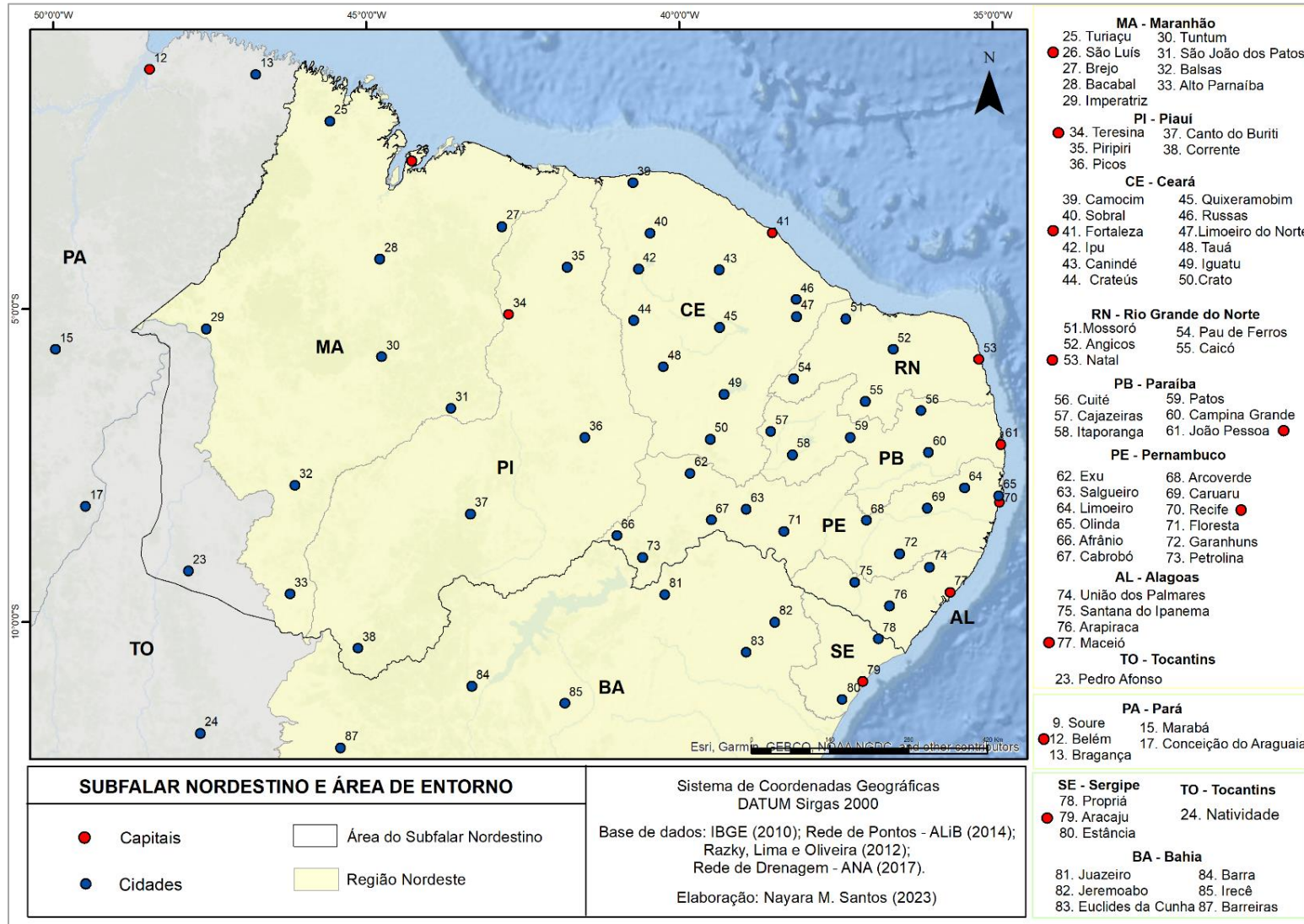
dos subfalares Amazônico (Portilho, 2013) e Baiano (Ribeiro, 2012), que fazem fronteira com o Subfalar Nordeste. No Apêndice A, é possível visualizar os pontos sugeridos por Nascentes (1958) que estão nessa área, os selecionados pelo Projeto ALiB e os que foram contemplados por Santos (2018) e por nós nesta tese.

Dessa forma, selecionamos 68 municípios da rede do Projeto ALiB, assim distribuídos: (i) dentro dos limites do Subfalar Nordeste, nove pontos no Maranhão, cinco no Piauí, 12 no Ceará, cinco no Rio Grande do Norte, seis na Paraíba, 12 em Pernambuco, quatro em Alagoas e um no Tocantins; (ii) para compor a Área de Controle, quatro pontos no Pará, um no Tocantins, seis na Bahia e três em Sergipe.

A partir do georreferenciamento feito por Teles (2018), foi realizada a elaboração³⁴ do mapa do Subfalar Nordeste com a identificação dos pontos do Projeto ALiB (Figura 20) e da carta-base, utilizada para elaboração das cartas linguísticas (Figura 21).

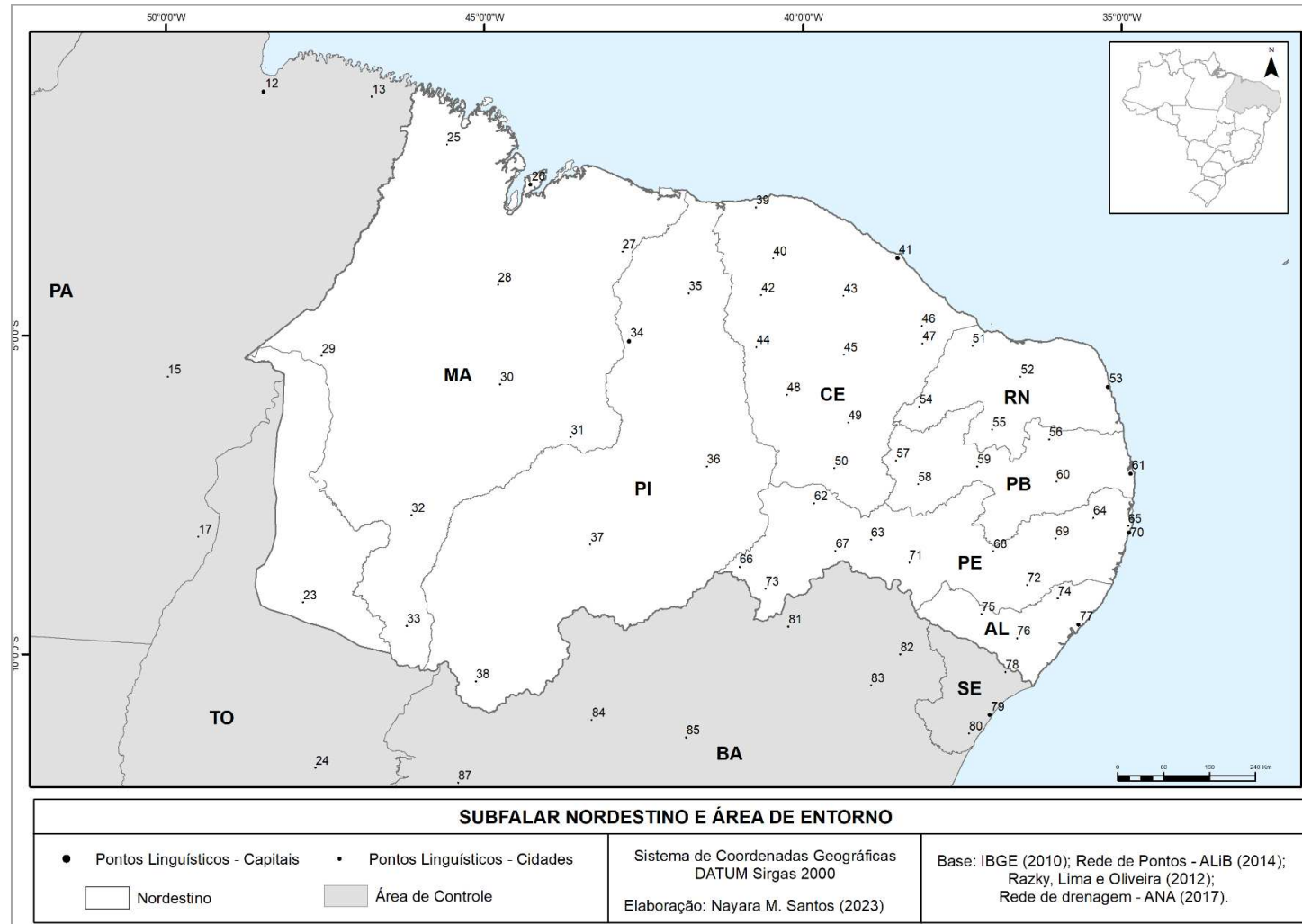
³⁴ A geógrafa Nayara Marques Santos, doutora em Geografia pela UFRN, elaborou o mapa representado na Figura 20 e a carta-base (Figura 21) para esta tese em 2020, ano do início da pesquisa.

Figura 20 – Rede de pontos da tese



Fonte: elaborado por Nayara Santos, em 2020, com base em Teles (2018) e Cardoso *et al.* (2014).

Figura 21 – Carta-base da Tese



Fonte: elaborada por Nayara Santos, em 2020, para esta tese, com base em Teles (2018) e Cardoso *et al.* (2014).

Na investigação, foram utilizados dados de fala de 272 informantes, quatro por localidade, estratificados segundo sexo e faixa etária. Embora nas capitais estaduais tenham sido entrevistados oito informantes, por considerar-se a variável Nível de escolaridade, optamos por não contemplar informantes de nível universitário, a fim de manter o paralelismo entre a quantidade de informantes por localidade.

4.2.2 Questionário Semântico-Lexical: Itens em Análise

Os estudos mais recentes, que buscam verificar os limites dialetológicos propostos por Nascentes (1953), em sua maioria, têm adotado o nível lexical como objeto de investigação. Seguindo este mesmo aspecto metodológico, optamos por analisar, nesta tese, as respostas dadas a quatro questões do Questionário Semântico-lexical do ALiB (Comitê..., 2001), dispostas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Questões do QSL analisadas nesta tese

QUESTÕES A SEREM ANALISADAS
QSL 039. Como se chamam as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente deixam um cheiro forte na mão? (Comitê..., 2001, p. 24)
QSL 043. Como se chamam duas bananas que nascem grudadas? (Comitê..., 2001, p. 25)
QSL 067. Como se chama a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas? (Comitê..., 2001, p. 27)
QSL 085. Como se chama o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água? (Comitê..., 2001, p. 28)

Fonte: elaboração própria, com base em Questionários do ALiB (Comitê..., 2001)

Para a seleção dessas questões, apoiamo-nos na decisão de Romano (2015) de não escolher um campo semântico específico, mas sim observar algumas cartas linguísticas já publicadas no ALiB (2014), geradas com base em dados das capitais estaduais, e demais estudos elaborados a partir do *corpus* do Projeto. Desse modo, foi possível observar a expressão singular da região nordestina com relação ao léxico referente a essas questões, evidenciando a heterogeneidade da região em detrimento do restante do país. Consideramos, portanto, “a variável espaço geográfico, ou seja, questões que, possivelmente, apresentam variantes diatópicas

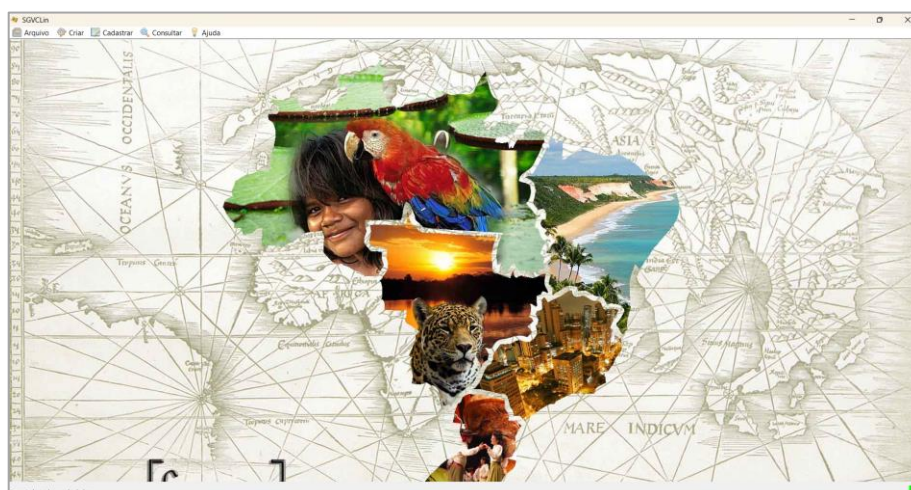
que possibilitem o traçado de isoglossas e que revelem áreas lexicais no território investigado” (ROMANO, 2015, p. 136).

Após essa etapa, fizemos o levantamento dos dados no banco do Projeto ALiB, por meio da oitiva das entrevistas e leitura das transcrições. Os dados foram organizados em um arquivo Excel, composto por sete abas – uma correspondente a cada questão investigada. Cada aba é formada por 12 colunas – Região, Estado, Nº do ponto, Nome do ponto, Nº do informante, Nº da questão, Resposta 1, Resposta 2, Resposta 3, Resposta 4, Resposta 5, e Trechos relevantes. Em seguida, a fim de confirmar as respostas encontradas nas transcrições, fizemos a oitiva dos áudios das entrevistas e, após essa etapa, lançamos os dados no programa computacional [GVCLin] - *Software for Generation and Visualization of Linguistic Maps*.

4.2.3 O Programa [GVCLin]

Criado em 2015, no âmbito de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/UEL, o [GVCLin] (Figura 22) é uma ferramenta para apoio no processo de cartografia de dados linguísticos e armazenamento prático de informações (Seabra; Romano; Oliveira, 2014-15). Para sua criação, foi utilizada a linguagem Java 10 e o banco de MySQL.11, além disso, apoiou-se na metodologia já sedimentada do Projeto ALiB para construir suas ferramentas.

Figura 22 – Interface do programa computacional [GVCLin]

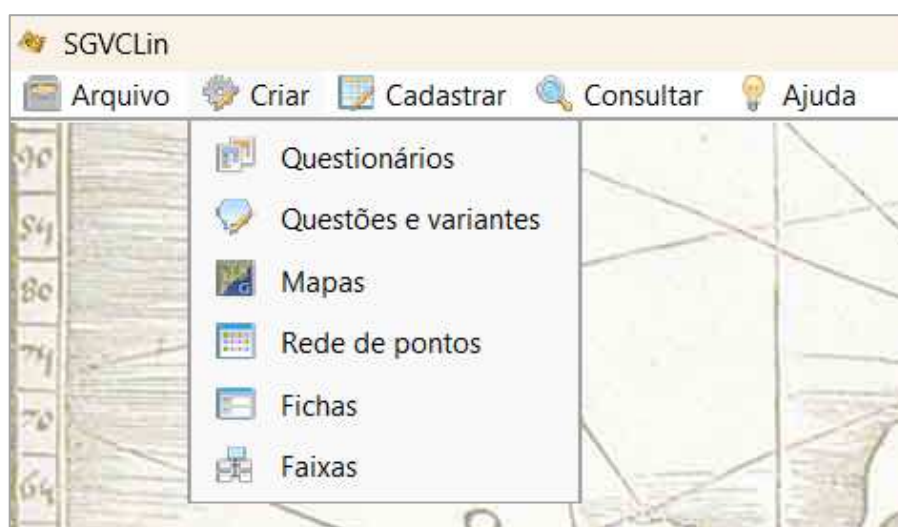


Fonte: [fGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

O programa foi projetado para suprir uma lacuna existente no processo metodológico dos estudos geolinguísticos e dialetológicos: até a sua criação, não havia um programa específico para a elaboração de cartas linguísticas. Por conta disso, pesquisadores precisavam recorrer a *softwares* complexos, não projetados para análises linguísticas, dos quais não tinham domínio e, por vezes, necessitavam contratar um segundo profissional para fazer o tratamento de seus dados no programa.

O [fGVCLin] surge como uma alternativa prática e acessível para os dialetólogos e linguistas poderem elaborar suas próprias cartas linguísticas de maneira independente. Para isso, o programa dispõe de diversas funcionalidades. No menu Criar, é possível inserir: (i) qual(ais) tipo(s) de questionário(s) será(ão) contemplado(s) na análise, isto é, questionário semântico-lexical, fonético-fonológico, morfossintático; (ii) as questões e as variantes encontradas para o item em questão³⁵; (iii) os mapas utilizados como carta-base para a elaboração das cartas linguísticas; (iv) os pontos linguísticos e seus lugares exatos no mapa (plotagem); (v) dados da ficha dos informantes; (vi) variáveis independentes, como faixa etária e sexo (Figura 23).

Figura 23 – Funcionalidades do menu *Criar*, do programa [fGVCLin]

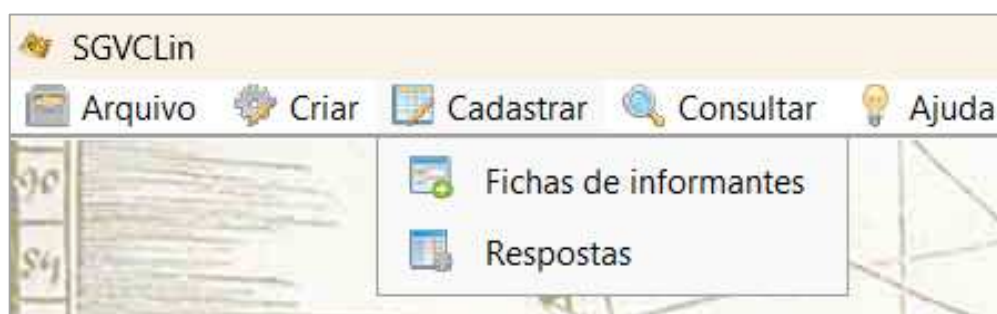


³⁵ Essa funcionalidade automatiza o processo de catalogação dos dados, pois possibilita utilizar a ferramenta Seleção para preencher os campos. Assim, não será necessário escrever cada variante repetidamente.

Fonte: [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

Após esse processo, no menu *Cadastrar*, inserimos as seções contempladas nas fichas dos informantes e as respostas encontradas para cada questão nas entrevistas dos informantes selecionados (Figura 24).

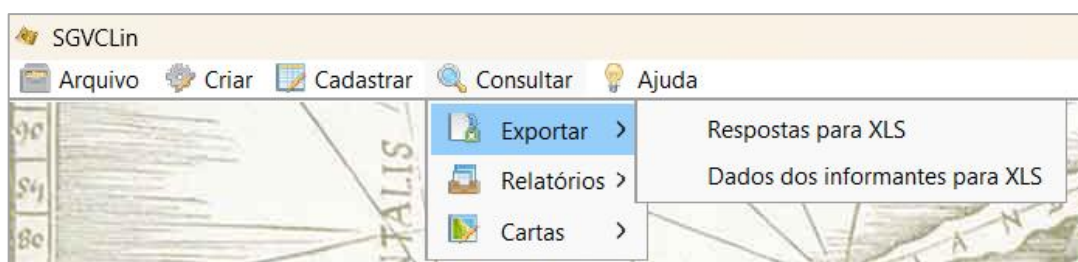
Figura 24 – Funcionalidades do menu *Cadastrar*, do programa [JGVCLin]



Fonte: [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

Já no menu *Consultar*, caso haja necessidade, é possível exportar as respostas inseridas e dados dos informantes para uma planilha Excel (Figura 25).

Figura 25 – Funcionalidades da aba *Exportar*, do programa [JGVCLin]



Fonte: [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

Após a inserção de todos os dados e informações necessárias, o programa está apto a gerar relatórios e cartas linguísticas. Os relatórios podem ser gerais, que se referem aos dados de questões selecionadas apenas por ponto ou por ponto com agrupamento de questões (Figura 26), ou por estado, que trazem a contabilização das variantes divididas entre os estados que compõem o *locus* da pesquisa. Já as cartas podem ser diatópicas, dos tipos *gerais, com seleção de variantes, com agrupamentos de questões e com seleção de variantes e agrupamento*

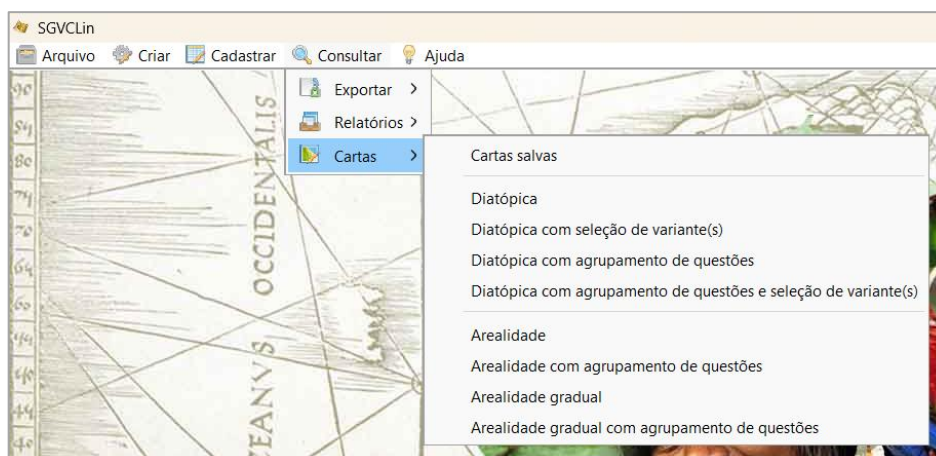
de questões; e cartas de arealidade, sendo estas *convencionais e/ou com agrupamento de questões*, e *graduais e/ou com agrupamento de questões*. Após elaboradas, o programa permite a visualização das cartas salvas na base de dados do programa (Figura 27).

Figura 26 – Funcionalidades da aba *Relatórios*, do programa [JGVCLin]



Fonte: [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

Figura 27 – Funcionalidades da aba *Cartas*, do programa [JGVCLin]



Fonte: [JGVCLin] (Seabra, Romano, Oliveira, 2014-15)

4.2.4 Pesquisa Lexicográfica

Após essa etapa, buscamos as acepções e etimologia das lexias encontradas em obras de referência, a fim de compor a análise e auxiliar no agrupamento de lexias, necessário para a elaboração das cartas definitivas.

As obras selecionadas para a consulta foram: dicionários gerais –

como o Dicionário Houaiss Online (Houaiss, *online*), iDicionário Aulete (Aulete, Valente, *online*), e Michaellis On-Line (Michaëlis, Michaelis, *online*), dicionários etimológicos – Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Nascentes, 1955), quando necessário. Essas informações foram organizadas em um segundo arquivo do Excel. Além disso, observamos apontamentos de outros atlas acerca das formas encontradas a fim de proceder a uma análise mais detalhada de cada variante.

Síntese Conclusiva

Nesta seção, apresentamos os princípios teóricos metodológicos que nortearam o desenvolvimento desta tese.

Inicialmente, explicitamos a metodologia do Projeto ALiB, a fim de compreendermos os critérios utilizados para a coleta dos dados inéditos, cedidos pelo Projeto, para o desenvolvimento da análise desta tese. Posteriormente, comentamos o processo para elaboração das carta-base e do mapa com a identificação das localidades selecionadas para a análise. Por fim, comentamos a seleção, organização e lançamento dos dados no Programa [[GVCLin] (também pormenorizado na seção), utilizado para a elaboração de relatórios e cartas linguísticas.

5 O QUE DADOS DO ALIB NOS INFORMAM ACERCA DO SUBFALAR NORDESTINO?

Nesta seção, procedemos à análise dos dados coletados e, para tanto, organizamos as seções por questão do QSL estudadas na pesquisa. No início do tópico, são feitos comentários gerais acerca do item investigado, acompanhados da carta que evidencia a distribuição diatópica das lexias; segue-se com a análise individual de cada variante, constituída pela dicionarização, etimologia, comentários pormenorizados acerca da distribuição diatópica, produtividade por Estado, e registros da lexia em outros atlas, estaduais ou regionais, elaborados a partir de uma área da Região Nordeste e em outros subfalares.

5.1 – QSL 039 – *COMO SE CHAMA A FRUTA MENOR QUE A LARANJA, QUE SE DESCASCA COM A MÃO E, NORMALMENTE DEIXA UM CHEIRO FORTE NA MÃO?*

A questão 039 do Questionário Semântico-Lexical (Comitê..., 2001, p. 24) refere-se à *tangerina* (Figura 27), fruta originária do sudoeste asiático, mais precisamente das regiões do Sul da China e do Japão, e algumas espécies do nordeste da Índia (Hodgson, 1967; Herrero *et al.*, 1996b *apud* Gomes, 2012). Planta de fácil adaptação climática que é cultivada na maioria dos países tropicais e subtropicais, com latitude 40° N e S, constituindo, assim, o segundo grupo de frutas cítricas mais importantes na citricultura mundial, sendo o Brasil o segundo maior produtor do mundo da fruta. É provável que tenham chegado às terras brasileiras por meio de imigrantes açorianos, que trouxeram consigo sementes, tanto de tangerina como de laranja, para o Rio Grande do Sul, em 1960 (Gomes, 2012).

O fruto da tangerineira “tem tamanho médio, casca fina, firme e fácil de remover, de cor laranja a avermelhada, com 9 a 13 segmentos facilmente separáveis. A polpa é de cor laranja, sucosa e aromática e possui poucas sementes” (Brasil, 2015). Rica em vitamina C, tem ação antioxidante, ácido fólico, que age em doenças coronárias, e beta caroteno, como provitamina A (Barbosa, 2009 *apud* Gomes, 2012). Seu principal produto é o suco, porém com produção menos relevante que a industrialização de laranjas e limões.

Figura 28 – *Citrus reticulata* - Tangerina



Fonte: Saúde em Mídia, 2022³⁶.

De acordo com o site *Descascando a ciência*, filiado à Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, trata-se de um fruto anterior ao aparecimento da laranja, uma vez que estudos comprovam que esta última é resultado de um cruzamento das espécies *Citrus reticulata* (tangerina) e *Citrus maxima* (toranja). (Tangerina, 2021a).

Esse “parentesco” entre os frutos foi, inclusive, apontado por um dos informantes de Alto do Parnaíba (MA):

Excerto 1

(inf. 033/1, Alto Parnaíba (MA))

INQ. - Imagina uma pessoa vê essa fruta aqui, mas ela nunca tinha visto antes. Como é que tu dirias que é essa fruta, como é que tu ias descrever essa fruta?

INF. – Essa é a *tangerina*, é a... ela é parente da laranja.

O cheiro forte deixado pelo fruto é uma de suas principais características, também comentadas por um dos informantes:

Excerto 2

(027/3, Brejo (MA))

INF.– *Tangerina*

INQ. – Como é a daqui?

INF. – A daqui é vermelha...

³⁶ Disponível em: <https://www.saudeemdia.com.br/alimentacao/beneficios-da-tangerina-fruta-citrica-e-fonte-de-energia-e-saude/>

INQ. – Hum hum.

INF. – Elas são bem docinha... acho que são tudo igual, não? Porque acho que num tem diferença nenhuma.

INQ. – (inint.) a casca? Como é a casca?

INF. – Aqui, elas começo com verde. Quando elas nasce, nasce verde, aí quando tão madura ela fica amarelim, que nem a laranja, aí descasca mesmo assim.

INQ. – E deixa também um cheiro forte?

INF. – Um chero, dexa... um chero forte.

INQ. – Deixa um cheiro forte na mão?

INF. – Dexa... é uma fruta que ah minina dih assim: “Ah, ninguém pode robá escondido”.

INQ. – (inint.)

INF. – É, ninguém, ninguém pode roubá, tirá escondido, porque quando a hente tá roubando, o dono sente o chero rápido (risos).

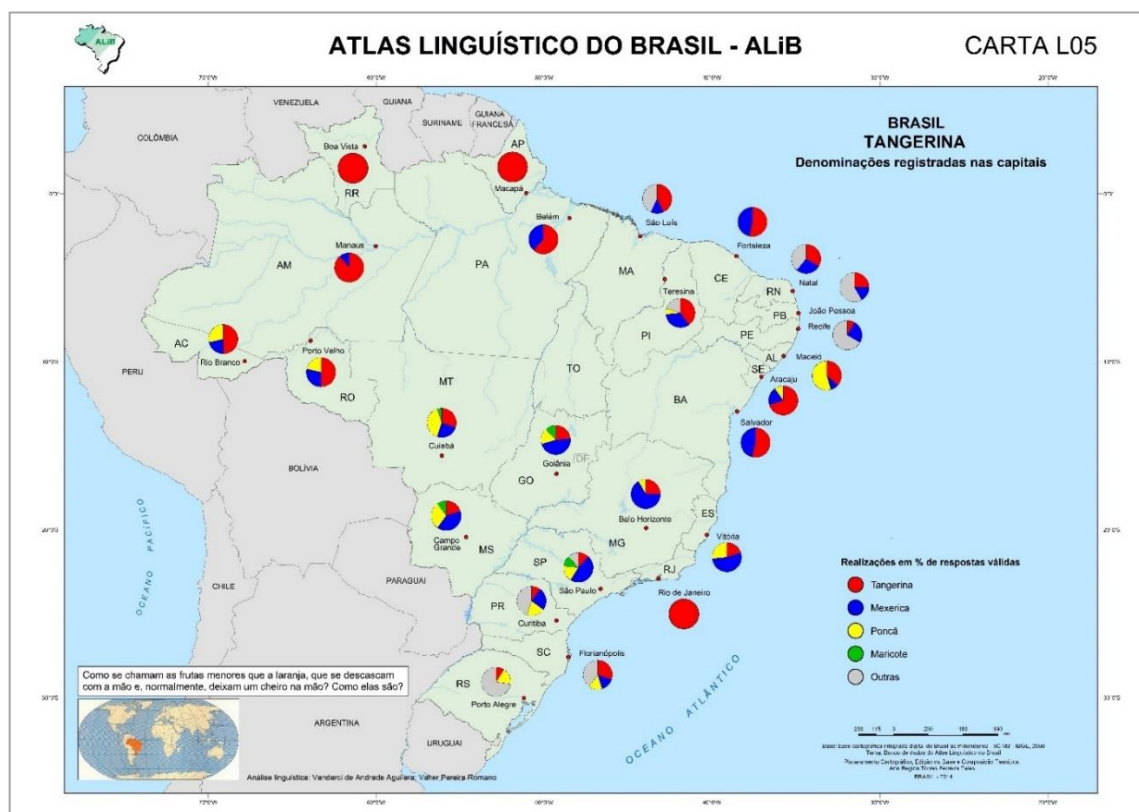
Tangerina, nome central da espécie, possui diversos híbridos; no Brasil é conhecida por diferentes nomes, como mexerica, tangerina, poncã, mimosa, tanja etc. todas originadas da espécie *Citrus reticulata*.

Dentre os atlas linguísticos já publicados, a respeito das áreas específicas da Região Nordeste, o item foi investigado pelo Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar – ALIPTG (2007), QSL 39; Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco – ALMASPE (2009), QSL 039, Carta 10; Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu – ALIg (2009), QSL 039; Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, QSL 33; Atlas Linguístico de Pernambuco – ALiPE (2013), QSL 039, Carta 16; Atlas Linguístico de Icatu – ALInI (2017), QSL 033, Carta 30; Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL (2017), QSL 028, Carta 53; Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins – ALITTETO (2018), QSL 024; Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses – ALSCE (2019), QSL 039; Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – ALiCACE (2019), QSL 039, Carta 26. Nas verificações das áreas dialetais brasileiras, foi estudado por Romano (2015), em sua tese sobre o Subfalar Sulista, com base em dados do ALiB, e por Cuba (2015), que publicou uma carta sobre o item no Atlas Linguístico do Território Incaracterístico (Nascentes, 1953).

Quanto ao Atlas Linguístico do Brasil, foram publicadas as cartas L05, L05a, L05b, L05c, L05d e L05e no volume 2 do Atlas Linguístico do Brasil CARDOSO *et al.*, 2014, p. 158-169). Na Carta L05, reproduzida na Figura 29, visualizamos as nomenclaturas mais recorrentes nas capitais estaduais do país: *tangerina*, presente em todas as capitais brasileiras; *mexerica*, registrada em todas, com exceção de Boa Vista (RR) e Macapá (AP), na Região Norte, Rio de Janeiro (RJ), no Sudeste, e Porto

Alegre (RS), no Sul; *poncã*, que se concentra na área do Falar do Sul (Nascentes, 1953); e *morcote*, mais presente na região Centro-Oeste.

Figura 29 - Carta L05 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para tangerina nas capitais brasileiras



Fonte: CARDOSO et al, 2014, p. 158.

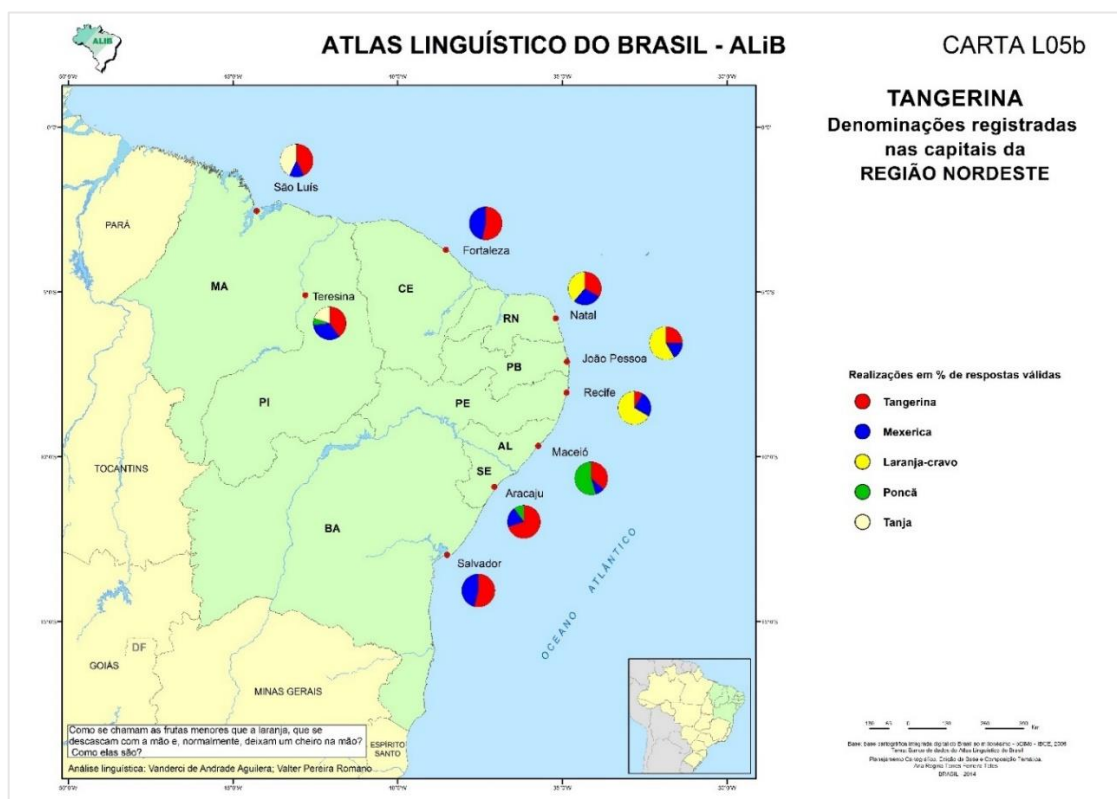
Nota-se que a variante mais recorrente, *tangerina*, foi registrada em todo o Brasil, com uso categórico nas capitais de Roraima, Amapá e Rio de Janeiro, e com menor porcentagem de realização, em relação às outras variantes realizadas na localidade, nas capitais do Pernambuco – *Região Nordeste* – e Rio Grande do Sul – *Região Sul*. É *lexia* é a mais produtiva entre as capitais do Norte, atingindo 70% do total das realizações, e é identificada pelos próprios falantes como típica da região.

O item foi contemplado na análise sobre o Subfalar Sulista (Romano, 2015), onde a forma também não se restringiu a uma área específica, sendo a terceira *lexia* mais recorrente (22,06%). Na região do território incaracterístico, mostrou-se presente em três localidades: 3- Guajará-Mirim (RO), 10- Nova Xavantina (MT) e 11- Pilar de Goiás (GO).

No Nordeste, Figura 30, além de *tangerina* e *mexerica*, destacaram-

se nas capitais as variantes *laranja-cravo*, na faixa norte do litoral oriental; *poncã*, na faixa sul; e *tanja*, na área oeste, em São Luís (MA) e Teresina (PI).

Figura 30 - Carta L05b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* nas capitais do Nordeste



Fonte: CARDOSO *et al*, 2014, vol. 2, p. 160.

Nota-se, portanto, a existência de áreas lexicais específicas na região, atestadas pela distribuição dos dados do interior, analisados nesta tese, conforme visualizamos a seguir.

Na área do Subfalar Nordestino, foram encontrados 394 registros para tangerina, distribuídos entre 22 variantes, algumas agrupadas como mostra Quadro 2. Além destas, foram registradas 13³⁷ não-respostas e um problema técnico³⁸.

³⁷ Os dados indicaram que o índice de não-respostas foi relativamente maior entre os homens (4%, contra 2,38% entre as mulheres) e entre os falantes mais jovens (4,86%, contra 1,78% entre os da Faixa II).

³⁸ Consideramos como problema técnico os casos em que a pergunta não foi formulada pela inquiridora e problemas no áudio que impediram a coleta dos dados, seja pelo corte do áudio durante a coleta ou no tratamento destes para a fase de transcrição.

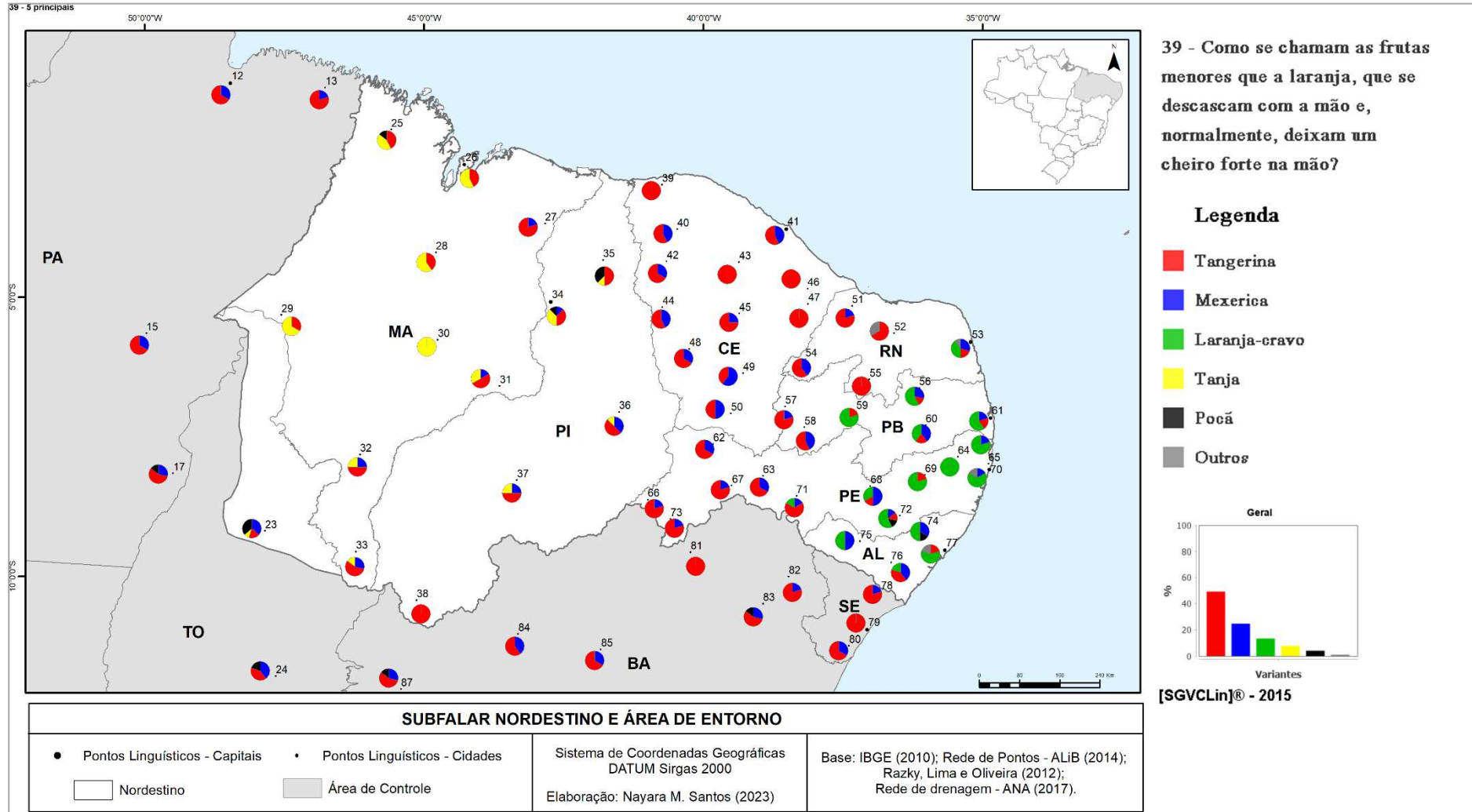
Quadro 2 – Variantes documentadas para a questão 039 – *tangerina* e seus agrupamentos

RÓTULOS	VARIANTES AGRUPADAS
<i>Tangerina</i>	<i>Tangerina / tangirina / tanjarina</i>
<i>Mexerica</i>	<i>Laranja-mixirica / mexerica / mixirica / mixerica / mexirina / mixirina</i>
<i>Laranja-cravo</i>	<i>Laranja-cavo / laranja-clavo</i>
<i>Tanja/tanjarina</i>	<i>Tanja</i>
<i>Poncã</i>	<i>copã / pocã / poncã / mexerica pocã</i>
<i>Laranja-lima</i>	<i>Laranja-lima / lima</i>
<i>Outras</i>	<i>China / laranja-pêra / laranja-da-terra</i>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do ALiB

Na Carta 01, a seguir, destacamos as cinco variantes/agrupamentos mais recorrentes, que salientam não só a heterogeneidade da região, mas também a disposição regular de variantes específicas.

Carta 1 – Distribuição diatópica das variantes de *tangerina*



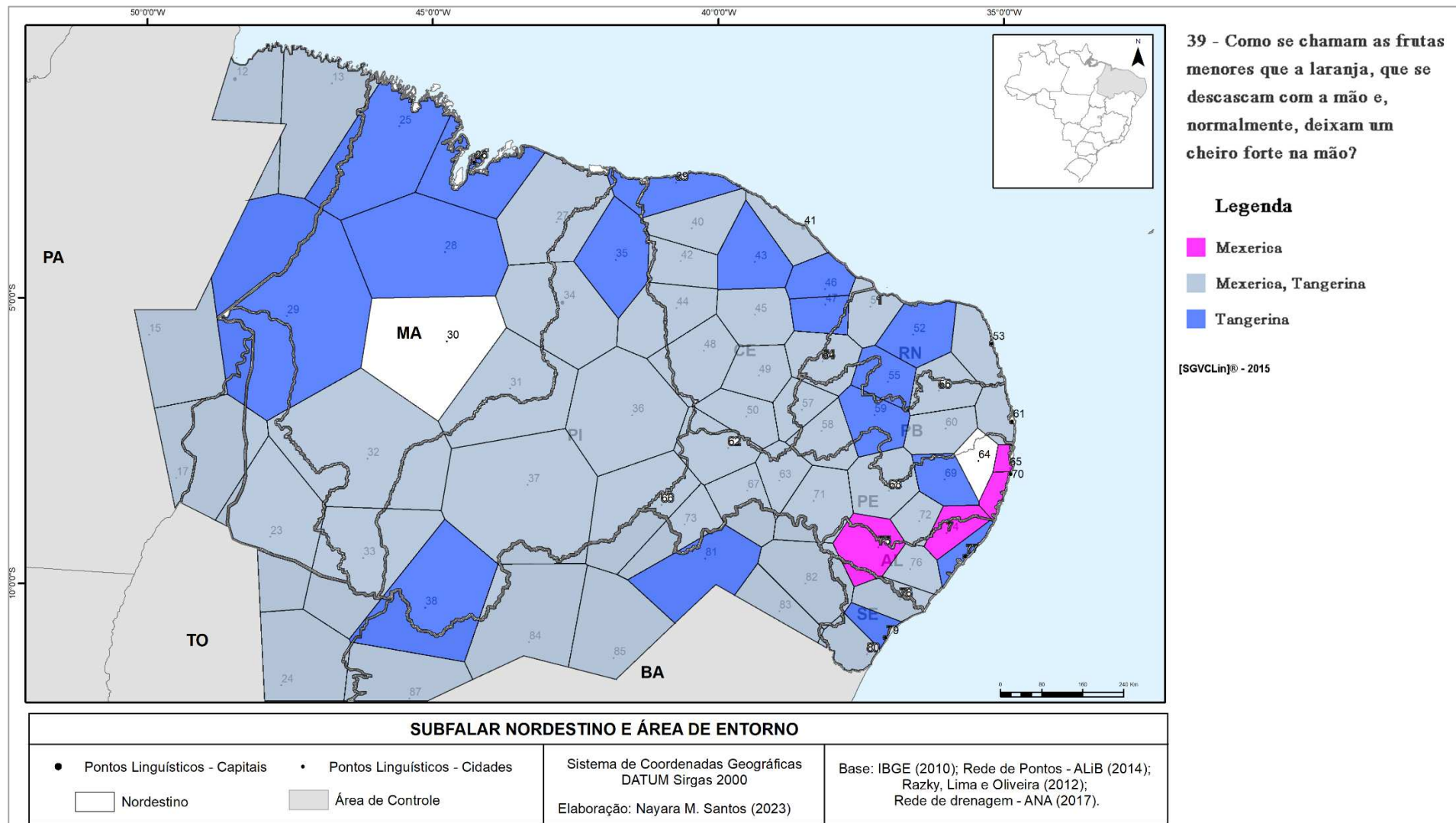
Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin]

Na área investigada, especificamente, destacam-se as formas: *tangerina*, a mais recorrente, com 194 registros, englobando 49,24% do total; *mexerica*, 97 ocorrências (24,62% do total); *laranja-cravo*, 52 ocorrências (13,20%), *tanja*, 31 ocorrências (7,87%) e *pocã*, 16 registros (4,06%). Além dessas, outras quatro formas foram registradas apenas uma vez: *china*, *laranja-lima*, *laranja-pêra* e *laranja-da-terra*, cada uma representando 0,25% das ocorrências, agrupadas em Outras, grupo representado pela cor cinza.

5.1.1 *Tangerina* e *Mexerica*: Variantes mais Recorrentes

As variantes mais recorrentes, *tangerina* e *mexerica*, estão presentes em quase todas as localidades investigadas, conforme mostra a Carta 01A, a qual demonstra o registro correlacionado das duas variantes. Geralmente, nas localidades onde se registrou a segunda, também se registrou a primeira, em destaque na cor cinza. Concomitantemente, foram registradas em 43 pontos, dentre os quais 12 estão fora dos limites do subfalar.

Carta 1A – Distribuição das variantes *mexerica* e *tangerina* na área do Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [fGVCLin].

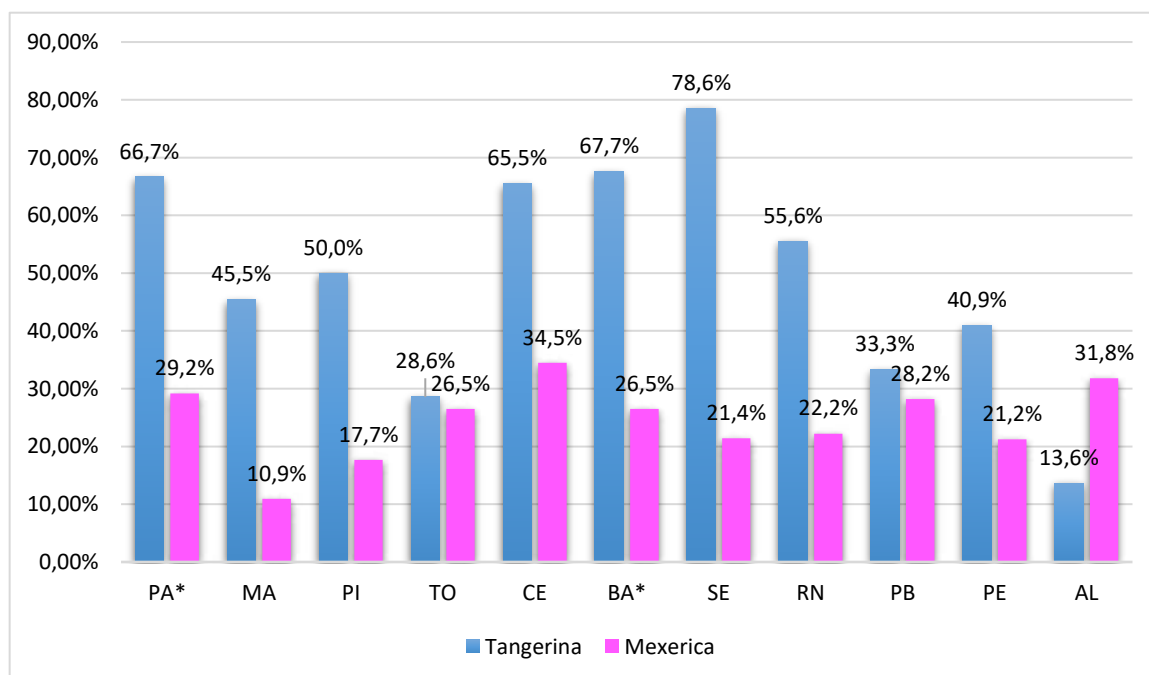
Tangerina se destacou por apresentar maior produtividade, aparecendo, sem a presença de *mexerica* em 17 localidades³⁹, dentre as quais apenas duas (79 - Aracaju (SE) e 81 - Juazeiro (BA)) estão fora dos limites do subfalar. Seu uso é categórico no sul do Piauí, ponto 38 – Corrente; no norte do Ceará, pontos 39 - Camocim, 43 - Canindé, 46 - Russas e 47 – Limoeiro do Norte; no sul do Rio Grande do Norte, ponto 55 - Caicó; e na Área de Controle, pontos 79 – Aracaju (SE) e 81 – Juazeiro (BA).

Já *mexerica* ocorreu em apenas quatro localidades onde não se registra *tangerina*: 65- Olinda (PE), 70- Recife (PE), 74- União dos Palmares (AL) e 75- Santana do Ipanema (AL). Apesar de produtividade expressiva, *mexerica* sempre coocorre com outras; portanto, quando realizada, não é a predominante, além de não ter sido categórica em nenhuma das localidades investigadas. Nos pontos onde não ocorreu nenhuma das duas lexias são: 30 - Tuntum (MA) e 64 - Limoeiro (PE), foi categórico o registro de *tanja* e *laranja-cravo*, respectivamente.

Com base no relatório dos registros para essa questão, criado pelo programa [JGVCLin], montamos o Gráfico 1, que traduz em porcentagens a produtividade das variantes nos estados presentes na área estudada. Os números foram calculados com base na quantidade de variantes, número de ocorrências e quantidade de informantes por Estado. Dessa forma, em Alagoas, o valor 13,64% (correspondente a três ocorrências de *tangerina*) foi calculado considerando apenas a área do estado, isto é, os quatro pontos linguísticos, que reúnem a fala de 16 informantes; o número de variantes encontradas na área – cinco: *laranja-cravo*, *tangerina*, *mexerica*, *poncã* e *laranja-pera* –; e o seu total de registros, 22 ocorrências. Assim, garantimos a análise mais acurada dos dados.

³⁹ São estas: 25- Turiaçu, 26- São Luís, 28- Bacabal, 29- Imperatriz (MA), 35- Piripiri, 38- Corrente (PI), 39- Camocim, 43- Canindé, 46- Russas, 47- Limoeiro do Norte (CE), 52- Angicos, 55- Caicó (RN), 59- Patos (PB), 69- Caruaru (PE), 77- Maceió (AL), 79- Aracaju (SE) e 81- Juazeiro (BA).

Gráfico 1 – Produtividade das variantes *tangerina* e *mexerica* por Estado⁴⁰



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do ALiB, analisados em relatório gerado pelo [JGVCLin].

O Gráfico 1 mostra que *tangerina* apresentou médias mais altas, com percentual acima de 50% em seis estados, dentre os quais três pertencem à Área de Controle. A maior pontuação foi em Sergipe, 78,6%, fora dos limites propostos por Nascentes (1953), onde registrou-se apenas as duas variantes supracitadas. Sua menor porcentagem foi em Alagoas, 13,6%, único estado onde *mexerica* apresenta maior produtividade, estando atrás apenas de *laranja-cravo*, a mais predominante na região.

Em contrapartida, *mexerica* não atingiu mais do que 35% em nenhum dos estados. Sua pontuação mais alta, 34,5%, foi no CE, onde também se registrou apenas *tangerina* e *mexerica*. A lexia também se destaca entre os informantes no Alicace, Atlas linguístico do Cariri Cearense⁴¹, onde representa quase 90% do total de registros. Já o Maranhão se destaca por ser o estado com mais baixa produtividade 10,91%, onde prevalece o uso de *tanja* e *tangerina*.

Interessante notar que os estados com maior e com menor

⁴⁰ Os estados cuja sigla está marcada por um asterisco (*) correspondem aos que nem todos os pontos foram considerados nesta análise, por não estarem na Área de Controle. Assim: apenas quatro dos 10 pontos linguísticos do ALiB localizados no Pará; e seis dos 22 na Bahia, foram contemplados nesta pesquisa, pois estão nos arredores do Subfalar Nordeste.

⁴¹ Cf. Anexo B1 – Carta 26 do Atlas linguístico do Cariri cearense (Saraiva, 2019).

porcentagens para *tangerina* são vizinhos: Alagoas, 13,6%, onde predomina o uso de *laranja-cravo*, e Sergipe, 78,6%, com maior produtividade de *tangerina*. Isso evidencia que o limite traçado por Nascentes (1953) separando os dois estados e contemplando apenas Alagoas na área do subfalar, ainda se mantém visto que há grande diferença entre o predomínio de *laranja-cravo* – que se estende a Pernambuco, Paraíba e parte do Rio Grande do Norte, e de *tangerina*, em Sergipe.

Quanto à dicionarização, *tangerina* está registrada pelo Houaiss (2023, *online*) como fruto da tangerineira, cujo nome científico é *Citrus reticulata*. São elencadas como suas variantes: *bergamota*, *laranja-cravo*, *laranja-mimosa*, *mandarina*, *mexerica*, *mimosa*, *tangerina-cravo*, *tangerina-do-rio*, *vergamota*. Segundo Nascentes (1955), a acepção vem de “tangerina (laranja), laranja oriunda de Tânger, cidade do norte da África” (Nascentes, 1955, p. 485).

É a variante padrão para o fruto e espécies derivadas. Foi, inclusive, reconhecida como tal por um informante de Limoeiro (PE), onde o uso de *laranja-cravo* é categórico, o qual apontou ser esta uma variante vista apenas na escola.

Excerto 3

(Inf. 064/1, Limoeiro (PE))

INF. – *Tangirina*

INQ. – Outro nome pra ela?

INF. – *Laranja-cravo*.

INQ. – O que é que usa mais aqui, na cidade?

INF. – De fruta?

INQ. – Quais dos dois nomes? Qual que todo mundo conhece?

INF. – *Laranja cravo*.

INQ. – Se eu for na feira é melhor pedir laranja cravo?

INF. – É

INQ. – Você acha que conheceu *tangerina* aonde?

INF. – Dos livros.

INQ. – Dos livros

INF. – Da escola.

Já *mexerica* está dicionarizada como uma variante de tangerina, proveniente do regressivo de mexericar (“mexer”, proveniente do latim *miscere*, misturar, + sufixo “-icar”), a respeito do qual estudiosos atribuem o nome do fruto ao fato de o odor forte deixado nas mãos denunciar quem o comeu (Houaiss, 2023, *online*). Inclusive, essa associação é percebida por alguns dos informantes, conforme o excerto 4:

Excerto 4

(Inf. 076/3, Arapiraca (AL))

INF. – *Tangirina*.

INQ. – Tem outro nome pra tangerina?

INF. – *Mixirica*.

INQ. – É a mesma?

INF. – É a mesma. Muita gente chama *mexirica* porque ela cheira muito.

INQ. – E o pessoal mais antigo chama como?

INF. – *Mexirica*, mais *mexerica*. Hoje tá chamando mais *tangerina*.

INQ. – Tem mais outro nome?

INF. – Eu só conheço esses dois.

Além disso, o informante 3, homem da faixa etária II, de Arapiraca (AL), faz um comentário de natureza diageracional ao afirmar que essa é uma denominação utilizada pelos mais velhos, enquanto os mais novos preferem o uso de *tangerina*, o que talvez ocorra pelo fato de esta última ser a lexia padrão, ensinada nas escolas.

Apesar de dicionarizadas como sinônimas, cientificamente não são a mesma fruta, uma vez que a primeira é da espécie *citrus reticulata blanco* e a segunda, da *citrus deliciosa*. O doutor em Agricultura tropical Francisco Henrique explicou em entrevista a diferença entre as duas: "A tangerineira apresenta frutos maiores, mais doces e com baixa acidez, enquanto as mexericas, frutos da mexeriqueira, são frutos menores, mais ácidos e de casca áspera." (Tangerina, 2021b). Alguns informantes do Projeto ALiB afirmaram se tratar de frutas similares e espécies diferentes, ao apresentar características específicas de cada uma: a tangerina seria uma fruta menor que a mexerica, mais doce e, para uns, possui a casca mais fina (informante da Bahia), para outros, a casca mais grossa (informante do Tocantins),

Excerto 5

(Inf. 084/4, Barra (BA))

INQ. - É a mesma tangerina?

INF. - Não. A *tangirina* é uma e a *mixirica* é ôta.

INQ. - Se a senhora pedisse tangerina, vinha... ela vinha como?

INF. - Redondinha assim...

INQ. - Ela é mais redondinha? Ela tem a casca grossa...

INF. - É, e a ôta é... é fininha. A ôta... a *tangirina*, a casca é fina.

INQ. - E a mexerica?

INF. - É mais grossa.

Excerto 6

(Inf. 024/3, Natividade (TO))

Quando a gente tinha *tangirina*, a *tangerina* é mais amarelada, mais alaranjada e... é mais fácil de discascá.

INQ. – sim, e a outra que você falou, aí a mexerica?

INF. – a *mixirica*, a *mixirica* é... mais a *tangirina*, bem mais parecida cum a

tangerina, são dois nomes que... seriam dados.
 INQ. – Praticamente a...
 INF. – é a mesma coisa
 INQ. – *tangerina* e *mexerica*
 INF. – a *mixirica*. E é... e é sempre pelo, pelo perfume.

Interessante observar que, na maioria das localidades onde a *laranja-cravo* prevalece, há menor, ou nenhuma, realização de *tangerina* e maior expressão de *mexerica*. Ademais, *mexerica* é apontada por diversos informantes como uma variante proveniente do Sul do país ou de São Paulo, conforme demonstram os excertos 7 a 11.

Excerto 7

(Inf. 0 072/3 – Garanhuns (PE))

INF. – *Laranja-cravo*. Tem *mixirica*... Aqui é *laranja-cravo*. Lá pelo Sul é *mixirica*.

Excerto 8

(Inf. 062/1, Exu (PE))

INF. – *Tangirina*. Aqui (inint.) chama *mixirica*, né!? Aqui é *tangirina*.

INQ. – Hum. Onde é que chama *mexirica*?

INF. – Aí parte do sulzão aí.

INQ. – Ah, do sul. Por aqui não chama não?

INF. – Não, é só *tangirina* mesmo.

INQ. – Só *tangirina* mesmo. É por sul é que tem...

INF. – É. (inint) po sul.

INQ. – Mas você aprendeu lá ou você já tinha ouvido falar?

INF. – Os caba ove também, né!? Ove fala, né!?

INQ. – Ah... os cabra ouve por aqui também, né!? Sei... então por aqui todo mundo ouve os dois...

INF. – Oh, os caba aqui tudo gosta de bestera.

INQ. – Trazem de outra cidade...

INF.- É (risos), pra ficar mais diferente as coisa.

Excerto 9

(Inf. 073/3, Petrolina (PE))

INQ. – (...) A casca é verde da...

INF. – *Tangirina*.

INQ. – Uhn... E da *mexerica*?

INF. – A casca é bem amarelinha. Essa que vem do Sul, né?

Excerto 10

(Inf. 063/2, Salgueiro (PE))

INF. – *Mexerica*

INQ. – Conhece por outros nomes?

INF. – É... *Tangirina*

INQ. – E aqui você vai comprar na feira, no mercado você compra se pedir *mexerica*, *tangerina* vem a mesma coisa? Tem alguma diferença?

INF. – Tem porque eles não sabe o que é (init,)

INQ. – *Mexerica* você aprendeu onde?

INF. – Em São Paulo.

INQ. – E tem diferença?

INF. – Não é uma fruta só.
 INQ. – Só que aqui chama como?
 INF. – *Tangirina*

Excerto 11

(Inf. 054/4, Pau dos Ferros (RN))

INF. – Ih, é *tangerina*. Aqui é *tangerina*, mas lugar fora aí é *mexerica*.

INQ. – E que lugar lá fora a senhora acha que é *mexerica*?

INF. – São Paulo... lá só chama *mexerica*.

Observando os dados analisados por Romano (2015), acerca da distribuição areal do item tangerina na região do Subfalar Sulista, constata-se que *mexerica* é a mais produtiva (30,11% de realizações), enquanto *tangerina* está em terceiro lugar, com 22,06% de realizações. Diante desse quadro, o pesquisador considera *mexerica* uma variante provavelmente característica da região investigada por ele.

Esses dados nos remetem ao comentário de Gomes (2012), citado no início desta seção, no qual sugere que as primeiras sementes de tangerineiras que chegaram ao Brasil foram trazidas por imigrantes açorianos, que desembarcam no Rio Grande do Sul, em 1960. A partir disso, podemos supor que essas denominações – tangerina, “laranja oriunda de Tanger” (Nascentes, 1955) e mexerica, nome decorrente do forte cheiro que deixa nas mãos (Houaiss, *online*) – foram as denominações inicialmente atribuídas a esse fruto e que, à medida que se espalhava pelo Brasil, outros nomes foram sendo associados (e criados) para denominar este fruto.

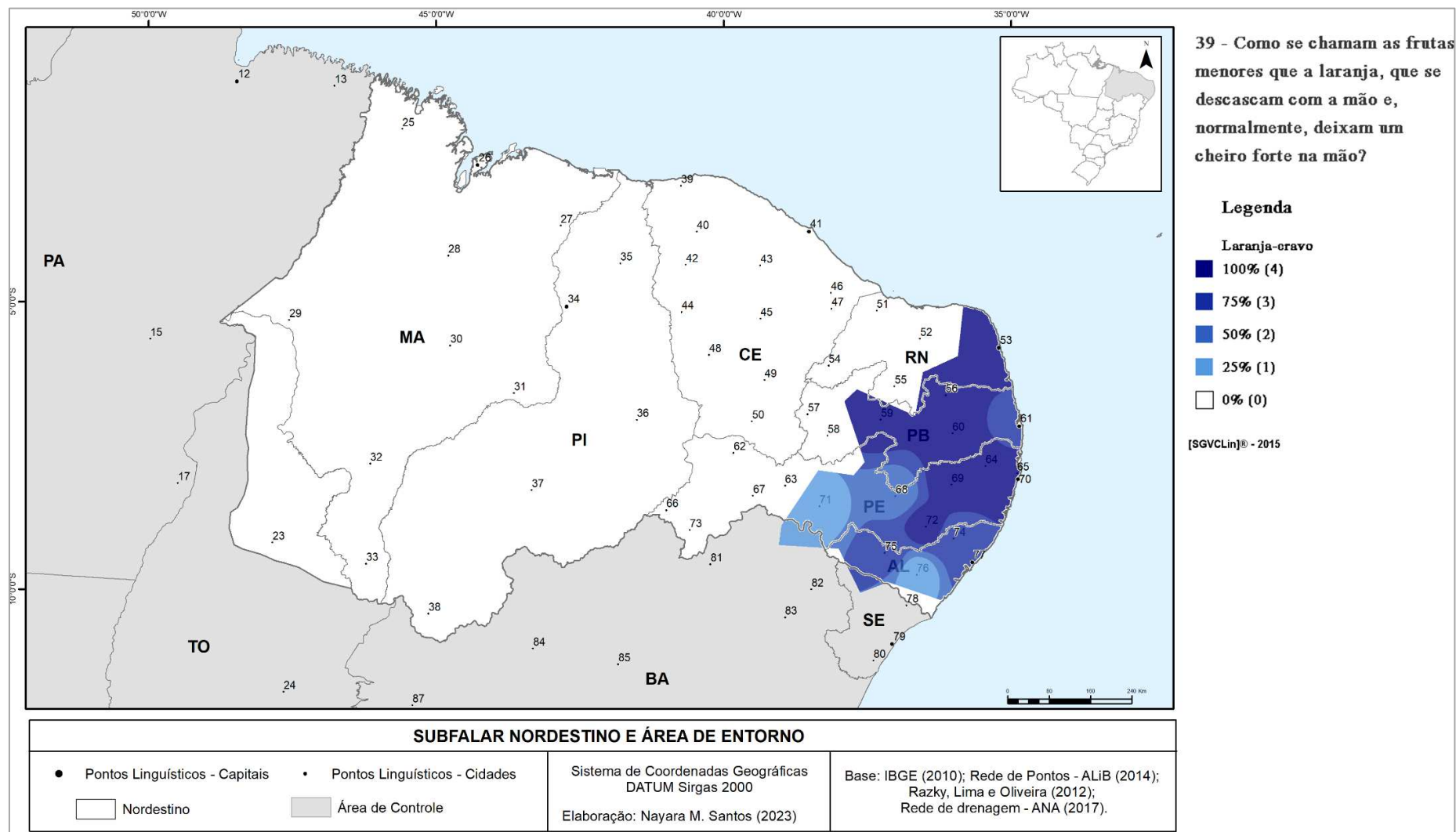
No entanto, apesar dessa hipótese, os dados nos mostram que as duas variantes em destaque, *tangerina* e *mexerica*, não podem representar uma área específica do Subfalar Nordeste, devido à sua ampla distribuição não só na região investigada, como em todo país.

5.1.2 *Laranja-cravo*: Variante Característica do Nordeste Oriental

Laranja-cravo concentra-se na faixa litorânea que se inicia no leste do Rio Grande do Norte e segue para o centro e sul da Paraíba, perpassando pela porção centro-leste de Pernambuco, até Alagoas, abrangendo 16 pontos linguísticos. É majoritária em todos os pontos onde ocorre, com exceção de 68 - Arcoverde e 71 - Floresta (PE), 75 - Santana do Ipanema e 76 - Arapiraca (AL); é categórica em 64 -

Limoeiro (PE), conforme demonstra a Carta 2. Suas realizações se concentram ao leste do Subfalar Nordeste, sem avanços por seus limites. No que tange à sua distribuição nas capitais brasileiras, foi registrada, segundo a Carta L05b, em Natal (RN), João Pessoa (PB) e Recife (PE), tratando-se, portanto, de uma forma característica dessa área, pois não é encontrada, de forma significativa, em outras regiões do país. A Carta 1B ratifica essa afirmação ao mostrar que as realizações de *laranja-cravo* se concentram ao leste do Subfalar Nordeste, sem avançar por seus limites.

Carta 1B – Distribuição areal gradual das ocorrências de *laranja-cravo*



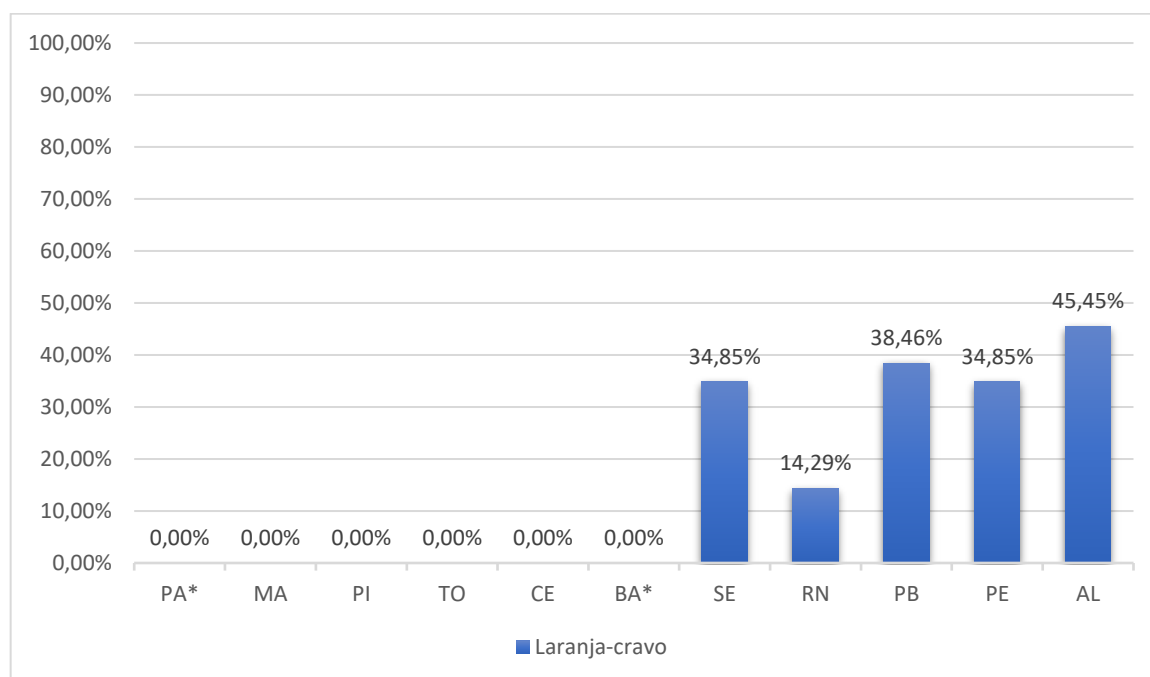
Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Ao comparar o fluxo de povoamento explicado por Nascentes (1953) e a arealização desta lexia, inferimos que essa distribuição corresponde aproximadamente ao fluxo de povoamento de Pernambuco, que se irradia para outros estados, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Sergipe e Bahia, unidades que compõem a Região Nordeste, mas não compõem o Subfalar Nordestino, segundo Nascentes, cuja civilização foi formada por outro fluxo de povoamento, não registram essa lexia, fato que atesta, mais uma vez, a acuracidade dos limites do Subfalar Nordestino proposto por Nascentes (1953).

Quanto à sua distribuição por estado, em Alagoas houve a maior produtividade, 45,45%, e a menor, no Rio Grande do Norte, 14,29%. Vale lembrar que esses percentuais são calculados a partir do número de variantes e do total de registros por estado. Assim, apesar de, em Alagoas, haver apenas 10 registros de *laranja-cravo*, o total de respostas para essa questão é 22, distribuídas entre 5 variantes. Logo, *laranja-cravo* contempla praticamente 50% das realizações, enquanto em Pernambuco, onde houve 23 registros da lexia, a porcentagem é inferior, 34,85%, devido ao total de 66 respostas para a questão no Estado (Gráfico 2). A produtividade da lexia é mais elevada em outros atlas linguísticos do estado: no ALMASPE⁴², que investiga a região Mata Sul de Pernambuco, *laranja-cravo* foi a mais recorrente, estando presente em todos os pontos linguísticos investigados; no ALiPE⁴³, foi a segunda mais produtiva, concentrando-se na porção centro-leste do estado.

⁴² Cf. Anexo B2 - Carta 10 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* na Mata Sul de Pernambuco.

⁴³ Cf. Anexo B3 - Carta 16 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* em Pernambuco.

Gráfico 2– Produtividade da variante *laranja-cravo* por Estado⁴⁴

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do ALiB, analisados em relatório gerado pelo [GVCLin]

Os dados do ALEAL⁴⁵ corroboram os do ALiB ao demonstrar *laranja-cravo* como a mais produtiva de Alagoas, englobando 40,9% do total de registros, distribuídos em 13 dos 21 pontos contemplados pelo Atlas, não estando presente majoritariamente nas localidades próximas à fronteira com Sergipe. Vale lembrar que essa área corresponde ao limite proposto por Nascentes (1953), onde Sergipe é contemplado pelo Subfalar Baiano, e não pelo nordestino. Essa separação/divisão encontra respaldos na distribuição de *laranja-cravo*, aqui apresentada.

Na área do Subfalar Sulista, Romano identificou 13 ocorrências, que correspondem a 1,18% do total registrado, sendo, portanto, uma das variantes menos produtivas na região. Foi registrada, segundo evidencia a Carta 5g, no litoral sul (pontos 233 - Criciúma e 232 - Tubarão) e em duas localidades no litoral norte (225- São Francisco do Sul e 228- Itajaí) de Santa Catarina; em três pontos de São Paulo (186- Registro, 173- Campinas e 176- Guaratinguetá). Na Área de Controle, em 130- Unai (MG).

⁴⁴ Os estados cuja sigla está marcada por um asterisco (*) são aqueles onde nem todos os pontos linguísticos foram contemplados (cf. Nota 40).

⁴⁵ Cf. Anexo B4 - Carta 53 do ALEAL, referente à distribuição diatópica das denominações para tangerina em Alagoas.

Laranja-cravo é uma lexia formada pela junção do vocábulo *laranja* (proveniente do árabe *narandja*) e *cravo* (do latim *clavus*) e está dicionarizada pelo Houaiss (2022, *online*) como um brasileirismo sinônimo de *tangerina* (no sentido de fruto), provavelmente pela associação do odor forte da especiaria cravo com a tangerina.

Informantes de Pernambuco, estado onde a lexia teve 22 registros, afirmam que *laranja-cravo* é uma nomenclatura típica de sua comunidade, conforme demonstram os excertos 13, 14, e 16. Além disso, há aqueles que sinalizam que essa denominação se refere a uma fruta similar à mexerica e à pocã, porém não de mesma espécie, como mostram os excertos 12, 14, 15 e 16.

Excerto 12

(Inf. 070/6, Recife (PE))

INF. – *Laranja-cravo*.

INQ. – Sim, e chamam aqui por outro nome?

INF. – Tem gente que chama por de *mexerica*, mas... é diferente.

INQ. – E como qual é a diferença?

INF. – A *mexerica* é maió.

INQ. – Ahn... e a *laranja*...

INF. – *Cravo* é menó.

INQ. – Sim, e qual é que tem o cheiro mais ativo?

INF. – A *laranja-cravo*.

INQ. – A *laranja-cravo*. E qual é que é mais ácida, assim, mais azeda?

INF. – A *cravo* eu acho.

INQ. – Então a grande é a *mexerica*...

INF. – *Mixirica*

INQ. – A... é aquela que tem a casca fofa?

INF. – É, mais fofa... E aquela pequeninha é *cravo*.

Excerto 13

(Inf. 070/3, Recife (PE))

INQ. – Mas vocês chamam, assim, mais, eh... *laranja-cravo* ou *mexerica*?

INF. – Ela é conhecida como... Era conhecida como *laranja-cravo*. Hoje tão dando mais o nome de *mexerica*, porque o pessoal do sul tá trazendo pra cá o nome de *mexerica* e tá se usando também *mexerica*.

INQ. – Mas é a mesma coisa.

INF. – É o mehmo *cravo*. (...) Chamava-se *laranja-cravo*.

Excerto 14

(Inf. 68/3, Arcoverde (PE))

INF. – *Mixirica*.

INQ. - E como é a *mexerica*?

INF.- É grande e a casca molinha. E tem a *laranja-cravo* que eles chamam aqui.

INQ. - E como é a *laranja-cravo*?

INF.- É a mais pequena de todas e a *mixirica*. A casca é verde.

INQ. - Qual é das duas a mais azeda?

INF.- A *laranja-cravo*, a *mixirica* é mais doce.

INQ. - Aqui dá muito? O que dar mais aqui *mexerica* ou *laranja-cravo*?

INF.- Aqui dá *laranja-cravo* e *mixirica* vem de fora.

Excerto 15

(Inf. 070/8, Recife (PE))

INQ. – Diga aí, e a *laranja-cravo*, por exemplo, como é? É mais fácil de descascar, o cheiro é mais forte...

INF. – A *laranja-cravo* é mais ácida...ela é mais isverdiada por fora, quer dizê, a casca mais verde e é mais difícil de discascá. Quando a gente tinha *tangerina*, a *tangerina* é mais amarelada, mais alaranjada e... é mais fácil de discascá.

INQ. – sim, e a outra que você falou, aí a *mexerica*?

INF. – a *mixirica*, a *mixirica* é mais a *tangirina*, bem mais parecida cum a tangerina, são dois nomes que... siriam dados

INQ. – Praticamente a...

INF. – é a mesma coisa.

INQ. – *tangerina* e *mexerica*.

INF. – a *mixirica*. E é... e é sempre pelo, pelo perfume. Agora umas das mais cherosas, mesmo é a *cravo*, por isso que é esse nome, *laranja-cravo* é a mais intensa... acho que cum... o perfume mais intenso.

Excerto 16

(Inf. 072/1, Garanhuns (PE))

INF. – *Laranja-cravo*. Tem dois tipos de laranja assim. É da mesma família

INQ. – Me explique então.

INF. – É da mesma família, aí tem chamado *laranja-cravo* e tem a *tocã* (*pocã*).

INQ. - Como é a *laranja-cravo* é maior ou menor?

INF.- *Laranja-cravo* é menor que a *tocã* (*pocã*), a *tocã* (*pocã*) já é outra maiorzinha e descasca com mais facilidade mais tem o mesmo gosto, só que a *laranja-cravo* é melhor.

INQ.- Qual é o mais gostoso?

INF.- É *laranja-cravo*.

INQ.- Aqui dá das duas?

INF.- Não, geralmente aqui dá mais a *laranja-cravo*.

INQ.- E só chamam por esse nome?

INF.- Só *laranja-cravo*.

Informantes de Alagoas, no entanto, afirmam que *tangerina* e *laranja-cravo* se referem à mesma fruta, apesar de a segunda denominação ser mais recorrente na localidade, como mostra o excerto 17.

Excerto 17

(Inf. 077/6, Maceió (AL))

INF. – Menó que a laranja... *laranja-cravo* a gente chama, que é *tangirina*, que algumas pessoas chamam *tangerina*, né?

INQ. – Uhun. Chamam uma coisa ou outra, tanto faz?

INF. – É, (inint).

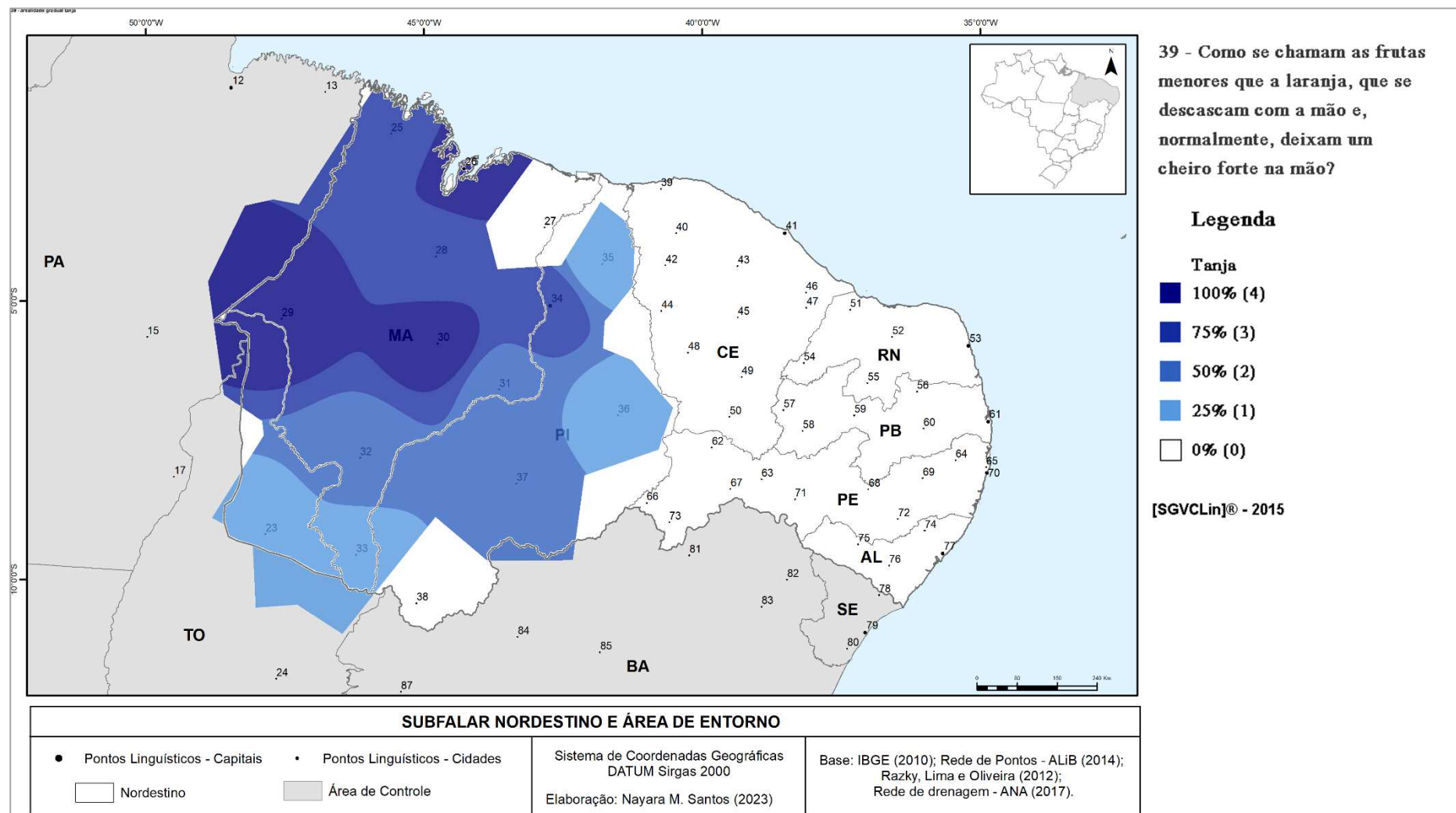
INQ. – A mesma... É a mesma fruta?

INF. – É, é mesma fruta, mas aqui o pessoal chama de mais de *laranja-cravo*.

5.1.3 *Tanja*: Variante Característica do Nordeste Ocidental

A Carta 1C evidencia que *tanja*, que aparece apenas na capital maranhense na Carta L05b do ALiB (Figura 30), se estende por todo o estado, aparecendo também no Piauí. Essa variante, que se concentra no oeste do Subfalar Nordestino, estados do Maranhão e Piauí, presente em todos os seus pontos, com exceção de 27- Brejo, nordeste do MA, e 38- Corrente, sul do PI; foi registrada por todos os informantes de 26- São Luís (MA), 29- Imperatriz (MA) e 30- Tuntum (MA), sendo a variante hegemônica nesta última localidade. Aparece ainda no único ponto tocantinense, 23- Pedro Afonso, pertencente a área do Subfalar Nordestino.

Carta 1C – Distribuição areal da variante *tanja* na área do Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Esta área corresponde à sub-região geográfica Meio-Norte, caracterizada como área de transição: está entre a Amazônia e o Sertão, o clima varia entre equatorial e semiárido, a vegetação está entre caatinga e Cerrado, Mata dos Cocais e Floresta Amazônica. Além disso, sua frente de povoamento teve início em São Luís e difundiu-se para a Amazônia e Piauí, sendo, portanto, diferente do fluxo de povoamento do leste nordestino, onde se concentra a realização de *laranja-cravo*.

A variante confirma, portanto, a existência de uma subárea dialetal na região do Subfalar Nordestino, além de confirmar os limites ao oeste e ao sul, traçados por Nascentes (1953), uma vez que *tanja* não avança aos pontos do PA e BA, tampouco do TO, além do que contemplado pelo subfalar.

Interessante destacar que o Maranhão, estado com maior produtividade da variante, o qual reúne 41,82% do total de ocorrências (23 registros), é também o local onde se cultiva a espécie *tanjaroa* (Gomes, 2012), comumente encontrada nos mercados e feiras da região, fato que pode ter motivado a criação da nomenclatura *tanja*, comum apenas nessa área do país.

O artigo “De tanja à curraleira” (Ramos *et al.*, 2016), produzido com dados do ALiMA, também mostra a elevada produtividade de *tanja* no Maranhão: das 12 localidades contempladas pelo ALiMA, *tanja* foi a primeira resposta em sete e não aparece em apenas dois: Araióses e Alto Parnaíba. É a segunda variante mais produtiva, com 29 registros, assim como no ALinI, Atlas Linguístico de Icatu (MA), estando atrás apenas de *tangerina*⁴⁶. Apesar de não registrada no Ceará, segundo os dados do ALiB, apareceu em Tarrafas (CE), ponto 5 do ALiCACE⁴⁷, município no norte do Cariri cearense.

Nos estados circunvizinhos, a produtividade cai: no Piauí, 20,59%, equivalente a sete registros, e no Tocantins, 4,76%, apenas um registro.

Apesar de muitos considerarem ser o mesmo referente, *tanja* está dicionarizada como um “fruto cítrico maior que a tangerina e menor que a laranja” (HOUAISS, 2022, online), não remete, portanto, à tangerina, especificamente. Gomes, ao dissertar sobre a produção, consumo e industrialização de tangerina no Maranhão, cita a *tanjaroa*, que se refere a um fruto da espécie *Citrus reticulata* Blanco, cultivada

⁴⁶ Cf. Anexo B5 - Carta 30 do ALinI, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* em Icatu (MA).

⁴⁷ Cf. Anexo B1.

principalmente na região de Rosário (MA), por agricultores de baixa renda (GOMES, 2012). Quanto à origem do termo, pode corresponder à junção de “tan(gerina) + (laran)já” (Houaiss, 2023, *online*) ou à possível redução da forma *tanjaroa*, produzida na região onde a lexia *tanja* prevalece.

É apontada por alguns informantes como característica de sua localidade, conforme documentamos com os excertos 18 e 19.

Excerto 18

(Inf. 030/2, Tuntum (MA))

INF. – *Tanja*.

INQ. – É *tanja* essa que não precisa? Como é a *tanja*? Explica aí como é a *tanja*.

INF. – É a *tanja*. Ah, pra outra cidade é *mixirica*, mas aqui pra nós é *tanja*.

Excerto 19

(Inf. 032/4, Balsas (MA))

INF.– Eh...chama *mixirica*...

INQ. – Uhn ru.

INF.– Aqui agente conhece pur *tanja*.

INQ. – *Tanja*?

INF.– *Tanja*.

INQ. – Mas *tanja* e *tangerina*...

INF.– Eh a mehma coisa, mais tem lugá que chama *mixirica*.

INQ. – Mas aqui é *tanja*...

INF.– Aqui é *tanja* mehmo, eh *tanja*...

INQ. – E ela é assim como eu estou dizendo? (inint.)

INF.– Eh... eh... de casca, (inint.)...

INQ. – A casca dela é que cor?

INF.– Marela... marela...

O informante 2, de São Luís, indica que há diferenças entre as duas espécies, sendo *tangerina* uma fruta de casca amarela, mais grossa, enquanto a *tanja* pode ter a casca de duas cores: verde ou amarela. Esse aspecto da cor do fruto também é comentado pelo informante 1, de Tuntum, conforme verificamos no excerto 20 e 21.

Excerto 20

(Inf. 026/2, São Luís (MA))

INF.– *Tanja*?

INQ. –... forte Tu tens...conhece outro nome (inint)?

INF.– *Tangerina*, eh... (inint)

INQ. – A *tanja* e a *tangerina* são a mesma? Como é que elas são? Têm alguma diferença ou exatamente a mesma coisa?

INF.– Eu acho que é a mesma, não sei.

INQ. – Como é que ela é? Como é que é a *tanja*?

INF.– A *tanja*, ela é... tem a casquinha meia mole e essa *tangerina*, ela tem mais grossa um pouco, a casca.

INF.– Tem umas que muda, otras não. (inint). A *tangerina*, é a..., ela tem a casca mais amarela.

INQ. – Mais amarela. E a *tanja*?

INF.– A *tanja* é mais verde.

INQ. – A *tanja* é mais verde?

INF.– Uhn, uhn. Duas cor.

Excerto 21

(Inf. 030/1, Tuntum (MA))

INQ. – *Tanja*. E ela é assim, como eu estou dizendo. Como é a daqui?

INF. – Ela... a gente descasca e fica o chêro nah mão da gente

INQ. – É? Que cor é a casca dela?

INF. – Depende, porque...

INQ. – É?

INF. – Depende, porque tem delas que é amarela, e ôtras que é verde mesmo, a casca.

Além de *tanja*, a variante *tanjarina* foi registrada na fala dos informantes 1, 2, 3 de 25- Turiaçu (MA), 4 de 27-Brejo (MA), e agrupada como uma variação de *tangerina*, assim como no estudo de Ramos *et al.* (2016). Porém, interessante destacar que suas ocorrências se concentram na área onde *tanja* é mais recorrente, o que nos faz inferir que talvez esta seja decorrente de uma associação entre a variante padrão, *tangerina*, e a mais recorrente em sua localidade, *tanja*.

A seguir, os excertos 22 e 23, que demonstram o uso da variante.

Excerto 22

(Inf. 025/1, Turiaçu (MA))

INF.– *Tanja*.

INQ. – Como é que são as daqui? Me diz aí como é que elas são?

INF. – Como é que elas são?

INQ. – ehn hein, qual é a cor da casca...

INF. – Amarela.

INQ. – Amarela, é? E descasca assim com a mão?

INF. – (inint.) amarela, descasca assim com a unha...

INQ. – Aí que chama *tanja*?

INF. – *Tanja*, *tanjarina*, só que *tanjarina* é ôta.

INQ. – É outra? Hum... e tu podes... tu podes dizer como é, explicar pra gente como é a *tanjarina*?

INF. – *Tanjarina* é menor, é mais azeda...

INQ. – E a cor da casca?

INF. – Ela fica verde mesmo, a casca.

INQ. – Então, de casca verde é?

INF. – *Tanjarina*...

INQ. – E a...

INF. – Amarela é *tanja*.

Excerto 23

(Inf. 025/3, Turiaçu (MA))

INF.– *tangerina*.

INQ. – é?

INF. – É

INQ. – e como é aqui? Me explica como é a *tangerina*.
 INF. – porque aqui tem a *tanjarina* e tem a *tanja*.
 INQ. – tem diferença, delas duas?
 INF. – tem, porque...
 INQ. – explica como é uma e como é outra.
 INF. – porque a *tanja* a gente como ela verdinha, é doce. E a *tanjarina* tem uma... só come na época que tá doce, é azeda demais.
 INQ. – mas elas
 INF. – mas elas são idênticas...
 INQ. – são idênticas
 INF. – o cheiro é o mesmo
 INQ. – descasca com a mão
 INF. – descasca com a mão. Agora a diferença é essa: porque a *tanja*, ela tá verde e tá doce e a outra, não. Tem que deixar amadurecer.
 INQ. – e a cor da casca delas?
 INF. – verde
 INQ. – todas duas?
 INF. – todas duas. Tem época que ela fica, quando tá bem madurinha, amarela.

5.1.4 Demais Variantes Encontradas na Região

Além das variantes supracitadas, foram registradas na região a variante *poncã*, com 16 registros (4,06% das ocorrências), as de ocorrência única *laranja-lima*, *china*, *laranja-pera* e *laranja-da-terra*.

A forma *poncã*, por vezes associada ao mesmo referente de *tangerina*, está dicionarizada como “cultivar da tangerina, fruto grande, casca frouxa e polpa doce, originária do Japão” (Houaiss, 2023, *online*), sendo, portanto, uma espécie do fruto. De acordo com Gomes (2012), essa é a variedade de tangerina mais cultivada no mundo, com destaque para o Brasil e continente Asiático.

Figura 31 – Espécie de tangerina *poncã*



Fonte: Correio de Minas, 2018⁴⁸.

⁴⁸ Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2018/05/01/belo-vale-cidade-inicia-a-maior-producao->

Essa diferença é apontada por alguns entrevistados, a exemplo dos informantes 3 e 4 de Pedro Afonso (TO), excertos 24 e 25, os quais reconhecem haver várias espécies de mexerica, dentre elas a poncã, de casca grossa, de fácil desprendimento do fruto e gomos maiores. Sobre a diferença entre *tangerina* e *mexerica*, a informante 4, faz um comentário de natureza diatópica, ao informar que o nome muda conforme o lugar onde a pessoa está. No sertão, onde a informante mora, é mais comum tangerina, espécie cultivada na região, de casa mais fina, mais azeda e “aguada”.

Excerto 24

(Inf. -23/3, Pedro Afonso (TO))

INF.- Aqui tem, assim, que pode descacá na mão, aqui tem, que a gente chama né de *mixirica*, né.

INQ. - Mais algum tipo?

INF.- É, mas tinha, tem outros nome *mixirica*, tem... Ela tem outros nomes, tem outros nome, não tô lembrado mais, basicamente é só *mixirica*.

INQ. - E essa *mexerica* é grande, pequena?

INF.- Ela é pequena, menor do que a laranja.

INQ. - E como que é a casca dela?

INF.- A *mixirica*, ela é... Ela tem de vários né, de vários... Como é que eu poderia definir assim...

INQ. - Vários tipos?

INF.- Vários tipos de *mixirica*, né, têm *mixirica pocã*, entres outras, né.

INQ. - E qual a diferença entre elas?

INF.- A *pocã*, ela é grande, quase maior que a laranja e a casca é grossa né... e mais... o que define bem essa espécie, é que todas essas descasca com o dedo mesmo, com a mão.

INQ. - Tem umas mais azedinhas.

INF. - Umas mais azedas, outras ma... Menos.

INQ.- E tudo vocês chamam de *mexerica* aqui?

INF.- Tudo *mixirica*.

Excerto 25

(Inf. -23/4, Pedro Afonso (TO))

INF.- *Mexerica*. É a gente chama mais é *tangerina*.

INQ.- Qual a diferença entre a *mexerica* e a *tangerina*?

INF.- Acho que é só porque o pessoal chama pra lá, e a gente chama pra cá. Porque aqui quando ela é do sertão, aqui, né, nossa, que ela é mais coisada, redondinha e azeda demais.

INQ.- E a casca ,como que é?

INF.- A casca também é forte, mas forte que esse cheiro que falam que vem lá do sul, da *pocã*.

INQ.- E a *tangerina*, como que é ?

INF.- E a *tangerina* é a mesma, só que ela é diferente, porque aquela lá tem uns gomão.

INQ.- A *tangerina*?

INF.- A *pocã*.
 INQ.- E a casca dela?
 INF.- E a casca dela é grossa e a nossa é fina, a *tangerina*.
 INQ.- E a *tangerina*, é como?
 INF.- É menor, a casquinha fina, né, tem aquelas bem mais azeda.
 INQ.- Tem diferença entre a *tangerina* e *mexerica*?
 INF.- Tem, tem.
 INQ.- Qual é a diferença?
 INF.- Eu acho assim que a coisa, os gomo da outra é muito grosso, e a nossa é mais fininha, mais aguada.
 INQ.- Da *tangerina*? E da *mexerica*?
 INF.- Da *mexerica* também, que a gente chama, e *tangerina*.
 INQ.- A *tangerina* e a *mexerica* é a mesma?
 INF.- É, o povo chama agora para essas que vem *pocã*. Já tem muita gente que está plantando ela aqui.

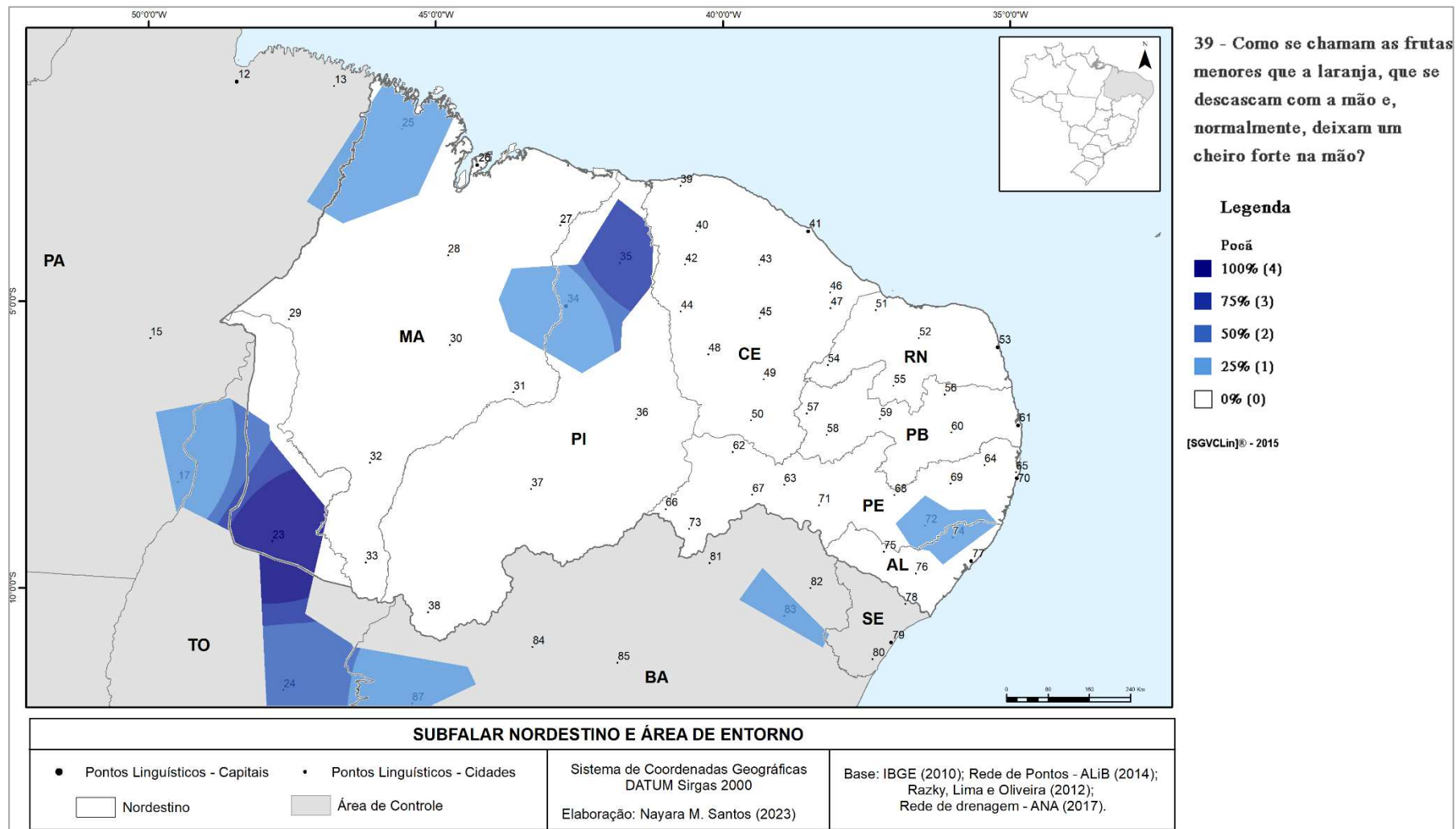
Além de notar a diferença entre os tipos, o informante 3 de Natividade, Excerto 26, afirma que a *mexerica poncã* é industrializada, modificada, talvez por ser uma espécie com casca, aparência e tamanho diferentes do que outras espécies mais comuns, ou por não ser uma fruta típica da sua região.

Excerto 26
 (Inf. -24/3, Natividade (TO))
 INF.- *Mixirica*.
 INQ – E como que é a *mexerica*? Tem vários tipos?
 INF – Tem...tem a *tangerina* que é menor que aquela *mexerica*...que depois apareceu a *mexerica pocã*... ela já é mais industrializada, é modificada...
 INQ – Como que é a *pocã*?
 INF – A *pocã*, ela tem a cascona fofa...
 INQ - Ah tah...
 INF – E a *mexerica*, a casca dela é bem fininha...
 INQ – E a *tangerina*?
 INF – A *tangerina*...
 INQ – Ela é maior ou menor que a *mexerica*?
 INF – É maior...ela é entre a *mexerica* e a *pocã*...
 INQ – E a casca dela...
 INF – A casca dela é mais...é bem parecida com a casca da *mexerica*, mas ela é um pouquinho mais grossa...mais fofa um pouco que a *mexerica*...
 INQ – Lisinha?
 INF – Lisinha...porque a *mexerica*, a casca dela é fininha e colada e a outra é um pouquinho mais grossa e colada também...só que ela é maior...
 INQ – E o sabor?
 INF – O sabor é parecido...
 INQ – Tem alguma que é mais doce?
 INF – A mais doce é a *pocã*...
 INQ – E a *tangerina* e a *mexerica*?
 INF – A *mexerica* costuma ser bem azedinha e a *tangerina* já é mais doce...

Quanto à frequência de *poncã* por estado, o Tocantins se destacou com quase 20% de ocorrências seguido do Piauí, com 11%. Foi registrada em 10

pontos linguísticos, dos quais seis estão dentro dos limites do Subfalar Nordeste: 23. Pedro Afonso (TO), 25. Turiaçu (noroeste do MA), 34. Teresina e 35. Piripiri (norte do PI), 72. Garanhuns (PE) e 74. União dos Palmares (AL), como mostra a Carta 1D.

Carta 1D – Arealidade gradual da variante *pocã* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin].

De acordo com os dados das capitais brasileiras (Cardoso *et al.*, 2014), a *lexia* foi registrada com maior frequência na área denominada por Nascentes (1953) como Falar do Sul, estando presente nas capitais das Regiões Centro-Oeste, Sudeste (com exceção do Rio de Janeiro) e do Sul, também em Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) na Região Norte, e em Aracaju (SE) e Maceió (AL), sendo esta última a localidade onde foi mais produtiva (aproximadamente 60% das ocorrências).

Interessante ressaltar que, apesar de a variante não ter sido produtiva em determinados estados dentre os informantes do ALiB, em outros atlas, estaduais ou regionais, há registro do uso de *pocã*: no ALICACE, que apareceu no ponto 6- Araripe, ao oeste do Cariri cearense; em Pernambuco, não foi registrada no ALiPE, mas apareceu no ponto 30- Belém de Maria do ALMASPE, ao oeste da Mata Sul do estado; em Alagoas, *laranja-pocã* teve ocorrência única no ponto 14- São Miguel dos Campos, do ALEAL.

Segundo dados analisados por Romano (2015), esta é a segunda *lexia* mais recorrente na região do falar sulista, sendo característica do falar paulista; avança de São Paulo e se estende pela Região Centro-Oeste, em direção ao Paraná, Santa Catarina e em algumas localidades do Rio Grande do Sul. Porém, não é uma *lexia* que pode ser considerada como característica do Subfalar Nordestino, visto que apresentou baixa produtividade na região.

Além desta, outras quatro formas foram registradas apenas uma vez: *china*, *laranja-lima*, *laranja-pêra* e *laranja-da-terra*, cada uma representando 0,25% das ocorrências, agrupadas em Outras, grupo representado pela cor cinza. As três últimas - *laranja-lima*, *laranja-pêra*, *laranja-da-terra* – foram mantidas como variantes, quando não contestadas pelo inquiridor após a ocorrência ou, quando contestadas, defendidas pelo informante como denominação para o mesmo referente.

Assim, *laranja-lima* foi registrada em Angicos (RN), informante 4, como primeira resposta, seguida de *tangerina*, como segunda. Após solicitação de maiores esclarecimentos acerca das denominações, o informante afirma que se trata do mesmo fruto, explicitando que a *laranja-lima* possui as mesmas características que a *tangerina*. No entanto, *laranja-lima*, de nome científico *citrus ourantifolia*, corresponde a uma espécie de laranja, e não *tangerina*. A forma foi citada por informantes em outras localidades, que, posteriormente retificaram a informação e afirmaram não se tratar do mesmo fruto: em Russas (CE), Limoeiro do Norte (CE) –

informantes sinalizam que só conseguiram relacionar a descrição com as frutas limão ou lima –; em Santana do Ipanema (AL), inf. 1, aparece como segunda resposta, após *laranja-cravo*, proferida após a insistência da inquiridora sobre o conhecimento de outras denominações.

No ALEAL, a *lexia* é registrada como variante de *tangerina* na Carta 53⁴⁹, sendo a quarta forma mais produtiva, presente nos municípios 3- Santana do Ipanema, onde foi proferida por três dos quatro informantes entrevistados, 6- Traipu, 14- São Miguel dos Campos, um registro em cada.

Laranja-pêra, por sua vez, foi registrada em Maceió (AL), inf. 2, onde a informante afirma que conhece e que compra o fruto utilizando apenas essa denominação. *Laranja-da-terra* apareceu como terceira resposta em Natal (RN), após *tangerina*, *laranja-cravo* e *mexerica*. Não foram solicitadas maiores explicações pelo inquiridor. Já a variante *china* apareceu em Recife (PE), como segunda resposta, após *laranja-cravo*. O informante 1, inclusive, explicita que as denominações se referem a espécies diferentes.

Excerto 27

(Inf. 070/1, Recife (PE))

INF. – *Laranja-clavo*.

INQ. - E aqui tem...?

INF. - Tem... porque, veja só, ela... num só tem a *laranja-clavo* aqui em Pernambuco, né? Tem a... a *clavo*.... tem aquela ... tem a *clavo* e tem a *china*.

INQ. - Como é a china?

INF. - A *china* é a imitação da *clavo*, só que não é *clavo*.

INQ. - Qual é a diferença da *china* pra *cravo*?

INF. - A diferença é que a casca da *clavo* é mais grossa e da *china* não, é mais fina.

INQ. - Hum...

INF. - Entendeu? E a *clavo* é mais docinha e a *china* é mais ... já... é mêm amargosa já...

5.1.5 O que a Questão 039 nos Mostra Acerca do Subfalar Nordesteño?

A distribuição dos dados obtidos mediante a questão 039 do QSL aponta para a existência de duas áreas lexicais na região do Subfalar Nordesteño: uma ao oeste, caracterizada pelo uso de *tanja*, e outra no litoral leste, onde o uso de *laranja-cravo* prevalece, conforme demonstra a Carta 1E.

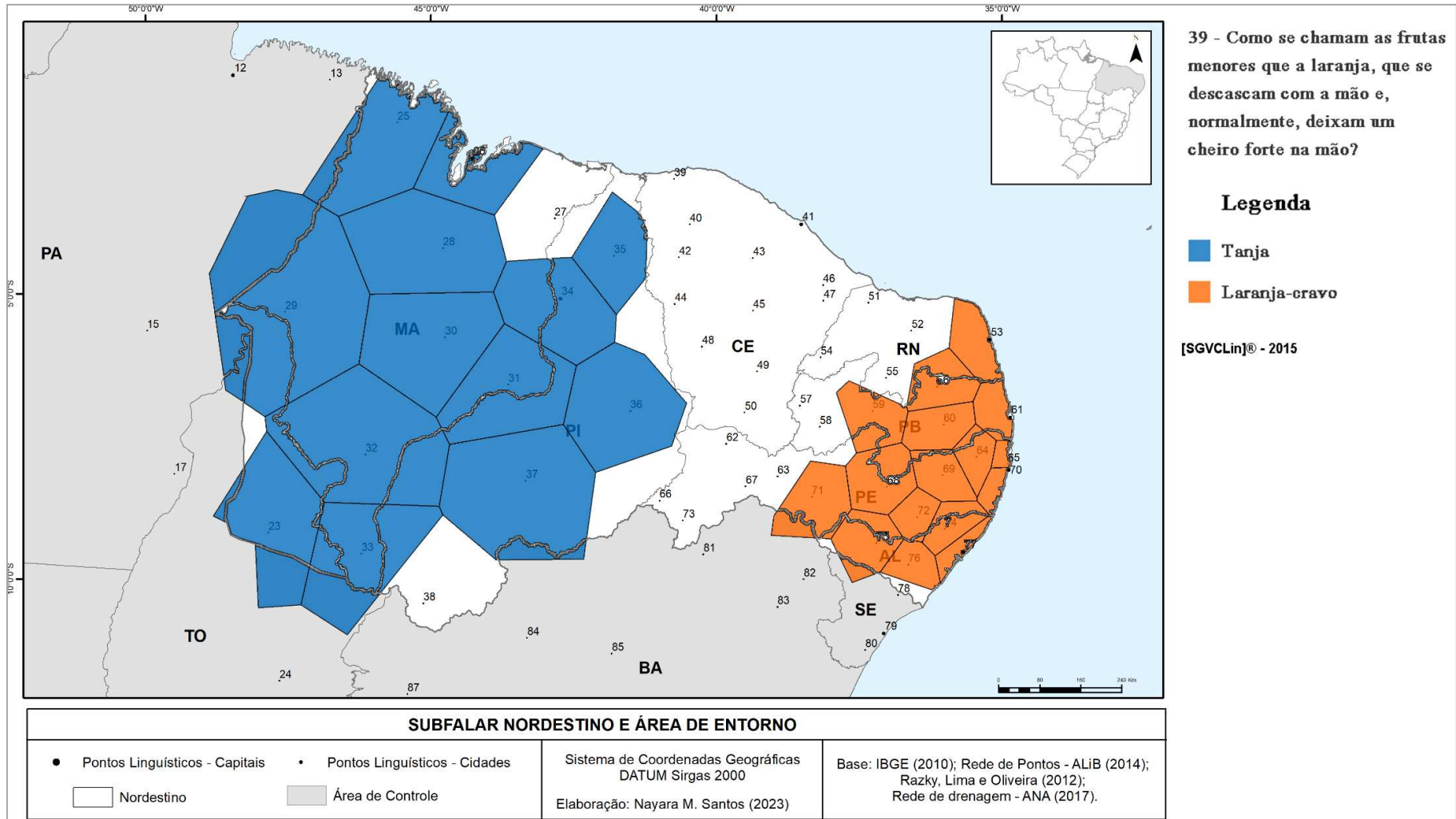
⁴⁹ Cf. Anexo B4.

A primeira área concentra-se na sub-região Meio-Norte, caracterizada por clima e vegetação mais amenos, também conhecida como Zona da Mata; é onde se planta a tangerina tanjaroa, espécie que pode ter dado origem à nomenclatura *tanja*. Sua distribuição evidencia a acuracidade dos limites traçados por Nascentes (1953) ao oeste e sudoeste do Subfalar Nordestino, visto que a variante não avança para o Pará, Bahia e Tocantins, além do ponto tocantinense contemplado pelo dialetólogo.

A segunda área, onde prevalece o uso de *laranja-cravo*, está concentrada no litoral leste do Subfalar Nordestino e se restringe ao limite meridional traçado por Nascentes (1953), uma vez que o uso da variante se estende até Alagoas, mas não é encontrada em Sergipe e na Bahia, estados nordestinos não pertencentes ao subfalar.

Na área central do subfalar, onde não se registra nenhuma dessas lexias, prevalece o uso das variantes mais comuns, *tangerina* e *mexerica*, presentes em todos os estados brasileiros.

Carta 1E – – Distribuição areal das variantes *tanja* e *laranja-cravo* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin].

5.2 - QSL 043. COMO SE CHAMAM DUAS BANANAS QUE NASCEM GRUDADAS?

A questão 043, *Como se chamam duas bananas que nascem grudadas?* faz parte do campo semântico Atividades Agropastoris do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (Comitê..., 2001, p. 25). Investiga as denominações para o item *bananas-gêmeas*, que se refere ao fenômeno de geminação concomitante de tecidos celulares que acabam por se fundir durante seu desenvolvimento (Figura 31).

Para entender esse processo biológico, é necessário relembrar como se formam os frutos. No blog *Expedição Vida*, a bióloga e mestra em Engenharia Ambiental Maria Luiza Fausto (Fausto, 2013) explica que os frutos são resultado do processo de fecundação na reprodução das plantas, formado com objetivo de proteger o embrião, implantado dentro da semente. As flores carregam os órgãos reprodutores das plantas, sendo estes os estames (órgãos masculinos), que produzem os grãos de pólen, e os carpelos (órgãos femininos), onde ficam os ovários, responsáveis por abrigar as oosferas, as quais exercem função similar a dos óvulos no corpo humano. Quando um grão de pólen entra nos carpelos e fecunda a oosfera, uma semente é formada. A partir disso, o carpelo passa a se transformar em fruto ao redor da semente, a fim de protegê-la.

As bananas, no entanto, são frutos partenocárpicos, isso significa que o carpelo se transforma em fruto sem que o ovário seja fecundado, sendo este o motivo pelo qual bananas não possuem sementes. Para que nasçam bananas-gêmeas, isto é, duas bananas na mesma casca, os tecidos celulares dos carpelos precisam germinar e acabam se desenvolvendo juntos. Assim, dois ovários diferentes, depois de certo estágio de desenvolvimento, se unem e formam um fruto só.

Figura 32 – Bananas-gêmeas



Fonte: Compilado da autora⁵⁰.

Isso pode acontecer com diversas frutas e até mesmo com grãos de café. A doutora em Biologia Karlla Patrícia Silva, em uma publicação em seu site *Diário de Biologia*, retoma a explicação de Fausto (2013) e desmitifica algumas crenças em relação à fruta: destaca que o consumo desse tipo de banana não é prejudicial à saúde e que não motivará gestação gemelar ou até siamesa. Esse é um mito ainda presente no imaginário popular, relatado inclusive por informantes do Projeto ALiB, conforme demonstram os excertos 28 e 29.

Excerto 28

(Inf. 023/2Pedro Afonso (TO))

INF.- É o povo chama... *gemada*.

INQ.- E o que o povo fala que não pode fazer com a *gemada*?

INF.- Não pode comer, que vai ter filhos gêmeos.

Excerto 29

(Inf. 063/4, Salgueiro (PE))

INF. – *Gêmias*.

INQ.- Tem outro nome que as pessoas falam?

INF.-Não eu só conheço como *gêmias*. Não come *banana-gêmia*, porque tu vai ter filho gêmeos.

INQ.- Ah é, o gêmeos ...

INF. – Diz que se comer uma fruta gêmia tem filho gêmeos.

⁵⁰ Montagem a partir de imagens coletadas nos sites Diário de Biologia (2016) e no Facebook, página Distribuidora de Bananas Tocantins. (2021)
Disponíveis em: <https://diariodebiologia.com/2016/08/bananas-gemeas-faz-mal/> e <https://www.facebook.com/Bananastocantins/photos/a.1131153187001177/3776513285798474/>

Alguns relataram ainda haver uma brincadeira envolvendo as bananas-gêmeas, conhecida como “pague meu felipe”, sendo *felipe* uma das denominações atribuídas à fruta a ser explorada mais adiante nesta seção. Neste jogo, a pessoa que encontra uma banana-gêmea a entrega de presente para alguém e, quem a recebeu, deve “pagar-lhe” o presente, presenteando-o ou com outra banana-gêmea ou com um presente de fato, conforme demonstram os excertos 30 e 31, de entrevistas com informantes de Estância (SE). Ainda, segundo o informante 1, a consequência de não pagar o presente é que os primeiros filhos que aquela pessoa tiver, caso ainda não tenha nenhum, serão siameses.

Excerto 30

(Inf. 080/1, Estância (SE))

INF. – Nós chamamos de *banana filipe, filipa, filipinha*.

INQ. – Tem outro nome?

INF. – Não... *filipe* mehmo. Inclusive a gente até engana as pessoa, né?

INQ. – Engana?

INF. – É, a gente pega ela, enrola num papel assim... deixa bem enroladinha assim... Aí vai lá pra pessoa e fala assim: “Pague minha *filipe*.”, aí a pessoa tem que pagar.

INQ. – Ah, que engraçado... e como é que a pessoa paga?

INF. – A pessoa vai e espera uma outra *filipa* e tenta pegar a pessoa de novo. É uma brincadeira que vem de muito tempo, sabe?

INQ. – Ah, que ótimo.

INF. – É uma coisa que vem de muito tempo.

INQ. – Certo. A brincadeira da banana junta, da banana que nasce grudada.

INF. – Bom, antigamente quando as pessoa cortavam um cacho de banana, aí encontrava duas banana assim, grudadinha, aí a pessoa pegava aquela banana e esperava amadurecer.

INQ. – Tem que esperar amadurecer?

INF. – É. Esperava ela amadurecer, aí escolhia, assim, uma pessoa. Eh... escolhe uma pessoa... que a pessoa queira enganar a pessoa e aí fazer aquela brincadeira. A gente enrolava a banana com um papel bem bonito pra mostrar que era um presente. Então a pessoa se dirigia àquela outra e dizia assim “Olha, fulana, aqui um presentim que mandaram pra você”. Quando a pessoa pegava aquele presente, aquela banana enrolada naquele papel, embrulhada, então... a pessoa dizia assim: “Pague... pague meu presente”. Aí... não, “pague minha *filipinha*”. Aí quando a pessoa desenrolava que via a *filipinha*, muitos deles, o que fazia? Separava. Muitos deles separava a *filipinha*. Aí separa, um come uma e o outro come a outra. Geralmente a pessoa que pegou a *filipinha*, ele pagava, eh... com outra surpresa. Né? Ficava esperando aparecer outra *filipinha* pra pessoa enganar também aquela outra. Se não conseguisse, tinha que dar um presente, tinha que comprar alguma coisa, mas tinha que pagar.

INQ. – Tem que pagar.

INF. – Tinha que comprar alguma coisa, mas tinha que pagar.

INQ. – Que interessante...

INF. – Porque dizia que se a pessoa não pagasse, quando tivesse o primeiro filho, se fosse uma pessoa que nunca teve filho, que o primeiro filho ia nascer

agarrado um no outro. Aí tem que me pagar, senão seu filho vai nascer agarrado um no outro. (risos)

Excerto 31

(Inf. 080/3, Estância (SE))

INF.- Aqui a gente chama *filipe*, *felipinha*, que pega até... não sei, como a gente é tolo, né? aí a gente diz “ó! vô dá uma *felipinha* pra fulano”, que é pra ganhar um presente, né?

INQ.- É, né? Tem essa brincadeira?

INF.- Tem. Enrola num papel bem enroladozinho. Aí diz, “fulano, né, amigo, né, tome aqui, tome!”. Quando aí a pessoa recebe diz “pague a meu *felipinho!*”.

INQ.- Aí é obrigado a pagar alguma coisa.

INF.- É obrigado a pagar, a pagar alguma coisa.

Sobre a brincadeira, o informante 3 de Irecê (BA), excerto 32, acrescenta que, se a pessoa desconfiasse antes de receber o presente que se tratava de um *felipinho*, isto é, *bananas-gêmeas*, você poderia dizer antes de abri-lo, assim não teria que presentear a outra pessoa, isto é, pagar o *felipe*.

Excerto 32

(Inf. 085/3, Irecê (BA))

INF. – Ah! A gente chama aqui *filipim*, viu?

INQ. – É, né?

INF. – Ah! Tinha... Você... você conhece o “paga meu *filipina*”?

INQ. – Não...

INF. – Vô lhe explicá... essas merma banana, se colocava ela, enrolava, colocava num papel de presente, colocava numa alguma coisa e... e entregava a pessoa...

INQ. – Uhn...

INF. – Quando você recebia, ele dizia “paga meu *filipim!*”, aí você tinha que comprá um presente pra mim dá ...

INQ. – Olha...

INF. – Aí, se você me entregasse e eu desconfiasse que fosse um *filipim*, aí eu... aí eu, já tinha o dizê “não, é um *filipim*”, aí eu já... já... é, já,...

INQ. – Tinha que disfarçar bem...

INF. – Não, se eu dissesse que era um *filipim*, aí você dizia, não podia dizê que eu ia pagá seu *filipim*...

INQ. – Ah!

INF. – Aí, aí, se eu já adivinhasse que era um *filipim*...

INQ. – Ahn, ahn.

INF. – Que o *filipim* era duas bananas juntas, aí eu pagava o *filipim* pra você...

Nos dados analisados por Chofard (2019), um dos informantes ainda apontou que encontrar esse tipo de banana pode trazer sorte, conforme demonstra o excerto 33.

Excerto 33

INF.- Gêmeas.

INQ.- Você já ouviu alguma história dessas bananas?

INF.- É bom cê cumê as duas, disse que dá sorte.

INQ.- Você já comeu?

INF.- Cê passa até mal ca banana, mais dá sorte. ((risos)) Porque tem umas grandona, né. Tem aquelas banana maçã, que elas é gordinha assim, mais elas... grudada, né, diz que dá sorte. (155-2 – Andradina-SP) (CHOFARD, 2019, p. 94)

Nota-se, portanto, que este item carrega consigo certa bagagem cultural, o que torna sua investigação ainda mais relevante; provavelmente por isso seja investigado em diversos atlas linguísticos já publicados: Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar – ALIPTG (2007), QSL 43; Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS (2007), QSL 083; Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso (2009), QSL 020, Carta 19; Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco – ALMASPE (2009), QSL 043; Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu – ALIg (2009), QSL 043; Atlas Linguístico de Pernambuco – ALiPE (2013), QSL 043; Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (2014), QSL 043; Atlas Linguístico de Icatu – ALinI (2017), QSL 033, Carta 33; Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL (2017), QSL 032; Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins – ALITTETO (2018), QSL 027; Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses – ALSCE (2019), QSL 043; Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – ALICACE (2019), QSL 043.

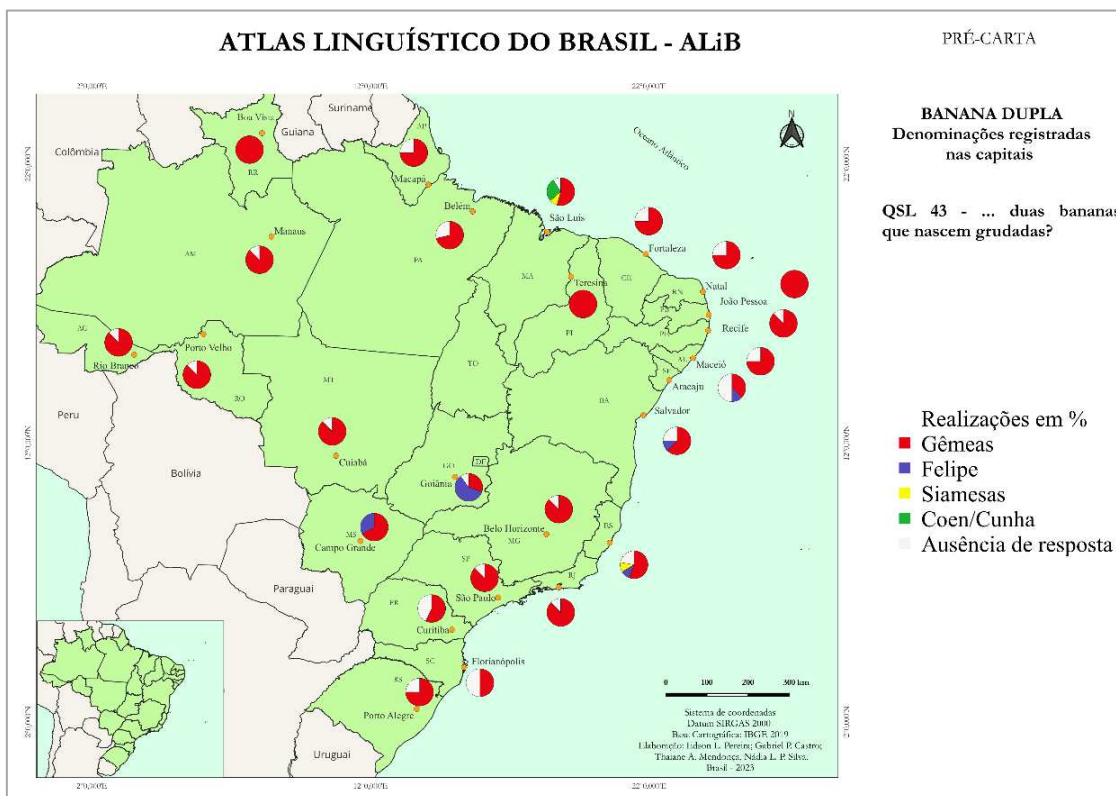
Também é válido destacar a dissertação⁵¹ de Amanda Chofard (2019), que analisou cinco itens lexicais que compõem o QSL do ALiB, dentre os quais salientamos *bananas-gêmeas*, em todas as localidades que correspondem à rede de pontos do atlas do Brasil, ou seja, em todo território nacional. Frutos dessa pesquisa, foram publicados dois artigos a respeito da variação de *bananas gêmeas*: “Banana dupla e suas designações no Centro-Oeste brasileiro: um estudo com dados do ALiB (Chofard, 2019) E “O item lexical ‘banana dupla’ no Sul do Brasil: um estudo geolinguístico” (Chofard; Margotti, 2020). Nesta tese, no entanto, nos ateremos à distribuição das designações para *bananas-gêmeas* na região do Subfalar Nordeste e Área de Controle.

No volume 02 do Atlas Linguístico do Brasil (Cardoso *et al.*, 2014) não foram publicadas cartas a respeito deste item, no entanto, a equipe do Projeto ALiB

⁵¹ A dissertação de Chofard, “Aspectos Lexicais do Português do Brasil: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil”, foi defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do prof. Dr. Felício Margotti.

está trabalhando na análise e elaboração das cartas com base em dados das capitais brasileiras. Reproduzimos aqui a pré-carta⁵², não-oficial, elaborada pela equipe do Projeto, a fim de visualizarmos a expressão do item no Brasil, para, posteriormente, analisar os dados do interior na área do Subfalar Nordeste.

Figura 33 – Pré-carta referente à distribuição diatópica, de dados do Projeto ALiB, referente às denominações para banana-dupla nas capitais brasileiras



Fonte: elaborado pela equipe do Projeto ALiB, regional Nordeste (2023).

A distribuição de dados das capitais evidencia a alta produtividade da variante *gêmeas* em todo o país, presente em todas as capitais, sendo hegemônica Boa Vista (RR), no Norte, e em Teresina (PI) e João Pessoa (PB), no Nordeste; *felipe*, segunda mais recorrente, está presente em Campo Grande (MS) e segue na direção nordeste do país, perpassando Goiânia (GO), onde é mais recorrente, chegando em Salvador (BA) e Maceió (SE); é também encontrada em Vitória (ES); na mesma localidade, aparece *siamesas*, registrada também em São Luís (MA); por fim, o agrupamento *coen/cunha*, apenas nesta última capital, São Luís. Destaca-se também

⁵² Importante ressaltar que esse material ainda está passando por revisões e pode sofrer pequenas alterações até a sua publicação final, no próximo volume do Atlas Linguístico do Brasil.

o alto índice de não-resposta para a pergunta, provavelmente pelo fato de muitos não terem contato com o referente, mais comum na zona rural.

Ao observarmos os dados do interior, especificamente na área do Subfalar Nordeste, verificamos o registro de 279 ocorrências, distribuídas entre 44 variantes, agrupadas, em sua maioria, como ilustra o Quadro 3⁵³.

Quadro 3 – Variantes documentadas para a questão 043 – *bananas-gêmeas* e seus agrupamentos

RÓTULOS	VARIANTES AGRUPADAS
<i>Bananas-gêmeas</i>	<i>banana gêmea / banana gêmeas / bananas gêmeas / gema / geme / gêmea / gêmeas / gêmeos / gêmi / gêmis / irmãs gêmeas</i>
<i>Engemada</i>	<i>Engemada / gemada / ingemada</i>
<i>Felipe</i>	<i>Banana felipe / filipa / filipe / filipina / filipinha / filipino</i>
<i>Coen</i>	<i>Banana cunha / coen / conha / cunha/ icõe / incõe</i>
<i>Pregadas</i>	<i>Apregada / apregadas / banana pregada / bananas pregada / pregada</i>
<i>Outras (Ocorrências únicas)</i>	<i>Agarrada / alejada / banana anão / bananas casadas / bananas junta / colada / emendada / grudadas / irmãs / mabaça</i>

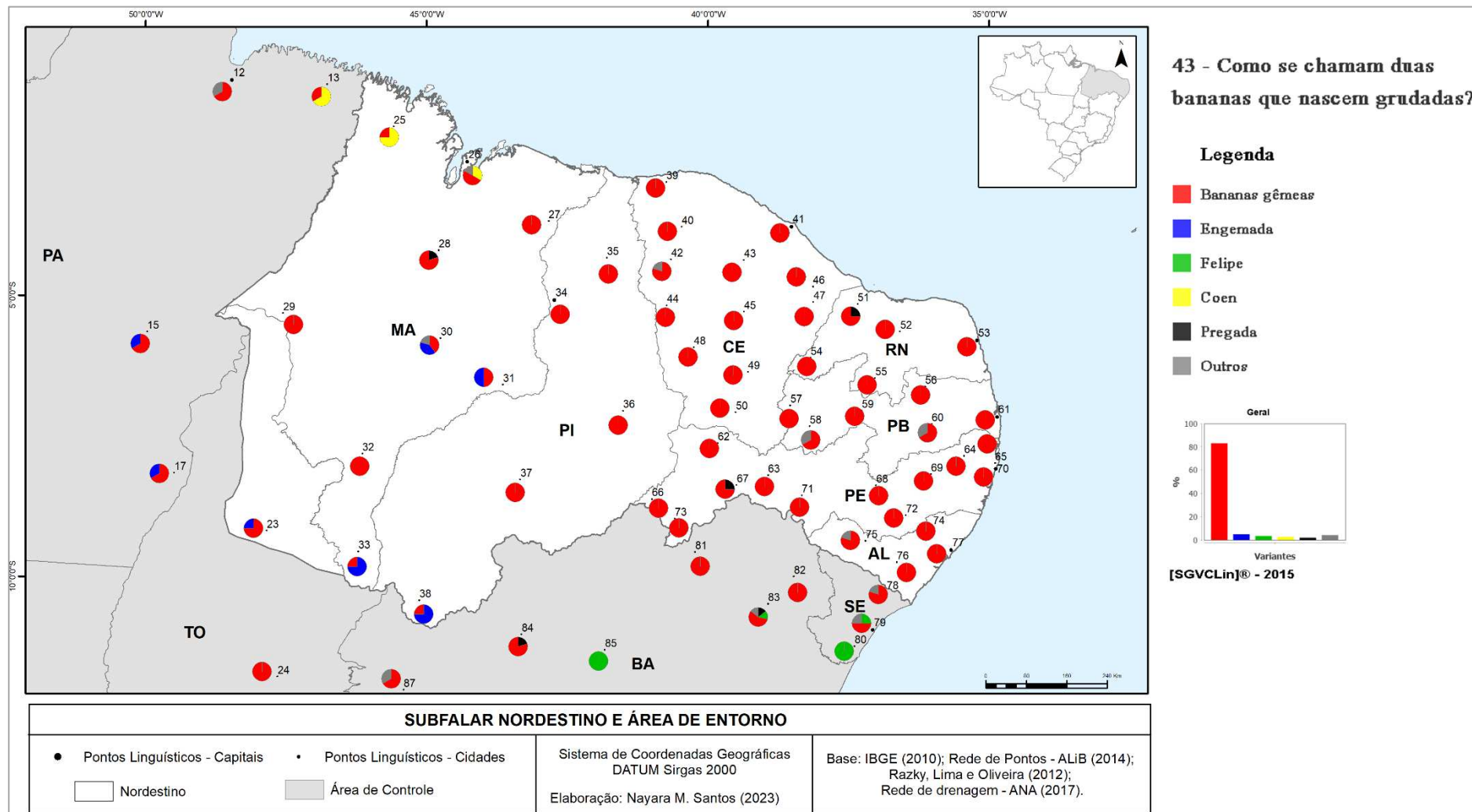
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do ALiB

Além destas, houve 16 casos de Não Obtidas⁵⁴ (N.O.) e cinco de problemas técnicos. A seguir, a Carta 2, com a distribuição diatópica das cinco principais lexias.

⁵³ Para os agrupamentos e elaboração do Quadro 3, utilizamos como base o trabalho de Chofard (2019), estudo realizado sobre o mesmo tema.

⁵⁴ As ocorrências de N.O. correspondem a 12,86% dos dados, os quais foram mais incidentes entre os informantes mais jovens (11,51% na faixa I, contra 1,42% na Faixa II). Isso provavelmente acontece devido ao fato de o referente fazer parte do campo semântico Atividades Agropastoris, que, segundo Chofard (2019), dentro do contexto do ALiB, são mais produtivas entre os mais idosos, além de ser um fenômeno mais comum na zona rural. Atualmente, esse tipo de banana é dificilmente visto nas cidades, pois, quando ocorrem, ainda que em pouca frequência, são retirados, antes de serem vendidos nos mercados. Os falantes da Faixa II, por sua vez, se destacaram pelo uso mais frequente das variantes bananas-gêmeas, engemada e coen. Quanto à variável sexo, as não-respostas tiveram índice ligeiramente maior entre os homens (7,86% contra 5%).

Carta 2 – Distribuição diatópica das variantes de *banana-gêmea*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin].

Segundo a Carta 2, as variantes mais produtivas para denominar duas bananas que nascem grudadas são: *bananas-gêmeas*, que corresponde a 82,95% dos registros (219 ocorrências), *engemada*, 4,92% (13 ocorrências) *felipe*, 3,41% (nove registros), *coen*, 2,65% (sete registros), e *pregada*, 1,89% (cinco ocorrências).

Constata-se, portanto, a supremacia da variante *gêmeas* na região, com base em dados do interior, além de verificar a presença de áreas dialetais de variantes específicas, como *engemada*, concentrada no sudoeste da área, perpassando os pontos da Área de Controle; *coen*, no noroeste do subfalar, e *felipe*, fora dos limites traçados por Nascentes (1953) como Subfalar Nordeste.

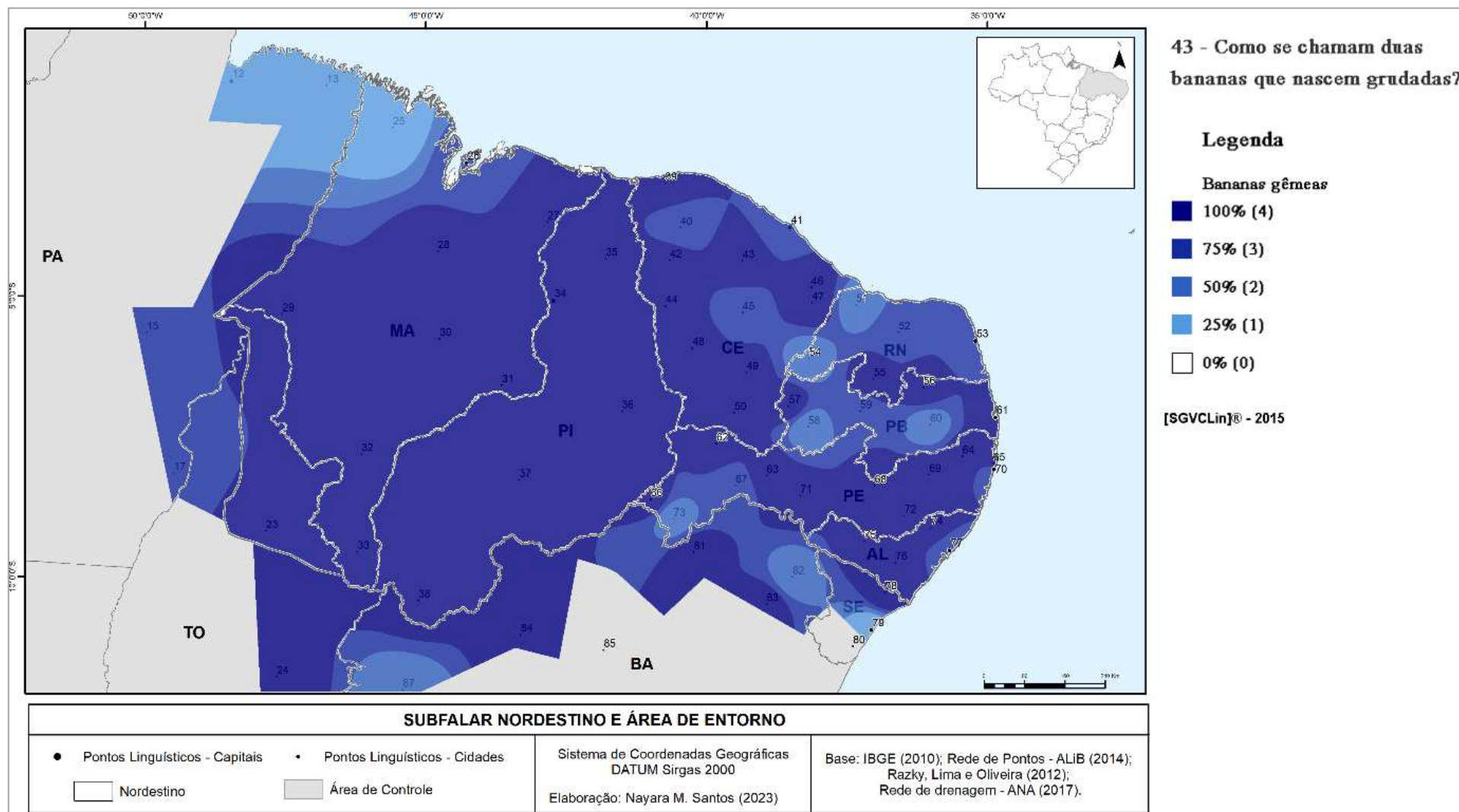
5.2.1 *Bananas-gêmeas*: Variante mais Recorrente

A forma *bananas-gêmeas* foi a mais produtiva dentre todas as variantes, constituindo 81% das realizações. É a forma predominante em todo o Brasil conforme demonstra a carta produzida por Chofard (2019)⁵⁵, com base nos dados do ALiB referentes aos municípios do interior do País.

Com base na Carta 2A, que demonstra a arealidade gradual da variante no território investigado nesta tese, constata-se que ela está presente em toda a área do Subfalar Nordeste e nos pontos de controle, com exceção de 80 - Estância (SE), e 85 - Irecê (BA), fora dos limites do Subfalar Nordeste, onde predominou a forma *felipe*.

⁵⁵ Cf. Anexo C1 - Apêndice Q, Carta 2G - ALiB QSL 043: Arealidade gradual da variante banana gêmea”, da dissertação de Chofard (2019).

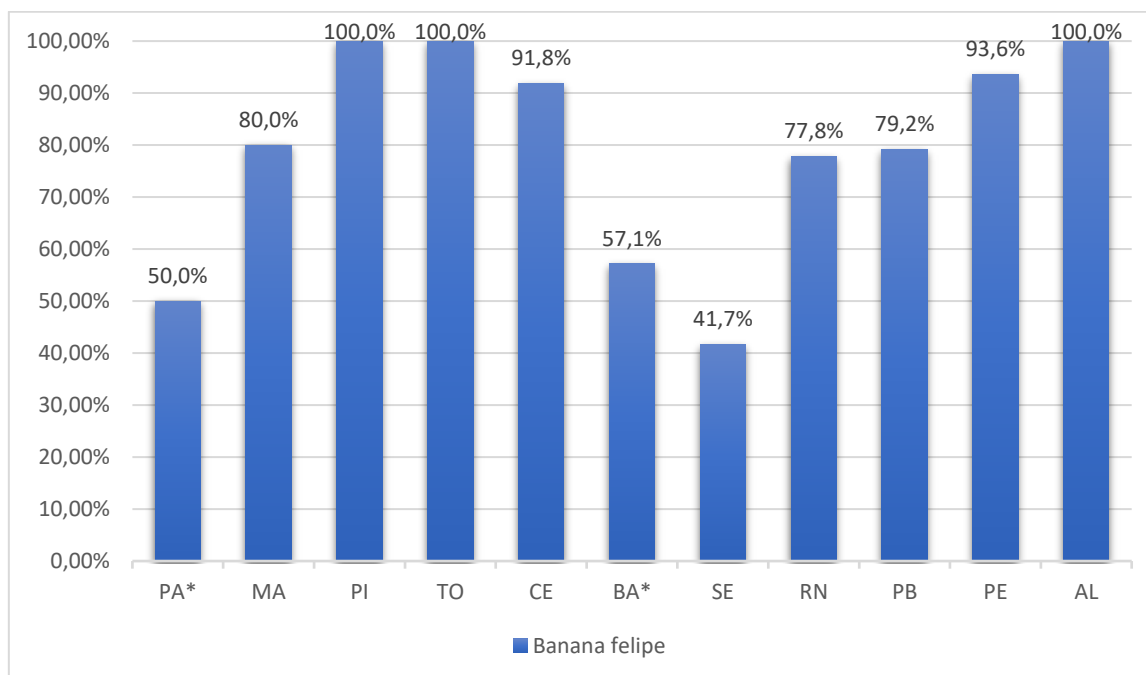
Carta 2A - Distribuição areal das variante *banana-gêmea* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [fGVCLin].

Por conta de sua alta produtividade em toda a área, a variante não pode delimitar uma região específica. Ao observar a produtividade por estado (Gráfico 3), notamos que seus índices são maiores nos estados contemplados pela área do Subfalar Nordestino, enquanto nos estados de área de controle, sua produtividade é de, em média, 50%.

Gráfico 3 – Produtividade da variante *bananas-gêmeas* por Estado⁵⁶



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do ALiB, analisados em relatório gerado pelo [JGVCLin]

A forma *gêmeo* está registrada no Houaiss (2023, *online*) – terceira acepção, adjetivo referente ao universo da Agricultura – no Aulete (2023, *online*) – segunda acepção, conceito atribuído por extensão de significado –, sobre o qual “diz-se de cada um dos frutos do mesmo ramo”. Provém do “latim *gēminus, a, um*, no sentido de ‘duplo, dobrado, duplicado; gêmeo; semelhante; corpulento, intenso’;” (HOUAISS, 2023, *online*).

Dessa forma, associa-se o fruto duplicado, nascido no mesmo ramo, à gestação duplicada, onde nascem filhos gêmeos. No entanto, vale ressaltar que por vezes, notamos que informantes utilizavam essa denominação para a banana dupla de forma intuitiva, não por de fato fazerem uso do termo para este referente, como

⁵⁶ Os estados cuja sigla está marcada por um asterisco (*) são aqueles onde nem todos os pontos linguísticos foram contemplados (cf. Nota 40).

podemos observar no excerto 34.

Excerto 34

(inf. 079/4, Aracaju (SE))

INF. – É gêmias, né? Porque tão agarradinhas, são gêmiah, mas num é gêmiah não, que chama não. Gêmi' é a gente, né?

INQ. – Mas aqui não se chama? Fala o quê?

INF. – Estão junto, agarrada. A gente fala *agarrada*. Tem duas banana agarrada. A gente diz assim. É.

INQ. – Mas a senhora falou o quê? Primeiro gêmias.

INF. – Gêmeas.

INQ. – Tem gente que chama de gêmeas?

INF. – Não, vem de minha cabeça. Nunca vi ninguém chamano não, mas... (inint) tava agarradinha, acho que são gêmeas, né? Mas eu acho que devi sê agarrada, né?

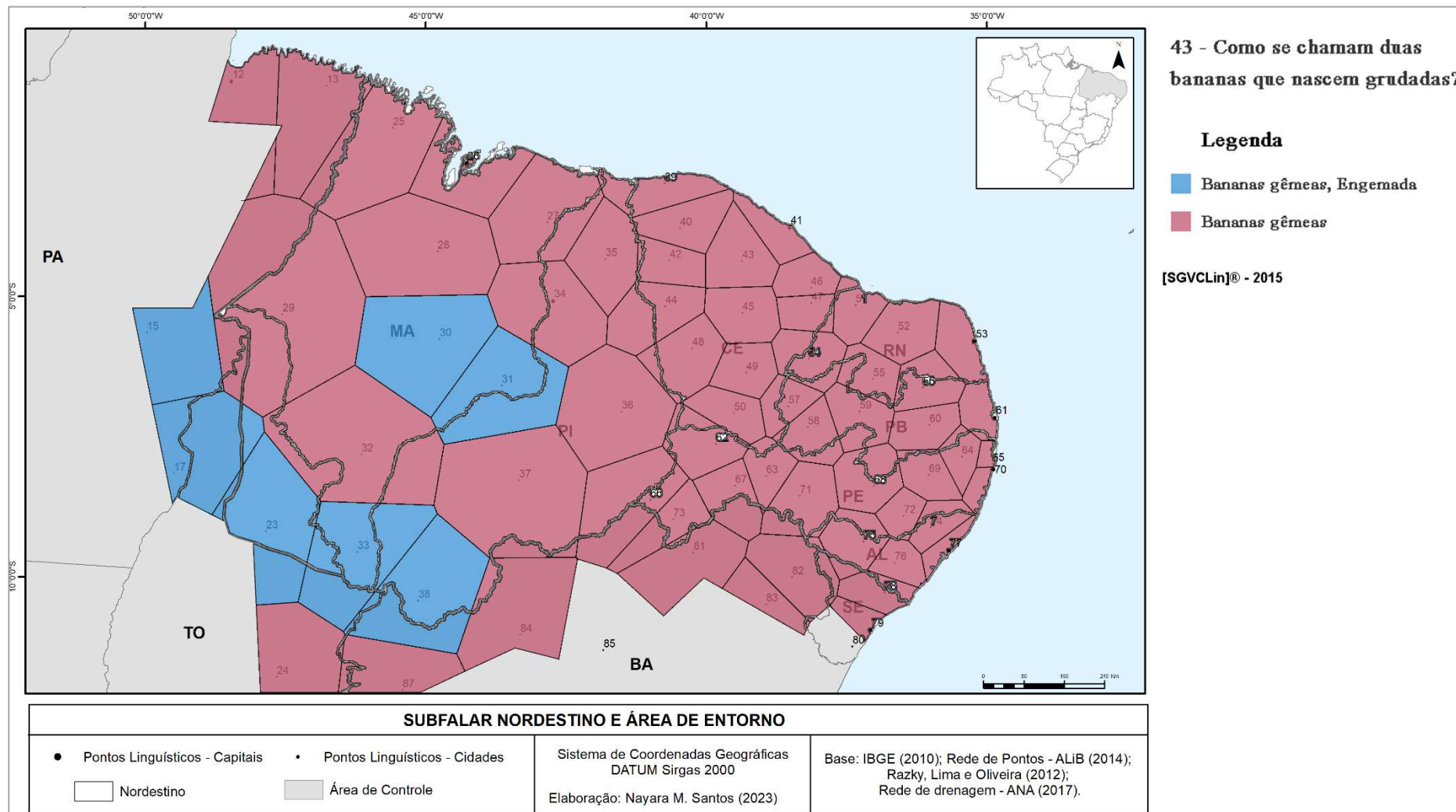
Apesar de ser um item recorrente nos questionários dos atlas linguísticos produzidos na Região Nordeste, o item *banana dupla* foi cartografado apenas pelo ALInI (2017)⁵⁷, o qual evidencia a supremacia da variante *coen* em toda a região selecionada, sendo *gêmeas* registrada apenas na fala de dois informantes homens, primeira e segunda faixa etária, de Icatu (sede).

5.2.2 Engemada

Apesar de ser uma derivação da forma *gêmeas*, consideramos válido observar a expressão de *engemada* separadamente, devido à sua distribuição, onde é possível traçar as áreas dialetais, como mostra a Carta 2B.

⁵⁷ Cf. Anexo C2 - Carta 33 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para *banana dupla* em Icatu (MA).

Carta 2B - Distribuição areal das variantes *bananas gêmeas* e *engemada* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

A forma *engemada* está presente em sete localidades: duas no centro do Maranhão (30- Tuntum e 31- São João dos Patos), e cinco na faixa que segue do centro-leste do Pará (15- Marabá e 17- Conceição do Araguaia), centro do Tocantins (23- Pedro Afonso) e sul do Maranhão (33- Alto Parnaíba) e Piauí (38- Corrente), reunindo 13 registros, que corresponde à 4,66% do total. Em todas elas houve, também, realização de *bananas gêmeas*.

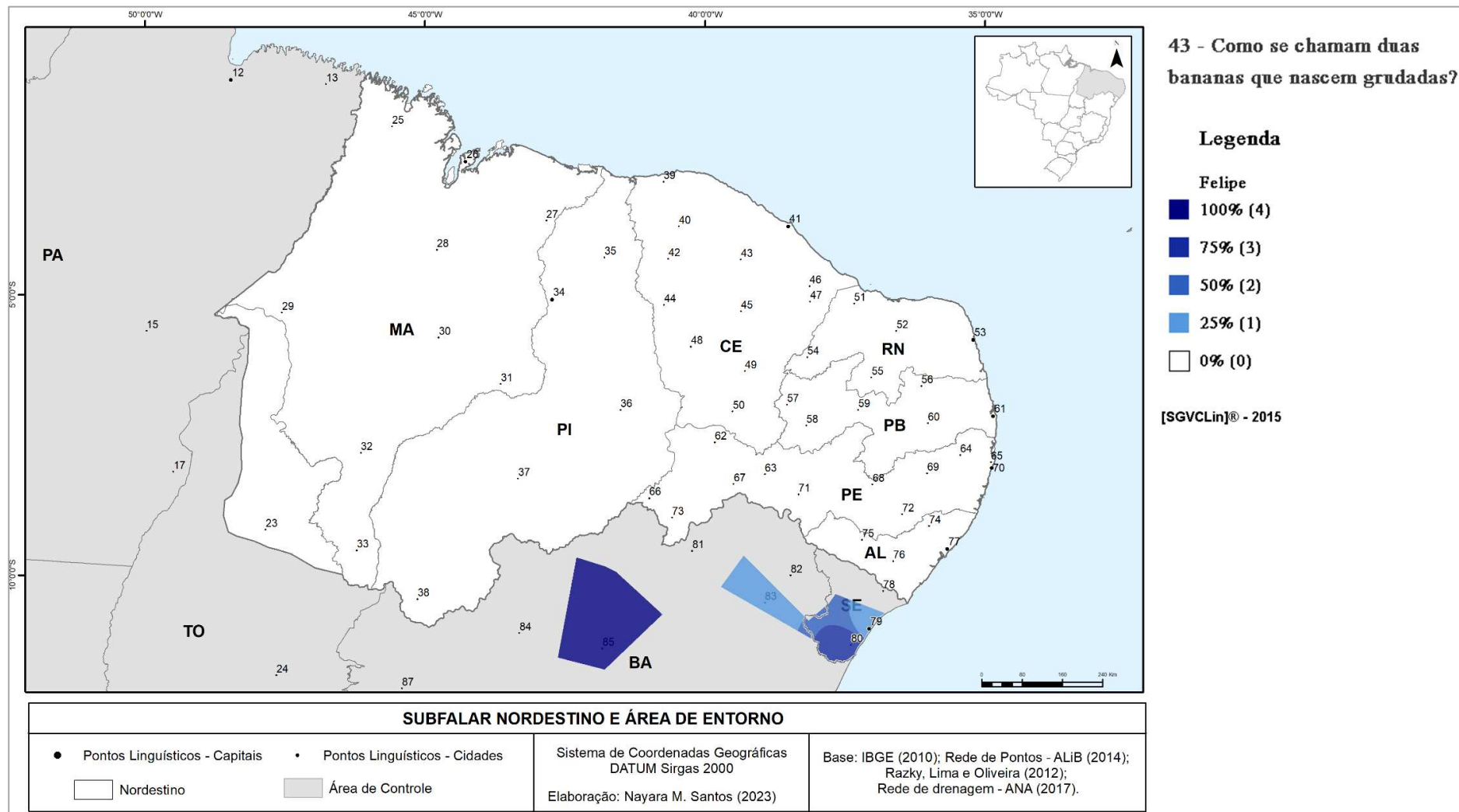
Quanto ao restante do país, Chofard (2019) documenta que a variante apareceu no oeste da Bahia, em 92- Santana, relativamente próxima a área onde se mostrou mais frequente nesta pesquisa, e no litoral do Espírito Santo, em 189- São Mateus. É, portanto, mais produtiva na região geográfica Nordeste e nos arredores da região dialetal Subfalar Nordestino.

5.2.3 *Felipe*

A forma *felipe* foi registrada apenas em quatro localidades, todas fora dos limites do Subfalar Nordestino: 79 – Aracaju, 80 – Estância, em Sergipe, 83 – Euclides da Cunha, e 85 – Irecê, na Bahia, conforme revela a Carta 2C. Segundo o estudo de Chofard (2019, p. 98), *felipe* está muito presente na fala dos baianos, sendo encontrada em 14 dos 22 municípios baianos investigados pelo Projeto ALiB. Para a pesquisadora, essa distribuição corrobora com a divisão de Nascentes (1953), ao evidenciar o uso da variante apenas em Sergipe e Bahia, marcando o limite entre Subfalar Nordestino e o Baiano, fato que se torna mais visível por meio da observação da Carta 2A⁵⁸, publicada em sua dissertação, que demonstra a produtividade das variantes na Região Nordeste.

⁵⁸ Cf. Anexo C3 – Apêndice K, “Carta 2A - ALiB QSL 043: Distribuição diatópica das variantes na Região Nordeste”, da dissertação de Chofard (2019).

Carta 2C – Distribuição areal da variante *felipe* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Nossos resultados, também obtidos por meio da análise de dados do Projeto ALiB referente ao interior, permitem visualizar de forma clara a constatação de Chofard (2019), a partir da observação de uma carta linguística com as demarcações dos traços de Nascentes (1953). Sobre a produtividade por Estado, Sergipe e Bahia tiveram praticamente o mesmo número de ocorrências, cinco entre os falantes baianos⁵⁹ e quatro entre os sergipanos, no mesmo número de cidades, duas localidades em cada estado. No entanto, a porcentagem na Bahia mostrou-se consideravelmente inferior à de Sergipe devido ao fato de naquele estado terem sido registradas mais variantes (cinco, mais as ocorrências de N.O), cujas ocorrências estão mais bem distribuídas, enquanto no Sergipe, houve quatro variantes, duas com apenas uma ocorrência, e o restante dos registros distribuídos entre as formas *bananas gêmeas* e *felipe*.

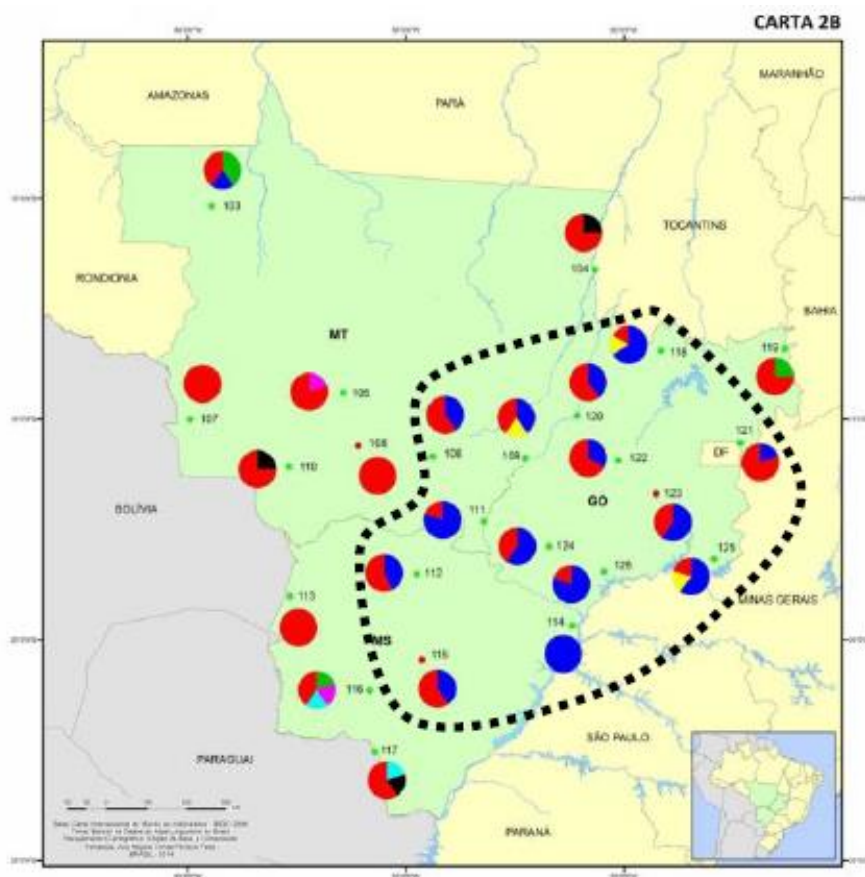
Quanto à produtividade de *felipe* no restante do país, os dados analisados por Chofard (2019) não registraram ocorrências na Região Norte. Na Região Nordeste, reúne 10,5% (36 registros), sendo a segunda variante mais recorrente, com alta produtividade na Bahia, presente em 14 dos 22 pontos de inquérito; fora desse estado, aparece apenas em dois municípios de Sergipe, próximos à divisa (79- Aracaju e 80- Estância).

No Centro-Oeste, foi também a segunda mais recorrente, com 34,19%⁶⁰ das realizações (40 registros), onde foi possível traçar uma possível área lexical, que se concentra ao leste da região, no sudeste do Mato Grosso, praticamente todo o estado de Goiás e nordeste do Mato Grosso do Sul, como é possível observar na Figura 25, reproduzida a seguir. A variante *banana felipada*, não incluída no mesmo agrupamento que *felipe*, apareceu apenas nessa região, o que permitiu a Chofard (2019) considerá-la uma variante centro-oestina.

⁵⁹ Vale lembrar que em nossa análise não consideramos os 22 municípios baianos que compõem a rede de pontos do ALiB, mas sim apenas os seis que circundam a área do Subfalar Nordestino.

⁶⁰ É válido lembrar que a pesquisadora optou por não aglutinar as variantes morfofonêmicas de *felipe* com as de *felipada*, sendo que a segunda reuniu 2,56% (três registros) dos resultados.

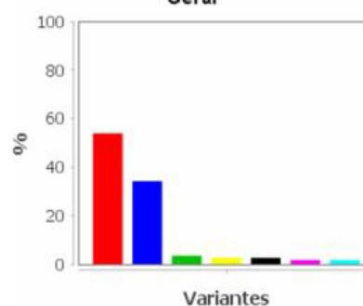
Figura 34 – Arealização da variante *felipe* na Região Centro-Oeste, segundo dados do Projeto ALiB, analisados por Chofard (2019)



Legenda

- banana gêmea / banana gêmeas / bananas gêmeas / gêmea / gêmeas / gêmeos
- banana felipe / banana filipe / banana filipa / felipe / filipa / filipe
- gemi / gemis / gema
- banana filipada / filipada / filipadas
- banana emendada / emendada
- outras
- RP

Geral



[SGVCLin]® - 2015
© Amanda Chofard (2018)

Fonte: CHOFARD, 2019, p. 100, 196.

Na Região Sudeste, reuniu 19,33% (69 ocorrências), se mostrando muito presente no estado de São Paulo e não aparecendo entre os cariocas, enquanto na Região Sul fica em quarta posição (7,85%, 15 ocorrências), estando atrás de *bananas gêmeas*, Respostas Prejudicadas, e as ocorrências únicas, agrupadas em Outras. Nessa Região, foi encontrada apenas no norte paranaense, o que levou pesquisadora a inferir que essa presença pode estar relacionada à colonização

paulista, já que há alta produtividade da lexia em São Paulo.

Assim, os dados do interior mostram que a variante se destaca principalmente no sudoeste do País, reunindo parte de estados do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além de estar presente no centro-leste da Bahia e em Sergipe. Para facilitar a visualização dessa distribuição, anexamos a esta tese, Anexo C4, a carta de a arealidade gradual da *banana felipe* em todo território nacional (2019, p. 202).

Acerca da dicionarização dessa variante, *filipe* está registrada no Houaiss (2023, *online*) e no Aulete (2023, *online*) como “1. Cada uma das sementes de algodão unidas entre si em função da investida da lagarta-rosada; 2 *gar*; *Brasileirismo*. Formação semelhante a dois diamantes emendados”, não fazendo, portanto, referência à banana ou a outro fruto. Quanto à etimologia, o primeiro cita Nascentes (1955), afirmando ser uma alteração de *filipina*, “a partir da acepção etimológica ‘fruto inconho ou duplo’; por extensão e influência do antropônimo, usado para o pássaro e para o saco de provisões”; já o segundo, afirma que *filipe* tem origem obscura. Sobre essa questão, consideramos válido recordar a análise feita por Rodrigues (2007, p. 209) baseada nas informações contidas no Houaiss e no Aurélio para entender a origem da designação *felipe*. Como não há consenso entre os dicionaristas, já que o primeiro remete *filipe* à *filipina*, e o segundo, a *filipino*, relativo às Ilhas Filipinas e/ou à dinastia dos Felipes, de Portugal-Espanha, Rodrigues (2007) decidiu aprofundar o estudo pesquisando a etimologia de *filipina* nos dois dicionários:

filipina. Rubrica: ludologia.

1 desafio, brincadeira entre duas pessoas que, depois de repartirem os dois caroços que casualmente encontram na amêndoa ou em outros frutos, ao se encontrarem em outra ocasião, devem saudar-se de imediato usando a palavra *filipina*, ganhando aquela que primeiro o fizer

1.1 Derivação: por metonímia. A amêndoa ou outro fruto us. Neste desafio

1.2 Derivação: por extensão de sentido: a prenda ocasionalmente paga àquele que venceu o desafio. (HOUAISS, 2001)

filipina [Do al. Vielliebchen, ‘bem-amada’, pelo fr. 143hilippine.]

Adj. (f.) 1. Diz-se da amêndoa de caroço duplo, e de frutas inconhas, as quais, partilhadas entre duas pessoas, dão àquele que no primeiro encontro se referir ao fato o direito de reclamar da outra um presente.

S. f. 2. Essa amêndoa (AURÉLIO, 1999) (RODRIGUES, 2007, p. 211).

Fundamentada nesses trechos, Rodrigues infere que a variante *felipe* surgiu no Brasil, uma vez que *filipina* não está identificada como brasileiro, tendo sido inserida, portanto, pela língua portuguesa europeia. Além disso, é válido destacar que as duas entradas fazem referência à brincadeira citada pelos informantes do Projeto ALiB, descritas no início da seção, porém relacionada à amêndoa de caroço

duplo. O Aurélio, inclusive, remete a *frutas inconhas*, sendo esta uma das variantes registradas em nossos dados.

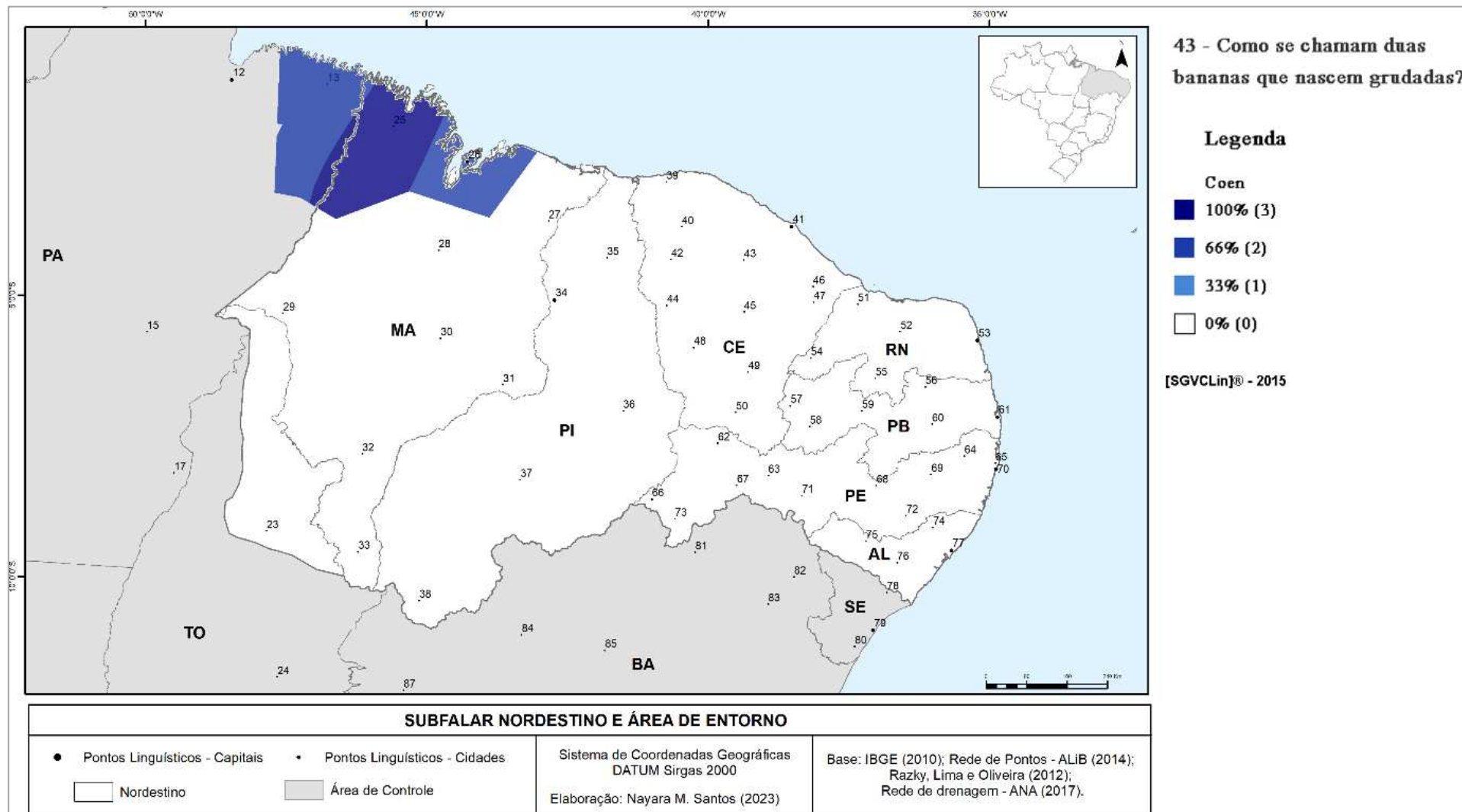
Acerca da arealização da variante, Chofard (2019) apoia-se em publicação da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA, 2018 *apud* CHOFARD, 2019) para inferir que o uso *felipe* pode estar relacionado ao cultivo de algodão, uma vez que a área de cultivo no Brasil, em grande parte, se assemelha à área dialetal onde se concentra o uso da variante. Essa nomenclatura, inicialmente atribuída às sementes de algodão, teria começado a ser usada para outros produtos agrícolas, como café e banana (Chofard, 2019, p. 111-112).

5.2.4 *Incõe*: Variante do Litoral Noroeste do Subfalar Nordeste

Sob o rótulo *incõe*⁶¹, reunimos as variantes *cõe*, *incõe*, *conha*, *cunha* e *banana cunha*; que contabilizam sete ocorrências, 2,56% do total de registros, distribuídas entre os municípios 13 – (PA), na Área de Controle, 25 – e 28 (MA), dentro dos limites da área investigada, conforme evidencia a Carta 2D.

⁶¹ Para a escolha do rótulo dado ao agrupamento lexical, nos baseamos em Ribeiro (2012), a qual postula que o elemento aglutinador “é preferencialmente determinado por uma lexia dicionarizada ou, na ausência dessa, pela lexia de maior frequência em número de ocorrências documentadas para o conjunto (Ribeiro, 2012, p. 157). Neste caso, a lexia dicionarizada presente no grupo é *incõe*.

Carta 2D - Distribuição areal da variante incõe no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin]

Nota-se, portanto, que *incõe* se concentra no litoral noroeste do Subfalar Nordeste, contemplando a faixa centro-oeste do litoral maranhense até o início do litoral nordeste do Pará. Quanto à produtividade por estado, tanto no Maranhão, quanto no Pará, *incõe* reúne 12,50%: no primeiro são cinco ocorrências em um universo de 40 e, no segundo, duas dentre 16 registros.

No restante do país, segundo dados analisados por Chofard (2019), a variante é mais produtiva no Sudeste, cuja porcentagem atinge 7,56%⁶² do total (27 ocorrências), sendo a terceira forma mais difundida na Região. Assim como na área do Subfalar Nordeste, sua expressão se concentra na faixa litorânea e adjacências, de São Paulo e Rio de Janeiro⁶³. Interessante destacar que a maioria dos demais registros de *incõe* no país também estão no litoral: 221 (PR), 225 (SC), pontos linguísticos próximos, na Região Sul; 102 (BA), e 95 (BA), este último o único fora da faixa litorânea.

Incõe está dicionarizada como uma remissão para *inconho*, adjetivo de origem tupi *i kõe*, no sentido de 'aquele que é gêmeo', cujo significado é “1 que nasce acoplado a outro (diz-se de fruto)”, que faz referência a *filipinho*, classificado como um brasileirismo típico da Bahia, conceituado como “fruto inconho”, informação não corroborada com os dados do Projeto ALiB, uma vez que a lexia apareceu apenas em duas localidades baianas (Chofard, 2019). A lexia atesta a contribuição indígena para o léxico do português brasileiro, cuja influência se reflete inclusive na distribuição da variante pelo país, que está concentrada principalmente em pontos litorâneos, onde as tribos se aglomeravam, por conta da vegetação e solo mais favoráveis ao desenvolvimento humano.

5.2.5 Demais Variantes Encontradas na Área Investigada

Além destas, foi registrada a variante *pregada*, com cinco registros, além de dez variantes de ocorrência única: *aleijada*, *banana anão*, *mabaça*, *bananas casadas*, *grudadas*, *colada*, *emendada*, *bananas juntas* e *banana agarrada*.

Sob o rótulo *pregada*, reunimos as variantes *pregada*, *apregada(s)* e

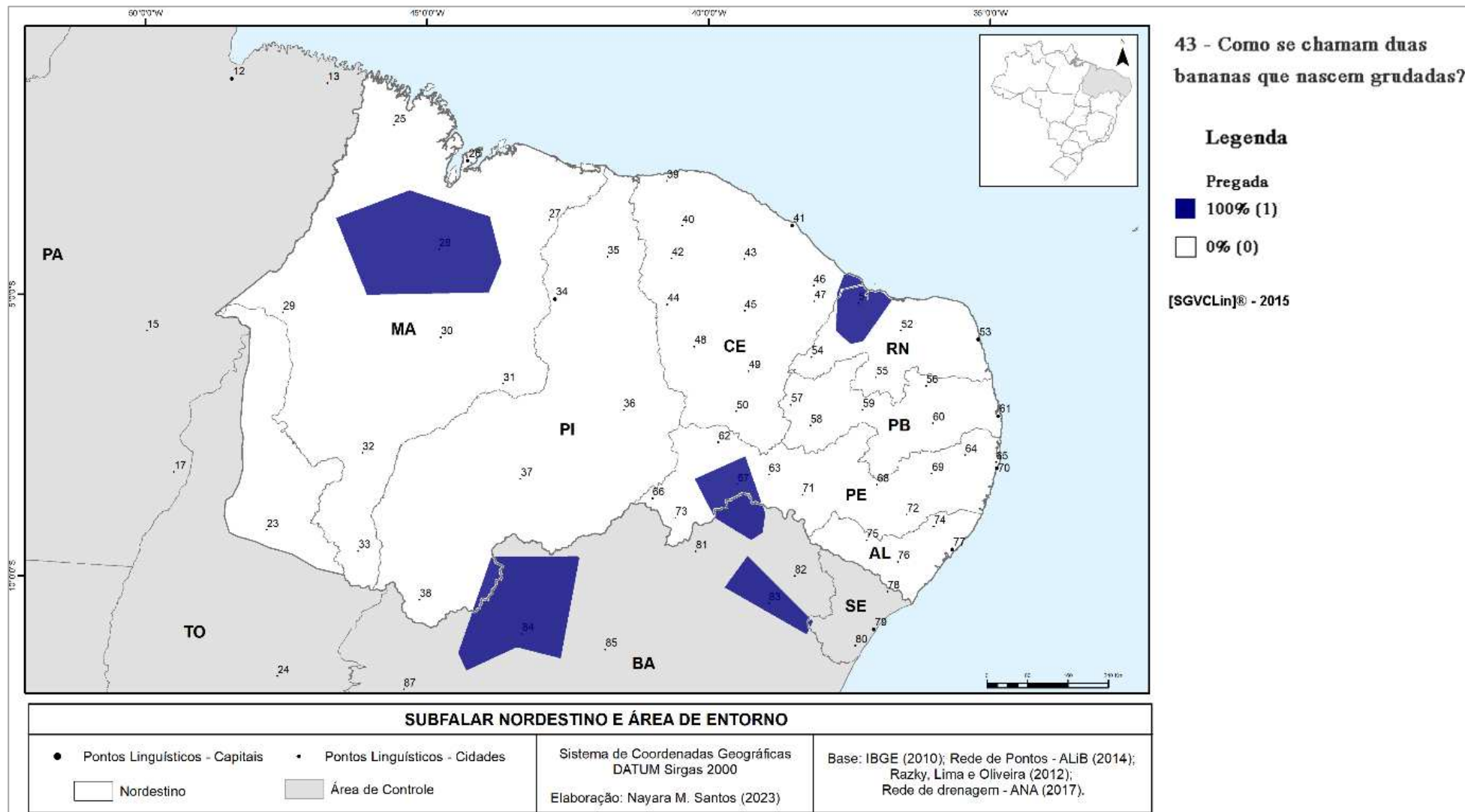
⁶² Aqui somamos as porcentagens referentes aos grupos “*incõe*” (7%, 25 ocorrências) e “*conha*” (0,56%, 2 registros), tratados separadamente na dissertação de Chofard.

⁶³ Cf. Anexo C5 – Apêndice M, “Carta 2C - ALiB QSL 043: Distribuição diatópica das variantes na Região Sudeste”, da dissertação de Chofard (2019).

banana(s) pregada, que contabilizaram cinco registros, distribuídos entre cinco localidades: 28- Bacabal (MA), 51- Mossoró (RN), 67- Cabrobó (PE), dentro da área do Subfalar Nordestino; 83-Eiclides da Cunha e 84- Barra (BA), na Área de Controle, conforme explicita a Carta 2E.

Nota-se que as ocorrências não se concentram em uma área específica, mas distribuídas isoladamente em diferentes pontos da região investigada; por conta disso, concluímos que a variante não representa uma área dialetal. Além disso, apresentou baixa produtividade, que oscila entre 2, 13% e 7, 14%, não chegando a 10% nos estados onde apareceu.

Carta 2E - Distribuição areal da variante *pregada* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin]

O adjetivo *pregada* provém do verbo *pregar*, de origem latina, *plīco,as,āvi* e *ui,ātum* e *ītum,āre* no sentido de 'dobrar, enroscar'; e significa "1 que se pregou; preso (a alguma coisa)"; tem, portanto, o mesmo sentido de junção, identificado nas demais formas participiais registradas nos discursos dos informantes.

Com este mesmo sema, foram registradas as variantes idioletais *grudadas*, *colada*, *emendada*, *bananas juntas* e *banana agarrada*, que fazem referência ao estado de união física das frutas em uma só casca.

A forma *grudadas* foi registrada como segunda resposta do informante 1, de Ipu (CE), logo após *gêmeas*. Proveniente do verbo *grudar* (*grude* (do latim *glus*, *glutis*, 'cola, grude') + -ar), significa "1. unido através de substância própria" (HOUAISS, *online*), "1. colado com grude. 2. Muito junto; encostado" (MICHAELIS, *online*), fazendo, portanto, referência ao fato de as duas bananas estarem unidas, ligadas pela própria substância. Vale ressaltar que esse adjetivo está presente na formulação da pergunta, sendo possível que o falante tenha apenas o reproduzido no momento da resposta.

Colada foi proferida pelo informante 2 de Propriá (SE), como segunda resposta, após *gêmeas*. Adjetivo proveniente do verbo *colar* (*cola* (do grego *kólla*, *ēs*, 'goma, cola') + -ar), significa "1. Aderido com cola; grudado" (HOUAISS, *online*); "3. Muito ligado; unido", no sentido coloquial (MICHAELIS, *online*); "3. Bem junto um do outro" (AULETE, *online*), sendo, assim, forma sinônima da anterior.

Emendada, registrada em Tuntum (MA), inf. 4, provém da junção do verbo *emendar* (do latim *emendare*, derivado de *mendum,ī* no sentido de 'defeito físico') (HOUAISS, *online*), que significa "3. Ligar[-se] (partes), para formar um todo" (HOUAISS, *online*), assim como acontece com as bananas, que se unem, formando uma só. A quarta definição apresentada pelo Michaelis Online, "deixar unidas as partes que foram separadas", também pode ser relacionada à ideia de que duas bananas, originalmente separadas, passam a estar unidas.

A forma *bananas juntas* foi registrada em Euclides da Cunha (BA), inf. 3, na Área de Controle, isto é, fora dos limites do Subfalar Nordeste, e em Natal (RN), inf. 6, como primeira resposta, seguida de *felipa* e *gêmeas*, no entanto, esta última realização não foi contabilizada por ter sido proferida pelo

informante 6, não incluído em nossa análise. O adjetivo *juntas* (junto + -as) provém do latim *junctus*, a, um, no sentido de 'junto, unido, jungido'; participípio passado de *jungĕre*, no sentido de 'jungir', significando, portanto, “1. que (se) juntou. 2. posto em contato físico com; unido” (HOUAISS, *online*).

Bananas agarradas foi registrada na fala do informante 4 de Aracaju (SE), Área de Controle. O adjetivo *agarrado* significa “1 preso ou aprisionado com garra, mão etc. 2 fig. muito unido; próximo, enlaçado”; forma participial do verbo *agarrar*, proveniente de *garra*, cuja origem é controversa: vocábulo pré-romano, provavelmente de um céltico **garra* no sentido de 'mão ou pata' em cruzamento com o árabe *gáraf* no sentido de 'tirar água, arrebatado, empunhar', com influxo semântico do espanhol *garra* (1570) 'mão das feras e aves de rapina, gancho, punhado, quantidade que pode segurar ou tirar com as mãos, arrebatado' (HOUAISS, *online*)

Alejada está presente no discurso do informante 1 de Itaporanga (PB), conforme explicita o excerto 35. Segundo Houaiss e o Aulete, significa “1. que ou o que tem alguma imperfeição ou mutilação física”, o que nos faz concluir, portanto, que o falante associou a condição das duas bananas com o conceito de imperfeição física, de forma negativa e pejorativa.

Excerto 35

Inf. 067/1, Itaporanga (PB)

INF.– *Alejada*, chama aqui *alejada*.

INQ. – Quando tem assim, né?

INF. –É, nasceu *alejada*. Grudada a gente já sabe que nasceu grudada, né. A gente fala assim: “essa nasceu *alejada*”.

É possível que a mesma associação tenha sido feita pelo informante 4, de Campina Grande (PB) que denominou esse tipo de banana como *banana anão*, como primeira resposta, seguida de *bananas gêmeas*.

Bananas casadas foi enunciada pelo informante 3, de Belém. O adjetivo *casado*, segundo Houaiss (2023, *online*), significa, por analogia, “2. ligado, aferrado, unido”, que remete à condição de junção das duas bananas em uma casca só.

A forma *mabaça*, dentre as variantes idioletais, é a única na qual a menção de um fruto gêmeo no verbete. O Aulete (2023, *online*) a classifica como um brasileirismo, que significa “aderente a outro (falando do homem, animal ou fruto); gêmeo.” O Houaiss (2023, *online*), em contrapartida, apenas

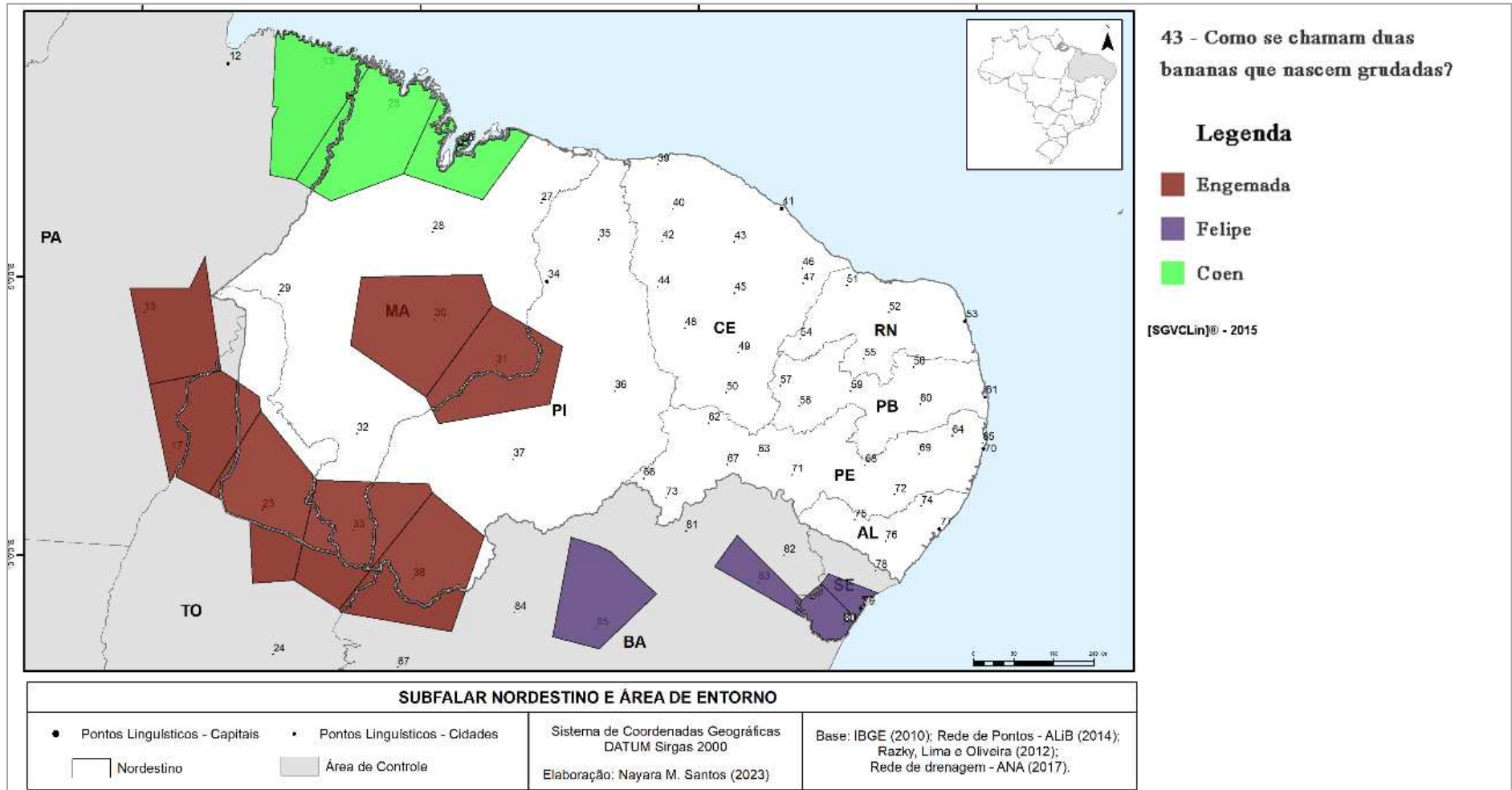
faz referência a “irmão ou irmã gêmea”. É de origem africana, proveniente do “quimbundo e quicongo *ma'basa*, pl. de *ka'basa* no sentido de 'gêmeo” (HOUAISS, 2023, *online*), e foi provavelmente trazida ao Brasil no período da colonização, quando muitos africanos escravizados foram enviados a terras brasileiras. Foi registrada como segunda resposta, após *gêmeas*, no discurso do informante 4 de Barreiras (BA). Aparece na carta 100 do APFB (Rossi, 1963)⁶⁴, como uma variante de *gêmeos*; presente em praticamente todo o Estado, com exceção da área norte, registrada em 37 localidades, sendo categórica em dez. Segundo Chofard (2019), é uma variante tipicamente baiana, uma vez que todas as 10 ocorrências da variante estão registradas nesse estado, com exceção de uma, proferida em Pedra Azul (MG), que se justifica por essa ser localidade próxima à divisa entre Minas e Bahia.

5.2.6 O que a Questão 043 nos Mostra acerca do Subfalar Nordestino?

A questão 043 pouco nos revelou acerca do Subfalar Nordestino. Não encontramos nenhuma variante que demarcasse a área; porém, destacamos a distribuição das variantes *engemada*, *felipe* e *incõe*, presentes nas áreas limítrofes do subfalar, o que, conseqüentemente, pode contribuir para sua demarcação.

⁶⁴ Cf. Anexo C6 - Carta 100 do APFB, referente à distribuição diatópica das denominações para *gêmeos* na Bahia.

Carta 2F - Distribuição areal das variante *engemada*, *felipe* e *incõe* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com os dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin]

Felipe é uma variante encontrada apenas em localidades da BA e SE, estados pertencentes à Região Nordeste, mas não contemplados na área do Subfalar Nordestino, o que corrobora com a demarcação meridional do subfalar. Como uma das hipóteses é que o termo tenha surgido na Europa (para denominar amêndoas que nasciam grudadas), sugerimos que o termo pode ter sido uma das heranças de nossos colonizadores; contudo, reconhecemos a necessidade de mais subsídios para que tal assertiva se confirme. A hipótese de Chofard (2019), de tratar-se de termo inicialmente usado nas plantações de algodão, pode vir ao encontro de nossa hipótese, uma vez que a Bahia foi um dos primeiros estados a produzir algodão. No entanto, o fato de não haver realizações da variante no Maranhão, berço da cultura algodoeira no Brasil, enfraquece tal asserção. *Incõe* marca a faixa litorânea centro e oeste do Maranhão, cuja frente de povoamento maranhense teve maior influência; destaca área singular do subfalar. *Engemada*, por sua vez, marca a faixa limítrofe do sudoeste do subfalar, que dá indícios da demarcação de Nascentes (1953), porém com limites não rígidos.

5.3 QSL 067. COMO SE CHAMA A AVE DE CRIAÇÃO PARECIDA COM A GALINHA, DE PENAS PRETAS COM PINTINHAS BRANCAS?

A pergunta 067 do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB (Comitê..., 2001, p. 27) se refere à ave galiforme, da família dos numídeos, cujo nome científico é *Numida meleagris*. Possui plumagem cinzenta, pintalgada de branco e cabeça nua, vivamente colorida ou branca e dotada de uma crista óssea dorsal (Houaiss, 2023, *online*) (Figura 34).

Seu tamanho médio é de 53 a 63 centímetros, com peso entre 3,3 e 4kg; tem hábitos diurnos, vive em bando e são dóceis, o que permite ser criada com outras aves. Sua expectativa de vida é de oito anos e sua reprodução anual pode chegar a 60 ovos (Cobasi, 2022; Mathias, 2016).

Figura 35 – Galinha d'angola (*Numida meleagris*)



Fonte: Cobasi Blog, 2022.⁶⁵

A ave é originária da Guiné, costa ocidental da África, e foi introduzida ao Brasil por meio dos colonizadores portugueses, onde adaptou-se de maneira satisfatória, sendo atualmente considerada típica do Norte e Nordeste, por serem as regiões mais quentes do país. Considerado um animal domesticado, é comumente encontrado em pequenas propriedades rurais, criadas livremente, sem necessitar de cuidados especiais (Fabichack, 1997). Alimentam-se de flores, frutos, sementes, além de formigas, vermes, lagartas, carrapatos, o que as torna um importante agente de controle biológico, pois contribuem para o equilíbrio ambiental desses insetos e demais pragas existentes no meio rural (Ribeiro, 2023); empuleiram-se em árvores para dormir; e, na postura dos ovos, sempre procuram lugares escondidos para fazerem seus ninhos.

Podem ter criação com foco na avicultura, sob o sistema intensivo, no qual são confinadas, com manejo e orientação dirigida e alimentação controlada. Neste modelo há interferência direta do criador, para que haja produção significativa de ovos (Fabichack, 1997). A carne também é aproveitada, comumente utilizada na preparação de pratos finos em restaurantes sofisticados.

⁶⁵ Disponível em: <https://blog.cobasi.com.br/galinha-da-angola/>

Seu canto, similar à frase “tô fraco, tô fraco” (o qual originou um de seus nomes populares), ecoa sempre que a ave se sente ameaçada ou percebe movimentos bruscos ao seu redor, aspecto que a torna boa “galinha de guarda”. Por sua beleza singular, também são consideradas aves ornamentais, cuja imagem está fortemente presente no imaginário brasileiro, reproduzida em desenhos, pinturas, objetos, como porta-ovos, encontradas em muitas casas brasileiras, além de estar presente em lendas e superstições, como mostra o trecho do informante 2 de Canto do Buriti, ao afirmar que a mulher não pode comer galinha d’angola durante o período menstrual, senão ficará cheia de pintas brancas, assim como o animal.

Excerto 36

Canto do Buriti (PI), 37/2

INF.– *guiné*

INF.– mulher não poder comer isso aqui não, fica toda pintada.

INQ. – é? Nunca me contatam isso. Disse que é difícil pra comer porque é difícil de pegar.

INF.– Come, mas também a mulher fica igual assim, essas pintinha branca.

INQ. – Se a mulher comer, é?

INF.– que ele é carregado.

INQ. – só mulher que teve criança?

INF. – é mulher...

INQ. – ou qualquer uma?

INF. – é mulher... mulher né, que vem geralmente os tempo dela. Não pode, que isso aqui é carregado demais.

INQ. – e o nome dele pra ficar gravado?

INF. – é *guiné*.

A ave também está fortemente ligada à religião e cultura africana. Silva e Alves (2023) comentam que há grande variedade de lendas africanas atribuídas à galinha, dentre as quais destacam o conto africano que narra a forma como a galinha recebeu suas pintas brancas, sendo estas um presente de Oxalá, um dos mais importantes orixás do Cadomblé, para que ela se parecesse com a divindade, o que a tornou um item importante nas cerimônias religiosas: “Admirado com a fineza de etu, Oxalá pintou o seu corpo com efun, o pó branco mágico. Eis porque etu, que dentre os animais tem a maior semelhança com Oxalá, faz parte das cerimônias e oferendas para os deuses orixás” (Cunha, 2009 *apud* Silva; Alves, 2023, p. 303).

O item é investigado por diversos atlas linguísticos sobre áreas específicas da Região Nordeste, como o Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar – ALIPTG (2007), QSL 067; Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco –

ALMASPE (2009), QSL 067; Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu – ALI_I (2009), QSL 067; Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, QSL 42, Carta 21; Atlas Linguístico de Pernambuco – ALI_{PE} (2013), QSL 067; Atlas Linguístico de Icatu – ALI_I (2017), QSL 056, Carta 56; Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL (2017), QSL 058; Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins – ALITTE_{TO} (2018), QSL 049, Cartas L5-A e L5-B; Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses – ALSCE (2019), QSL 067, Carta L33; Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – ALI_{CACE} (2019), QSL 067, Carta 41.

Dentre os estudos realizados a respeito do tema, destacamos o artigo “A ‘galinha-d’angola’ no contexto etnodialetal do Tocantins: ‘cocar’ ou ‘angolista’?”, de Silva e Alves (2023), o qual analisa e discute as denominações dadas para *galinha d’angola* no TO, com base nos dados do ALITTE_{TO} (Silva, 2018).

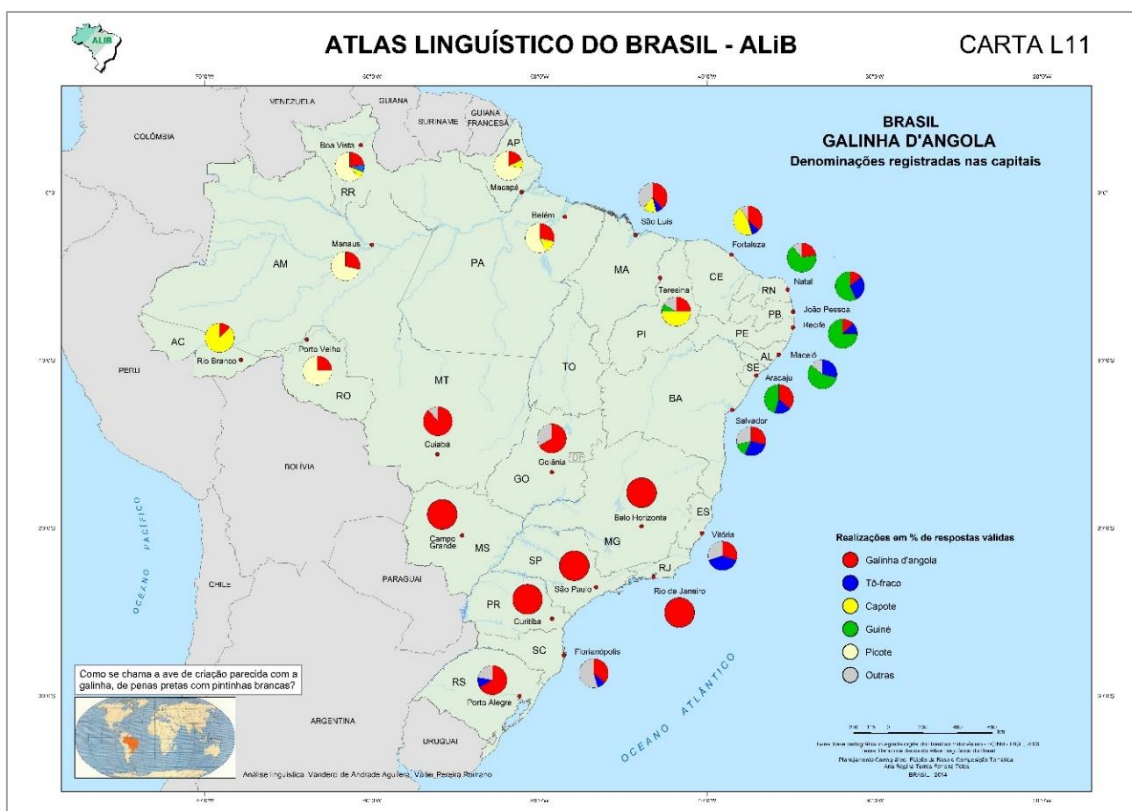
No Brasil, recebe diversos nomes regionais, os quais são investigados pelo Projeto ALI_B, por meio da questão 67 do QSL, que geraram a publicação das cartas L11 (Figura 36) do ALI_B e outras cinco cartas regionais (CARDOSO *et al.*, 2014).

Com base nos dados das capitais, constata-se que as formas mais recorrentes no Brasil são:

- (i) *galinha d’angola*, presente em todas as capitais brasileiras, com exceção de Maceió (AL), e categórica na porção meridional, englobando as capitais Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), no Sudeste, Campo Grande (MS), no Centro-Oeste, e Curitiba (PR), no Sul;
- (ii) *tô-fraco*, presente em quase todo litoral brasileiro, na faixa que inicia em São Luís (MA) e se estende à Porto Alegre (RS), salvo as capitais Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ), onde não foi registrada;
- (iii) *capote*, presente no porção setentrional, em todas as capitais nortistas investigadas, com exceção de Porto Velho (RO) e Manaus (AM), e nas capitais do Meio Norte São Luís (MA), Teresina (PI) e Fortaleza (CE);

- (iv) *guiné*, concentrada no litoral leste brasileiro, na faixa que começa em Natal (RN) e se estende a Salvador (BA), além de Teresina (PI), capital não-litorânea;
- (v) *picote*, presente na Região Norte, com exceção de Rio Branco (AC).

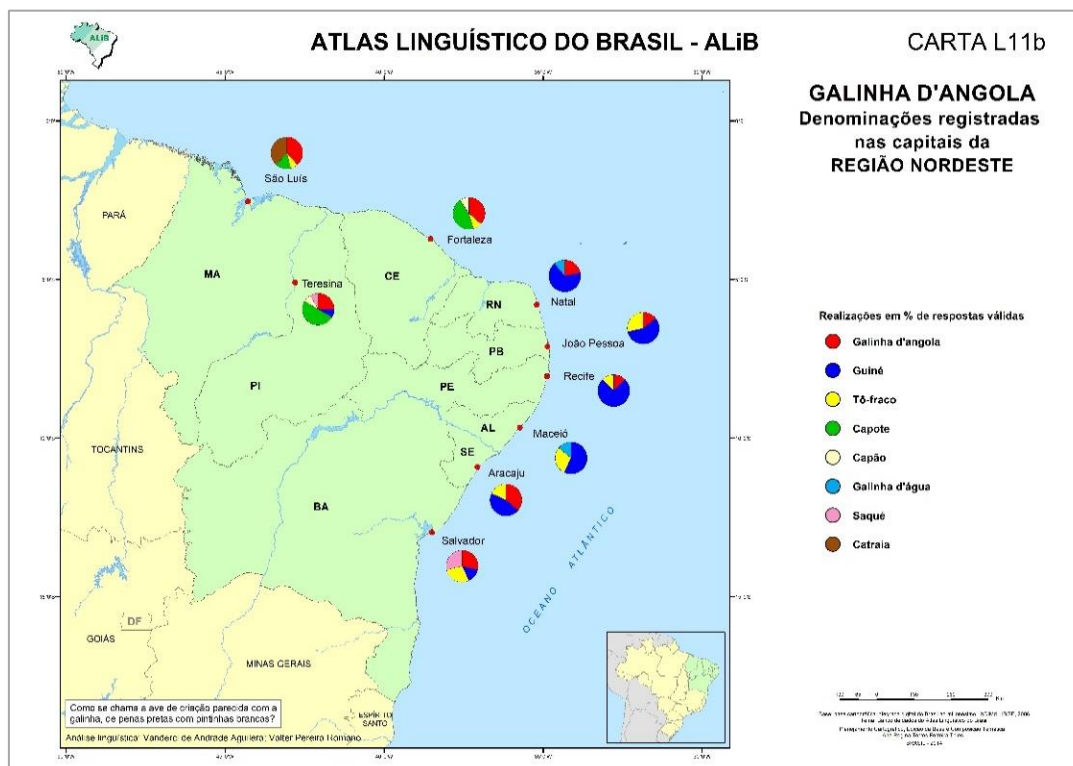
Figura 36 - Carta L11 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola nas capitais brasileiras



Fonte: CARDOSO et al, 2014.

Além destas, a carta L11b (Figura 37), referente à distribuição das variantes nas capitais nordestinas, nos permite observar a produtividade de demais lexias presentes na região, como *capão*, em Teresina (PI) e Fortaleza (CE); *galinha d'água*, em Natal (RN) e Maceió (AL); *saqué*, em Teresina (PI) e Salvador (BA); e *catraio*, em São Luís (MA).

Figura 37 - Carta L11b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola nas capitais brasileiras da Região Nordeste



Fonte: CARDOSO et al, 2014.

Nessa carta, é possível visualizar áreas lexicais, marcadas pela realização de *guiné*, *capote* e *catraio*, refletidas nos dados do interior correspondentes à área do Subfalar Nordestino, analisados nesta tese.

Nesta área, foram encontrados 341 registros, distribuídos entre 29 formas, dentre as quais 21 foram agrupadas por corresponderem a variantes morfonêmicas, conforme evidência o Quadro 4.

Quadro 4 – Agrupamentos de variantes documentadas para a questão 067 – *galinha d'angola*

RÓTULOS	VARIANTES AGRUPADAS
<i>Angolista</i>	<i>Angolista / angulista</i>
<i>Galinha d'angola</i>	<i>Galinha d'angola / galinha de angola / galinha da angola / galinha angola</i>
<i>Guiné</i>	<i>guiné / guindé / guinéu / guinézim / galinha-guiné</i>
<i>Picote</i>	<i>Picote / picota</i>
<i>Capote</i>	<i>Capote / rapote</i>
<i>Caterê</i>	<i>Caterê / catirê</i>

<i>Catraio</i>	<i>Catraio / catraia</i>
<i>Pintado</i>	<i>Pintado / pintadinho</i>

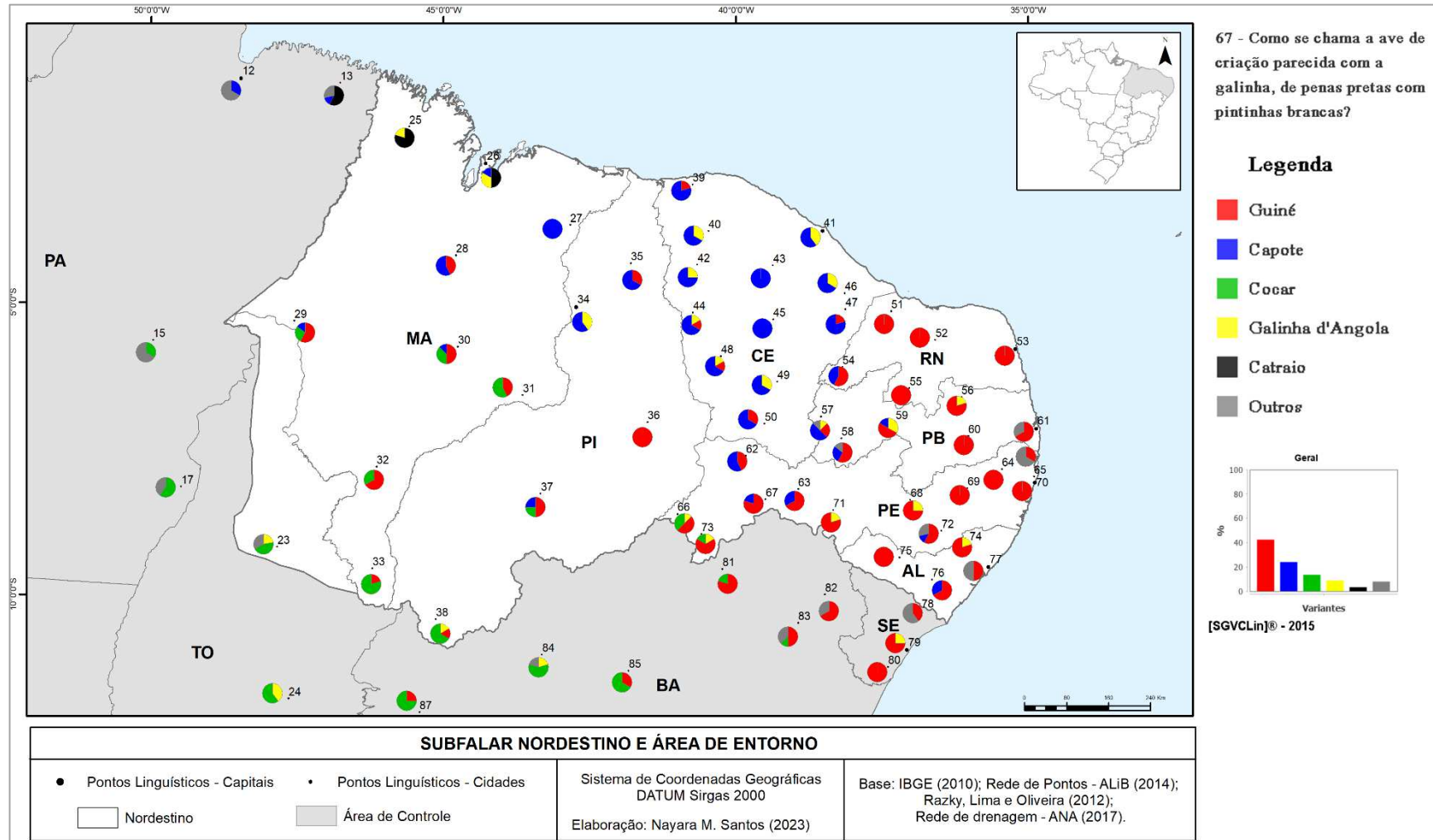
Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do ALiB

Além destas, houve 33 casos⁶⁶ de Não Obtidas e dois de Problema Técnico, que impossibilitaram a coleta do dado. A Carta 3 evidencia as cinco lexias/agrupamentos mais recorrentes na área investigada e possibilita a identificação de áreas lexicais específicas.

No Subfalar Nordeste, as cinco variantes mais recorrentes foram: *guiné*, com 145 ocorrências, isto é, 42,52% das realizações; *capote*, 82 registros (24,05%); *cocar*, 46 ocorrências (13,49%); *galinha d'angola*, 30 registros (8,80%); e *catraio*, com 11, que corresponde a 3,23% do total.

⁶⁶ O total de N.O. corresponde a 8,82% dos registros, os quais se destacam como mais recorrentes entre os falantes da Faixa I (29 ocorrências, contra apenas quatro entre os mais idosos), provavelmente pelo fato de ser um animal mais comum na zona rural. Inferimos que isso acontece por ser um fenômeno mais comum na zona rural. Entre homens e mulheres não houve diferença significativa (16 entre os homens e 17 entre as mulheres).

Carta 3 – Distribuição diatópica das variantes de *galinha d'angola*



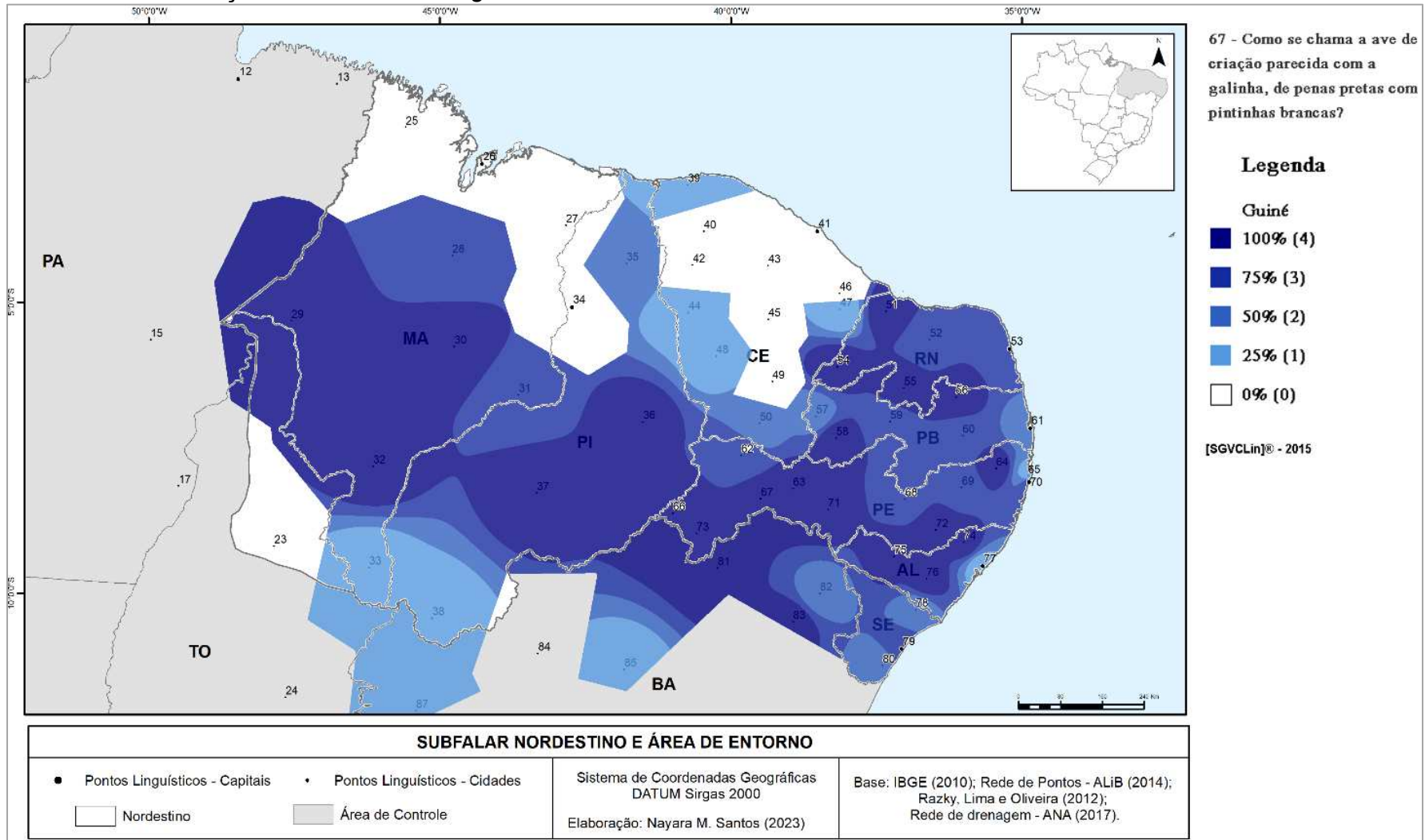
Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

5.3.1 *Guiné*: do Nordeste Oriental em Direção ao Meio-Norte Brasileiro

A variante *guiné* está presente em grande parte da região investigada, principalmente no litoral leste, contemplando a faixa do RN ao SE, seguindo pela direção oeste, perpassando o norte da BA, em direção ao centro e sul do PI e MA; circunda o CE, encontrada nos pontos limítrofes do estado e se estende ao nordeste do PI, na área fronteiriça como estado (Carta 3A).

Conforme constatado por meio da Carta L11b (Cardoso *et al.*, 2014) (Figura 36), a variante é característica do litoral leste do Brasil e, por meio dos dados interior, nota-se que sua produtividade não alcança o litoral norte do subfalar, tampouco os estados da Região Norte, não estando presente nos pontos do PA e TO, contemplados nesta pesquisa.

Carta 3A - Distribuição areal da variante *guiné* no Subfalar Nordestino



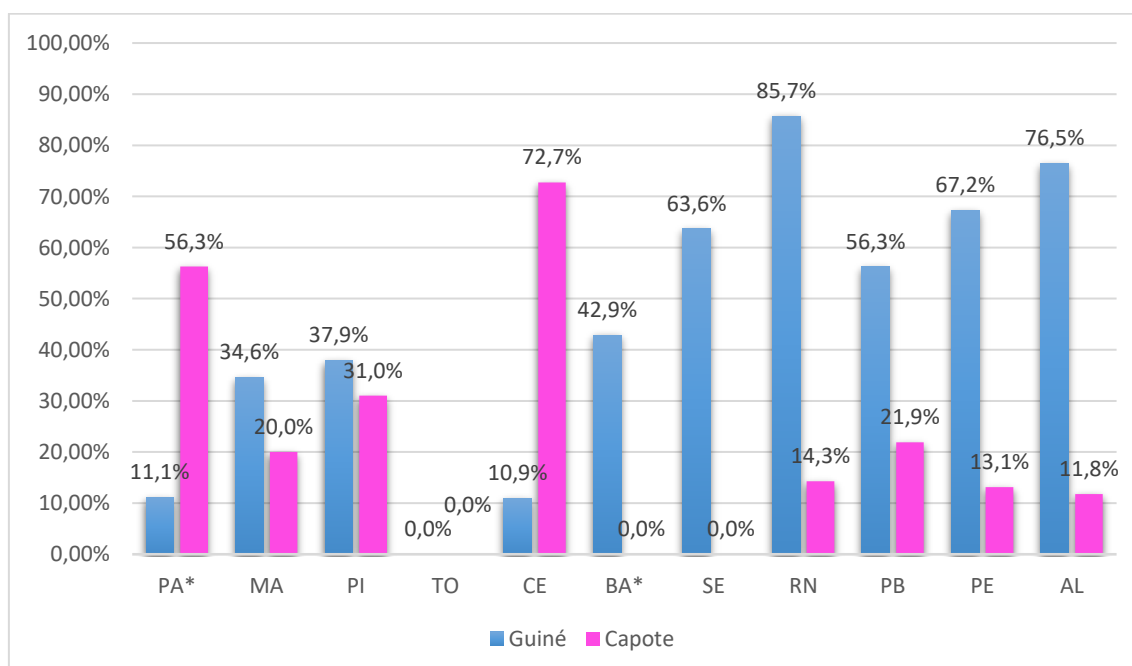
Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin]

Sua forte presença em RN é atestada pelo Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar⁶⁷, que evidencia a variante como a mais produtiva, registrada em todos os pontos, independentemente dos fatores extralinguísticos.

Apesar de não registrada na fala dos informantes tocantinos selecionados para esta pesquisa, aparece no norte, em Araquatins⁶⁸, Tocantinópolis (nos quais obteve frequência mais alta), e segue em direção ao centro e sul do estado, nos municípios Araguacema, Pedro Afonso, Porto Nacional, Natividade e Paraná.

Quanto à sua produção por estado (Gráfico 4), *guiné* apresentou mais de 50% de produtividade em cinco das 11 unidades federativas contempladas na pesquisa; dentre as quase destaca-se o RN, com 85,7% e AL, com 76,5%.

Gráfico 4 - Produtividade da variante *guiné* e *capote* por Estado⁶⁹.



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do ALiB, a partir de relatório gerado pelo [JGVCLin].

⁶⁷ Cf. Anexo D1 - Carta léxica 21 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola, no Centro-Oeste do Rio Grande do Norte.

⁶⁸ Cf. Anexo D2 - Carta L5-A do ALITTETO, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola no Tocantins.

⁶⁹ Os estados cuja sigla está marcada por um asterisco (*) são aqueles onde nem todos os pontos linguísticos foram contemplados (cf. Nota 40).

Está dicionarizada como um regionalismo da PB e PE, porém informantes da BA e e MA consideram-na características de suas localidades, apesar de reconhecer que podem receber outras denominações fora de sua região, conforme demonstram os excertos 37 e 38.

Excerto 37

Balsas (MA) (32/4)

INF. – É *guiné*, nós conhece como *guiné*, agora tem, eh, tem gente que chama *angulista* também.

INQ. – *Angulista*?

INF. – Aqui em Balsas.

INF. – Aqui chama *guiné*.

INF. – Aqui, *guiné*.

INF. – Guiné.

INQ. – E onde é que chama *angulista*?

INF. – Têm muitas ci... têm muitos lugá que chama, mas só que eu conheço como *guiné*.

INQ. – Aqui.

INF. – *Guiné*, é, é *guiné*.

Excerto 38

Euclides da Cunha (BA) 83/3

INF. – Esse aqui é o *guiné*, *cocá saqué*...

INQ. – Chama assim é? Todos esses nomes? Tem diferença não, né?

INF. – Cada lugá o povo chama um nome, a mesma coisa.

INQ. – Essa mesma?

INF. – A mesma.

INQ. – O senhor já criou dessa?

INF. – Já.

AUX1. – Aqui usa mais que nome?

INF. – *Guiné*.

Há ainda os casos em que *guiné* é reconhecida como regional e *galinha d'angola* como variante padrão, aprendida nas escolas (informante 1 de Limoeiro (PE)) ou a aprendida em outras localidades, proferida pelas pessoas mais jovens que retornaram para a comunidade (Informante 3, Cuité (PB)).

Excerto 39

Limoeiro (PE) 64/1

INF. – *Guiné*

INQ. – Tem mais nome pra ele?

INF. – *Galinha da angola*

INQ. – Usa os dois por aqui?

INF. – Não, só *guiné*.

INQ. – Onde você ouviu *Galinha da angola*?

INF. – Nos livro.

INQ. – Escola também?

INF. – Escola também.

Excerto 40

Cuité (PB) 53/3

INF. – *Galinha de angola*, ou *guinéu*.

INQ. – Hum... usa os dois por aqui?

INF. – Usa.

INQ. – Todo mundo conhece?

INF. – Mai usa mais *guiné*.

INQ. – É?

INF. – (É o nome.)

INQ. – Uhn run. *Galinha de angola*, tem... tem gente que conhece mais antiga, mais nova, o senhor acha o quê?

INF. – Mais nova... Mais pessoa que foi fora, quando chega, sabe que *galinha de angola* é isso.

INQ. – Hum. Certo. Então, o senhor acha que pode ter aprendido porque o senhor já...

INF. – É.

INQ. – ... viajou por aqui pelas...

INF. – Que foi fora... (já viajei)... (já)... acho que na Bahia... não. Lá é *galinha de angola*, né? (Risos)

INQ. – Eu não sei como é lá não, porque...

INF. – (Ela pode falá depois). (Risos)

INQ. – ...(inint) na cidade num tinha. Mas aqui o senhor disse que aqui, em Cuité, é?

INF. – É *guiné*, *guiné*.

INQ. – Ok. Certo.

INF. – (Risos)

Apesar de ser considerada a variante culta, teve menor expressividade do que as demais, não passando de duas realizações por localidade.

Em Barreiras (BA), *guiné* foi reconhecida como variante culta, “originária das letras”, em detrimento de *cocar*, considerada popular, comum na comunidade. Da mesma forma, o informante 1, de Canto do Buriti (PI), reconhece o animal como *cocar*, mas sugere que a denominação “correta” seja *guiné*.

Excerto 41

Barreiras (BA) 87/3

INF. – Tem dois nomes, conhece por *cocá* e tem outro nomes que vem de origem das letras conhecido por *guiné*.

INQ.– Mas é coisa de escola ,né?

INF. – Eu acho que *guiné* é mais coisa de escola e a origem onde foi vinda... mas aqui é conhecida como *cocá*.

Excerto 42

Canto do Buriti (PI), 37/1

INQ. – E essa aí?

INF.– *Cocá*.

INQ.– Tem outros nomes ela?

INF.– *Guiné*.

INQ. – Hum... O que mais?

INF. – Eu conheço por esses dois nome.
 INQ. – Qual o que cê acha que usa mais aqui?
 INF.– *Cocá*, mas o nome certo é *guiné*, né.

À variante também foi atribuída aspecto diageracional, por parte do informante 2 de Tauá (CE), primeira faixa etária, usuário da variante *capote*, que identifica *guinezinho* como forma utilizada por sua avó.

Excerto 43
 Tauá (CE) 48/2
 INQ. – Como se chama a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?
 INF. – *Capote*.
 INQ. – Tem outro nome?
 INF. – Minha vó chamarra assim “êita, os *guinézim!* Nasceu um bucado de *guinézim!*”, ela falava.

5.3.2 *Capote*: Área Centro e Oeste do Subfalar Nordeste

A variante *capote*, por sua vez, concentra-se principalmente na área onde não a realização de *guiné*, isto é, norte do MA (com exceção de 25-Turiaçu) do PI, e em todo o CE, juntamente com área circunvizinha: pontos 54-Pau dos Ferros (RN); 57- Cajazeiras, 58- Itaporanga e 59- Patos, oeste da PB; 62- Exu, 63- Salgueiro e 67- Cabrobó noroeste de PE. Além destes, foi registrada nos pontos 37- Canto do Buriti (PI), 72- Garanhuns (PE) e 76- Arapiraca (AL) (Carta 3B).

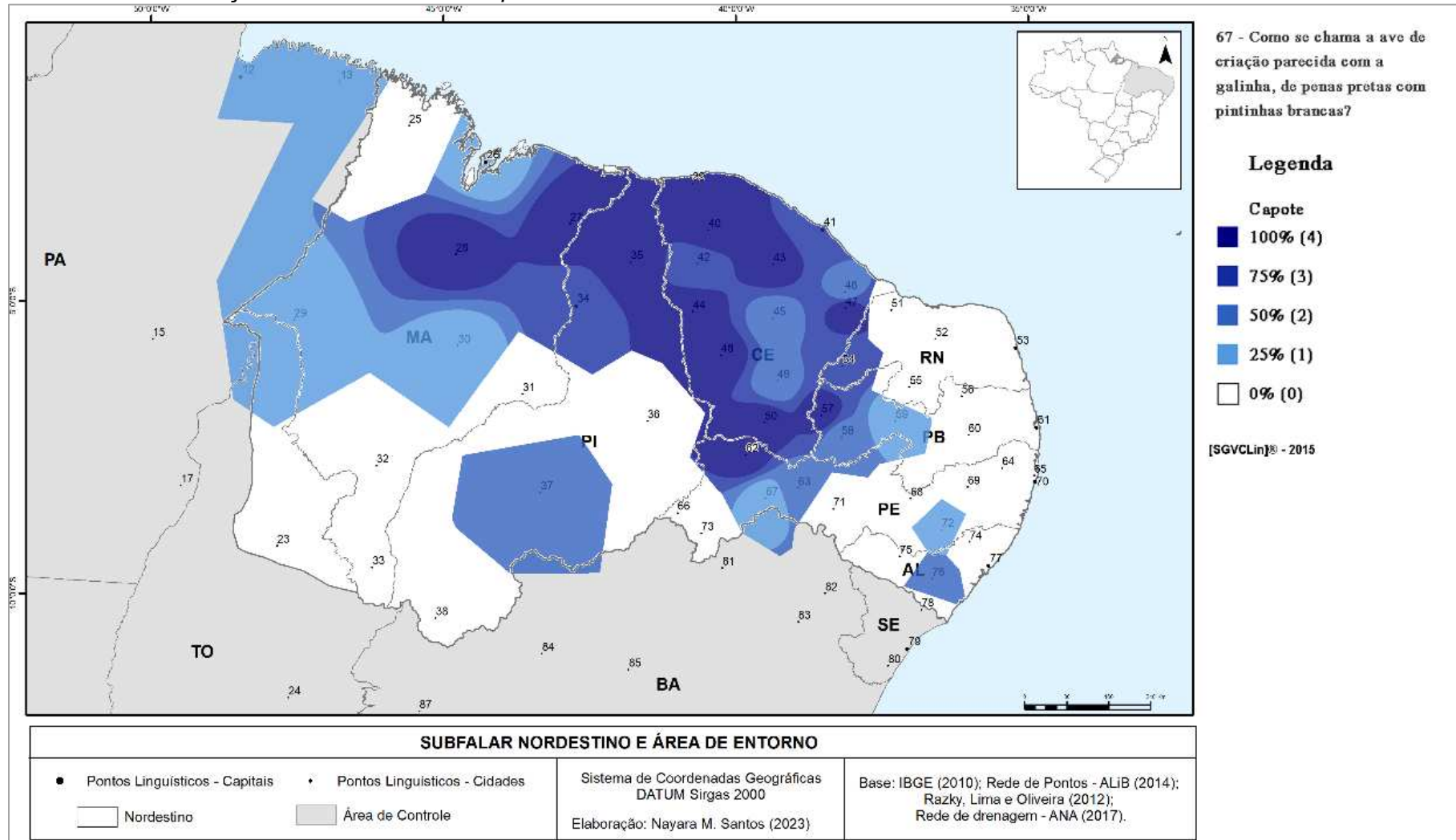
Sua alta produtividade no CE é atestada pelo Alicace⁷⁰, o qual indica a variante como a mais produtiva na área, presente em todos os pontos investigados; e no oeste de RN, conforme evidencia o Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, o qual está presente na fala de informantes da segunda faixa etária de seis dos oito pontos linguísticos (1- Mossoró, 2- Apodi, 3- Ferros, 4- Janduís, 6- Angicos, 8- Caicó).

Apesar de não aparecer na fala dos tocantinenses dessa pesquisa, foi registrada pelo ALITTETO⁷¹ como a quinta mais recorrente, sendo encontrada nos municípios Araquatins e Araguaína, no norte, Mateiros, no leste, e Gurupi, no sul.

⁷⁰ Cf. Anexo D3 - Carta 41 do Alicace, referente à distribuição diatópica das denominações para galinha d'angola no Cariri cearense.

⁷¹ Cf. Anexo D2.

Carta 3B - Distribuição areal da variante *capote* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin]

É uma variante que não se estende além do limite meridional do subfalar, não sendo encontrada em pontos do SE e BA, o que evidencia a acuracidade deste traçado de Nascentes (1953), o qual separa os dois estados do Subfalar Nordeste. No entanto, conforme visualizamos na Carta L11, a variante está presente nas capitais nortistas Belém (PA), Macapá (AP), Boa Vista (RR), com menor expressividade, e em Rio Branco (AC), onde apresenta a maior porcentagem do país (75%), coocorrendo apenas com *galinha d'angola*, considerada como variante padrão no português brasileiro.

Interessante ressaltar que, apesar de ser estar presente apenas na área demarcada por Nascentes (1953) como Falar do Norte, o informante 3 de Picos (PI), cidade localizada no centro-leste do Piauí, sugere que a forma *capote* pode ser proveniente do sul do Brasil.

Excerto 44

Picos (PI), 36/3

INF.– Tem o *Guiné*, que é o *capote*.

INQ- é a mesma coisa, usa os dois aqui?

INF- É a mesma coisa.

INQ. – Igual esse da figura, com as pintinhas...

INF. – Exatamente. Usa mais *guiné*.

INQ. – Usa mais qual aqui? *Capote* ou *guiné*?

INF. – *Guiné*. É mais *guiné*. Chega lá na feira e pede *guiné*. O *capote* é só quando chega uma pessoa lá do sul, que vai pra cá e... “quero *capote*”, que é o mesmo.

INQ. – Mas o pessoal aqui de Picos...

INF. – Vai sempre conhecer e chamar *guiné*.

INQ. – Sei... o senhor acha que *capote* chegou aqui como?

INF. – Eu acho que deve ter sido trazido por alguém de outros países, eh... ou do Brasil mesmo, ou de outras cidades.

INQ. – De outros lugares.

INF. – De outros lugar, vamo dizer assim. Vamos dizer que veio do sul para o nordeste. Eu não sei bem, mas eu acho que sim.

INQ. – Mas o senhor não tem certeza...

INF. – Não tenho certeza.

Capote está dicionarizada como um brasileirismo sinônimo de *galinha d'angola*, que tem sua origem no francês *capote* “no sentido de 'capa com capuz'” (HOUAISS, 2023, *online*), fazendo alusão ao formato de suas penas.

5.3.3 *Catraio* e *cocar*: Área Oeste do Subfalar Nordeste

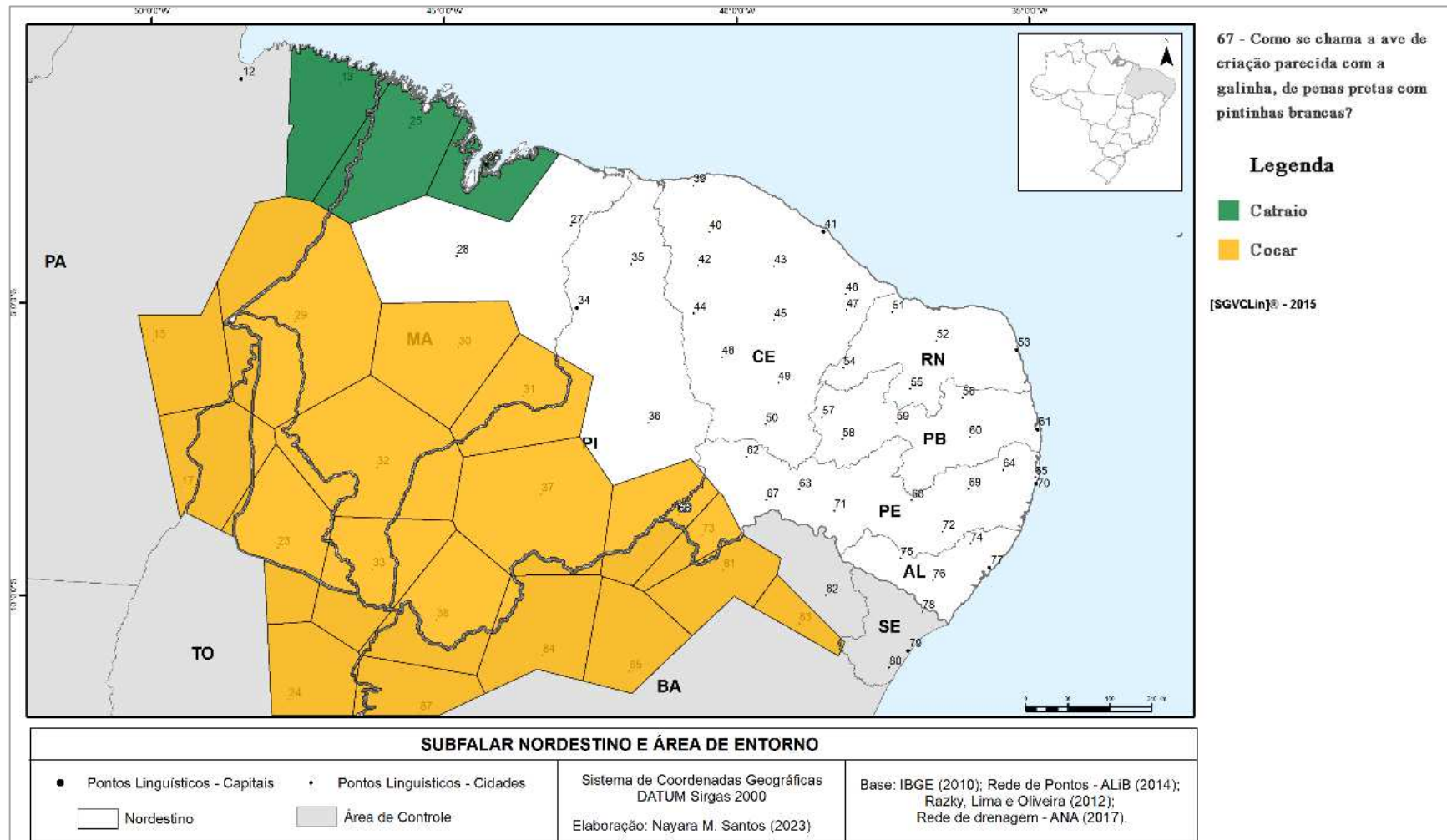
As variantes *catraio* e *cocar* estão concentradas na área oeste do Subfalar Nordeste, a primeira apenas no noroeste, presente em três pontos linguístico, e a segunda, concentrada no sudoeste da área, avançando os limites propostos por Nascentes (1953), se estendendo a parte da Bahia e do Tocantins (Carta 3C).

Catraio foi registrada em três localidades: duas no norte do MA 25- Turiaçu e 26- São Luís; e uma no nordeste do PA, 13- Bragança, ponto vizinho, formando uma pequena área lexical. Nas cartas lexicais regionais do ALiB, aparece na Região Nordeste, podendo ser considerada uma variante típica da região. Próxima à cidade de São Luís, está Icatu, cidade onde a variante foi a mais recorrente, segundo dados do ALiNl⁷², e está presente em todos os pontos linguísticos.

Cocar, por sua vez, está presente no centro e sul do MA e PI, avançando os limites para as localidades do PA (15- Marabá, 17- Conceição do Araguaia) e TO (23- Pedro Afonso, 24- Natividade); e segue para o sudoeste de PE, em 68- Arcoverde e 73- Petrolina, e norte da BA, 81- Juazeiro, 83- Euclides da Cunha, 84- Barra, 85- Irecê, 87- Barreiras. Nas cartas do ALiB, é visualizada na região Centro-Oeste, em Cuiabá (MT) e Goiânia (GO).

⁷² Cf. Anexo D4 - Carta 56 do ALiNl, referente à distribuição diatópica das denominações para *galinha d'angola* em Icatu (MA).

Carta 3C - Distribuição areal das variantes *catraio* e *cocar* no Subfalar Nordeste



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin]

Cocar está dicionarizada como regionalismo do PI e da BA (Aulete, 2023, *online*) e foi identificada por um dos informantes como tal, como mostra o excerto 45.

Excerto 45
Sobral (CE) 40/1
INF.–Na Bahia chama *cocá*
INQ.– E aqui?
INF.– Chama *capote*.

Está presente nos dois pontos do Tocantins considerados nesta pesquisa e é destacada no ALITETTO como a mais produtiva do Estado, pois está presente em todas as localidades, com maior frequência no Centro-Oeste tocantinense.

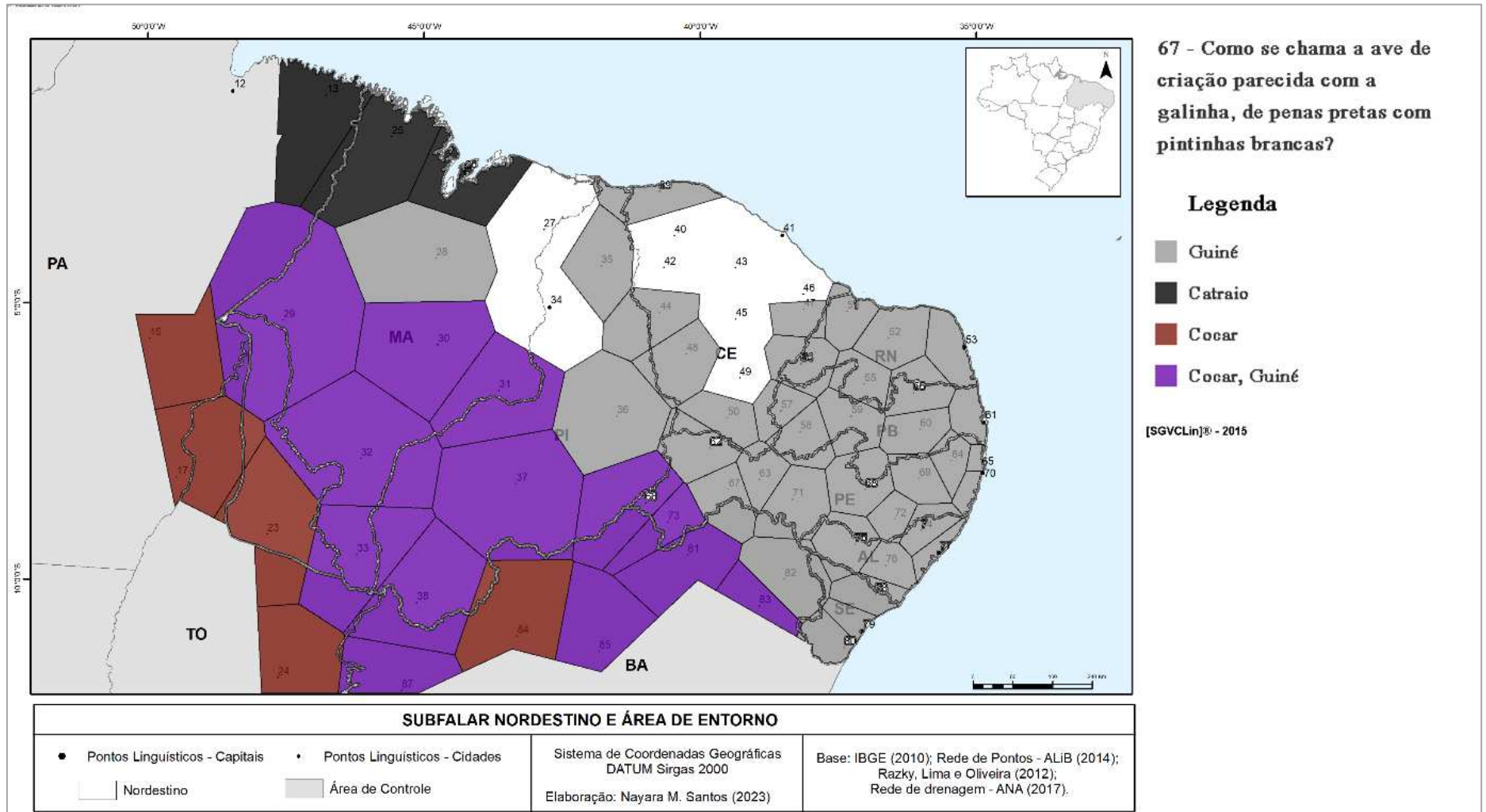
5.3.4 O que a Questão 067 nos Mostra Acerca do Subfalar Nordestino?

A distribuição das variantes para o item *galinha d'angola* reforça a existência de duas subáreas no território investigado, de limites fluidos, separadas por uma área de transição, concentrada principalmente no Ceará.

A Carta 3D evidencia a presença de *guiné* principalmente no litoral oriental e na porção meridional do Meio-Norte, onde coocorre com *cocar*; variante a qual marca a existência da subárea Nordeste Ocidental, cujo fluxo de povoamento é proveniente, principalmente, da frente baiana.

No litoral noroeste do Subfalar Nordestino, concentra-se a variante *catraio*, nos pontos 13- Bragança (PA), 25- Turiaçu (MA) e 26- São Luís (MA), os mesmos pontos onde se registrou *incõe*, variante de banana-dupla.

Carta 3D - Distribuição areal das variantes *guiné*, *catraio* e *cocar* no Subfalar Nordestino



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [(GVCLin]

Além disso, a variante *guiné* também se mostrou relevante, pois concentrou-se na área central, principalmente nos pontos onde não se registrou *guiné* ou *cocar*.

5.4 QSL 085 - COMO SE CHAMA O INSETO DE CORPO COMPRIDO E FINO, COM QUATRO ASAS BEM TRANSPARENTES, QUE VOA E BATE A PARTE TRASEIRA NA ÁGUA?

A pergunta 85 do Questionário Semântico-Lexical (Comitê..., 2001, p. 28) investiga as denominações atribuídas ao inseto de corpo cilíndrico, delgado e comprido, com quatro asas membranosas transparentes, que vive próximo a rios, lagos, poças ou em superfícies reflexivas. São da ordem Odonata, cujo nome científico é *Anisoptera*, conhecida por serem insetos predadores alados, terrestres na fase adulta e aquáticos na imatura; por conta disso, vivem próximos a ambientes com água. Tem habilidade de voar em linha reta ou fazer acrobacias no ar e de enxergar em um campo de quase 360°, devido aos olhos salientes e grande mobilidade da cabeça (Godé; Peruquetti, 2015) (Figura 37).

Após uma longa fase larval em ambiente aquático, os insetos se rastejam até o caule de uma árvore e esperam até que o processo metamórfico seja cumprido e eles estarem hábeis para a vida terrestre. Quando isso acontece, rompem seu exoesqueleto e liberam a cabeça e o abdômen; depois que suas asas secam, saem em busca de alimento e de um parceiro. Após a fase adulta, vivem de oito a 60 dias (Aguilera; Silva, 2021).

Figura 38 – Libélula (*Anisoptera*)



Fonte: Símbolos, 2019.⁷³

⁷³ Disponível em: <https://www.simbolos.com.br/libelula/>

Atrelada ao inseto, há grande carga simbólica e cultural, que varia de acordo com cada país. Sobre isso, Aguilera e Silva (2021, p. 3) comentam:

Interessante também é a simbologia que recobre a figura da libélula. Seus significados variam em cada cultura e estão atrelados, principalmente, à renovação, à força positiva e ao poder da vida em geral. Para os nativos americanos, por exemplo, ela é o símbolo das almas abandonadas; os vietnamitas acreditavam que o voo das libélulas estaria associado à previsão de chuva; no Japão, que também é chamado de “Ilha da Libélula” (Akitsu-shima), esse inseto é um símbolo imperial que reflete coragem, força e felicidade; já, segundo a cultura milenar chinesa (Feng Shui), a presença da libélula na casa ou nos jardins significa boa sorte, sobretudo, na área do trabalho e dos negócios, por isso, recomenda que as pessoas tenham um quadro ou algum pingente em forma de libélula.

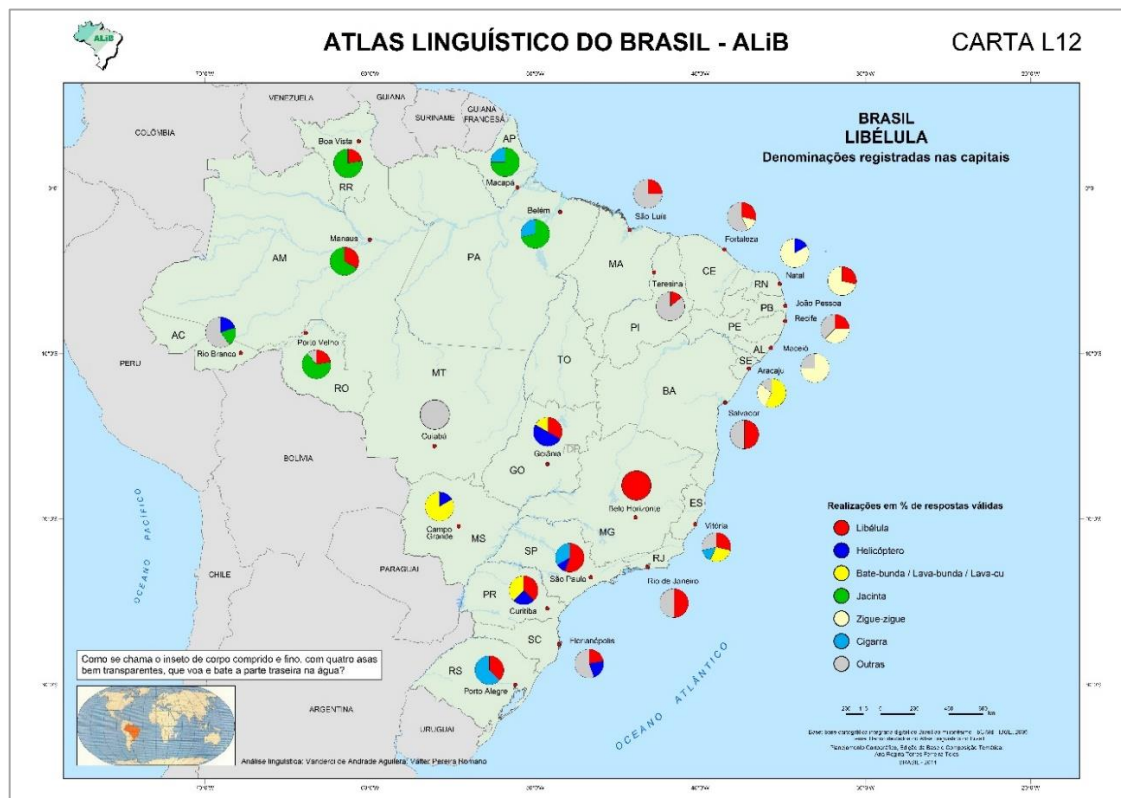
São fatos que acabam por aguçar o imaginário humano, possibilitando a criação de grande número de formas para denominar o inseto. Só nas capitais brasileiras, o Atlas Linguístico do Brasil registrou mais de 30 variantes, conforme nota da Carta L12 (Cardoso *et al.*, 2014, p. 202). Além desta, outras cinco cartas foram publicadas, uma para cada região do país, acerca das denominações mais recorrentes para libélula.

O item também aparece em vários dos demais atlas linguísticos desenvolvidos em áreas específicas da Região Nordeste: Atlas Geolingüístico do Litoral Potiguar – ALIPTG (2007), QSL 85; Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco – ALMASPE (2009), QSL 043; Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu – ALIg (2009), QSL 085, Carta 19; Atlas Linguístico de Pernambuco – ALiPE (2013), QSL 085, Carta 24; Atlas Linguístico de Icatu – ALInI (2017), QSL 74, Carta 74; Atlas Linguístico do Estado de Alagoas – ALEAL (2017), QSL 069, Carta 63; Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins – ALITTETO (2018), QSL 065, cartas L7-A e L7-B; Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses – ALSCE (2019), QSL 085, Carta L41; Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense – ALICACE (2019), QSL 085, .

Dentre os estudos realizados sobre as denominações para *libélula*, vale destacar a tese de Doiron (2017), que tratou da motivação semântica para as denominações de nove itens lexicais, dentre eles, a libélula; e o artigo de Aguilera e Silva (2021), de mesma temática, com foco apenas neste item.

A respeito das nomenclaturas dadas à libélula no Brasil, o ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014) publicou a Carta L12, de abrangência nacional, e outras cinco regionais, elaboradas com base em dados das capitais brasileiras. A seguir, a carta nacional, que reflete a riqueza lexical do português brasileiro.

Figura 39 – - Carta L12 do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para libélula nas capitais brasileiras



Fonte: Cardoso et al. (2014).

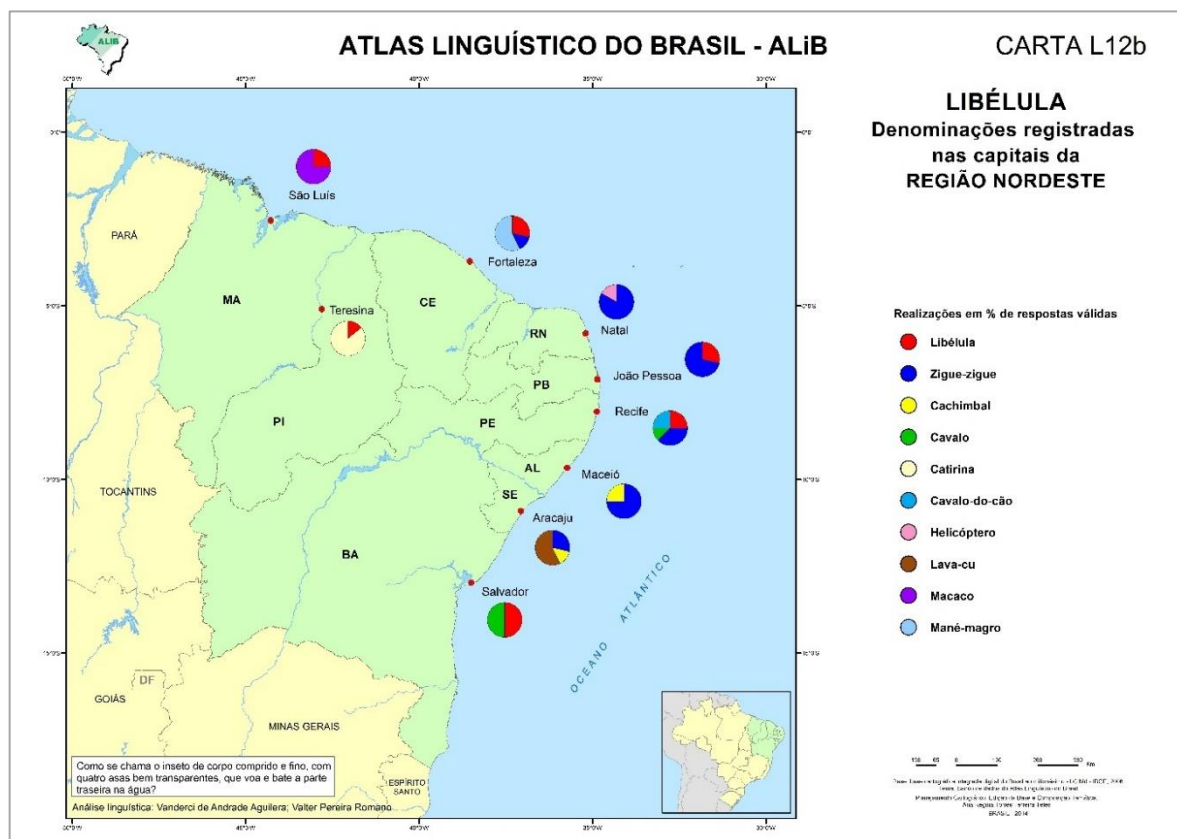
A variante mais recorrente no País é também a variante padrão, *libélula*, presente em todas as capitais do Sul e Sudeste, apenas em Goiânia (GO), no Centro-Oeste; em Porto Velho (RO), Manaus (AM) e Boa Vista (RR), no Norte; e em São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Salvador (BA), no Nordeste. *Helicóptero*, concentra-se na porção meridional do País, iniciando em Goiânia (GO) e seguindo em direção ao sul, perpassando Campo Grande (MS), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC); está presente também em Rio Branco (AC) no Norte, e em Natal (RN), no Nordeste.

O agrupamento *bate-bunda / lava-bunda / lava-cu* também se concentra na área porção meridional, presente no sudoeste, em Goiânia (GO), Campo Grande (MS) e Curitiba (MS), no Sudeste, em Vitória (ES) e em Aracaju (SE), no Nordeste. *Jacinta*, por sua vez, se concentra no Norte, e *zigue-zague*, no Nordeste. *Cigarra*, última em destaque, tem produtividade mais espalhada, registrada no Sudeste (Vitória, São Paulo), Sul (Porto Alegre) e Norte brasileiro (Macapá e Belém).

Nota-se ainda grande recorrência de outras variantes menos produtivas, por todo o País, o que ratifica a pluralidade de formas para denominação do inseto.

Na Carta L12b, reproduzida na Figura 40, visualizamos a existência de outras variantes, agrupadas em Outras, na carta nacional.

Figura 40 – Carta L12b do ALiB, referente à distribuição diatópica das denominações para libélula nas capitais nordestinas



Fonte: Cardoso *et al.* (2014).

Além de *libélula* e *zigue-zague*, apareceu no Nordeste as formas *cachimbal*, em Maceió (AL) e Aracaju (SE), sendo estes pontos vizinhos, *cavallo*, em Recife (PE) e Salvador (BA); as demais em apenas uma capital: *catirina*, em Teresina (PI), sendo esta a mais recorrente, *cavallo-do-cão*, em Recife (PE), onde houve também a presença de *cavallo*, *helicóptero*, Natal (RN), *lava-cu*, em Aracaju (SE), como mais produtiva, *macaco*, em São Luís (MA), sendo a mais recorrente na capital, e *mané-magro*, a variante mais produtiva em Fortaleza (CE).

Já na área do Subfalar Nordestino, foram contabilizados 221 registros, distribuídos entre 72 variantes, das quais 49 foram agrupadas em 14 rótulos, de

acordo com variação fonético-fonológica e/ou compartilhamento de semas. A seguir, o Quadro 4, com os agrupamentos realizados.

Quadro 5 – Aglutinações realizadas para a questão 085 – *libélula*

RÓTULOS	VARIANTES AGRUPADAS
<i>Bisurito</i>	<i>Bisurito / bisorico / misurito</i>
<i>Cabra-cega</i>	<i>Cabra-cega / caba-cega / cabra-cego / caba-cego / cobra-cega</i>
<i>Cachimbo</i>	<i>Cachimbo / cachimbal</i>
<i>Cambito</i>	<i>Cambito / cambite</i>
<i>Catirina</i>	<i>Catirina / catiringa</i>
<i>Cavalo (de judeu, de pau, do cão, marinho)</i>	<i>Cavalo-de-judeu / cavalo-de-pau / cavalo-do-cão / cavalo-marinho / alumarim</i>
<i>Helicóptero</i>	<i>Helicóptero / helicópto / helicópi</i>
<i>Lambe (água, flor, cu)</i>	<i>Lambe / lambe-água / lambe-flor / lambe-cu</i>
<i>Lava (cauda, bunda, cu)</i>	<i>Lava-cauda / lava-bunda / lava-cu / lavra-cu / vala-cu / vara-cu</i>
<i>Limpa (bunda, cu)</i>	<i>Limpa-bunda / limpa-cu</i>
<i>Macaco (seco)</i>	<i>Macaco / macaquicho / macaquinho / macaco-seco</i>
<i>Mané (cachimbo, magro)</i>	<i>Mané-cachimbo / mané-magro / mané-mago</i>
<i>Miguel (mago seco, seco)</i>	<i>Miguel-mago-seco / Miguel-seco</i>
<i>Zigue-zague</i>	<i>Zigue / zigue-zague / zigue-zaque / zigue-zigue / zingo-zingo / ziguidão</i>
<i>Outras (sem variação)</i>	<i>bebe-água / cigarra / gafanhoto / jacinta, libélula / louva-deus / maria-cega / mariposa, andorina / aruá / bate-cu-n'água / beija-água, bunda-d'água / bibiu / capacete / carreira-de-ovelha / cigano / palito de fósco / mosquito / rabo-judeu / siri / zangão / zum-zum</i>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do ALiB

Além das formas agrupadas, foram registradas outras 23 variantes: *bebe-água, cigarra, gafanhoto, jacinta, libélula, louva-deus, maria-cega, mariposa,*

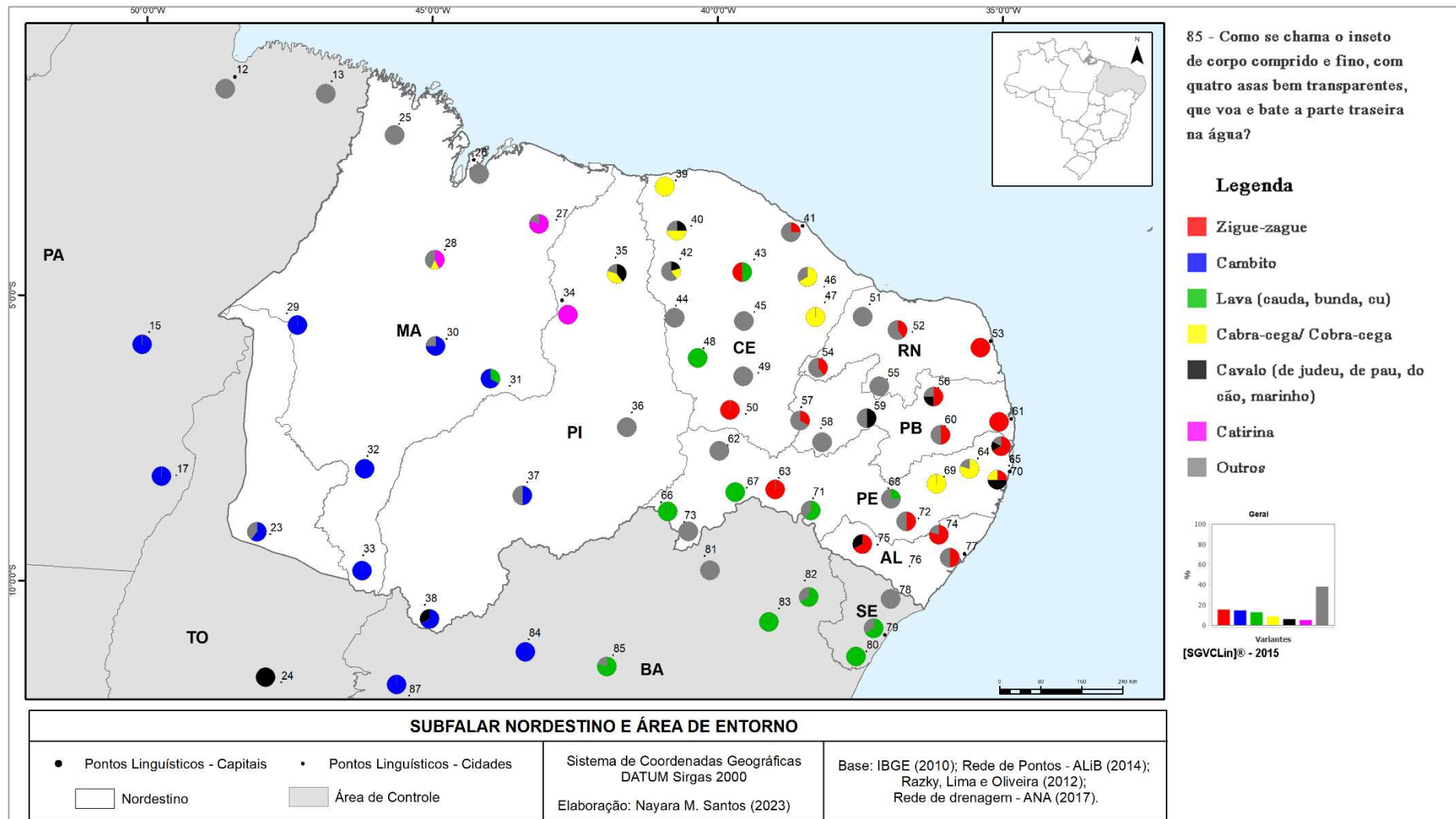
andorina, aruá, bate-cu-n'água, beija-água, bunda-d'água, bibiu, capacete, carreira-de-ovelha, cigano, palito de fósco, mosquito, rabo-judeu, siri, zangão e zum-zum, dentre as quais as últimas 15 foram respostas únicas.

houve 73 (49,33%,) casos⁷⁴ de Não Obtidas e quatro de Problemas técnicos. O alto índice de não-resposta pode estar relacionado à mesma justificativa para o vasto número de variantes para o referente: grande parte dos informantes provavelmente não conhece a denominação padrão do inseto, *libélula*, e nenhuma outra de caráter dialetal

A seguir, a Carta 4, com a distribuição diatópica das seis formas mais recorrentes na área do Subfalar Nordeste.

⁷⁴ A realização de N.O. foi mais expressiva entre as mulheres (45 ocorrências, contra 28, entre os homens), provavelmente pelo fato de que parte considerável das variantes de *libélula* contém termos geralmente tabuizados, como *bunda* e *cu*, o que pode causar maior constrangimento entre as mulheres, dificultando sua realização; e entre os mais jovens, talvez porque muitas denominações regionais dadas ao inseto são mais comuns entre os mais idosos, que tiveram menos contato com escolarização e normalização da língua.

Carta 4 – Distribuição diatópica das variantes de *libélula*



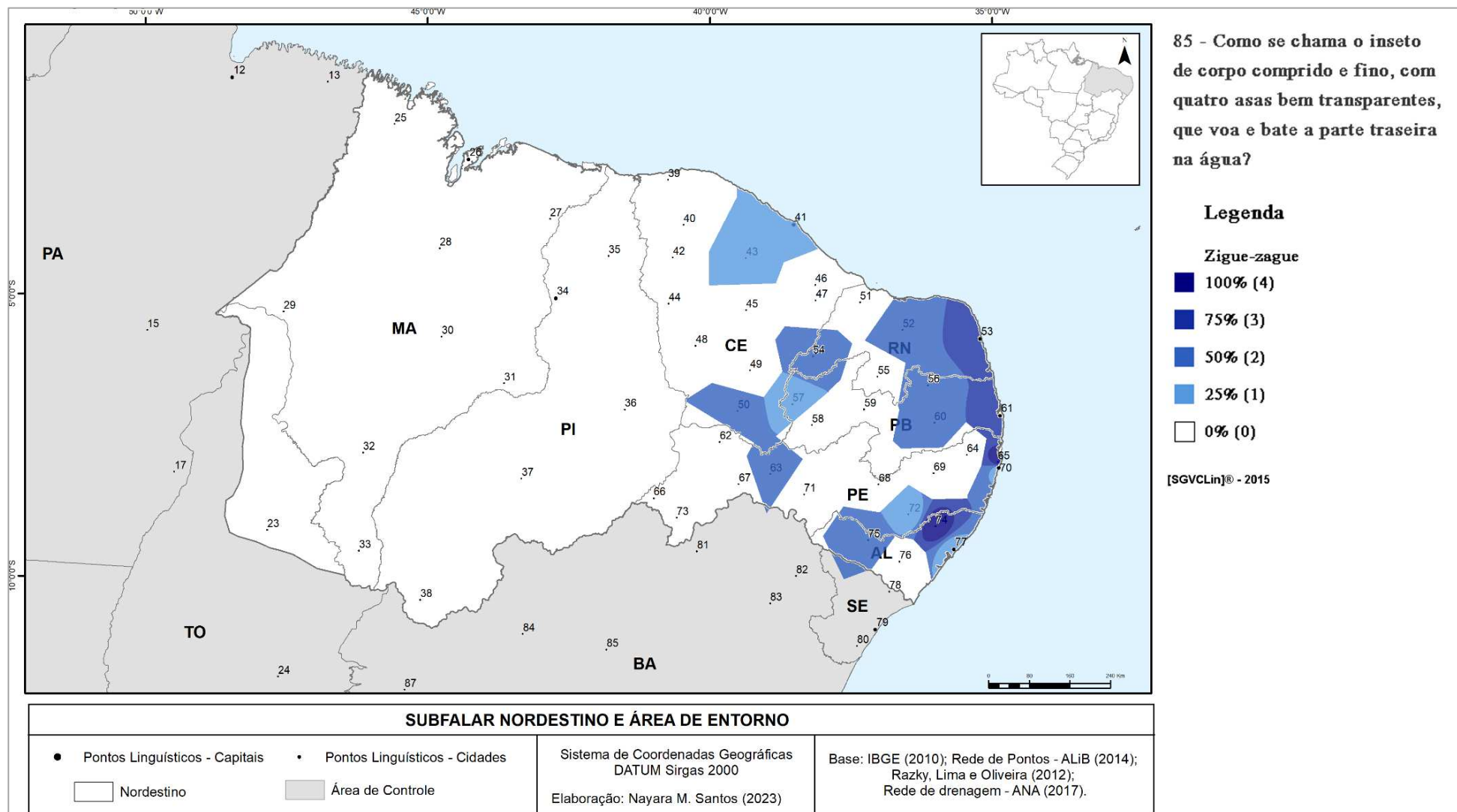
Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin].

Devido ao grande número de variantes registradas no território estudado, nenhuma das formas, ou agrupamentos, atingiu mais do que 20% das realizações, fato que atesta a riqueza lexical e heterogeneidade linguística da região em relação ao item. Dentre os registros, destacamos os seis agrupamentos mais produtivos: *ziguezague*, com 15,38% do total (34 registros), *cambito*, 14,48% (32 registros), *lava (cauda/ bunda/ cu)*, 12,67% (28 ocorrências), *cabra-cega/ cobra-cega*, 8,60% (19 ocorrências), *cavalo (de-judeu/ de-pau/ marinho)*, 5,88% (13 registros) e *catirina*, 4,98% (11 ocorrências). Vale ressaltar que em 76- Arapiraca, município de Alagoas, todos os informantes se abstiveram da reposta, ou por não lembrar, não saber o nome ou não conhecer o inseto. É provável, portanto, ele não seja comum na localidade.

5.4.1 *Zigue-zague*: Variante Presente no Litoral Oriental Nordeste

Zigue-zague foi a variante mais produtiva na área do Subfalar Nordeste, reunindo quase 16% das ocorrências. A Carta 4A demonstra que sua presença foi identificada nos pontos 41- Fortaleza e 43- Canindé, no centro norte do CE e em duas faixas específicas: (i) no litoral leste do Subfalar Nordeste, seguindo do o leste do RN (pontos 52- Angicos e 53- Natal) ao leste da PB (56- Cuité, 60- Campina Grande, 61- João Pessoa), litoral e sul de PE (65- Olinda, 70- Recife e 72- Garanhuns), e leste oeste de AL (74- União dos Palmares, 75- Santana do Ipanema e 77- Maceió); (ii) e no oeste do RN (54- Pau de Ferros) e PB (57- Cajazeiras) e sul do CE (50- Crato) até o ponto 63- Salgueiro de PE.

Carta 4A – Arealidade gradual da variante *zigue-zague*



Fonte: Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [i'GVCLin].

Conforme demonstra a Carta 4A, a variante se concentra na porção leste da área estudada, não estando restrita apenas ao Rio Grande do Norte, pois mostrou-se recorrente em Alagoas e na Paraíba. Entre os falantes potiguares, corresponde a 36,84% dos registros, cujo restante está distribuído entre *maria-cega*, com 4 ocorrências, e mais oito variantes de ocorrência única⁷⁵. O Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, por sua vez, destaca, na Carta Léxica 22⁷⁶, a forma *zigue-zigue* como a mais produtiva, principalmente entre os homens, e está presente em cinco dos oito pontos investigados.

Em Alagoas, no entanto, a variante foi quase unânime, reunindo 70% dos registros, sendo os outros 30% referentes a três variantes com única ocorrência: *cavalo-do-cão*, *cachimbo* e *libélula*; já entre os informantes do ALEAL, a variante foi a segunda mais recorrente, concentrada na porção leste do estado⁷⁷, estando atrás apenas de *cachimbal*.

Em Pernambuco, cuja produtividade foi baixa entre os falantes do Projeto ALiB, a variante reuniu 18,50%; entre os informantes do ALiPE (Sá, 2013), foi a quinta mais recorrente, aparecendo em cinco dos 20 pontos linguísticos, contemplando área similar a indicada pelos dados do Projeto ALiB; no entanto, além de registrada em 14- Garanhuns e 20- Recife, assim como no atlas do Brasil, apareceu em 5- Salgueiro, 13- Águas Belas, e 18- Palmares⁷⁸. Na região da Mata Sul de Pernambuco, segundo a Carta 19⁷⁹ do ALMASPE (Almeida, 2009), *zigue-zigue* foi a mais recorrente, presente em todos os seis pontos investigados: 1- Ribeirão, 2- Sirinhaém, 3- Belém de Maria, 4- Palmares, 5-Barreiros e 6- São Benedito do Sul. No Ceará, os dados do Projeto ALiB apontaram baixa produtividade, 12,50%, assim como no Cariri cearense, segundo o Alicace (Saraiva, 2019), no qual a lexia aparece apenas uma vez, em Crato.

Trata-se, portanto, de uma variante característica do Subfalar Nordeste, que se concentra especificamente no Nordeste Oriental, isto é, porção

⁷⁵ As variantes são *siri*, *louva-deus*, *bizurico*, *bate-cu-n'água*, *gafanhoto*, *carreira-de-ovelha* e *bunda-d'água*.

⁷⁶ Cf. Anexo E1 - Carta Léxica 22 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* no Centro-Oeste do Rio Grande do Norte,

⁷⁷ Cf. Anexo E2 - Carta Léxica 22 do ALEAL, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* no Alagoas.

⁷⁸ Cf. Anexo E3 - Carta 24 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* em Pernambuco.

⁷⁹ Cf. Anexo E4 - Carta 19 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* na Mata Sul de Pernambuco.

leste da área investigada. Essa área, por vezes, tem mostrado aspectos linguísticos característicos, diferentes da porção que engloba o MA, parte do TO e PI, o Meio Norte. Supomos que esse fator pode estar relacionado a formação populacional da área, uma vez que as frentes de povoamento das áreas leste e oeste do Subfalar Nordeste foram distintas. Além disso, o fato de a lexia estar presente do RN ao AL, mas não se estender até SE e BA corrobora com a divisão traçada por Nascentes (1953) acerca do subfalar.

A forma *zigue-zague* está dicionarizada no Aulete, Houaiss e Michaelis *online* como uma variante de *libélula* característica do Rio Grande do Norte. Sua motivação provavelmente faz alusão ao traçado feito pelo inseto durante o voo, que lembra o movimento de zigue-zague, encostando constantemente sua parte traseira em uma área alagada, ou, segundo Aguilera e Silva (2021), pode fazer referência ao som do voo do inseto, assim como *zigue-zigue*, variante agrupada à zigue-zague, que tem motivação fonossimbólica de natureza acústica, pois remete ao movimento rápido e irregular de seu voo (Doiron, 2017, p. 181). Sobre a denominação, o informante 2 de Santana do Ipanema (AL), diz:

Excerto 46

Inf. 075/2, Santana do Ipanema (AL)

INF.- ... Sim, a gente chama de *zigue-zague*. *Zigue-zague*, a gente chama, que ele fica só... né? ele só molha a pontinha. A parte da frente, não, só o rabinho dele assim.

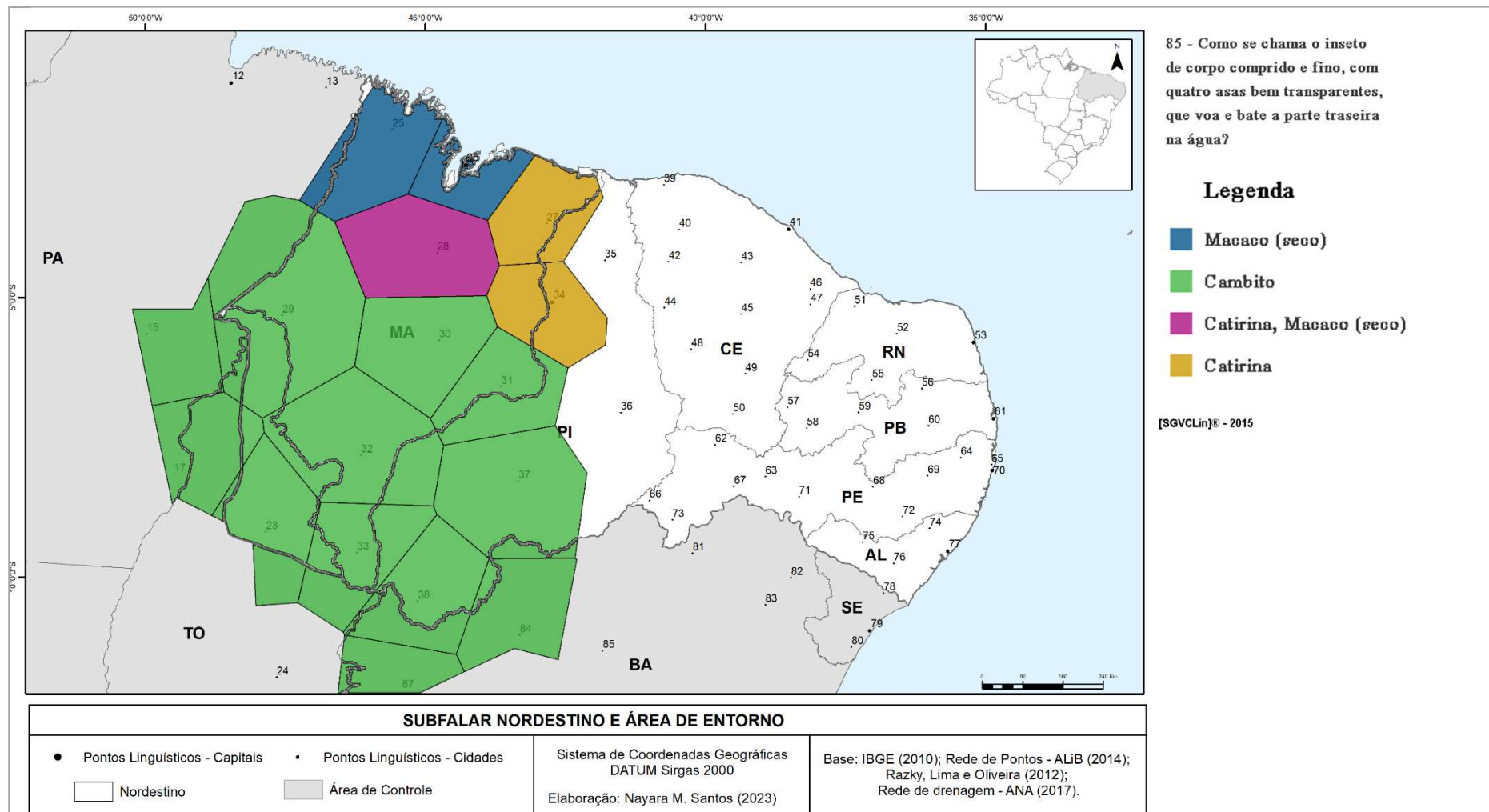
INQ.- Esse aí chama aqui de...?

INF.- *Zigue-zague*.

5.4.2 – *Cambito*, *Macaco (Seco)* e *Catirina*: Variantes do Nordeste Ocidental

A área do nordeste ocidental é marcada pela presença de três variantes específicas: *cambito*, concentrada no centro e sul da área; o agrupamento *macaco (seco)*, presente no noroeste maranhense, em três pontos específicos, 25- Turiçu, 26- São Luís e 28- Bacabal; e *catirina*, também registrada em três pontos, porém no centro-norte do nordeste ocidental, aparecendo isoladamente em 27- Brejo (MA) e 34- Teresina (PI), e juntamente com o agrupamento *macaco (seco)* em 28- Bacabal (MA).

Carta 4B – Distribuição areal das variantes *cambito*, *macaco (seco)* e *catirina*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Cambito é a segunda variante mais recorrente no Subfalar Nordeste, encontrada centro e sul do MA e PI, se estendendo à porção norte do PI, contemplada pela demarcação de Nascentes (1953), avançando a localidades limítrofes do subfalar: duas no centro-oeste do PA, 15- Marabá e 17- Conceição do Araguaia, e no noroeste da BA, 84- Barra e 87- Barreiras, sendo que nessas duas últimas foi registrada na fala de todos os informantes. Tanto no MA, como no PI, a variante foi a mais recorrente dentre oito denominações⁸⁰: no MA, corresponde a 39,39% (13 registros), e no PI, 22,22% (oito registros).

A alta produtividade no estado do Tocantins (42,86%) é confirmada pelos dados do ALITTETO, variante mais produtiva entre seus entrevistados; presente em 10 das 12 localidades contempladas por esse atlas, não registrada em apenas duas, no sul tocantinense.

De acordo com a análise feita por Aguilera e Silva (2021), dos dados de todo interior brasileiro, essa é a quarta denominação mais recorrente no país, reunindo 8% do total de registros, que corresponde a 55 vezes. Além de estar presente nos estados supracitados, apareceu, com baixa frequência, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Pode ser considerada, portanto, uma das variantes características do Subfalar Nordeste, especialmente da porção centro e sul da sub-região geográfica Meio-Norte, formada por MA e PI. Essa distribuição pode estar relacionada ao fato de essa porção do MA ter sido colonizada por uma frente de povoamento específica, a Frente Pastoril, diferentemente da área norte do Estado, colonizada pela Frente Litorânea, cujas lexias mais recorrentes são diferentes, como veremos a seguir.

Está dicionarizada com esta mesma acepção no Houaiss, Michaelis e Aulete *online*, nos dois primeiros, como um regionalismo do Nordeste e, no último, como do Norte. A denominação é atribuída ao inseto provavelmente por extensão de significado devido suas características morfológicas, que se assemelham a outras acepções para *cambito*:

“3. Suporte feito de um galho onde se penduram esteiras, cordas de laçar etc. (1905, Regionalismo da Amazônia); 3.1 haste, gancho ou suporte fino de madeira, esp. o cabide (1911, Regionalismo do Pará (Marajó)); 4. Perna fina, de homem e mulher. (1911, Brasileirismo jocoso). 5. Cada uma das forquilhas ou ganchos de V, de maneira, que se prendem às cangalhas de cada lado do dorso das bestas para sustentar cargas que elas transportam. (1915,

⁸⁰ Além de *cambito*, foram registradas: no MA, *macaco (seco)*, *catirina*, *zum-zum*, *helicóptero*, *miguel (mago seco, seco)*, *cabra-cega/cobra-cega* e *lava-bunda*; e no PI, *catirina*, *cavalo (de judeu, de pau, do cão, marinho)*, *cabra-cega/cobra-cega*, *mariposa*, *louva-deus*, *aruá*, *libélula* e *limpa (bunda, cu)*.

Brasileirismo do Nordeste)” (Houaiss, 2023, *online*).

É possível, portanto, que o corpo cilíndrico, alongado e fino da libélula seja associado a galhos finos de madeira ou a pernas finas, dando origem à variante.

A forma *catirina*, por sua vez, é a sexta mais recorrente; está concentrada em uma área específica do Subfalar Nordestino: norte do MA (27- Brejo, 28- Bacabal) e noroeste do PI (34- Teresina), sendo que nas duas últimas localidades, foi inânime entre os informantes.

Nos dicionários Michaelis e Houaiss *online*, foi encontrada, como variante da libélula, a forma *catarina*, identificada com um regionalismo do Amazonas e Maranhão, sendo esta a quarta e terceira acepção, respectivamente.

A *catirina* a qual a denominação para o inseto provavelmente está associada, se refere à personagem feminina do folclore maranhense, essencial na história do Bumba-meu-boi. Segundo o mito popular, Catirina, mulher de Pai Francisco, está grávida e deseja comer língua de boi. Seu esposo, para satisfazer o desejo da amada, corta a língua do boi mais estimado de seu patrão. Quando seu patrão descobre, ameaça de morte o casal, caso o seu animal não sobreviva. Para fazer o animal voltar à vida, são chamados pajés e curandeiros, que conseguem ressuscitar o boi em meio a danças, o que se torna motivo de grande festa na fazenda, sendo a vida de Catirina e Pai Francisco poupada. O momento da dança da festa folclórica simboliza o ritual de ressuscitação e encantamento do boi, fator que pode ter sido associado ao movimento do inseto, de modo a possibilitar a criação da variante. Vale ressaltar que esta seria, então, a segunda variante de *libélula* relacionada a um personagem do *bumba-meu-boi*, fator que reforçaria à relação da construção lexical com a cultura de um povo.

O fato de essa denominação estar concentrada na porção centro e norte da sub-região Meio Norte, nos estados onde a presença da festa folclórica bumba-meu-boi é marcante, fortifica a ideia de que a motivação da variante pode estar associada a este personagem folclórico. Além disso, evidencia a forte relação entre o léxico e a cultura de um povo.

A variante não foi encontrada em nenhum dos demais atlas elaborados sobre áreas da Região Nordeste e, como os atlas linguísticos do Piauí e do Maranhão ainda não foram publicados, não temos como fazer uma comparação. No entanto, com base nos dados aqui analisados, consideramos uma variante

nordestina, específica da sub-região Meio-Norte.

Já o agrupamento *macaco (seco)* foi o oitavo mais produtivo, reunindo 3,62% do total, o que corresponde a oito ocorrências, todas reunidas no estado do Maranhão; trata-se, portanto, de uma forma tipicamente maranhense.

A variante também aparece como a mais recorrente em São Luís, na forma *macaquinho*, reunindo 66,7% das ocorrências, no estudo de Castro e Ramos (2019), realizado com dados do Projeto ALiMA; é seguida por *libélula*, 22,2%, e *soldadinho*, 11,1%. A análise evidencia que a variante é hegemônica na fala de todos os informantes de nível fundamental, enquanto os informantes do ensino universitário conhecem a forma padrão *libélula*, e formas regionais, conforme evidencia a carta linguística publicada no estudo, reproduzida no Anexo E5.

Sobre a origem do termo, Machado Filho e Neiva (2017, p. 99), em seu artigo sobre as origens e estruturação histórica do léxico do português, sugerem que *macaco* tem origem etimológica africana, no subgrupo linguístico banto. Já Castro e Ramos (2019) comentam acerca da evolução do termo, que seria uma redução de *macaquinho-de-bambá*, dicionarizado como um brasileirismo referente à libélula.

(...) a forma *macaquinho*, com ocorrência expressiva em São Luís (66,7%), encontra-se se dicionarizada no Michaelis (p. 1289) da seguinte forma "**macaquinho**" sm diminutivo de macaco. *M.-de-bambá*: nome vulgar de uma libélula [.,]. Já no Houaiss (p. 1800), encontramos a entrada *macaquinho-de-bambá*, com a seguinte informação: brasileirismo, mais usado do que *libélula*. cremos, portanto, que a forma *macaquinho* é a redução do sintagma nominal *macaquinho-de-bambá* (CASTRO; RAMOS, 2019, p. 116).

Baseados em Alinei (1983), Aguilera *et al.* (2016) explicam que se trata de um zoomorfismo, isto é, para criar o termo, o falante atribuiu o nome de outro animal com o qual o inseto partilha algum traço semântico; neste caso, o movimento que a libélula faz de encostar a traseira na água, durante o voo, se assemelha ao movimento feito pelo macaco, ao pular entre os galhos das árvores.

5.4.3 Lava (*bunda, cauda, cu*)

As formas *lava-bunda*, *lava-cauda* e *lava-cu*, juntamente com suas variantes morfofonêmicas, foram agrupadas em um mesmo rótulo, com base no sema *lava*. Fazem referência ao movimento que o inseto faz durante o voo, quando encosta a parte traseira na água para pôr seus ovos, conforme atesta o excerto 47:

Excerto 47

Inf. 071/3, Floresta (PE)

INF. – Isso aqui é o *limpa-cu* (risos)

INQ. – Conhece outros nomes pra ele?

INQ. – Usa todos...

INF. – Aí é *lava-cu*, que diga, *lava-cu*.

INQ. – Certo, todo mundo conhece?

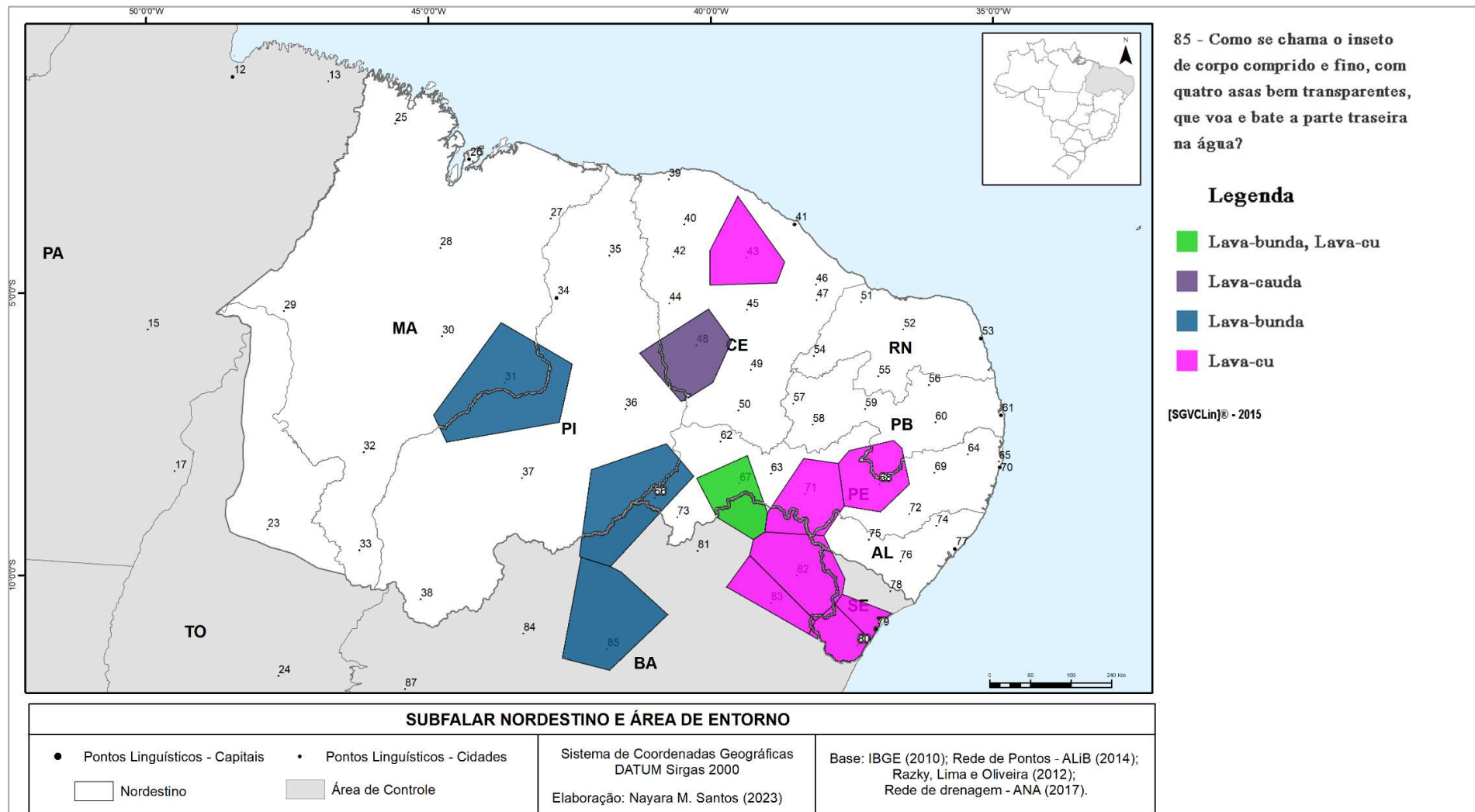
INF. – Conhece aqui por *lava-cu*. Ele vai passando e vai só limpando.

Das três formas, apenas *lava-cauda* não está dicionarizada; as demais, por sua vez, estão registradas no Houaiss, Michaelis e Aulete *online* como variantes de *libélula*. Dentre as obras consideradas, o Aulete é o único que traz especificações dialetais acerca do uso de *lava-bunda*, caracterizada como um brasileirismo popular, e *lava-cu*, como uma forma característica do falar sergipano.

A Carta L12, do ALiB, evidencia o agrupamento *bate-bunda / lava-bunda / lava-cu* como o terceiro mais recorrente no país, fortemente presente nas capitais Campo Grande (MS) e Aracaju (SE), e com menos de 50% de ocorrências, em Curitiba (PR) e Vitória (ES).

Na área do Subfalar Nordestino, a Carta 4C evidencia que os dados do ALiB confirmam a presença *lava-cu* se estende para além dos limites de SE, aparecendo em localidades da BA e PE, de modo a formar uma faixa, cujas isoléxicas demarcam uma pequena área lexical. Além destas, há uma ocorrência isolada da variante no CE, em 43- Canindé, e uma, de *lava-cauda*, em 48- Tauá. *Lava-bunda*, em contrapartida, foi registrada em 31- São João dos Patos, centro-leste do MA, 66- Afrânio, oeste de PE e 85- Irecê, norte central da BA.

Carta 4C – Distribuição areal das variantes *lava-bunda*, *lava-cauda* e *lava-cu*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Apesar de não ter sido registrada no RN e em AL, segundo dados do ALiB, *lava-cu* foi a terceira forma mais recorrente entre os informantes do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, concentrando-se na área sudoeste da região investigada, nos pontos 2 - Apodi, 3- Pau de Ferros, e 4- Janduís⁸¹; e do ALEAL, também terceira mais recorrente, concentra-se no oeste do estado, área circundada pela faixa onde o ALiB registrou a lexia, comprovando a presença da variante em AL.

O ALiPE mostra que em PE, assim como mostram os dados aqui analisados, se concentra no centro do estado, sendo a terceira forma mais recorrente. Apesar de não ter sido registrada nas localidades do TO selecionadas nesta tese, aparece em diversos pontos do estado, segundo o ALITTETO: em Araguatins, no norte, Mateiros, no leste, Formoso do Araguaia e Paranã, no sul tocantinense⁸².

Interessante destacar que esse agrupamento foi mais produtivo entre os homens, fator que reafirma a tabuização dos termos, que causam maior constrangimento entre as informantes mulheres, como demonstra o excerto 48.

Excerto 48

Inf. 079/4, Aracaju (SE)

INF. – Aqui... Vixe, o nome é feio aqui.

INQ. – Mas pode falar.

INF. – Vixe, é feio, filha.

INQ. – Mas eu quero saber.

INF. – Pa... Vixe, mas tem o nome que eu num tô lembrando agora. Num tô lembrando, só tô lembrando o feio.

INQ. – Eu quero saber o feio mesmo. Diga aí.

INF. – (risos) É horroroso, mas eu vô dizê. Cê qué sabê. Os menino aqui chama, ah..., principalmente quando istá chovendo, né? Tem assim uma poça d'água, ele chega lá, lava, né? Lá, lá, lá... Posso dizê?

INQ. – Pode.

INF. – O nome daquilo é *lava-cu*. (risos)

Devido a sua média produtividade em pequenas áreas espaçadas da região investigada e produtividade significativa em outras regiões brasileiras, não podemos afirmar que este agrupamento representa o Subfalar Nordeste.

5.4.4 *Cabra-cega/cobra-cega*

A forma *cabra-cega*, além de se referir à brincadeira infantil, popularmente conhecida no Brasil, na qual um participante fica vendado e deve

⁸¹ Cf. Anexo E1.

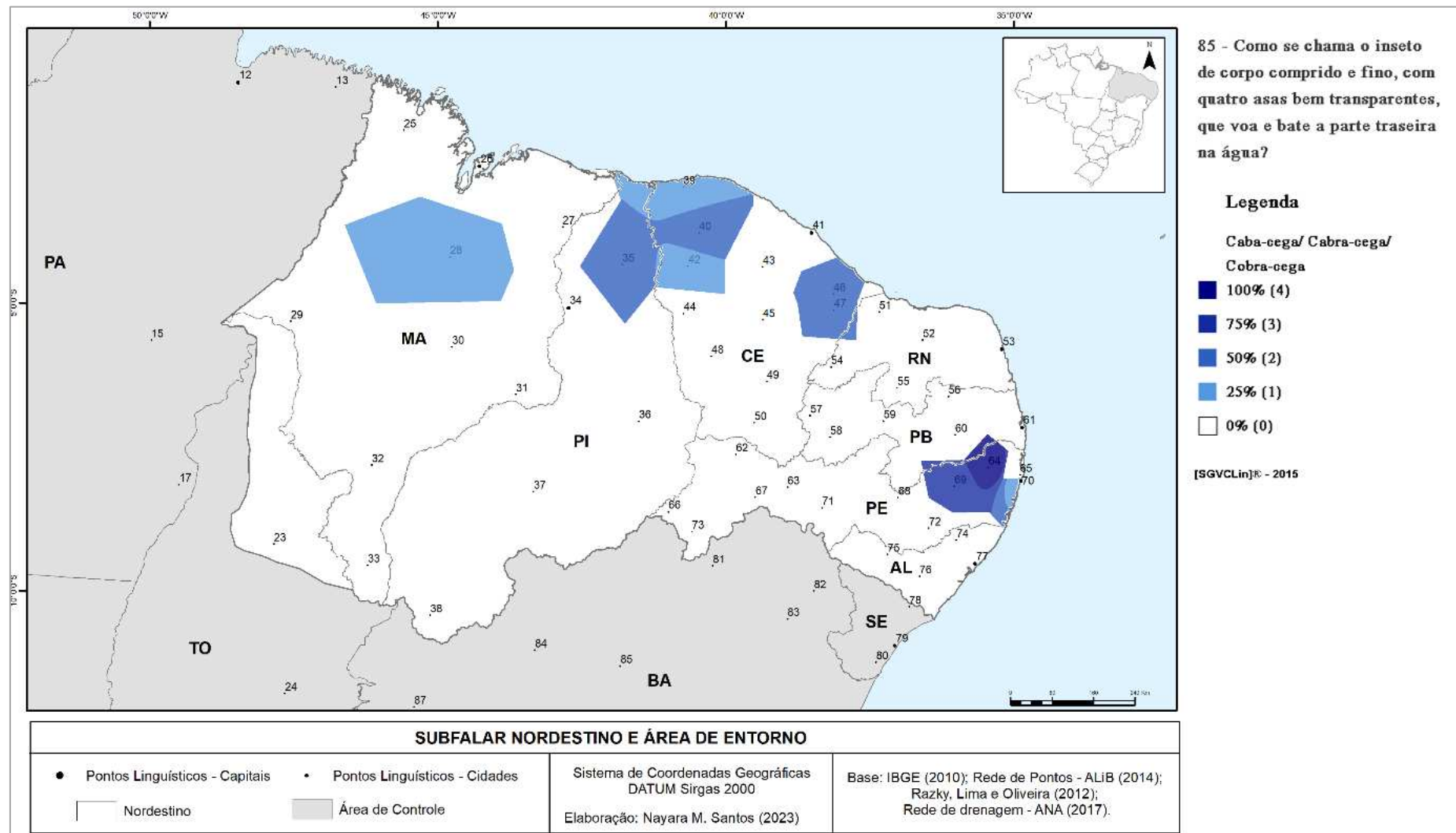
⁸² Cf. Anexo E5.

conseguir agarrar outro participante para ser por este substituído, está dicionarizada como uma variante para *libélula* no Houaiss, identificada como um regionalismo do Pará e Ceará; no Aulete (verbetes original), como um brasileirismo característico do Piauí; e no Michaelis *online*, como regionalismo do Pará. Para Aguilera e Silva (2021) possivelmente a motivação para variante está relacionada ao movimento sinuoso do inseto e ao que a criança faz durante a brincadeira, quando vendada, em busca das outras crianças.

Cobra-cega, que teve apenas uma ocorrência no CE, não está dicionarizada com essa acepção. Nos três dicionários considerados, a forma refere-se aos anfíbios ápodes da ordem dos gimnofionos, cujo corpo se assemelha ao de uma minhoca. Devido ao fato de ser ter aparecido apenas uma única vez, em uma área onde registrou-se apenas *cabra-cega*, inferimos que se trata de uma variação fonético-fonológica desta variante, ou pode ser de caráter idioletal.

O agrupamento *cabra-cega/cobra-cega* foi o quarto mais produtivo no Subfalar Nordeste, com 19 registros, 8,60% do total, distribuídos entre 10 localidades: 28- Bacabal, no centro do MA; 35 - Piripiri, norte do PI; 39- Camocim, 40- Sobral, 42- Ipu, noroeste do CE, 46- Russas, 47- Limoeiro do Norte, nordeste do mesmo estado; 64- Limoeiro, 69- Caruaru, citada pelos quatro informantes entrevistados, 70- Recife, leste de PE. Nos dois últimos estados, foi possível demarcar pequenas áreas lexicais, nas quais se concentram a variante, conforme demonstra a Carta 4D.

Carta 4D – Distribuição areal do agrupamento *cabra-cega/cobra-cega*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

A pequena área lexical de Pernambuco foi comprovada pelo ALiPE, onde *cabra-cega* está presente no leste do estado, sendo unânime em dois pontos: 16- Taquaritinga do Norte e 17- Caruaru. As demais áreas não puderam ser comparadas com outros atlas, pois o ALCE não publicou cartas referentes à libélula e o atlas do Piauí ainda não foi publicado. Nas cartas publicadas pelo ALiB acerca das denominações para libélula nas capitais, a variante não se mostrou produtiva em nenhuma das regiões brasileiras.

Interessante notar que ocorrências dessa variante se concentram em áreas próximas ao litoral nordestino, não avançando para área mais interna da região, que segue em direção ao centro do País; diante disso, é possível que sua presença esteja relacionada a rotas marítimas, mas não dispomos de dados científicos que comprovem essa hipótese.

Além disso, em praticamente todas as entrevistas nas quais foi citada, apareceu como ocorrência única, com exceção dos informantes: 40/2, Sobral (CE), que também respondeu *capacete* e *cavalo-marinho*; 64/1, Limoeiro (PE), que também disse *libélula*; e 70/2, Recife (PE), que respondeu, além de *cabra-cega*, *cavalo-do-cão*. No entanto, mesmo nos casos em que não foi ocorrência única, *cabra-cega* apareceu como primeira resposta.

Como ainda não foram avaliados os dados referentes aos pontos do interior do Brasil, não podemos afirmar que essa variante é encontrada apenas no Nordeste brasileiro, tampouco podemos dizer que representa o Subfalar Nordeste, pois apresentou expressividade relativamente baixa na área investigada. Por ora, apesar de não representar o subfalar como um todo, é possível dizer que *cabra-cega* é uma variante nordestina, por ser mostrar presente em alguns estados da região e por não termos evidência de sua expressividade em outras áreas do País.

5.4.5 – *Cavalo (de judeu, de pau, do cão, marinho)*

As formas *cavalo-de-judeu*, *cavalo-de-pau*, *cavalo-do-cão* e *cavalo-marinho*, agrupadas com base no sema *cavalo*, contabilizam o quinto agrupamento mais recorrente na região investigada. Dentre as variantes, estão dicionarizadas como sinônimo de *libélula* as formas *cavalinho-de-cão* (identificada como um brasileirismo), *cavalo-de-cão* (brasileirismo característico do Nordeste), *cavalinho-de-judeu* (regionalismo referente a fala dos baianos), *cavalo-judeu* (brasileirismo característico

da Região Norte) (HOUAISS, 2023, *online*). *Cavalo-de-pau*, portanto, é a única que não está registrada; aparece no *Aulete online*, mas com outras acepções⁸³.

Doiron (2017, p. 185) ressalta que o cavalo é um animal bastante lembrado dentre as nomenclaturas para libélula, tanto no português, como em demais línguas românicas. As formas *cavalo-de-Deus* e *cavalo-do-diabo*, por exemplo, são frequentes no português, galego, espanhol, catalão, sardo e dácio-romeno. A associação com o animal acontece possivelmente por conta de velocidade e graciosidade de movimentos dos equinos, como também pode referenciar entidades sobrenaturais.

A forma *cavalo-marinho*, no entanto, pode estar associada ao inseto por outras questões. Apesar de não estar dicionarizada como uma variante para *libélula*, o Houaiss traz diversos significados para a palavra, dentre eles:

1. (Brasileirismo) Designação comum aos peixes teleósteos gasterosteiformes, do gên. Hippocampus, da fam. dos singnatídeos, com cerca de 25 espécies, que possuem a cabeça em ângulo reto com o eixo longitudinal do corpo, boca tubular, nadadeira caudal ausente e cauda preênsil [Os machos incubam os ovos em uma bolsa abdominal.] (...). 4.1 (1840; dança, etnografia, folclore; Pernambuco) personagem do bumba-meu-boi, representado por um simulacro de cavalo montado numa armação sobre a qual se movimenta um homem. 4.2 (dança, etnografia) dança desse personagem cujos passos imitam movimentos de um cavalo 5 (etnografia) animal encantado, marítimo ou fluvial, muito alvo, de crinas e cauda douradas e que torna rico quem o encontrar” (HOUAISS, 2023, *online*).

Com base nessa acepção, supomos que a motivação para a variante pode estar relacionada a alguns fatores: à forma do peixe ósseo e do inseto, cujos corpos finos e alongados; à dança do personagem folclórico do bumba-meu-boi, associada ao movimento do inseto durante o voo; e ao animal encantado, que faz referência a uma entidade sobrenatural, assim como as demais variantes agrupadas nesse rótulo.

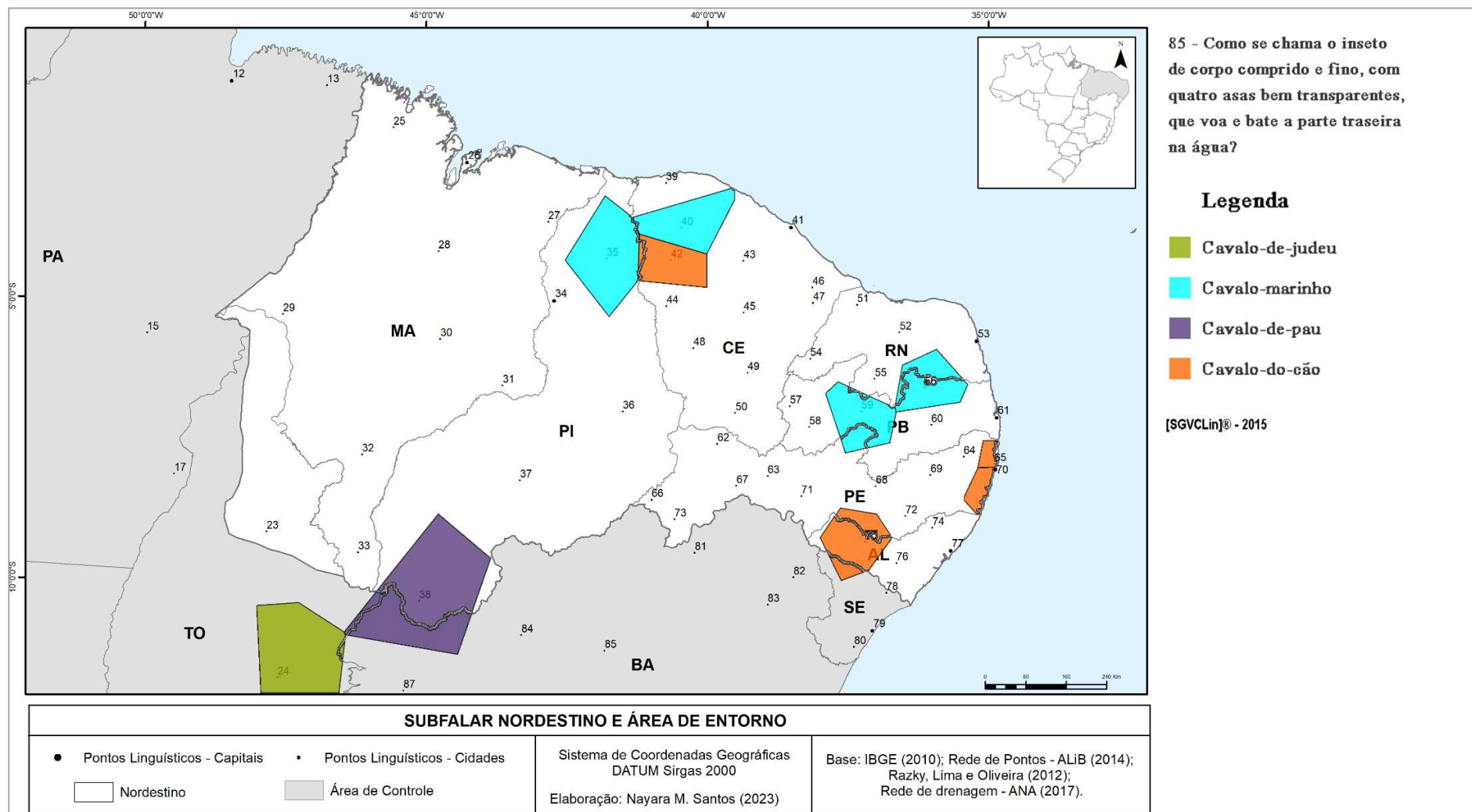
No ALiB, não aparece na carta nacional L12 como uma das variantes mais recorrentes no Brasil. No entanto, *cavalo-do-cão* está nas cartas regionais: L12a,

⁸³ 1. Bras. Brinquedo que busca imitar um cavalo de montaria, feito com um pedaço de pau ao qual se fixa a representação da cabeça do animal. 2. Trave ger. de madeira, com ou sem alças, para exercícios físicos, esp. certa modalidade de ginástica; CAVALO. 3. Fig. Manobra com automóvel (ou outro veículo sobre rodas, como motocicleta, bicicleta etc.), que consiste numa freada brusca e giro ou guinada do volante, fazendo o veículo derrapar e dar meia volta até parar em posição invertida. 4. Bras. Aer. Acidente no qual o avião perde o controle na aterrissagem e gira violentamente, às vezes capotando. 5. Bras. Armadilha para aves de pequeno tamanho. 6. Pop. Pej. Mulher magra e desajeitada. (*Aulete*, 2023, *online*).

Região Norte, como quarta variante mais produtiva, aparecendo apenas em Rio Branco (AC), representando mais de 50% das ocorrências; e L12b, da Região Nordeste, como sexta mais recorrente, correspondendo a 25% das ocorrências de Recife (PE).

Quanto à distribuição areal no Subfalar Nordestino, conforme demonstra a Carta 4E, *cavalo-marinho* aparece em 35- Piripiri, norte do PI, 40- Sobral, noroeste do CE, 56- Cuité, 59- Patos, no norte de PB; *cavalo-do-cão*, em 42- Ipu noroeste do CE, 65- Olinda 70- Recife, no litoral de PE, 75- Santana do Ipanema, noroeste de AL; e *cavalo-de-pau*, em apenas uma localidade: 38- Corrente (PI). *Cavalo-de-judeu* é a única fora dos do Subfalar Nordestino, aparecendo apenas em 24- Natividade (TO), na Área de Controle.

Carta 4E – Distribuição areal das variantes cavalo-de-judeu, cavalo-marinho, cavalo de pau e cavalo-do-cão, agrupadas sob o rótulo cavalo (de judeu, de pau, do cão, marinho)



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

Além dessas realizações, não encontramos registros dessas variantes nas cartas dos demais atlas produzidos sobre áreas da Região Nordeste, o que evidencia a baixa produtividade dessas formas na região. Em 24- Natividade (TO), na Área de Controle, a variante *cavalo-de-judeu* foi a resposta única dos informantes da segunda faixa-etária, enquanto os da primeira alegaram não saber o nome do inseto. Fator que evidencia maior produtividade das variantes regionais entre os falantes de mais idosos. Já o ponto vizinho, 23- Pedro Afonso, mais ao norte do estado, registrou *cambito*, *andorinha* e *libélula*. O ALITTETO é único que registra o agrupamento *cavalo/cavalinho (do-capeta, do-cão, de-judeu, de-pau)* como o quarto mais recorrente, concentrado no centro e sul de TO, aparecendo em Palmas, Maleiros, Natividade (mais de 50% dos registros) e Paranã.

A pequena área lexical formada pelas realizações de *cavalo-marinho* e *cavalo-do-cão* no norte do PI e noroeste do CE corresponde a uma das áreas onde *cabra-cega* predominou, o que mostra que nessa área há realização de variantes específicas.

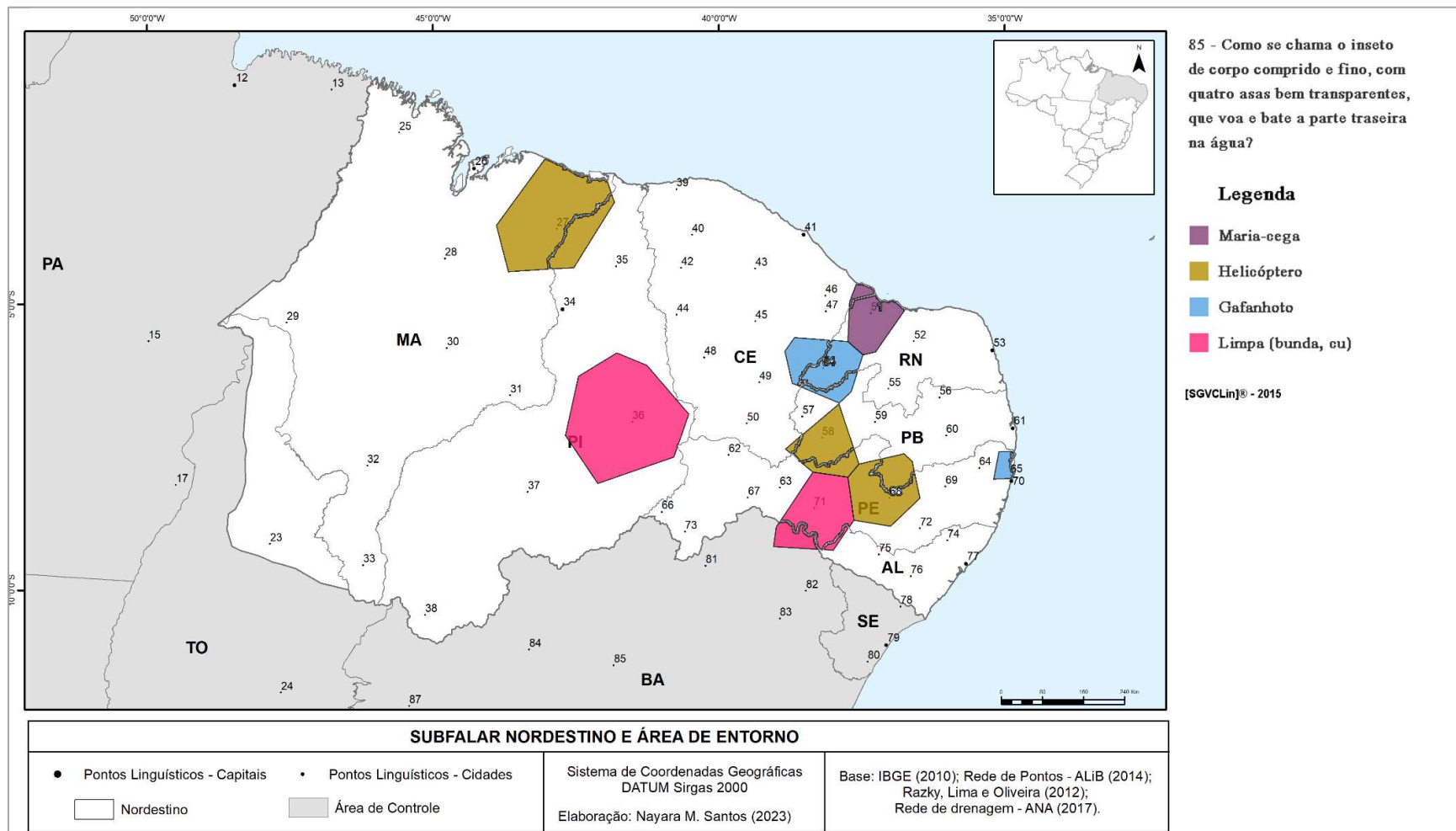
O agrupamento aqui analisado, portanto, não representa o Subfalar Nordestino por completo, porém é possível dizer, com base nos dados aqui analisados e nas cartas já publicadas pelo ALiB, que este agrupamento é encontrado no Falar do Norte, demarcado por Nascentes (1953), formado pelas regiões geográficas Norte e Nordeste, não sendo, portanto, específico da área do Subfalar Nordestino.

5.4.6 Demais Denominações para Libélula

Devido ao grande número de denominações, consideramos oportuno cartografar a distribuição das demais formas encontradas no Subfalar Nordestino, com mais de uma realização. Assim, foram elaboradas mais três cartas: 4G, que se refere à distribuição das variantes *maria-cega*, *helicóptero*, *gafanhoto* e *limpa (bunda, cu)*; 4H, distribuição de *bebe-água*, *mariposa*, *louva-deus* e *mané (cachimbo, magro)*; e 3I, referente à distribuição de *cachimbo*, *jacinta*, *libélula* e *cigarra*, dispostas a seguir.

Atribuímos como critério para selecionar as variantes dispostas em cada carta, a sua concentração dentro dos limites do Subfalar Nordestino. Assim, a 4G demonstra lexias encontradas apenas no território do subfalar, 4H, com apenas um registro, de *mariposa*, na Área de Controle, e 4I, cujas variantes estão mais esparsadas na região, com diversos registros além dos limites do subfalar.

Carta 4F– Distribuição areal das variantes *maria-cega*, *helicóptero*, *gafanhoto* e *limpa (bunda, cu)*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

A variante *maria-cega* foi registrada em apenas uma localidade, como resposta única na fala dos quatro informantes de 51- Mossoró, no litoral noroeste do RN. E, apoiados na contabilização de ocorrências no interior de todo o país, feita por Aguilera e Silva (2021), entendemos que estas foram as únicas realizações da variante em todo território brasileiro.

Atesta a recorrência no uso de nomes próprios na formação das palavras para denominar libélula, que geralmente é acompanhado de um adjetivo ou locução adjetiva. Sobre a sua dicionarização, não foram encontrados registros da lexia em nenhum dos dicionários pesquisados. Em nossas pesquisas, não encontramos vestígios que nos levassem à explicação do motivo pelo qual essa lexia se restringe a apenas esta localidade, mas deixamos registrada nossa curiosidade, que pode motivar demais pesquisadores a avançar de forma mais profunda a esta investigação. Vale ressaltar, no entanto, o ponto onde foi registrada, 51-Mossoró, faz fronteira com outros dois pontos onde *cabra-cega* foi registrada, 46- Russas e 47- Limoeiro do Norte, no nordeste do Ceará.

Helicóptero, por sua vez, teve três registros em três localidades diferentes: 58- Itaporanga (PB), como resposta única do informante 1; 27- Brejo (MA), como segunda resposta do informante 3, após *catirina*; e 68- Arcoverde (PE), como segunda resposta do informante 1, após *mariposa*; coincidentemente, todos os informantes que a proferiram são homens.

Conforme demonstra a Carta L12, do volume 2 do ALiB, correspondente aos dados das capitais brasileiras, a variante, que aparece como segunda mais recorrente, foi registrada na área que inicia na capital catarinense Florianópolis, em direção a Curitiba (PR), São Paulo (SP), seguindo para o Centro-Oeste, em Campo Grande (MT) e Goiânia (GO). Além destas, houve realizações em Rio Branco (AC), no Norte do país, e em Natal (RN), no Nordeste. Apresenta, portanto, maior expressividade nas regiões Sul e Centro-Oeste do país.

É formada por extensão de significado devido ao movimento do inseto, que lembra o voo do aparelho de aviação. Seguindo a classificação de Guiraud (1976), Aguilera e Silva (2021) classificam a motivação para criação da variante como interna e metassêmica, isto é, há uma relação entre a coisa significada e a forma significante, mas com mudança de sentido. Dentre os dicionários considerados, apenas o Houaiss identifica *helicóptero* como uma variante para libélula, e classifica-o como um brasileirismo.

Limpa-bunda e limpa-cu, agrupadas com base no sema *limpa*, tiveram uma realização, cada, na fala de informantes homens, da segunda faixa-etária. *Limpa-bunda* foi registrada em 36-Picos, no centro do PI, e *limpa-cu* em 71- Floresta, dentro de PE. Por não haver proximidade entre as localidades e por conta de sua baixa produtividade, não foi possível traçar áreas lexicais com base no agrupamento.

No entanto, ao observarmos essas variantes associadas aos agrupamentos *lava (cauda, bunda, cu)* e *lambe (água, flor, cu)*, constatamos que estas se reúnem em uma extensão área lexical, no centro-sul do Subfalar Nordestino, que ramifica para o norte, oeste e sudeste, avançando além dos limites demarcados por Nascentes (1953)⁸⁴. Assim, 36- Picos (PI), localizada no centro dessa área, faz fronteira com os pontos 31- São João dos Patos (MA), 48- Tauá (CE), 66- Afrânio (PE), onde foi registrado o agrupamento *lava (cauda, bunda, cu)*, e 62- Exu (PE), onde registrou-se *lambe (água, flor, cu)*. A outra localidade onde registramos *limpa-cu*, 71 – Floresta (PE), foram registrados os outros dois agrupamentos, além de ser um ponto próximo de 67-Cabrobró, 68- Arcoverde, no mesmo estado, e 82- Jeremoabo (BA), onde se registrou *lava (cauda, bunda, cu)*.

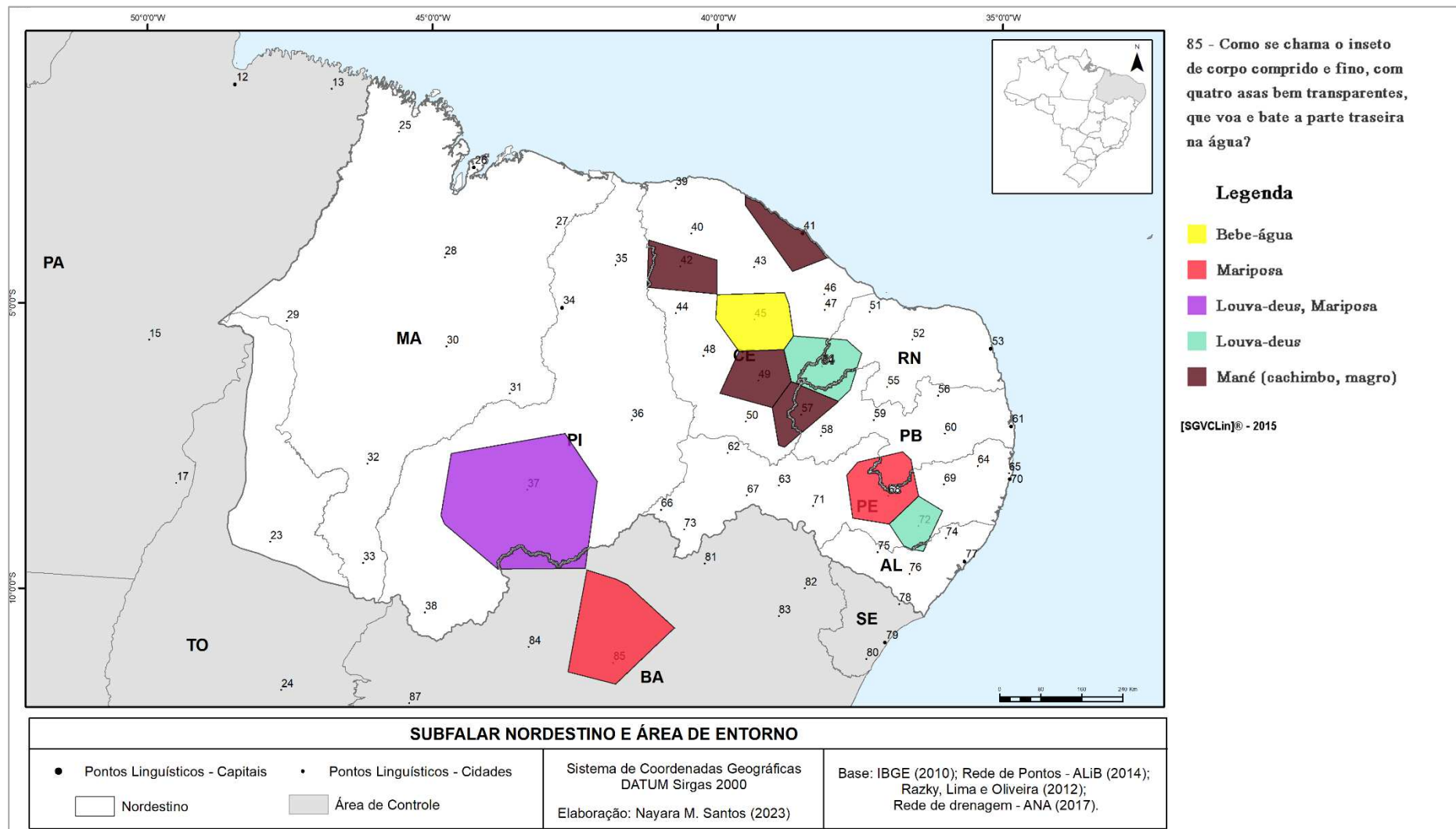
As variantes *limpa-bunda* e *limpa-cu* não estão registradas nas cartas publicadas no volume 2 do ALiB acerca das variantes de libélula nas capitais brasileiras, tampouco nos demais atlas desenvolvidos sobre áreas da Região Nordeste. Apesar disso, com base nos dados aqui apresentados, é possível dizer que este agrupamento é nordestino, apesar de não representar toda a extensão do subfalar.

Quanto à dicionarização, não foram encontrados registros das lexias em nenhum dos dicionários selecionados; e, quanto à motivação para as variantes, também se trata de uma extensão de significado, devido ao movimento do inseto, que, durante o voo, por vezes encosta sua traseira na água para depositar seus ovos.

A Carta 4H, por sua vez, apresenta a distribuição areal das variantes *bebe-água, louva-deus, mariposa* e *mané (cachimbo, magro)*.

⁸⁴ Cf. Apêndice B - Carta 4K – Distribuição areal dos agrupamentos *lava (cauda, bunda, cu)*, *lambe (água, flor, cu)* e *limpa (bunda, cu)*.

Carta 4G – Distribuição areal das variantes *bebe-água*, *mariposa*, *louva-deus* e *mané* (*cachimbo*, *magro*)



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional SGVCLin.

A variante *bebe-água* apareceu duas vezes, como primeira resposta, na fala dos informantes da segunda faixa-etária de 45- Quixeramobim, centro do CE. É válido ressaltar que os demais informantes da localidade, pertencentes à primeira-faixa-etária, alegaram não saber (inf. 1) e não lembrar da denominação do inseto (inf.2), fato que pode evidenciar a maior produtividade de variantes regionais para libélula entre os mais idosos. Outro fato interessante é que a forma *beija-água*, que teve apenas uma realização, foi a resposta única do informante 3 do ponto linguístico vizinho, 44- Crateús (CE), o que pode ser um possível indicador de uma pequena área dialetal com base no sema *água*. A variante não está em nenhuma das cartas publicadas no volume 2 do ALiB, tanto nacional, como regionais, também não está presente nos demais atlas desenvolvidos em áreas do Nordeste. A forma foi registrada no Houaiss e Aulete, porém com outra acepção, referindo-se à pessoa “imbecil, idiota, palerma”.

Mariposa teve três registros na área investigada: primeira resposta do informante 1, de 68- Arcoverde (PE); segunda resposta do informante 4, após *louva-deus*, de 37- Canto do Buriti (PI); segunda resposta do informante 3, após *lava-bunda*, 85- Irecê (BA), fora dos limites do subalar nordestino.

Apesar desta ser uma denominação comumente associada ao inseto lepidóptero, da divisão dos heteróceros, semelhante a borboleta, foi registrada em diversas localidades brasileiras, como uma variante da libélula, contabilizando 14 registros no interior do país, segundo Aguilera e Silva (2021). Foi confirmada pelos informantes durante as entrevistas, como mostra o excerto 49.

Excerto 49

Inf. 37/1, Canto do Buriti (PI)

INF.: - *Mariposa*.

INQ.: - Chama isso mariposa? Tá vendo esse bichinho aí (inquiridor mostra a gravura)?

INF.: - Tô.

INQ.: - Você chama de mariposa?

INF.: - É...

INQ.: - Ele às vezes entra na casa, que faz um barulhinho, as asinhas...

INF.: - A zuadinha, né? Parecendo um helicópturu, né?

INQ.: - É, exato.

INF.: - Aqui chama aih veiz de *helicópturu*, assim, esses negocinho assim...

INQ.: - É?

INF.: - É...

INQ.: - Chama de helicóptero e chama de mariposa?

INF.: - (faz algum gesto confirmando)

INQ.: - Tá bom, tem outro nome por aqui para ele?

INF.: - Não.

Para as pesquisadoras, a possível motivação semântica para a criação da variante é uma “extensão de significado devido às características físicas, e ao *habitat* de outros animais e insetos e, até, mesmo, à confusão que se faz entre as diversas espécies destes últimos” (Aguilera; Silva, 2021, p. 6).

Louva-deus, além de registrada como primeira resposta em 37- Canto do Buriti, no sudoeste de PI, apareceu como resposta única em 54- Pau de Ferros (RN) e 72- Garanhuns, leste de PE. Assim como *mariposa*, também faz referência a outro inseto, porém da família dos mantídeos, cujas longas pernas dianteiras se erguem juntas, aguardando pela presa, no momento de caça.

No entanto, constata-se ser recorrente o uso dessa denominação para libélula, visto que Aguilera e Silva (2021) contabilizaram 26 registros da variante. Apesar de ter produtividade relativamente significativa no interior do país, não aparece nas cartas nacional e regionais acerca dos dados das capitais brasileiras.

O agrupamento *mané (cachimbo, magro)* reúne as formas *mané-cachimbo* e *mané-magro*, juntamente com suas variantes fonéticas, concentradas principalmente no CE, em 41- Fortaleza, 42-, 49- Iguatu; e 57- Cajazeiras, esta última no oeste da Paraíba, próxima ao ponto 49. São sete ocorrências, dentre as quais apenas duas, que se concentram em Iguatu (CE), são de *mané-cachimbo*. Em relação ao restante do país, *mané-magro* está registrada na Carta L12b presente no volume 2 do ALiB como a décima variante mais recorrente entre as capitais nordestinas, aparecendo apenas em Fortaleza; e aparece também na Carta 24 ALIg⁸⁵, como a variante mais recorrente, presente em cinco das seis localidades pesquisadas. Com base nesses dados, podemos afirmar que este é um agrupamento nordestino, característico, mais especificamente, do falar cearense.

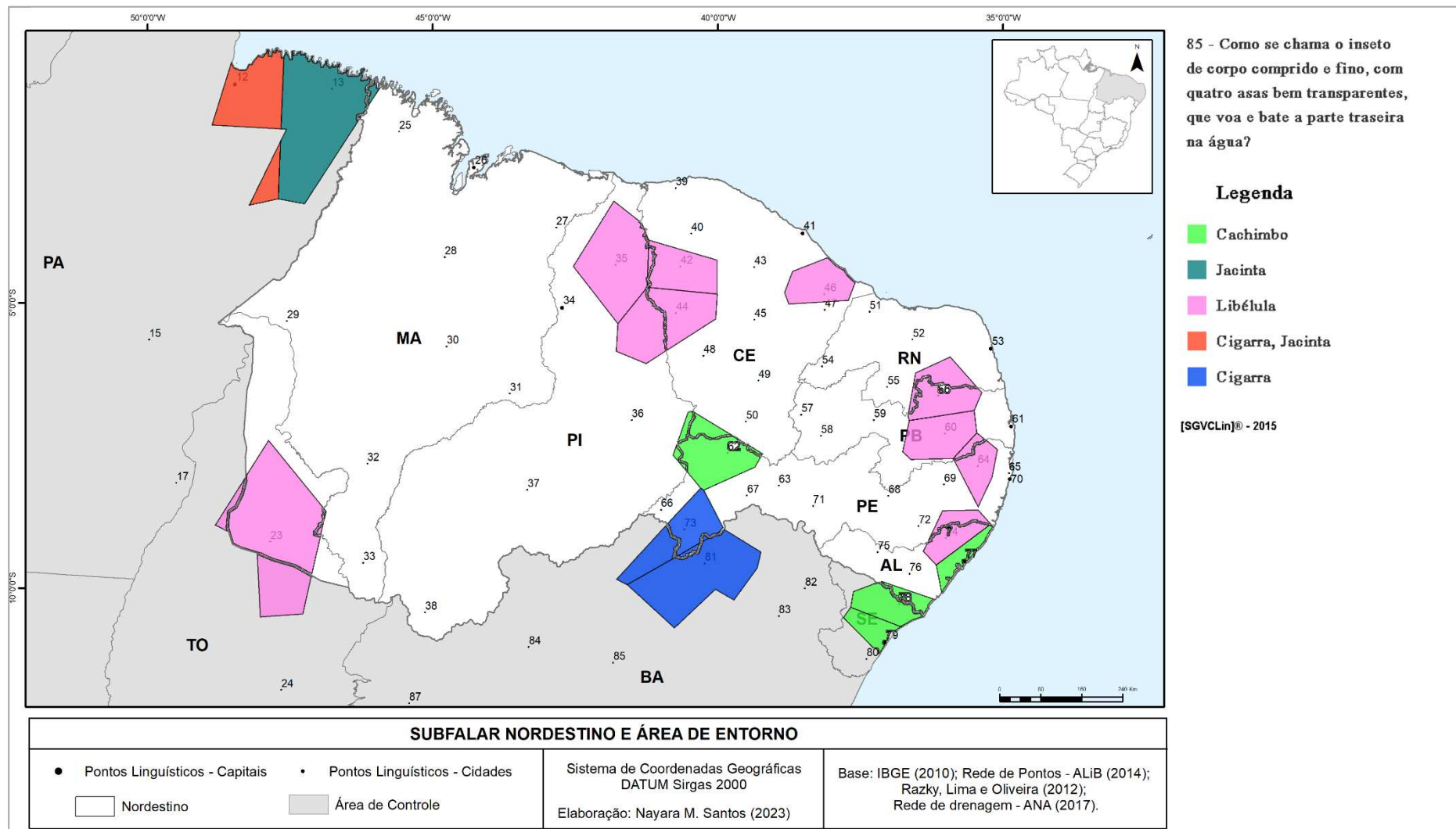
Doiron (2017), ao versar sobre a forma, ressalta que o nome próprio *Manoel* é utilizado de maneira genérica para designar o inseto, e o adjetivo *magro* faz referência à pessoa de silhueta fina, característica também associada à libélula. A mesma associação pode ser feita com a forma do cachimbo, utensílio estreito e fino, utilizado para o fumo. *Mané-magro* está dicionarizada, porém referenciando a outro inseto: o bicho-pau, inseto “da família dos fasmídeos e dos proscopiídeos, cujo corpo

⁸⁵ Cf. Anexo E6 -Carta 24 do ALIg, referente à distribuição areal das variantes para libélula em Iguatu (CE).

assume a aparência de gravetos” (MICHAELIS, 2023, *online*). O Houaiss classifica-a como um brasileirismo e o Aulete, de forma mais específica, afirma ser um brasileirismo da Região Nordeste. *Mané-cachimbo*, no entanto, não está dicionarizada. Talvez exista uma associação com o bicho-pau, inseto também de aspecto delgado, porém, para que essa afirmação seja feita, mais estudos precisariam ser desenvolvidos.

A seguir, a Carta 4H, com a distribuição areal das *cachimbo*, *jacinta*, *libélula* e *cigarra*.

Carta 4H – Distribuição areal das variantes *cachimbo*, *jacinta*, *libélula* e *cigarra*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [JGVCLin].

O agrupamento das variantes *cachimbo* e *cachimbal*, sob o rótulo *cachimbo*, teve sete registros, distribuídos entre quatro localidades: 62- Exu (PE), 77- Maceió (AL), 78- Propriá (SE), onde foi proferida por todos os informantes, e 79- Aracaju (SE). Vale ressaltar que apenas na primeira localidade citada, 62- Exu, a forma registrada foi *cachimbo*, enquanto nas demais, isto é, na faixa litorânea que se estende do Alagoas a Sergipe, foi registrado apenas *cachimbal*, formando uma pequena área lexical. Vale ressaltar que o único ponto onde se registrou *cachimbo* fica próximo ao ponto 49 (CE), onde *mané-cachimbo* foi a resposta única dos informantes da primeira faixa-etária dessa localidade.

Quanto ao restante do país, a forma não aparece na carta nacional L12 como uma das variantes mais recorrentes, considerando as capitais brasileiras. Entretanto, na Carta regional L12b, correspondente aos dados capitais nordestinas, foi terceira mais recorrente, aparecendo apenas em Aracaju (SE) e Maceió (AL).

Nos dicionários pesquisados, *cachimbo* apresentou grande número de acepções, porém nenhuma delas associada à libélula, provavelmente devido à baixa produtividade da variante no país. Inferimos que, para a criação dessa nova variante, os falantes fizeram uma associação entre o formato alongado e fino do inseto e o do utensílio utilizado para o fumo, que assume a forma de um tubo delgado.

Cachimbal, no entanto, não está dicionarizada. Aguilera e Silva (2021, p. 19-20) debatem as possíveis motivações para a forma: pode estar relacionada à *cachimbó*, que significa “pássaro que frequenta terreno alagadiço”; à *catimbau* ou *catimbó*, cujo significado é “mandinga, feitiçaria, sortilégio”, ou pode fazer referência ao peixe de água doce Pirá catimbáo. Levantam os seguintes questionamentos: “(...) seria uma extensão do significado do pássaro para o inseto, que também prefere lugares alagados? Ou estaria ligada ao nome do peixe ou à aparência do inseto, de corpo fino e comprido, lembrando o cigarro, o pito, o cachimbo?”. Doiron (2017) acredita que pode ser uma junção das formas *cachimbo* e *berimbau*, associada a duas hipóteses: (i) a forma do inseto similar ao formato de um cachimbo e, também, a de um berimbau, de corpo fino e alongado; ou (ii) uma associação do som que o instrumento musical emite e o som reproduzido pela libélula durante o voo.

Diante das incertezas, apresentamos outra possível motivação para variante: encontramos no dicionário Houaiss e Michaelis o verbete *cachimbau*, referente à denominação regional típica da Bahia para o peixe-trombeta, cujo nome científico é *Fistularia tabacaria*. É um “peixe teleósteo, gasterosteiforme, da família

dos aulostomídeos (*Aulostomus maculatus*), do Atlântico tropical, sendo comum no nordeste do Brasil, de até 90 cm de comprimento, corpo tubular amarronzado com estrias e pontuações azuis iridescentes.” (HOUAISS, 2023, *online*).

À vista dessas informações, inferimos que o peixe possa ter motivado a criação da variante por duas razões: (i) o seu formato esguio, tubular é semelhante ao corpo delgado e cilíndrico da libélula; e (ii) o fato de serem comuns no litoral nordeste, talvez de maneira predominante no litoral baiano – visto que a denominação popular do peixe é atribuída ao falar da Bahia –, sendo as localidades onde foi registrada a variante situadas no litoral de Alagoas e Sergipe, cuja área costeira é próxima à da Bahia. Mesmo diante de tantas possibilidades para a motivação do termo, é fato afirmar que a forma *cachimbal* é uma variante tipicamente nordestina, porém não representa a área do Subfalar Nordestino, visto que avança os limites propostos por Nascentes (1953).

A forma *jacinta*, por sua vez, foi registrada cinco vezes, todas como resposta única, concentrando-se apenas na Área de Controle, isto é, fora do Subfalar Nordestino, nos pontos 12- Belém, informantes 1, 3 e 4, e 13- Bragança, informantes 3 e 4, no nordeste do PA. É majoritária em todas as capitais⁸⁶ do Norte do país, conforme demonstra a Carta L12 do ALiB e pode ser considerada uma variante tipicamente nortista. Está dicionarizada apenas como uma variante de *libélula*, no Houaiss, identificada como característica da Amazônia e, no Michaelis, como um regionalismo do Amazonas e Pará.

Com base no discurso de um informante manauara, Doiron (2017) infere que a origem da variante está relacionada à teogonia dos indígenas de língua tupi; a palavra, portanto, originária do tupi *ya'sina*, inseto de ordem dos odonatos, espécie de libélula, assim, *jacinta* seria uma variante de *jacina*, e um provável reflexo da configuração geográfica ou histórica da região amazônica.

Cigarra, além de também aparecer em 12- Belém (PA), foi registrada em uma pequena área, nos limites do subfalar, 73- Petrolina, sudoeste de (PE) E 81- Juazeiro, norte da BA, esta última além dos limites propostos por Nascentes (1953). Por conseguinte, não apresenta expressividade no subfalar investigado. Quanto ao restante do país, é a sexta mais recorrente; aparece no Norte, em Macapá (AP) e Belém (PA), no Sudeste, em Vitória (ES) e São Paulo (SP), e no Sul, em Porto Alegre

⁸⁶ Com exceção de Rio Branco (AC), única na qual teve menos de 50% de realizações. Nessa localidade, *cavalo-do-cão* foi a mais recorrente.

(RS). Não está dicionarizada como variante de libélula, sendo comumente associada a outro inseto, homóptero, da família dos cicadídeos, o que provocou o estranhamento dos inquiridores durante as entrevistas. No entanto, mesmo diante dos questionamentos, informantes como o 81/2, de Juazeiro (BA), afirma se tratar de uma variante de libélula.

Excerto 50

Inf. 81/2, Juazeiro (BA)

INQ – A cigarra canta ou não?

INF. – Ela só vuano mehmo. Só vuano. Assenta nas planta...

INQ – Certo. Bata a parte traseira na água?

INF. – A cigarra?

INQ – É isso que eu tô te perguntando. Bate?

INF. – Bate.

INQ – Que aí ele vem aqui e aí essa partizinha quando ele passa em cima da água ele vai batendo.

INF. – Bate, bate.

INQ – A parte traseira.

INF. – Assenta em varal, gosta muito de tá sentado em varal, essas coisa.

INQ – Certo. Então é esse bichinho. O nome desse bichinho é cigarra

INF. – É, *cigarra*.

Libélula, dicionarizada como forma padrão para o inseto, foi registrada 10 vezes no Subfalar Nordeste, aparecendo em todos os estados, com exceção do MA e RN. Está em 23- Pedro Afonso (TO), na pequena área que se concentra em 35- Piri-piri (PI), 42- Ipu e 44- Crateús, no CE, em 46- Russas, litoral nordeste do mesmo estado, na faixa que inicia em 56- Cuité (PB), e segue em direção sul a 60- Campina Grande (PB) e 64- Limoeiro, nordeste de PE, e em 74- União dos Palmares (AL). Não é particular a uma área específica do subfalar e, essa produtividade espaçada, se projeta em todo o país, conforme demonstra a Carta L12 do ALiB, a qual destaca libélula como variante mais recorrentes no Brasil, com base nos dados das capitais brasileiras; aparece em várias capitais, com exceção de Rio Branco (AC), Macapá (AP) e Belém (PA), no Norte; Natal (RN), Maceió (AL) e Aracaju (SE), no Nordeste; Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS), no Centro-Oeste. No Houaiss, estão registrados 44 sinônimos para a variante, dentre os quais nove foram encontrados na área do Subfalar Nordeste. Segundo o dicionário, provém do “latim científico *libellula*, diminutivo do latim clássico *libēlla,ae* no sentido de 'prumo, nível; moeda de prata' derivado de(o) diminutivo do latim *libra,ae* no sentido de 'balança'; o nome é uma alusão ao voo do inseto, que se mantém em equilíbrio no ar, pairando;” (HOUAISS,

2023, *online*). Sobre a origem da variante, Doiron (2017, p. 178) levanta a hipótese de que a forma *libella* tem origem fonossimbólica, com proto-lexema *leb-*, aparentando à *lip- /lep-* ou à *pil- / pel- / pal-*, que remete ao bater das asas do inseto.

Interessante destacar que, das sete ocorrências de *libélula*, variante considerada padrão, apenas uma foi proferida por um informante da Faixa II. Esse argumento encontra apoio em um trecho da entrevista do informante 1, de Ipu (CE), que responde *libélula*, mas, posteriormente afirma que a variante comum em sua localidade durante sua infância era *cabra-cego*.

Excerto 51

Inf. 042/1, Ipu (CE)

INF.: libélula.

INQ.: e tem outro nome?

INF.: Uhnrun, *caba-cego*, *cabra-cego*.

INQ.: é?

INF.: na minha infância era.

INQ.: Tem outro nome?

INF.: Não.

Além das formas apresentadas nesse tópico, foram registradas 16 variantes de ocorrência única, listadas no Quadro a seguir, seguidas das informações correspondente, como ordem da resposta, ponto linguístico e código do informante.

Quadro 6 – Variantes de ocorrência única, item *libélula*, encontradas na área do Subfalar Nordeste e adjacências

Variantes de ocorrência única	Ordem da resposta	Estado	Ponto Linguístico	Inf.
<i>Andorinha</i>	1 ^a	TO	23- Pedro Afonso	2
<i>Aruá</i>	1 ^a	PI	36- Picos	2
<i>Bate-cu-n'água</i>	1 ^a	RN	52- Angicos	3
<i>Bibiu</i>	1 ^a	PB	57- Cajazeiras	1
<i>Bunda-d'água</i>	1 ^a	RN	54- Pau dos Ferros	3
<i>Capacete</i>	2 ^a	CE	40- Sobral	2
<i>Carreira-de-ovelha</i>	2 ^a	RN	52- Angicos	3
<i>Cigano</i>	1 ^a	RN	55- Caicó	3
<i>Miguel mago seco</i>	3 ^a	MA	28- Bacabal	3
<i>Miguel seco</i>	4 ^a	MA	28- Bacabal	3

<i>Mosquito</i>	1 ^a	BA	82- Jeremoabo	2
<i>Palito-de-fósforo</i>	1 ^a	CE	44- Crateús	4
<i>Rabo-judeu</i>	1 ^a	CE	42- Ipu	2
<i>Siri</i>	1 ^a	RN	52- Angicos	4
<i>Zangão</i>	1 ^a	PE	68- Pernambuco	3
<i>Zum-zum</i>	1 ^a	MA	30- Tuntum	3

Fonte: elaborada pela autora, com base em dados do ALiB.

Dentre as 16, apenas *mosquito* está dicionarizada como uma variante de *libélula*, no Houaiss. As demais estão dicionarizadas, mas com outras acepções, com exceção de seis: *bate-cu-n'água*, *bunda-d'água*, *carreira-de-ovelha*, *miguel-mago-seco*, *miguel-seco* e *rabo-judeu*, que não foram encontradas em nenhum dos dicionários considerados. A maioria foi registrada como primeira resposta, e o estado que apresentou maior número de respostas únicas foi o Rio Grande do Norte. Além disso, os informantes de código 3, isto é, homens da segunda faixa-etária, foram os que mais utilizaram denominações únicas para libélula.

De acordo com análise feita por Aguilera e Silva (2021), as variantes *andorinha*, *aruá*, *mosquito* e *zangão* tem como possível motivação semântica, no campo da fauna, a extensão de significado devido às características físicas, e ao habitat de outros animais e insetos. *Bate-cu-n'água*, *bunda-d'água*, *carreira-de-ovelha*, *palito-de-fósforo*, *cigano* e *rabo-judeu*, por sua vez, podem estar relacionadas ao movimento do inseto e características morfológicas; *zum-zum*, provavelmente remete ao som do voo da libélula; *miguel-mago-seco* *miguel-seco*, relacionadas a nomes próprios. *Capacete*, no entanto, está classificada como de motivação indeterminada. Contudo, inferimos que pode estar relacionada a características morfológicas do inseto, visto que o formato de sua cabeça se assemelha à forma do objeto geralmente utilizado durante locomoção em meios de transporte, como motocicletas, que também pode ser associada ao voo do inseto.

5.4.7 O que a Questão 085 nos Mostra acerca do Subfalar Nordeste?

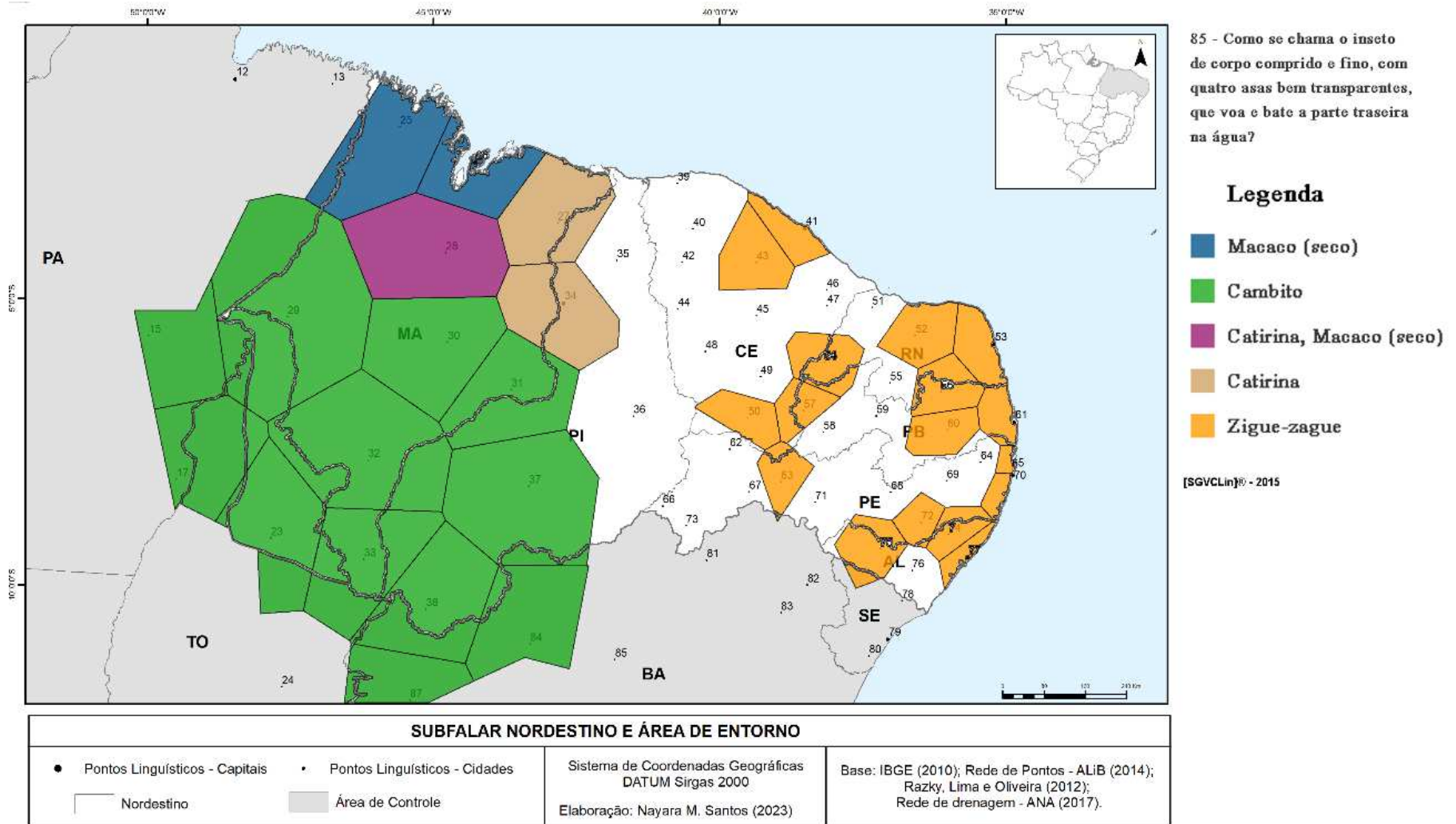
Apesar do grande número de variantes registradas, consideramos de maior relevância *zigue-zague*, *cambito*, *catirina* e o agrupamento *macaco (seco)*, cuja distribuição indica a existência de subáreas no território investigado.

A primeira variante, *zigue-zague*, concentra-se na área leste do território investigado, indicando a existência de uma subárea; atesta a acuracidade do

limite que divide Alagoas e Sergipe, Pernambuco e Bahia, evidenciando que tanto a área sergipana, como a baiana, não faz parte do Subfalar Nordeste. A área oeste, por sua vez, é marcada pela presença das variantes *macaco (seco)* e *catirina* na porção setentrional, e *cambito*, na meridional, cuja expressividade está além dos limites, encontrada também nos pontos da Área de Controle.

Evidencia-se, mais uma vez, a existência de duas subáreas do falar nordestino, separadas por uma porção transicional, conforme demonstra a Carta 4I.

Carta 4I – Distribuição areal das variantes *macaco (seco)*, *cambito*, *catirina* e *zigue-zague*



Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [[GVCLin].

5.5 TRAÇADOS DE PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DO SUBFALAR NORDESTINO

Com base na disposição das variantes encontradas na área do Subfalar Nordeste, foi possível traçar isoléxicas de modo a identificar subáreas onde há expressividade de variantes específicas. Neste tópico, argumentamos sobre como as áreas leste e oeste expressam-se de forma característica, enquanto a área central, ocupada principalmente pelo CE e oeste dos estados da faixa litorânea, representam um espaço transitório o qual, por vezes, se assemelha a uma, e, por vezes, a outra.

5.5.1 A Área Oeste do Subfalar Nordeste: Subfalar Nordeste Ocidental

A área oeste do Subfalar Nordeste, formada pelos estados MA, PI e porção norte do TO, compreende, em sua maioria, à sub-região geográfica Meio-Norte⁸⁷, área de transição entre as regiões Norte e Nordeste, e dos biomas floresta amazônica e semiárido do sertão. Sua abundante vegetação, predominantemente composta pela Mata dos Cocais, influencia diretamente na economia da área, por conta das palmeiras de carnaúba, babaçu e buriti, de onde são extraídos insumos para confecção de diversos produtos economicamente importantes para região.

A partir do mapa elaborado por Teles (2018), com base em Nascentes (1922/1953), reproduzido na Figura 1, entendemos que esta área foi colonizada por uma frente de povoamento específica, cuja célula fundamental partia de São Luís, capital maranhense.

Essa área, com base nos dados analisados nesta tese e da leitura de Santos (2018), apresenta comportamento linguístico característico, que difere do restante do Subfalar Nordeste. Esse fato pode ser visualizado por meio da Carta 1E, que demonstra a distribuição areal das variantes *tanja* e *laranja-cravo*: a primeira se destaca por ocupar apenas a porção oeste da área estudada, enquanto a segunda, apenas a área leste.

Acreditamos que pode haver uma relação entre a distribuição dessas variantes e os fluxos de povoamento da área, pois a *tanja* está concentrada na região cujo fluxo de povoamento iniciou na área costeira de São Luís, enquanto *laranja-cravo*

⁸⁷ Com exceção da porção piauiense, pertencente à região geográfica Norte.

concentra-se na área cujo fluxo teve origem em Pernambuco. Uma demarcação similar pode ser observada na Carta 1 para *bola/bolinha de gude* no Falar Nordestino⁸⁸, elaborada por Santos (2018), onde a variante *peteca* está concentrada na mesma área.

Nessa região, também há registro de variantes específicas para *libélula: macaco (seco)*, que se concentra no norte do MA; *cambito*, centro e o sul do mesmo estado; e *catirina*, presente no nordeste do MA e noroeste do PI, conforme mostra a Carta 4I (cf. p. 209).

Vale destacar que essa distribuição se assemelha às duas frentes de povoamento específicas do MA: a primeira corresponde ao centro e sul do estado, onde a forma *cambito* é preponderante, recebeu a Frente de Povoamento Pastoril, cujo povoadores advinham do sertão da Bahia, passando pelo Piauí, ocupando a região marcada no mapa da Figura 41 como Pastos Bons; a segunda área, onde se concentram as variantes *macaco (seco)* e *catirina* teve como frente de povoamento a Frente Litorânea, cujo ponto de partida foi a região do Golfão Maranhense, região da Ilha de São Luís, de onde portugueses, seus descendentes e índios domesticados avançaram pelas águas dos rios Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim com objetivo de ocupar o território (Figura 41).

⁸⁸ Cf. Anexo F1 - Carta linguística 1 para bolinha de gude (QSL 156) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018).

5.5.2 A Área Leste e Central do Subfalar Nordestino: Subfalar Nordestino Oriental e Área de Transição

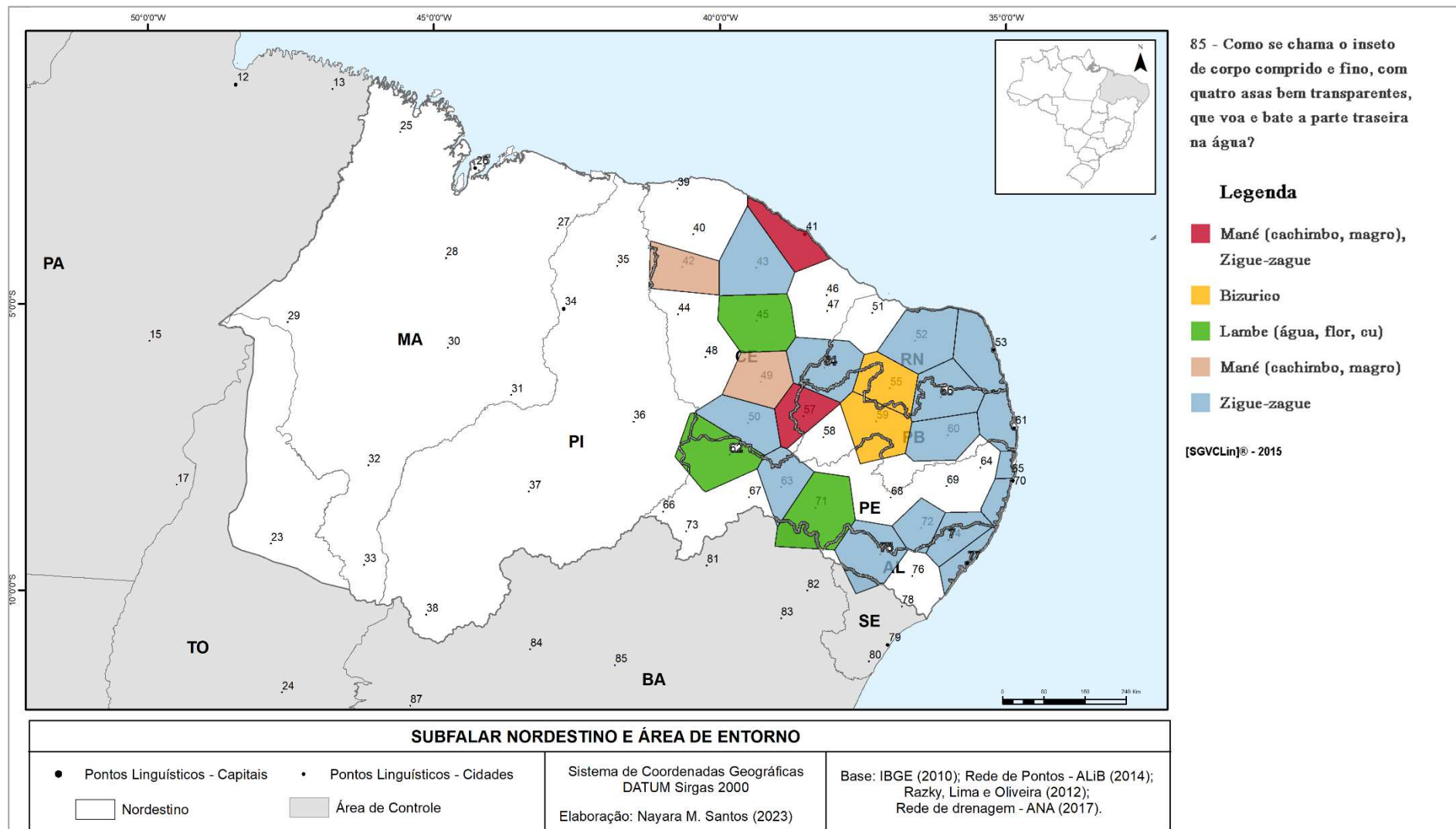
A área leste do subfalar, em contrapartida, remete à área cuja formação populacional teve início em Pernambuco e difundiu-se principalmente para os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte (Figura 1) sendo, até hoje, a mais populosa da região. Por estar no litoral e ter posição privilegiada em relação aos portos europeus, recebeu um grande contingente de povos originários desse continente, bem como da África, que foram trazidos para exercer o trabalho forçado; logo misturaram com os povos indígenas que aqui viviam e deram início à rica miscigenação, tão característica do povo brasileiro.

As formas *guiné* (Carta 3A, p. 159) e *laranja-cravo* (Carta 1E, p. 122), presentes nessa área, atestam essa mestiçagem. A primeira, *guiné* é uma variante de étimo africano, que faz menção à região de origem da ave, trazida às terras brasileiras pelos colonizadores europeus. A segunda, *laranja-cravo*, faz referência a uma das especiarias trazidas para nossa terra pelos colonizadores, assim como as próprias sementes da fruta, então inexistentes no Brasil.

Além destas, na porção leste, destacam-se as formas *zigue-zague*, na Carta 4J; e das formas *peteca* e *baleadeira*, variantes para *estilingue* (Anexo F6).

A porção mais central do subfalar, ocupada principalmente pelo CE e porção adjacente dos estados litorâneos RN, PB e PE, demonstra ser mais heterogênea e fluida, considerada como de transição entre as duas subáreas. Há ocasiões em que nesta predominam variantes mais produtivas na porção oeste, como *capote* (Carta 3B, p. 164), que se concentra no CE e na porção setentrional da área oeste; e em outras, na porção leste, como as lexias *mané* (*cachimbo*, *magro*), *bizurico* e *lambe* (*água*, *flor*, *cu*), como mostra a Carta 4J.

Carta 4J – Distribuição areal dos agrupamentos *mané* (*cachimbo*, *magro*), *zigue-zague* e *lambe* (*água*, *flor*, *cu*)



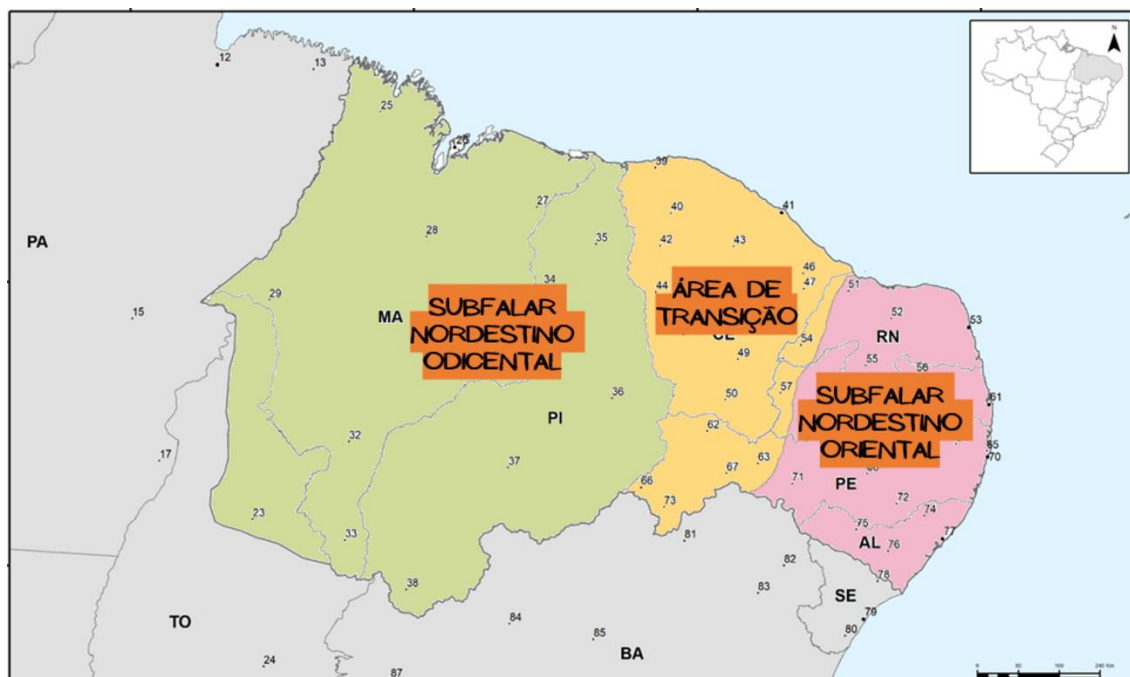
Fonte: elaboração da autora com dados do ALiB e auxílio do programa computacional [jGVCLin].

Há ainda os casos de concentração das variantes predominantes tanto na área leste, como na oeste, como é o caso de *cocar* e *guiné* (Carta 3D); e aqueles onde predominam apenas as variantes comuns em toda região, como é o caso de *tangerina* e *mexerica* (Carta 1A, p. 96).

Os dados aqui analisados confirmam os apontamentos de Santos (2018) sobre o Subfalar Nordeste, uma vez que a autora sugere a divisão da área em duas, além da porção de transição. Curioso notar que as subáreas identificadas se assemelham às destacadas na proposta de João Ribeiro (1900) (Figura 9), cuja área oeste corresponderia ao Extremo Norte; a área leste, ao Norte; e a área central à zona de transição Ceará.

Baseados nessa proposta dialetal e na regionalização de 1945 (Figura 2), que reúne MA e PI, formando a Região Nordeste Ocidental, e CE, RN, PB, PE e AL, formando o Nordeste Oriental, propomos a divisão do Subfalar Nordeste em Subfalar Nordeste Ocidental, Subfalar Nordeste Oriental e Área de Transição que corresponde principalmente ao CE e áreas adjacentes. A seguir, a representação dessa subdivisão, na Figura 42:

Figura 42 – Proposta de subdivisão do Subfalar Nordeste



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do ALiB, com base em Nascentes (1953).

Vale ressaltar que a divisão de Ribeiro (1900) é de base

exclusivamente histórica e foi elaborada sem considerar fatores geográficos ou linguísticos, o que atesta o entrelaçamento da língua (o léxico, neste caso em particular) com a história de um povo.

Síntese conclusiva

Nesta seção, apresentamos a análise feita a partir de dados do Projeto ALiB, referente às questões QSL 039 - *tangerina* (Comitê..., 2001, p. 24), QSL 043 *bananas gêmeas* (Comitê..., 2001, p. 25), QSL 067 - *galinha d'angola* (Comitê..., 2001, p. 27), QSL 085 - *libélula* (Comitê..., 2001, p. 28). A seção foi dividida em cinco subseções, uma para cada questão e uma referente à subdivisão do Subfalar Nordeste.

As subseções que se referem às questões foram organizadas da seguinte maneira: informações gerais acerca do item investigado, exposição de variantes encontradas nas capitais brasileiras (dados do Projeto ALiB); depois, as encontradas especificamente nas capitais da Região Nordeste e então, das encontradas no Subfalar Nordeste. Em seguida, destacamos variantes específicas, selecionada com base em sua frequência e disposição espacial; por fim, fizemos considerações a respeito das contribuições dos dados para a descrição do Subfalar Nordeste.

A subseção 5.1 contempla os resultados referentes à análise da questão 039, *tangerina*, para qual foram encontrados 394 registros distribuídos entre 22 variantes. Dentre elas, destacamos *tangerina* e *mexerica*, com ampla distribuição na área Subfalar Nordeste; *laranja-cravo*, pertinente no Nordeste Oriental; e *tanja*, concentrada no Nordeste Ocidental.

A subseção 5.2 refere-se à questão 043, *bananas-gêmeas*, para a qual foram encontrados 279 registros distribuídos entre 44 variantes, agrupadas em seis rótulos. Destacamos *bananas-gêmeas*, presente em todo território investigado; *felipe*, recorrente apenas na Área de Controle meridional; e *incõe*, registrada no noroeste do Subfalar Nordeste.

A subseção 5.3 reúne os resultados da questão 067, *galinha d'angola*, os quais reuniram 341 registros, distribuídos entre 29 formas, dentre as quais destacamos *guiné*, concentrada na área do Nordeste Oriental, em direção ao Meio-Norte Brasileiro; *capote*, concentrada no centro e oeste do Subfalar Nordeste;

catraio e *cocar*, presentes na área oeste do Subfalar.

A subseção 5.4 contempla os resultados da questão 085, *libélula*, a respeito da qual foram contabilizados 221 registros, distribuídos entre 72 variantes, das quais 49 foram agrupadas em 14 rótulos. Destacamos as variantes *zigue-zague*, presente no litoral oriental nordestino; *cambito*, *macaco (seco)* e *catirina*, concentradas no Nordeste Ocidental; *lava (bunda, cauda, cu)*, no centro e oeste do Subfalar, de forma espaçada; *cabra-cega*, em áreas na porção setentrional do Subfalar.

A subseção 5.5 é dedicada à proposta de Subdivisão do Subfalar Nordeste em: Subfalar Nordeste Ocidental, Área de Transição e Subfalar Nordeste Oriental, com base na análise realizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, por meio da análise de itens lexicais contemplados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, propusemos, como objetivo geral, verificar os limites estabelecidos por Nascentes em 1953 para a área do Subfalar Nordeste e, como objetivos específicos: (i) constatar a heterogeneidade linguística; (ii) verificar a possibilidade de associar a vitalidade dos dados orais com a realidade sócio-histórica da região e (iii) propor a demarcação de subáreas dialetais dentro dos limites do Subfalar Nordeste, proposto por Nascentes (1953).

Guiados por esses objetivos, levantamos questionamentos, para os quais criamos hipóteses, que foram testadas ao longo da pesquisa e comentadas nos tópicos a seguir, com base em nossa análise.

- i. No que tange à área do Subfalar Nordeste, a divisão dialetal de Nascentes, proposta em 1953, corresponde à realidade atual?

Inicialmente, com base nas cartas linguísticas já publicadas no ALiB (2014) e no estudo de Santos (2018), inferimos que o limite meridional persiste, isto é, apesar de os estados Bahia e Sergipe fazerem parte, atualmente, da Região Nordeste, não compõem o falar nordestino, por apresentarem expressão dialetal diferente.

A partir de nossos dados, concluímos que os limites propostos por Nascentes (1953) se mostraram atuais, principalmente ao sul da área: onde há a separação entre Alagoas e Sergipe, a expressividade da lexias *laranja-cravo* (item *tangerina*) e *zigue-zague* (item *libélula*) demarcam o limite entre os estados, pois sua presença não se estende até Sergipe, pertencente a outro subfalar. Da mesma forma, a arealização de *felipe* (*bananas-gêmeas*) demarca a divisão, pois é encontrada apenas no SE e BA.

Onde há separação entre PI e BA, MA, norte do TO com o centro do estado, a distribuição do agrupamento *tanja/tanjarina*, que não está presente na BA e no restante do território tocantinense, reforça a acuracidade da demarcação, assim como *engemada* (item *bananas-gêmeas*). Confirmou-se, portanto, a primeira hipótese: os estados BA e SE, apesar de fazerem parte da região geográfica Nordeste, não fazem parte do Subfalar Nordeste. É importante considerar, também, que a proposta de Nascentes (1953) foi feita há cerca de 70 anos ao longo dos quais o Brasil

e o Nordeste, em particular para esta tese, passaram por profundas transformações socioeconômicas.

- ii. Há subáreas dialetais na região delimitada por Nascentes (1953) para o Subfalar Nordestino?

Com base no trabalho de Santos (2018), buscamos confirmar se de fato há duas subáreas no Subfalar Nordestino: a do Maranhão, Piauí e Ceará, conhecido geograficamente como um estado de transição, apresenta comportamento linguístico singular, comparado ao restante da região; a do litoral oriental, formado pela faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte a Alagoas.

Nossos dados evidenciaram que a área do Subfalar Nordestino não é homogênea linguisticamente, visto que são encontradas diferentes variantes para o mesmo item lexical. No entanto, a distribuição de certos itens evidencia áreas específicas, conforme sugeriu Santos (2018).

Assim, existem duas áreas singulares e uma de transição. Inicialmente, a área oeste do subfalar, que corresponde aos estados MA, PI e porção nordeste do TO, foi evidenciada pela distribuição espacial das formas *tanja/tanjarina*, presentes em toda a área; *cambito* (item *libélula*), na porção sul; *macaco (seco)* e *catirina*, na porção norte. A segunda, área leste, formada pela faixa litorânea composta pelo RN, PB, PE e AL, evidencia-se pela distribuição das variantes *laranja-cravo* e *zigue-zague*. A área de transição, por sua vez, é composta principalmente pelo estado do CE e porções adjacentes dos estados que o circundam. Assim, a segunda hipótese, de que nossos dados ratificariam a sugestão de subdivisão de Santos (2018), também foi confirmada.

- iii. A área de Pernambuco e Alagoas é homogênea linguisticamente, conforme afirma Marroquim (1934)?

Apesar da afirmação de Marroquim, supomos que, apesar de Pernambuco e Alagoas compartilharem características históricas, sociais e geográficas (Marroquim, 1934), não se trata de uma área homogênea linguisticamente, mesmo fazendo parte da mesma subárea dialetal.

Em alguns itens foi possível observar certa homogeneidade entre os estados, principalmente no que tange à área centro e leste de PE, geograficamente acima de AL, como mostra a distribuição de *laranja-cravo*, que se estende por toda a

área leste do subfalar. Quando se trata de lexias frequentes em praticamente todo a região estudada, como *bananas-gêmeas*, por exemplo, os estados também se mostraram homogêneos. Na porção oeste de PE, que não faz fronteira com o território alagoano, mas sim com a Bahia, há recorrência de lexias presentes no CE, sendo esta uma de suas áreas adjacentes e, portanto, contemplada pela zona de transição. Isso pode ser observado na Carta 1 (cf. p. 94), na qual há maior expressividade de *tangerina* e *mexerica* na parte central do subfalar, enquanto nos extremos leste e oeste, predominam variantes específicas.

A análise do item *libélula*, Carta 3, demonstra diferenças entre AL e PE: enquanto no primeiro se destaca a variante *zigue-zigue* (agrupada em *zigue-zague*), e ocorrências de *cachimbal*, *cavalo-do-cão* e *libélula*; no segundo predominam as variantes *cabra-cega* e *lava (cauda, bunda, cu)*, além da ocorrência de outras nove variantes.

Diante do exposto, entendemos que não há completa homogeneidade entre os estados PE e AL, porém há maior similitude entre a porção centro e leste pernambucana e o Alagoas, visto que são as áreas fronteiriças, portanto, com maior proximidade geográfica. Confirmamos, portanto, a terceira hipótese: de fato, não há homogeneidade total entre os estados, posto que a análise de alguns itens salientou diferenças entre os territórios.

iv. O uso das lexias encontradas na área está relacionado à realidade sócio-histórica da região?

A partir da distribuição nacional dos itens investigados (CARDOSO *et al.*, 2014), supomos que sua territorialidade pode ser comparada aos fluxos de povoamento do Nordeste.

Nossos dados evidenciaram que a distribuição de certas lexias se assemelha aos fluxos de povoamento da região, sendo a área oeste do subfalar associada ao fluxo de povoamento iniciado no Maranhão; e a área leste, ao fluxo iniciado em Pernambuco.

Ainda, é possível que o MA e PI se destaquem do restante da região por corresponderem à sub-região geográfica como Meio-Norte, considerada uma zona de transição entre as regiões Norte e Nordeste. Confirmamos, portanto, a quarta hipótese: de fato, há relação entre a expressão lexical e fatores sócio-históricos da região, o que evidencia a relação indissociável entre o léxico e a cultura e história de

um povo.

Essas considerações permitem observar como essa distribuição atesta parcialmente a acuracidade dos limites do Subfalar Nordesteño e nos fazem refletir acerca de sua subdivisão, devido à distribuição regular de variantes específicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. Um caminho para novas políticas linguísticas das variedades do português brasileiro. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 123-135.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleydi Aparecida; MOTA, Jacyra Andrade (Orgs.). Ata da XI Reunião do Comitê Nacional. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleydi Aparecida; MOTA, Jacyra Andrade (Orgs.). **Documentos 1: Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB**. Salvador: ILUFBA: EDUFBA, 2003, p. 13-26.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALTINO, Fabiane Cristina. Para um Atlas pluridimensional: pesquisa e pesquisadores. **Alfa**, São Paulo, v. 56; n. 3, 2012, p. 871-889.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. [et al.]. Variação fônica e léxico-semântica no Português do Brasil a partir de daGUILERAados do Projeto ALiB. In: SÁ JUNIOR; Lucrécio Araújo de; MARTINS, Marco Antonio. (orgs.) **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino**. São Paulo: Blucher Open Access, 2016, p. 73-95.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Helen Cristina da. As denominações para libélula, no Atlas Linguístico do Brasil: um estudo sobre a motivação dos signos. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 65, 2021.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. O povoamento. In: HEREDA, Maria da Glória Campos; DOMINGUES, Alfredo José Pôrto (orgs.). **Geografia do Brasil: Grandes Regiões Meio-Norte e Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

ALMEIDA, Edilene Maria de Oliveira. **Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco-Almaspe**. 2009. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

AMÂNCIO, Rosana Gemina; PAES, Giovanna Maria de Campos; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O conhecimento de mundo e a produção lexical na pesquisa geolingüística. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALTINO, Fabiane Cristina; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). **Atlas Linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando jovens pesquisadores**. Londrina: UEL, 2009.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de.; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984; v. 1, 2.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; PEREIRA, Maria das Neves. Atlas Lingüístico do Rio Grande do Norte: um projeto em desenvolvimento. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2013. p. 285-298. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitaisgratuitos.php> .

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. As pesquisas geolingüísticas do português do Brasil. **Acta Semiotica et Lingvistica (ASEL)**. João Pessoa (PB), ano 44, v. 25, n. 1,

p. 91-106, 2020.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O português popular do semiárido baiano: fundamentos teóricos, sócio-históricos e empíricos. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 45-72.

AULETE, Francisco J. Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. **iDicionário Aulete**. Lexikon Editora Digital, 2023. Disponível em: < <https://www.aulete.com.br/> >. Acesso em: 20 mai. 2023.

BESSA, José Rogério Fontenele (coordenador). **Atlas Linguístico do Ceará**. Vol.I – Introdução, Vol. II – Cartogramas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 81-96, dez. 1987.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 153-166.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria lingüística: teoria lexical e linguística computacional**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **A geografia Lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. **Atlas Lingüístico de Sergipe II**. Rio de Janeiro: S. A. M. da S. Cardoso, 2002. 2v.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, **Geolingüística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 855-870, 2012.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO (orgs.) **DOCUMENTOS 4: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Vento Leste, 2013.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci de Andrade; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; ISQUERDO, Aparecida Negri; RAZKY, Abdelhak; MARGOTTI, Felício Wessling. **Atlas lingüístico do Brasil**,

v.2. Londrina: UEL, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Que traçados faz o léxico do Nordeste? (Considerações a partir do Atlas linguístico do Brasil). In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 13-26.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A língua do Nordeste (re)vivida cinquenta anos depois [1994]. In: AGUILERA, Vanderici de Andrade; MOTA, Jacyra Andrade; OLIVEIRA, Josane Moreira. (orgs.) **Suzana Cardoso: um legado para a dialetologia brasileira**. Londrina: EDUEL; Salvador: EDUFBA, 2021, p. 51-66.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; BATISTA, Priscila Starline Estrela Tuy. Do presente para o passado: os caminhos da constituição do banco de dados do NELP/UEFS em busca da configuração sócio-histórica da língua portuguesa nos sertões baianos. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 89-108.

CARVALHO, Paola Mayra. de Oliveira. **Relações entre léxico e ambiente: um estudo da norma lexical do Centro-Oeste do Brasil**. 2015. 224 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Gramaticalização e contexto morfossintático: o que acham, olham e dizem os soteropolitanos? In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 83-106.

CASTRO, Gabriel Pereira; RAMOS, Conceição de Maria de Araujo. *Tô-fraco, libélula, troíra e rato de botica: um estudo da variação lexical concernente à fauna, em São Luís*. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo, [et al.] (orgs). **Estudos Sociodialetais do Estado do Maranhão**. São Luís, EDUFMA, 2019, p. 103-119.

CASTRO, Gabriel Pereira. **O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que mostra o léxico dos *Jogos e Diversões Infantis* acerca do processo de povoamento do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

CHOFARD, Amanda. **Aspectos lexicais do português do Brasil: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil**. 247f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CHOFARD, Amanda; MAGOTTI, Felício Wessling. O item lexical ‘banana dupla’ no Sul do Brasil: um estudo geolinguístico In: MOTA, Jacyra Andrade (org.). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro: uma**

homenagem a Suzana Cardoso. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 61-76.

COBASI. **Galinha-d'angola: conheça mais sobre a ave**. 15 de mar. 2022. Disponível em: <https://blog.cobasi.com.br/galinha-da-angola/> . Acesso em: 10 de novembro de 2023.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador, Instituto de Letras: Banco de Dados do Projeto ALiB, 1998, 2003, 2007, 2009.

CUBA, Marigilda Antônio. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico**. 497f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, 2015.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

D'ANUNCIAÇÃO, Eliana Souza. **Registrando o léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis em Minas Gerais**. 86f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2016.

DIAS, Dayane Julia Carvalho; AVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Um estudo preliminar da demografia do Rio Grande do Norte colonial: fontes, métodos e resultados. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v.34, n.3, Belo Horizonte, set./dez. 2017, p.485-507.

DOMINGUES, Alfredo José. Porto; HEREDA, Maria da Gloria Campos. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Grande Região Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. **A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do estado de Alagoas (ALEAL)**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina; Université Grenoble Alpes, França, 2017.

ELIA, Silvio. Antenor Nascentes, o dialectólogo. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 1., p. 21-36, jan. 1991.

EMBRAPA. Região Nordeste. Blog Contando Ciência a Web. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-nordeste#:~:text=Em%20virtude%20das%20distintas%20caracter%C3%ADsticas,interessantes%20sobre%20cada%20uma%20delas>. Acesso em: 10 nov. 2023.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. São Paulo: Ática, 2003.

FABICHACK, Irineu. **Criação de galinha d'angola**. São Paulo: Nobel, 1997.

FAUSTO, Maria Luiza. Você já viu duas bananas dentro de uma única casca? **Expedição vida**, 20 mar. 2013. Disponível em: <https://expedicaovida.com.br/voce-ja->

[viu-duas-bananas-dentro-de-uma-unica-casca/](#). Acesso em: 06 ago. 2023.

FERREIRA, Carlota *et al.* **Atlas Lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA - Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SANTOS, Adelmileise de Oliveira. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 109-122.

FURTADO, Francisco de Assis Arruda. Causas da Emigração cearense para o Acre e o processo de colonização. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo 92, ano 92. Fortaleza, 1978, p. 153-176.

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; OLIVEIRA, Matheus Santos; LEMOS, Dayane Moreira. Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 39-58.

LIMA, Fabiana dos Santos. **Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Iguatu (ALlg)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LIMA, Fabiana dos Santos. **Atlas Linguístico dos Sertões Cearenses (ALSCE)**. 333 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

LOPES, Norma da Silva. Qual o efeito da escola no português de Salvador? A contribuição do estigma. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 73-82.

LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016.

LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017.

GODÉ, Laurent; PERUQUETTI, Patricia Ferreira. Libélulas (Odonata) da Reserva Biológica de Pedra Talhada. In: STUDER, Anita; NUSBAUMER, Louis; SPICHIGER, Rodolphe. (Eds.). *Biodiversidade da Reserva Biológica de Pedra Talhada: Alagoas, Pernambuco - Brasil*. **Boissiera**, vol. 68. Genebra: Conservatoire et Jardin Botanique Ville de Genève, 2015, p. 199-203.

GOMES, Ronaldo Silva Gomes. Tangerina. In: LIMA, Maria da Cruz; OLIVEIRA

JÚNIOR, Edvaldo; OLIVEIRA, Egon; SILVA, João Paulo da Silva (Orgs.). **Hortaliças e frutas**: procedência e cenários de produção no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2012, p. 137-153.

HOAUSS, Antônio. **Dicionário Houaiss Online**. Disponível em: < <https://houaiss.uol.com.br/> >. Acesso em: 20 mai. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Contas Nacionais - SCR. **Sistema de Contas Regionais**: Brasil 2021. Contas Nacionais, nº 94. Rio de Janeiro: IBGE. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102045>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; NEIVA, Ismar. Ainda sobre “As origens e estruturação histórica do léxico português”: étimo e processos de formação em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). In: **De volta ao futuro da língua portuguesa**. Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Lecce: ESE, 2017, p. 87-104.

MARROQUIM, Mario. **A língua do Nordeste** (Alagoas e Pernambuco). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MATHIAS, João. Como criar galinha d'angola. **Revista Globo Rural**. 11 de nov. 2016. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Revista/noticia/2016/11/como-criar-galinha-dangola.html> . Acesso em: 10 de novembro de 2023.

MENDONÇA, Thaianne Alves. **Atlas Linguístico de Icatu**. 389f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, 2017.

MICHAËLIS, Carolina; MICHAELIS, Henriette. **Michaelis On-Line**. Editora Melhoramentos. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/> >. Acesso em: 20 mai. 2023.

MOREIRA SARAIVA, Carlos Alberto. **Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense**: ALICACE. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, 2019.

MOTA, Jacyra Andrade. Estrela Cadente nos atlas regionais brasileiros. **Revista do GELNE**. Ano 1. nº 2. 1999, p. 31-35.

MOTA, Jacyra Andrade. Constituição do *corpus* do Projeto ALiB: Procedimentos Metodológicos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; MILANI, Gleydi Aparecida; MOTA, Jacyra Andrade (Orgs.). **Documentos 1**. EDUFBA: Salvador, 2003.

MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (orgs.). **Documentos 4**. Salvador: Vento Leste, 2013.

MOTA, Jacyra Andrade. Aspectos fônicos do Nordeste a partir de dados do ALiB. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina**: entre a sociolinguística e a dialetologia. São Paulo: Blucher, 2016, p. 59-74.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. [1922] Rio de Janeiro: Organização

Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

NASCENTES, Antenor. **Bases para elaboração de um Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC: Casa de Rui Barbosa, 1958.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. **The meaning of meaning**. Londres, Routledge, Kegan, 1923.

OLIVEIRA, Dercir. Pedro de (Org.). **ALMS - Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. 271 p.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 27-44.

PAIM, Marcela M. Torres. A variação lexical no Atlas Linguístico do Brasil. In: ISQUERDO, Aparecida Negro; ABBADE, Celina Márcia de S. (orgs.) **As ciências do léxico: volume IX: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2020, 161-178.

PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. Fazenda Maracujá: as palavras fracas e as palavras fortes. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 75-88.

PEREIRA, Maria das Neves. **Atlas geolinguístico do litoral potiguar**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. **O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PROJETO Atlas Linguístico do Brasil. Atlas Regionais. Disponível em: < <https://alib.ufba.br/atlas-regionais> >. Acesso em: 26 mai. 2023.

RAMOS, Jânia; PESSOA, Francisca. Pesquisas variacionistas sobre o dialeto piauiense: panorama atual e perspectivas. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (orgs). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017, p. 131-150.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas; MENDONÇA, Thaianne Alves. De tanja a curraleira: um estudo das designações para tangerina com base nos dados do Atlas Linguístico do Maranhão. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz; FERREIRA, Anise de Abreu Gonçalves D'Orange (orgs.). **Léxico em cena: contribuições para os estudos lexicais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 141-153.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. [1900] Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro,

2013.

RIBEIRO, José *et. al.* **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano**. 752 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa; PAIM, Marcela Moura Torres. “Pipa” e “amarelinha” na área do “falar baiano” numa perspectiva diageracional. In: LOPES, Norma da Silva; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raque Meister Ko. (orgs) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 17-38.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; DANTAS, Eugênia Maria; MOARIS, Ione Rodrigues Diniz; OLIVEIRA, Márcia Silva de. **Geografia do Nordeste**. Natal: EDUFRN, 2010.

RODRIGUES, Rosa Evangelista de Santana Belli. **Em busca de uma história social para o léxico rural paranaense**. 302f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, p. 203-242, jul./dez. 2013

ROMANO, Valter Pereira. **Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil**. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROMANO, Valter Pereira. Desdobramentos, desafios e perspectivas da Geolinguística pluridimensional no Brasil. In: MOTA, Jacyra Andrade; OLIVEIRA, Josane Moreira de; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa. (Orgs). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso**. Salvador: Edufba, 2020, p. 11-40.

ROSSI, Nelson. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SÁ, Edmilson José de. O léxico na Região Nordeste: questões diatópicas. **ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. v. 9, n. 17, p. 244-261, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/pt>. Acesso em: 10 set. 2022.

SÁ, Edmilson José de. **Atlas Linguístico de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

SANTOS, Grazielle Ferreira da Silva. **Os jogos e diversões infantis no corpus do Projeto ALiB: visitando o Falar Nordestino**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Leandro Almeida dos. **Brincando pelos caminhos do Falar Fluminense**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SARAIVA, Carlos Alberto Moreira. **Atlas Fonético e Léxico-Semântico da Região do Cariri Cearense (Alicace)**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan. **[SGVCLin]** – Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas, versão 1.1, 2014-15.

SILVA, Greize Alves da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do estado do Tocantins (ALITTETO)**. 394 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SILVA, Greize Alves da; ALVES, Tassita Kamassagre Ferreira. A ‘galinha-d’angola’ no contexto etnodialetal do Tocantins: ‘cocar’ ou ‘angolista’?. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023, p. 302-314. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/6679>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SILVA, Moisés Batista da. **Atlas linguístico do centro-oeste potiguar**. 327 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, 2012.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **Jornal A Manhã**. 14 fev.1950.

SOBRINHO, Thomás Pompeu. Povoamento do Nordeste Brasileiro. **Revista do Instituto do Ceará**. Anno LI, mar. 1937. Fortaleza: Ramos & Pouchain, p. 107-162.

CENSO 2022. Acesso em: 10 dez. 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

SOUZA, Ana Rita Carvalho de. **As estrelas no corpus do Projeto ALIB: revisitando o falar amazônico**. 222 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2021.

TANGERINA e mexerica não são a mesma fruta! Entenda a família dos citros. **Descascando a ciência**, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/descascandoaciencia/2017/12/14/tangerina-mexerica-ou-bergamota/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

TANGERINA, conheça a mãe das laranjas. **Hortifruti: Saber & Saúde**. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://saberhortifruti.com.br/tangerina/#:~:text=A%20tangerineira%20%C3%A9%20identificada%20como,a%20mexeriqueira%20como%20Citrus%20deliciosa.&text=%2A%20tangerineira%20apresenta%20frutos%20maiores,%C3%A1cidos%20e%20de%20casca%20%C3%A1spera.%22> . Acesso em: 13 jul. 2023.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 2ed, São Paulo: Ática, 1986.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística**: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: INTERNATIONAL

CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY, 21., 1995, Palermo. **Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza**. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729.

TRECE, Juliana; CONSIDERA, Cláudio. Breve Histórico da região Nordeste. **Blog do IBRE**. Instituto Brasileiro de Economia, IBRE. Fundação Getúlio Vargas, FGV. 27 abr 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/breve-retrato-economico-da-regiao-nordeste>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TRUDGILL, Peter; HERNÁNDEZ CAMPOY, J. M. **Diccionario de Sociolingüística**. Madrid: Gredos, 2007.

VILELA, Mário. O Léxico do Português: perspectivação geral. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, n. 8, p. 17-30, jun. 1994. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/755>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VILLALVA, Alina. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A Geolingüística no Brasil*. Caminhos e perspectivas. Londrina: Editora UEL, [1998] 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro de pontos linguísticos contemplados na área do Subfalar Nordestino (e Área de Controle, para esta tese) sugeridos por Nascentes (1958), contemplados pelo ALiB e selecionados por Santos (2018) e Serra (2023)

PONTOS SUBFALAR NORDESTINO					
UF	Municípios	Numeração NASCENTES (1958)	Numeração Projeto ALiB	Pontos selecionados por Santos (2018)	Pontos selecionados por Serra (2023)
MARANHÃO	Alcântara	47	-		
	Alto Parnaíba	-	33	x	x
	Bacabal	-	28	x	x
	Barra do Corda	61	-		
	Brejo	63	27	x	x
	Carolina	52	-		
	Caxias	56	-		
	Codó	57	-		
	Flores (Timon) ⁹³	64	-		
	Grajaú	62	-		
	Imperatriz	51	29	x	x
	Miritiba (Humberto de Campos)	49	-		
	Monção	60	-		
	Pastos Bons	54	-		
	Picos	55	-		
	Santo Antônio de Balsas (Balsas)	53	32	x	x
	São João dos Patos	-	31	x	x
	São Luís	46	26	x	x
	São Luís Gonzaga	59	-		
	Tuntum	-	30	x	x
Turiaçu	48	25	x	x	
Tutóia	50	-			
Viana	58	-			
PIAUI	Amarante	71	-		
	Barras	68	-		
	Bom Jesus do Gurgueia (Bom Jesus)	76	-		
	Campo Maior	69	-		
	Canto do Buriti	-	37	x	x

⁹³ Os nomes em parênteses correspondem à nomenclatura atual dos municípios, segundo IBGE (2016 *apud* TELES, 2018).

	Castelo (Castelo do Piauí)	70	-		
	Corrente	-	38	x	x
	Floriano	73	-		
	Jaicós	80	-		
	Jerumenha	74	-		
	Oeiras	72	-		
	Parnaíba	66	-		
	Paulista	79	-		
	Picos	-	36	x	x
	Piracuruca	67	-		
	Piriri	-	35	x	x
	Santa Filomena	75	-		
	São Luís do Piauí	78	-		
	São Raimundo Nonato (São Raimundo Nonato)	77	-		
	Teresina	65	34	x	x
CEARÁ	Acaraú	85	-		
	Aracati	94	-		
	Baturité	93	-		
	Camocim	82	39	x	x
	Canindé	-	43	x	x
	Crateús	-	44	x	x
	Crato	88	50	x	x
	Fortaleza	81	41	x	x
	Granja	83	-		
	Icó	91	-		
	Iguatu	87	49	x	x
	Ipu	86	42	x	x
	Jardim	89	-		
	Limoeiro (Limoeiro do Norte)	95	47	x	x
	Milagres	90	-		
	Mundaú	96	-		
	Quixeramobim	92	45	x	x
	Russas	-	46	x	x
	Sobral	84	40	x	x
Tauá	-	48	x	x	
RIO GRANDE DO NORTE	Açu	105	-		
	Angicos	107	52	x	x
	Apodi	100	-		
	Areia Branca	98	-		
	Caicó	108	55	x	x

	Canguaretama	116	-		
	Caraúbas	103	-		
	Ceará Mirim	113	-		
	Jardim (Jardim do Seridó)	109	-		
	Jardim de Angicos	111	-		
	Macau	104	-		
	Martins	102	-		
	Mossoró	99	51	x	x
	Natal	97	53	x	x
	Pau dos Ferros	101	54	x	x
	Santa Ana de Matos (Santana dos Matos)	110	-		
	Santa Cruz	114	-		
	São José de Mipibu	115	-		
	Serra Negra (Serra Negra do Norte)	106	-		
	Touros	112	-		
PARAÍBA	Alagoa do Monteiro (Monteiro)	124	-		
	Areia	135	-		
	Bananeiras	137	-		
	Batalhão	133	-		
	Cajazeiras	130	57	x	x
	Campina Grande	118	60	x	x
	Catolé da Rocha	131	-		
	Conceição	126	-		
	Cuité	-	56	x	x
	Guarabira	119	-		
	Itaporanga	-	58	x	x
	João Pessoa	117	61	x	x
	Itabaiana	122	-		
	Mamanguape	120	-		
	Patos	132	59	x	x
	Pedras de Fogo	121	-		
	Piancó	127	-		
	Pombal	128	-		
Princesa (Princesa Isabel)	135 (125) ⁹⁴	-			

⁹⁴ Os números em parênteses correspondem à numeração atualizada por Teles (2018) após georreferenciamento, enquanto os números fora dos parênteses correspondem à numeração original de Nascentes (1958).

	São João do Cariri	136	-		
	Soledade	134	-		
	Sousa	129	-		
	Teixeira	138	-		
	Umbuzeiro	123	-		
PERNAMBUCO	Afrânio	-	66	x	x
	Alagoa do Baixo	151	-		
	Arcoverde	-	68	x	x
	Belmonte (São José do Belmonte)	157	-		
	Bom Conselho	149	-		
	Buíque	150	-		
	Cabrobó	156	67	x	x
	Caruaru	145	69	x	x
	Exu	-	62	x	x
	Fernando de Noronha	163	-		
	Flores	152	-		
	Floresta	155	71	x	x
	Garanhuns	146	72	x	x
	Goiana	140	-		
	Granito	159	-		
	Iguaraçu (Iguarassu)	141	-		
	Ipojuca	142	-		
	Jatobá (Petrolândia)	153	-		
	Limoeiro	144	64	x	x
	Olinda	-	65	x	x
	Ouricuri	161	-		
	Pesqueira	148	-		
	Petrolina	162	73	x	x
	Recife	139	70	x	x
	Rio Formoso	143	-		
Salgueiro	160	63	x	x	
Santa Maria da Boa Vista	158	-			
Taquaretinga (Taquaritinga do Norte)	147	-			
Vila Bela (Serra Talhada)	154	-			
ALAGOAS	Arapiraca	-	76	x	x
	Coruripe	168	-		
	Junqueiro	183	-		

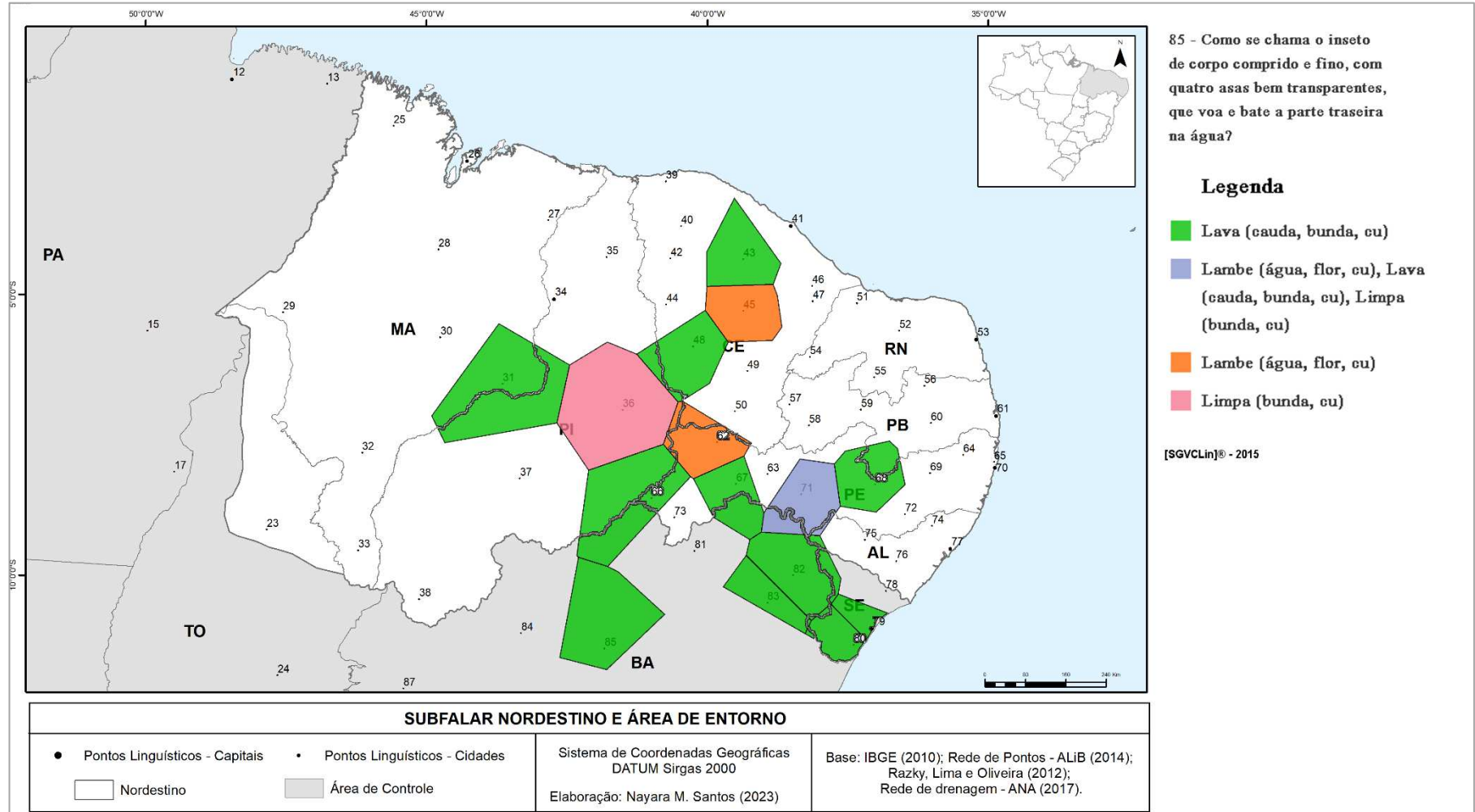
	Limoeiro (Limoeiro de Anadia)	182	-		
	Maceió	164	77	x	x
	Maragogi	167	-		
	Marechal Deodoro	173	-		
	Palmeira dos Índios	176	-		
	Pão de Açúcar	180	-		
	Paulo Afonso (Mata Grande)	178	-		
	Pedra (Delmiro Gouveia)	183 (184)	-		
	Penedo	170	-		
	Piaçabuçu	169	-		
	Pilar	171	-		
	Piranhas	179	-		
	Porto Calvo	165	-		
	Sant'Ana (Santana do Ipanema)	177	75	x	x
	São Luís de Quitunde	166	-		
	São Miguel de Campos	172	-		
	Traipu	181	-		
	União (União dos Palmares)	174	74	x	x
	Vitória (Quebrangulo)	175	-		
TOCANTINS	Pedro Afonso	578	23		x
	Tocantinópolis	580	-		
ÁREA DE CONTROLE					
PARÁ	Belém	22	12		x
	Bragança	39	13		x
	Conceição do Araguaia	-	17		x
	Marabá	-	15		x
	Viseu	41	-		
TOCANTINS	Natividade	-	24		x
	Porto Nacional	577	-		
BAHIA	Barra do Rio Grande (Barra)	212 (212a)	84		x
	Barreiras	-	87		x
	Casa Nova	214 (214a)	-		
	Curaça (Curaçá)	216 (216a)			
	Euclides da Cunha	-	83		x

	Irecê	-	85		x
	Jeremuabo (Jeremoabo)	226	82		x
	Juazeiro	215 (215a)	81		x
	Pilão Arcado	213 (213a)	-		
	Santa Rita (Santa Rita de Cássia)	218	-		
	Santo Antônio da Glória (Glória)	217 (217a)	-		
SERGIPE	Aquidabã	200	-		
	Aracaju	185	79		x
	Brejo Grande	188	-		
	Capela	197	-		
	Estância	190	80		x
	Garau	199	-		
	Propriá	187	78		x

Fonte: elaboração própria, com base em Teles (2018), Nascentes (1958) e Santos (2018).

APÊNDICE B

Carta 4K – Distribuição areal dos agrupamentos *lava (cauda, bunda, cu)*, *lambe (água, flor, cu)* e *limpa (bunda, cu)*



Fonte: elaborada pela autora, com base em dados do ALiB, com auxílio do programa

ANEXOS

ANEXO A

Declaração de Responsabilidade acerca do uso de dados do Projeto Al



D E C L A R A Ç Ã O

Ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), como referencial empírico do trabalho de doutorado, intitulado “Subfalar Nordestino em foco: proposta de subdivisão da demarcação de Nascentes (1953) a partir de dados lexicais do projeto ALiB”, que desenvolvo sob a orientação de Vanderci de Andrade Aguilera, também membro da equipe da Regional Paraná, com o aval de Vanderci de Andrade Aguilera, membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB,

DECLARO:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Linguístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Linguístico do Brasil colaborando, quando solicitado, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.
5. Disponibilizar os dados transcritos (em Word ou em Excel), codificados e/ou tabulados (no programa de análise utilizado) ao Comitê Nacional do ALiB.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE da Orientadora e de um membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB, que será enviada ao Arquivo Nacional, na UFBA.

Londrina, 09 de abril de 2024.

Flávia Pereira Serra

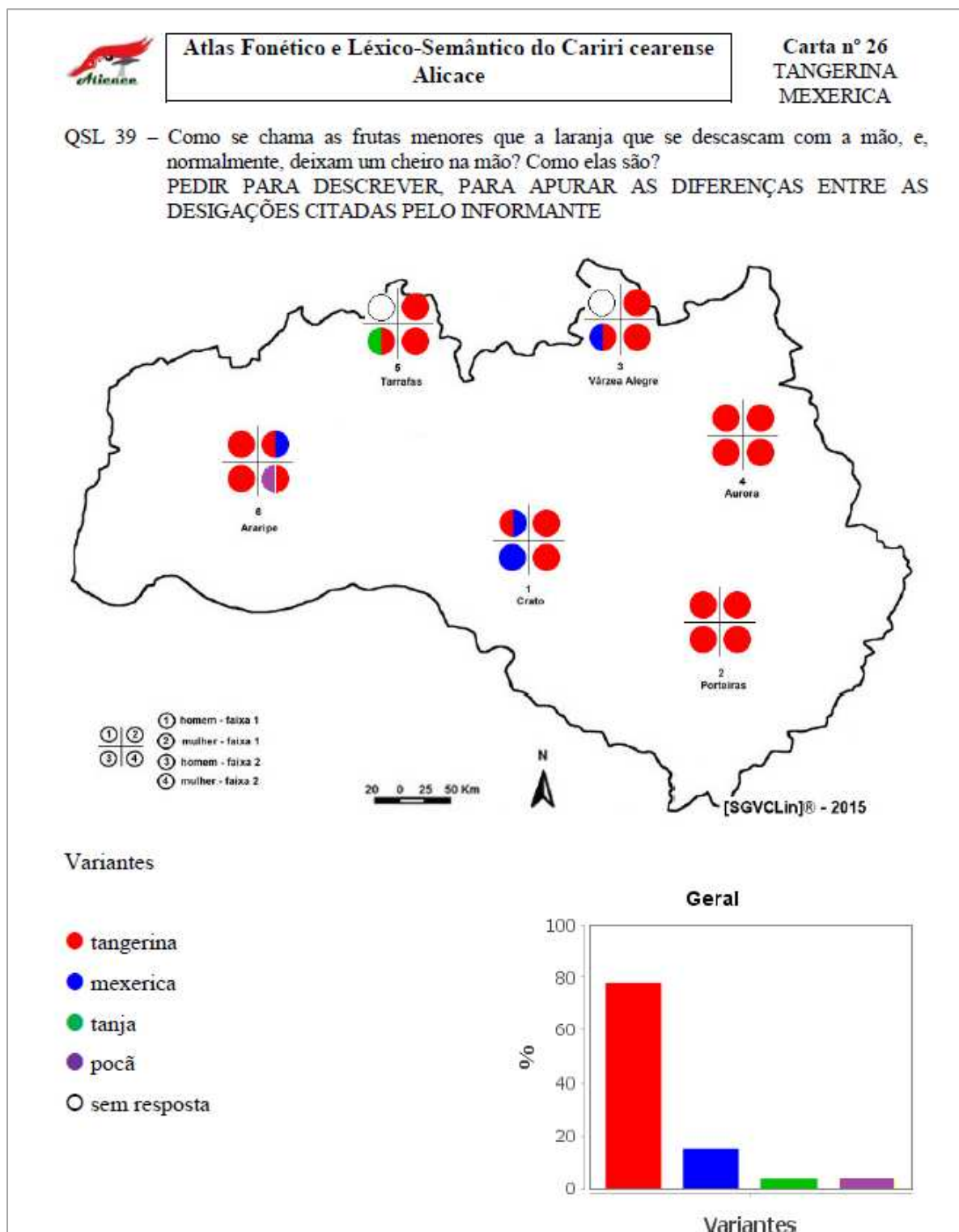
Flávia Pereira Serra
Orientanda

Vanderci de Andrade Aguilera

Vanderci de Andrade Aguilera
Orientadora

ANEXO B1

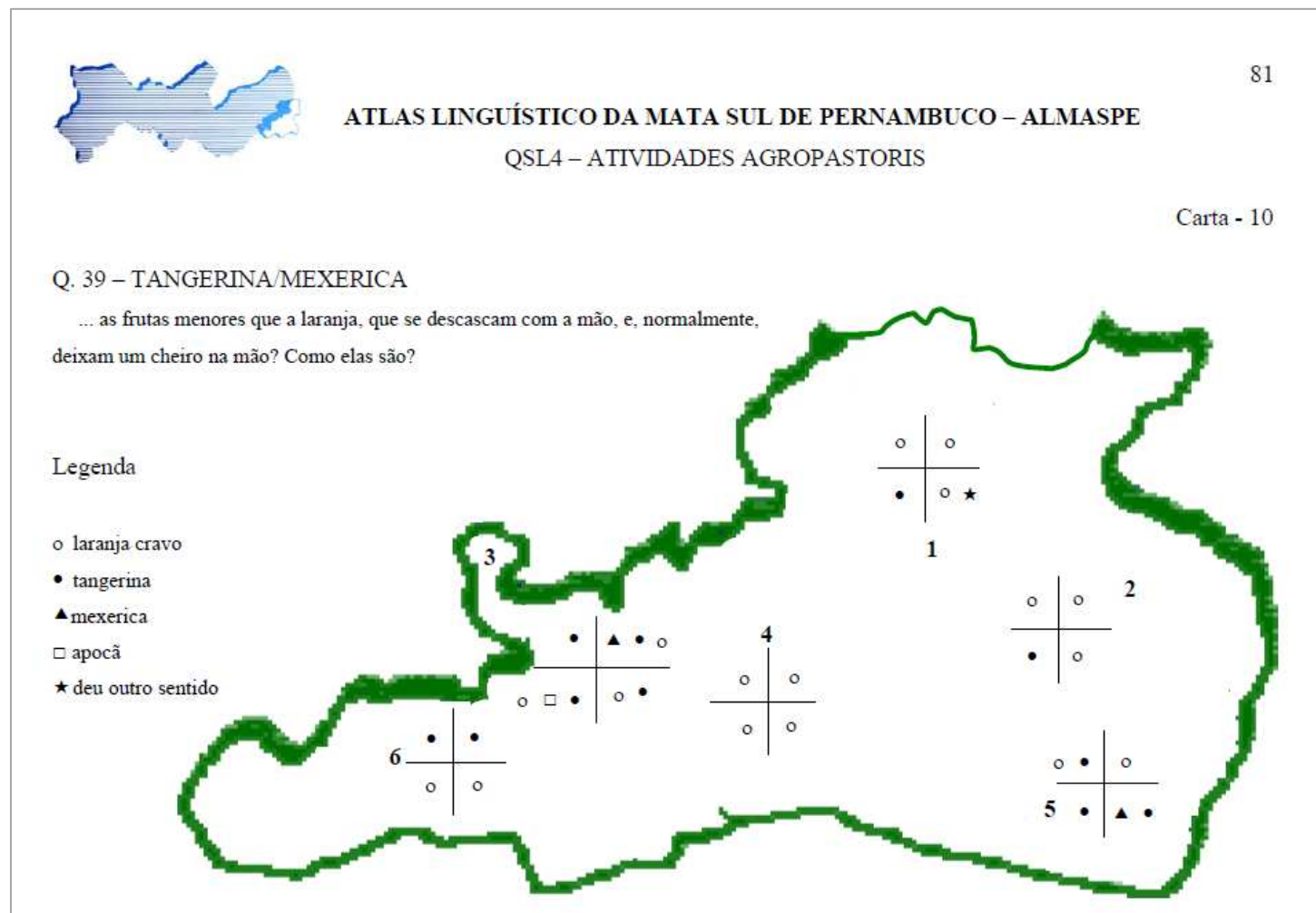
Carta 26 do Alicace, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* no Cariri cearense



Fonte: Saraiva, 2019, p. 261.

ANEXO B2

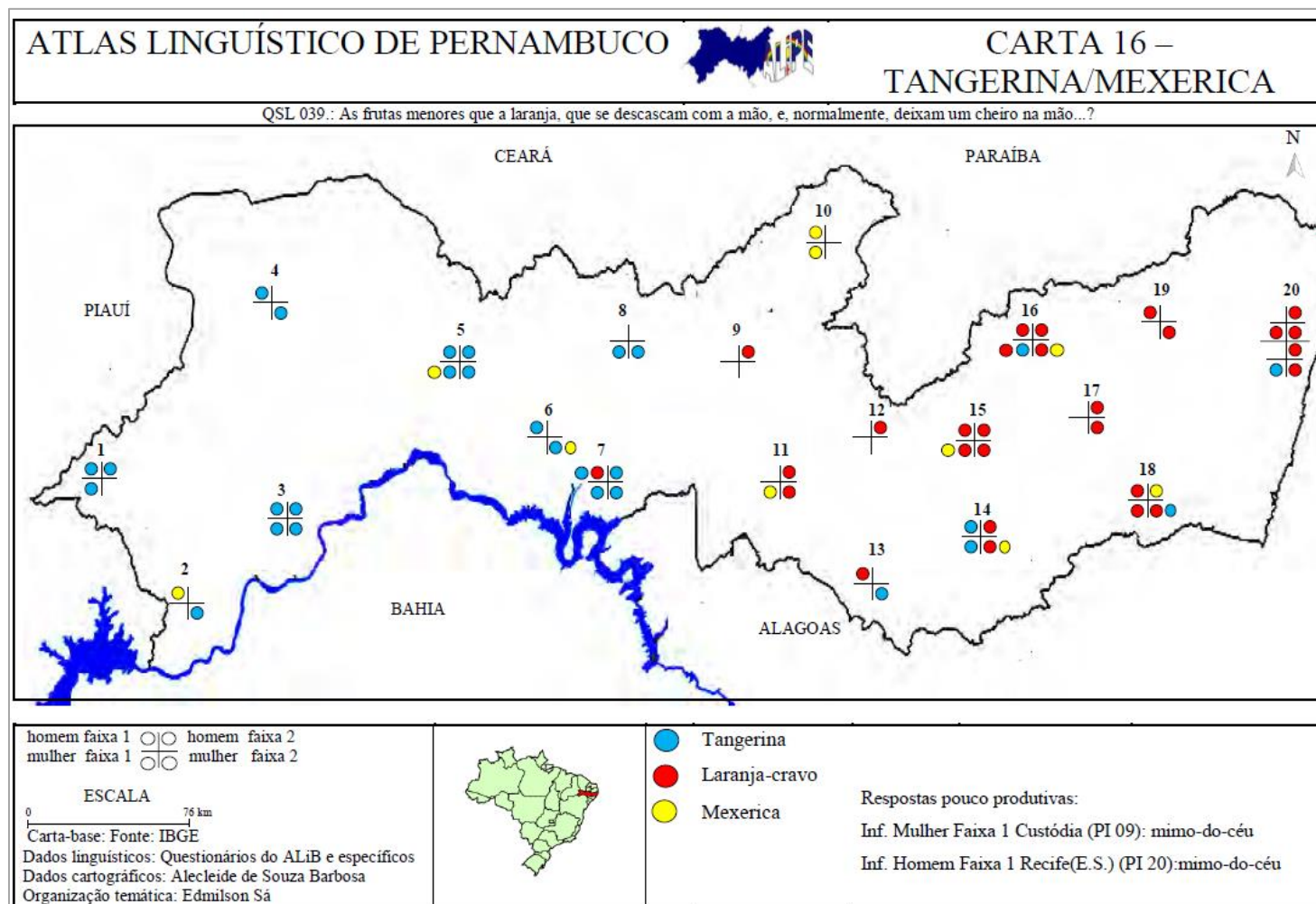
Carta 10 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* na Mata Sul de Pernambuco



Fonte: Almeida, 2009, p. 81.

ANEXO B3

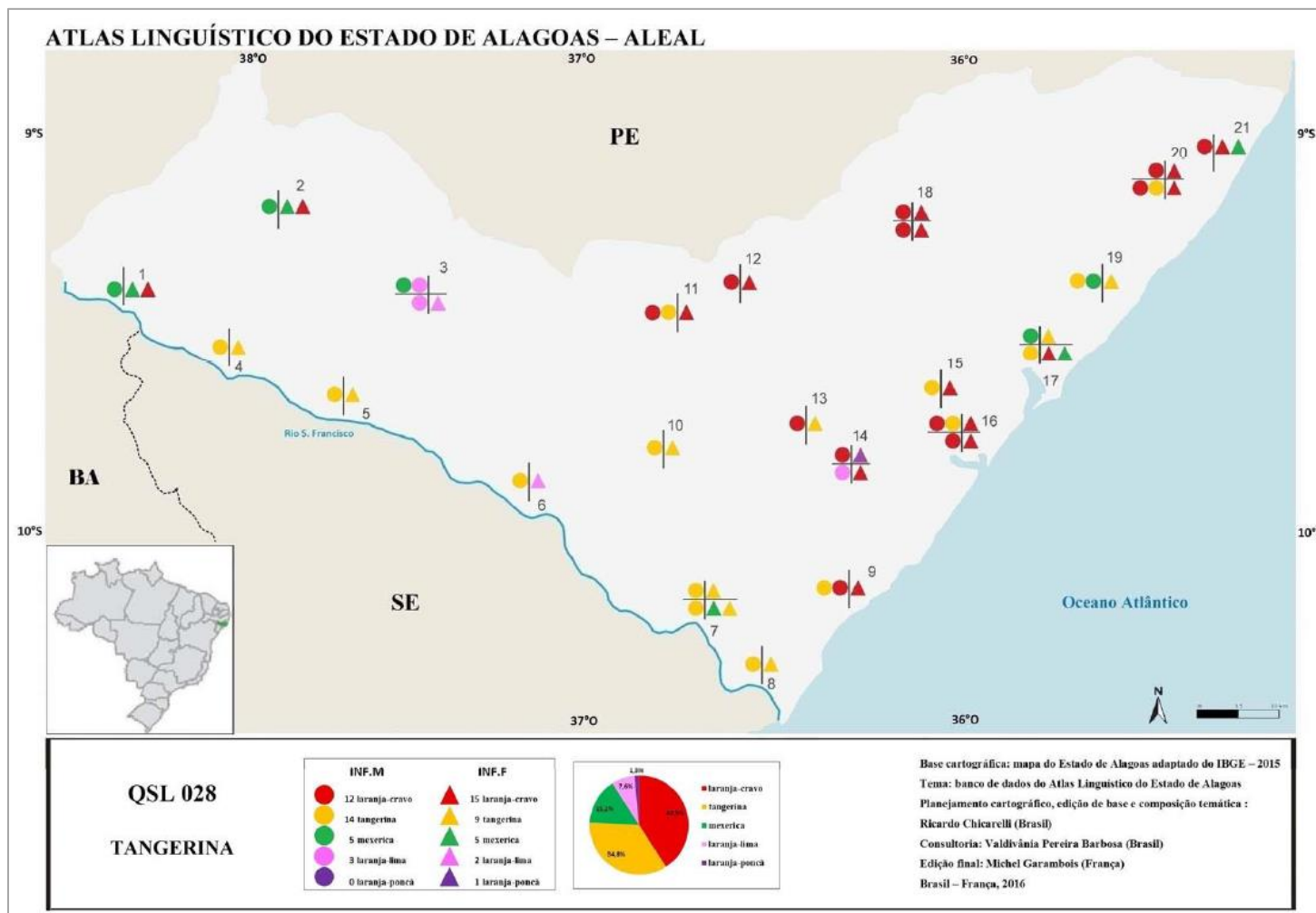
Carta 16 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* em Pernambuco



Fonte: Sá, 2013, p. 284 .

ANEXO B4

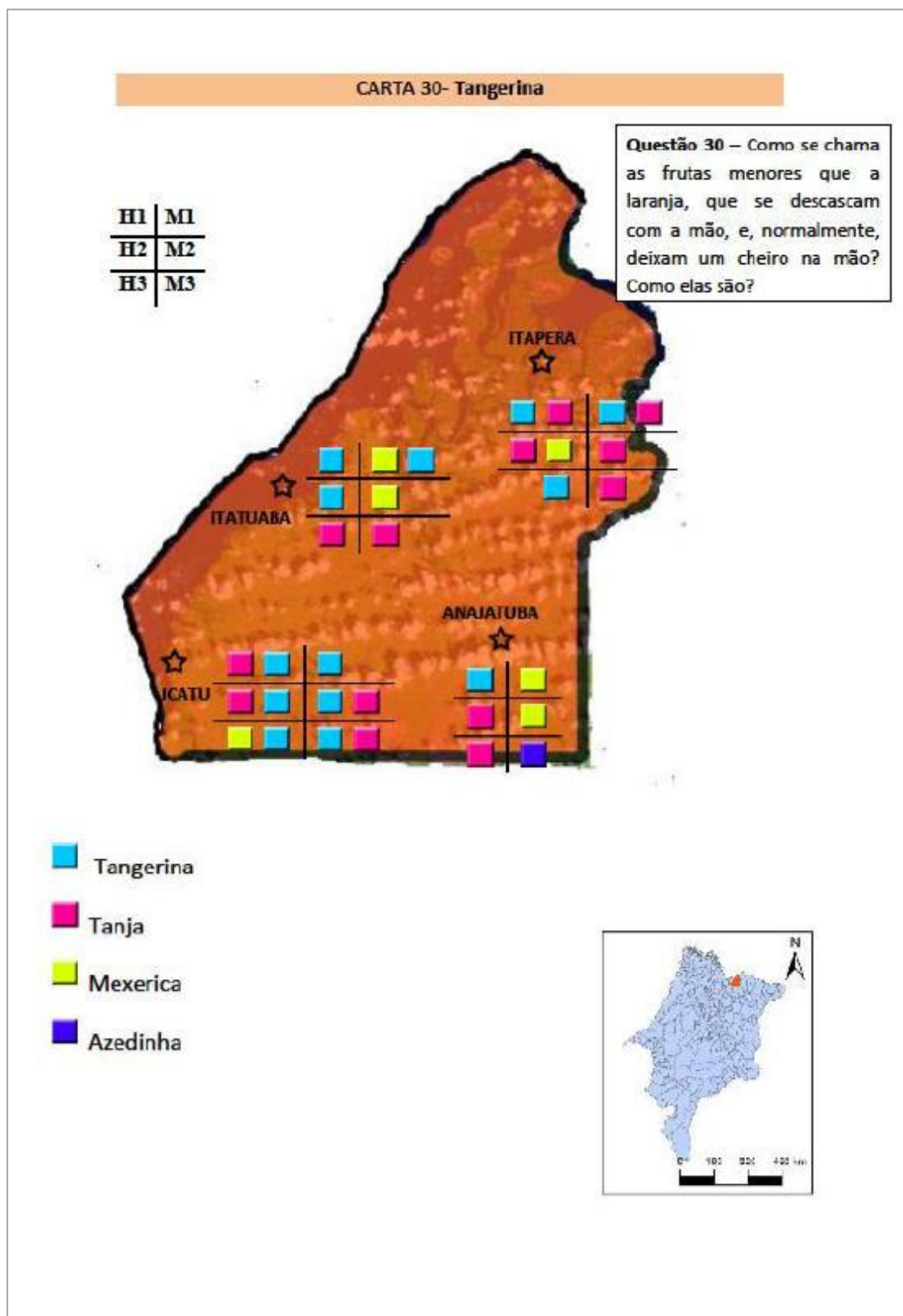
Carta 53 do ALEAL, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* em Alagoas



Fonte: Doiron, 2017, vol. 2, p. 143.

ANEXO B5

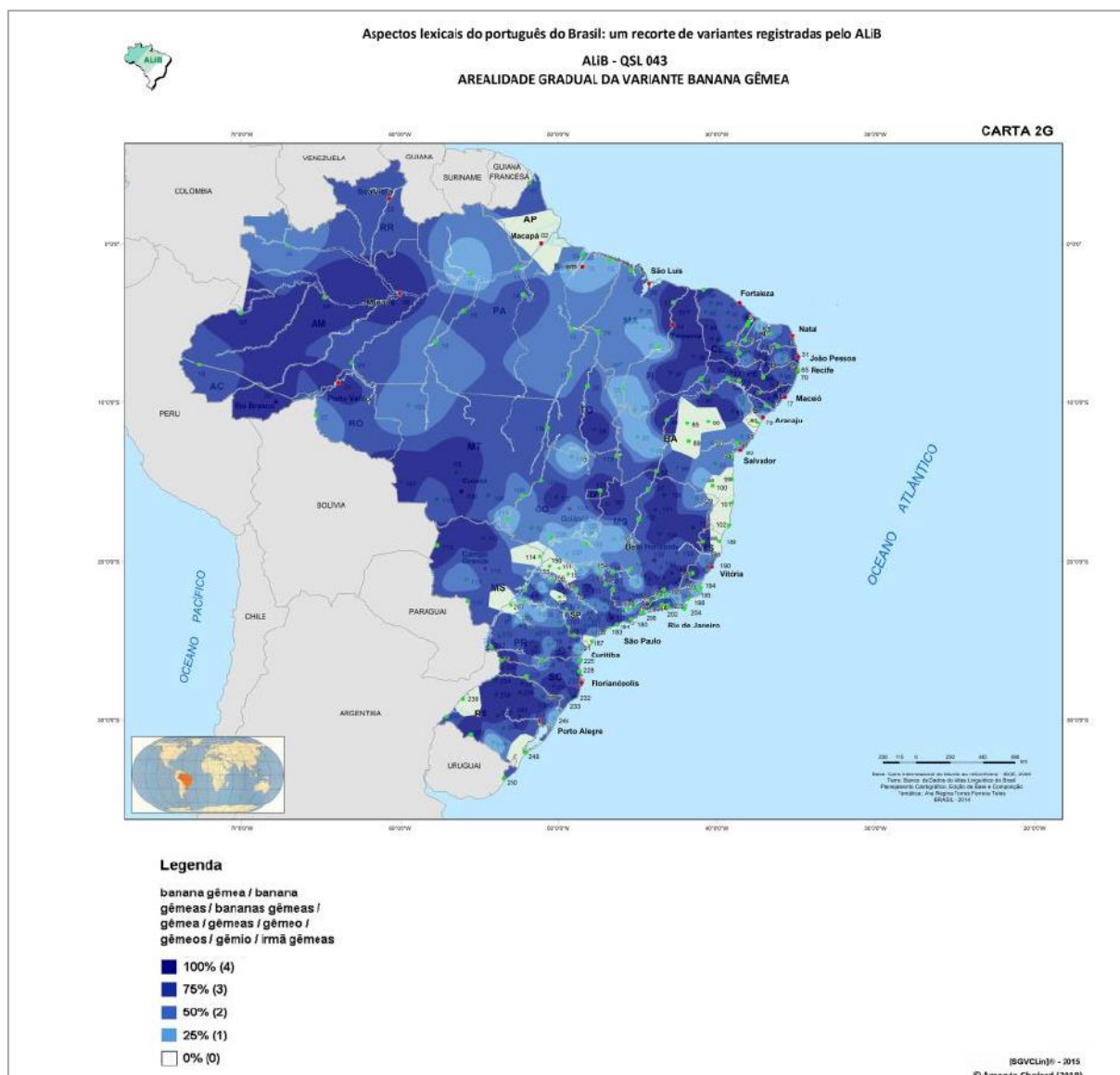
Carta 30 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para *tangerina* em Icatu (MA)



Fonte: Mendonça, 2017, p. 65.

ANEXO C1

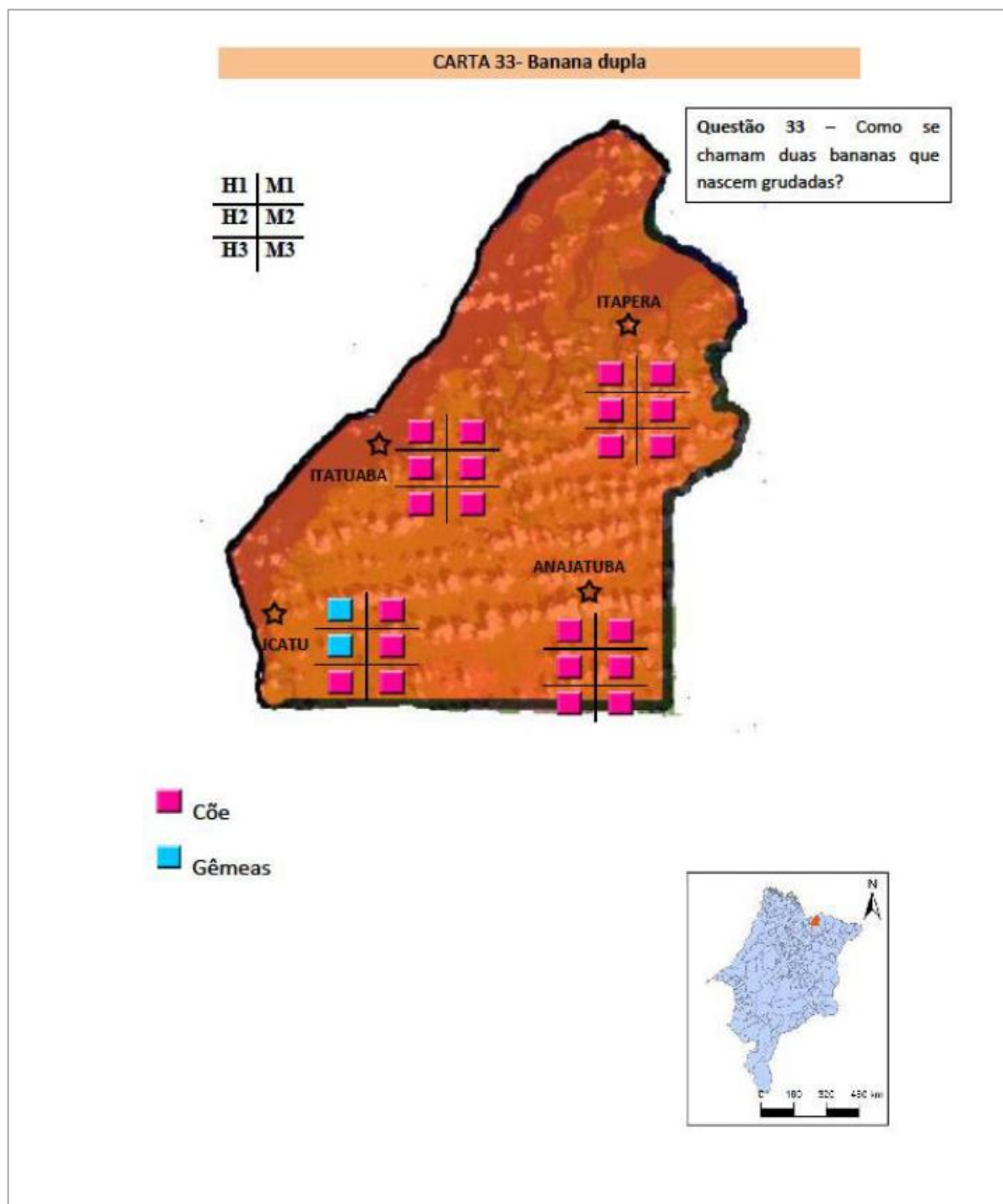
Apêndice Q, “Carta 2G - ALiB QSL 043: Arealidade gradual da variante *banana gêmea*, da dissertação de Chofard (2019)



FONTE: Chofard, 2019, p. 201.

ANEXO C2

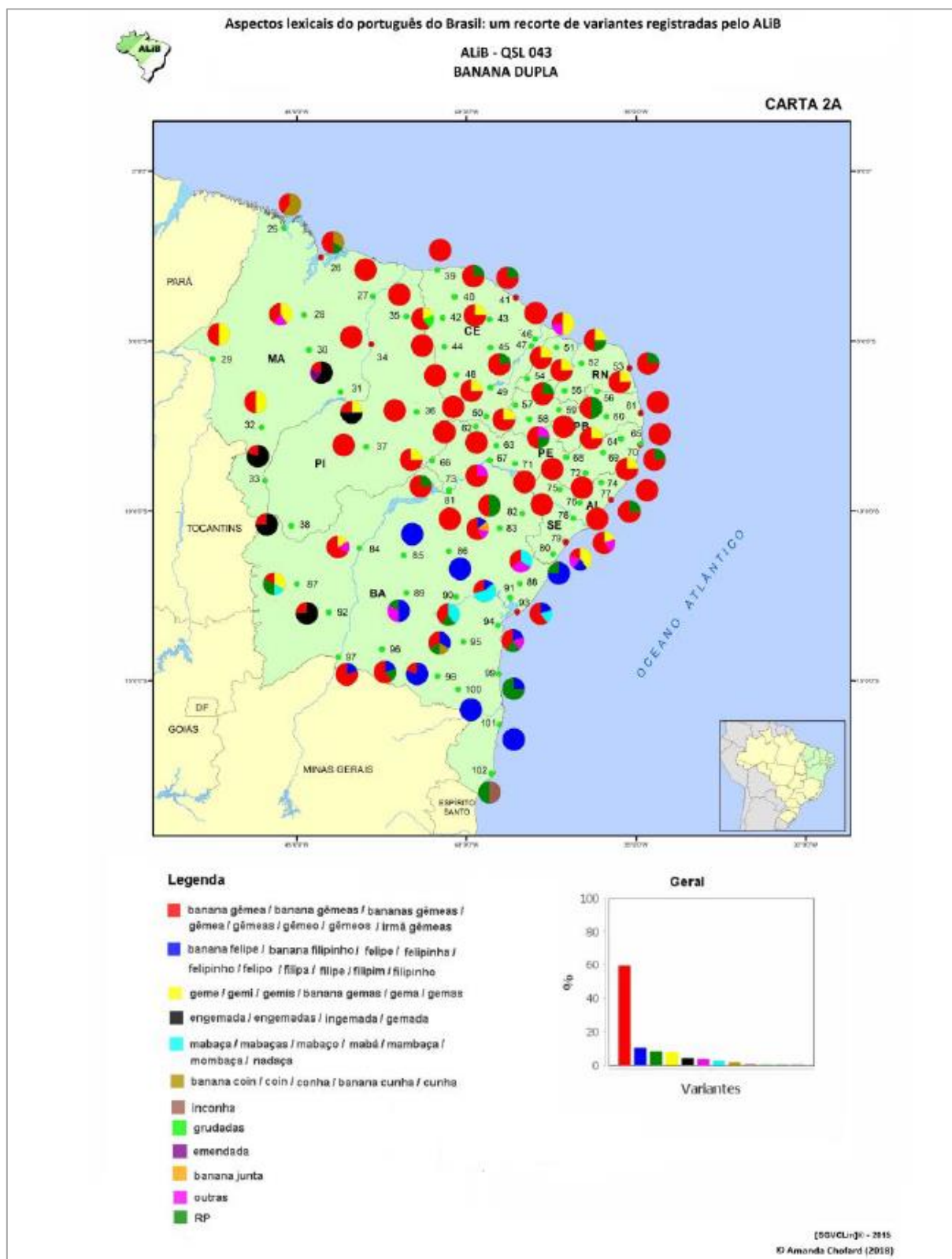
Carta 33 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para *banana dupla* em Icatu (MA)



FONTE: Mendonça, 2017, p. 166.

ANEXO C3

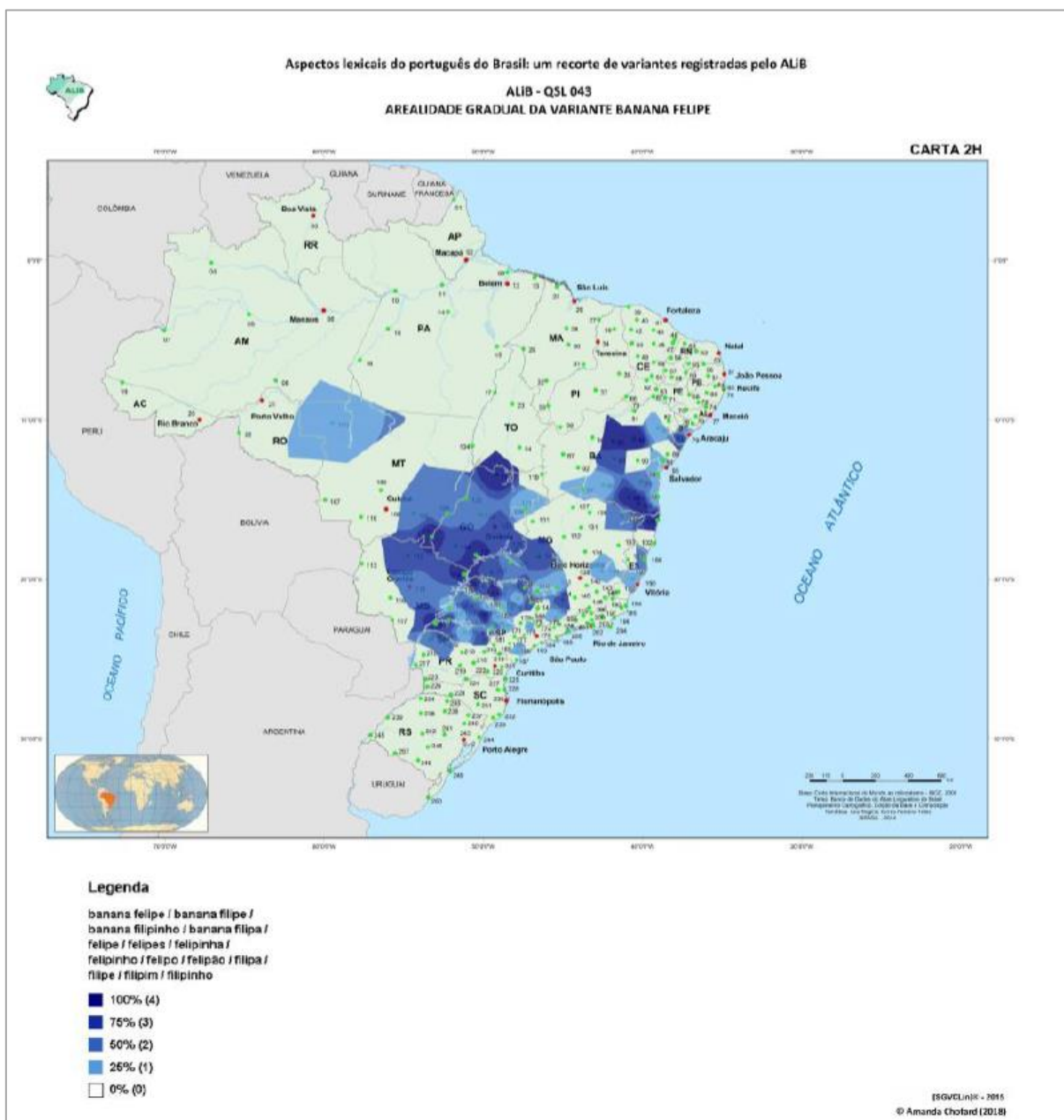
Apêndice K da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2A - ALiB QSL 043:
Distribuição diatópica das variantes na Região Nordeste”



FONTE: Chofard, 2019, p. 201.

ANEXO C4

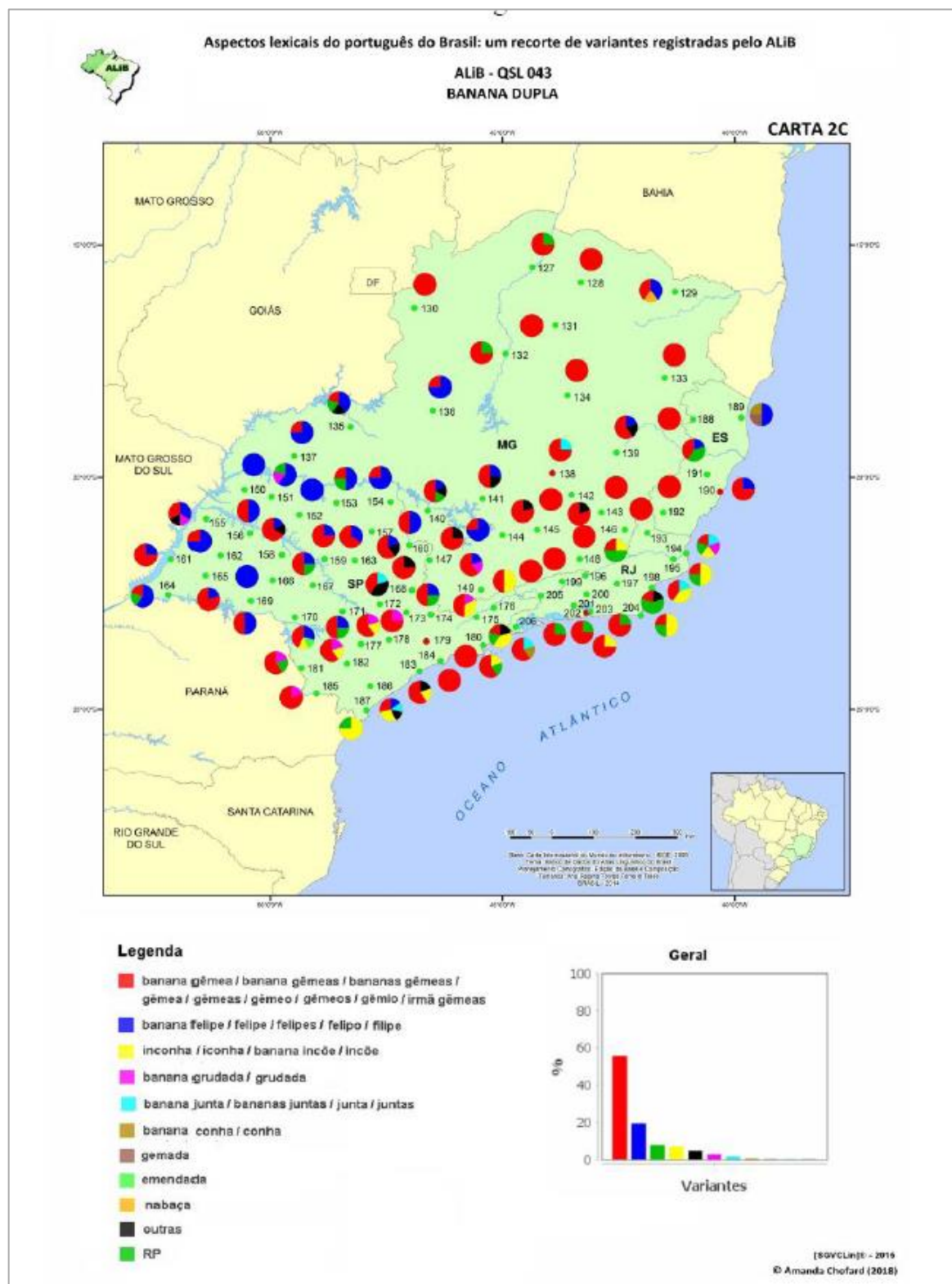
Apêndice R da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2H - ALiB QSL 043:
Arealidade gradual da variante banana felipe”



FONTE: Chofard, 2019, p. 202.

ANEXO C5

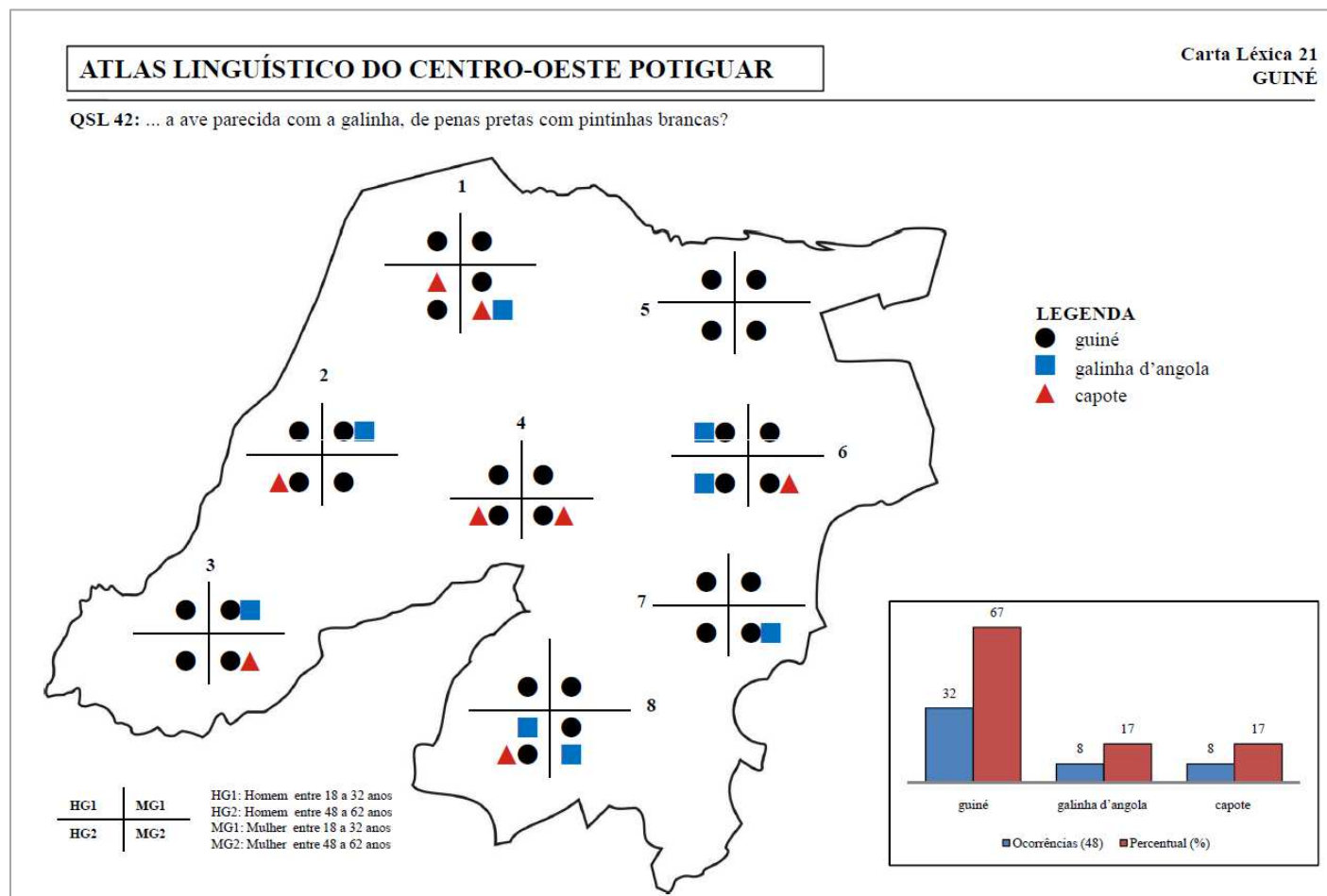
Apêndice M da dissertação de Chofard (2019) - “Carta 2C - ALiB QSL 043:
Distribuição diatópica das variantes na Região Sudeste”



FONTE: Chofard, 2019, p. 19.

ANEXO D1

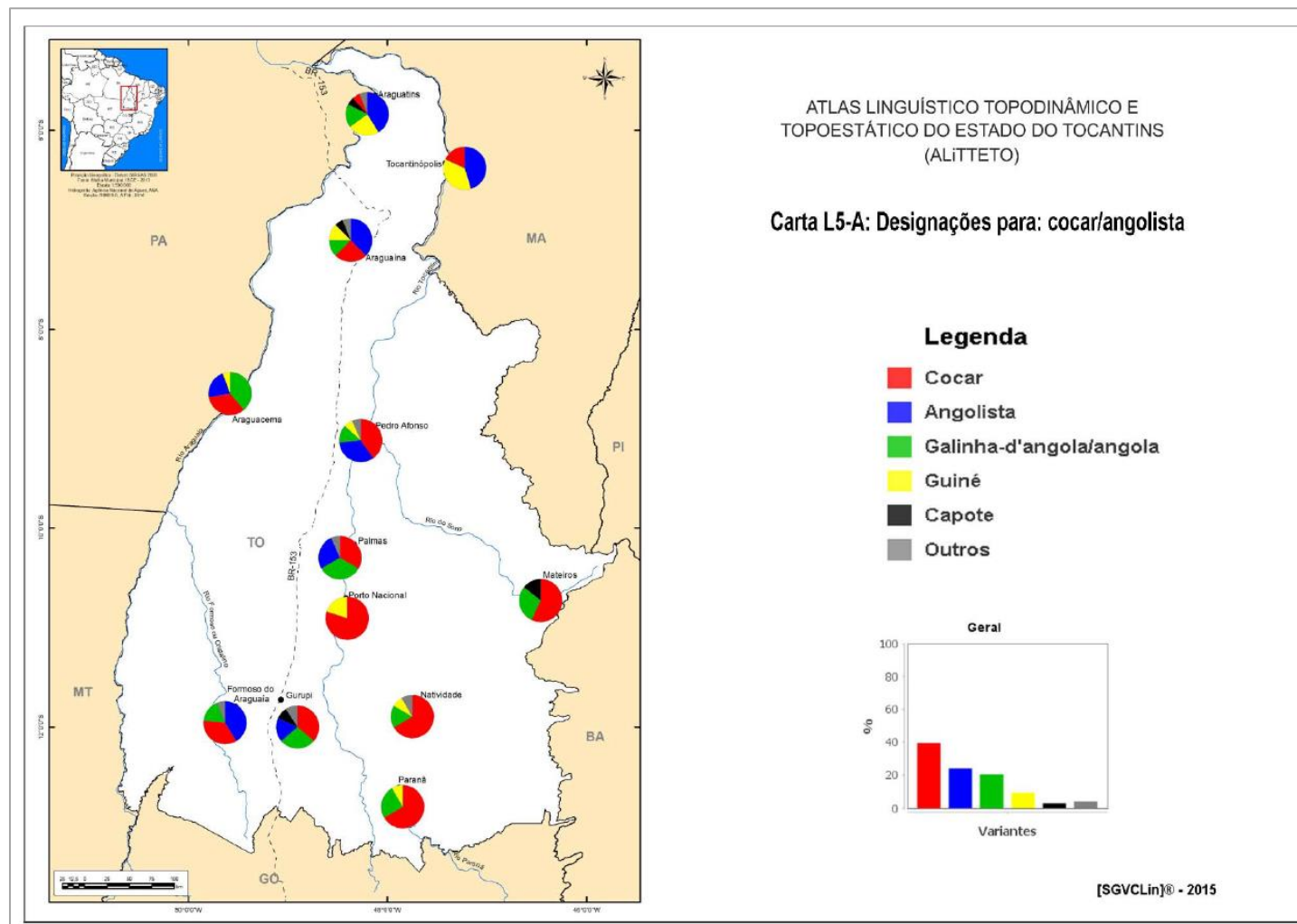
Carta léxica 21 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para *galinha d'angola*, no Centro-Oeste do Rio Grande do Norte



Fonte: Silva, 2012, p. 228.

ANEXO D2

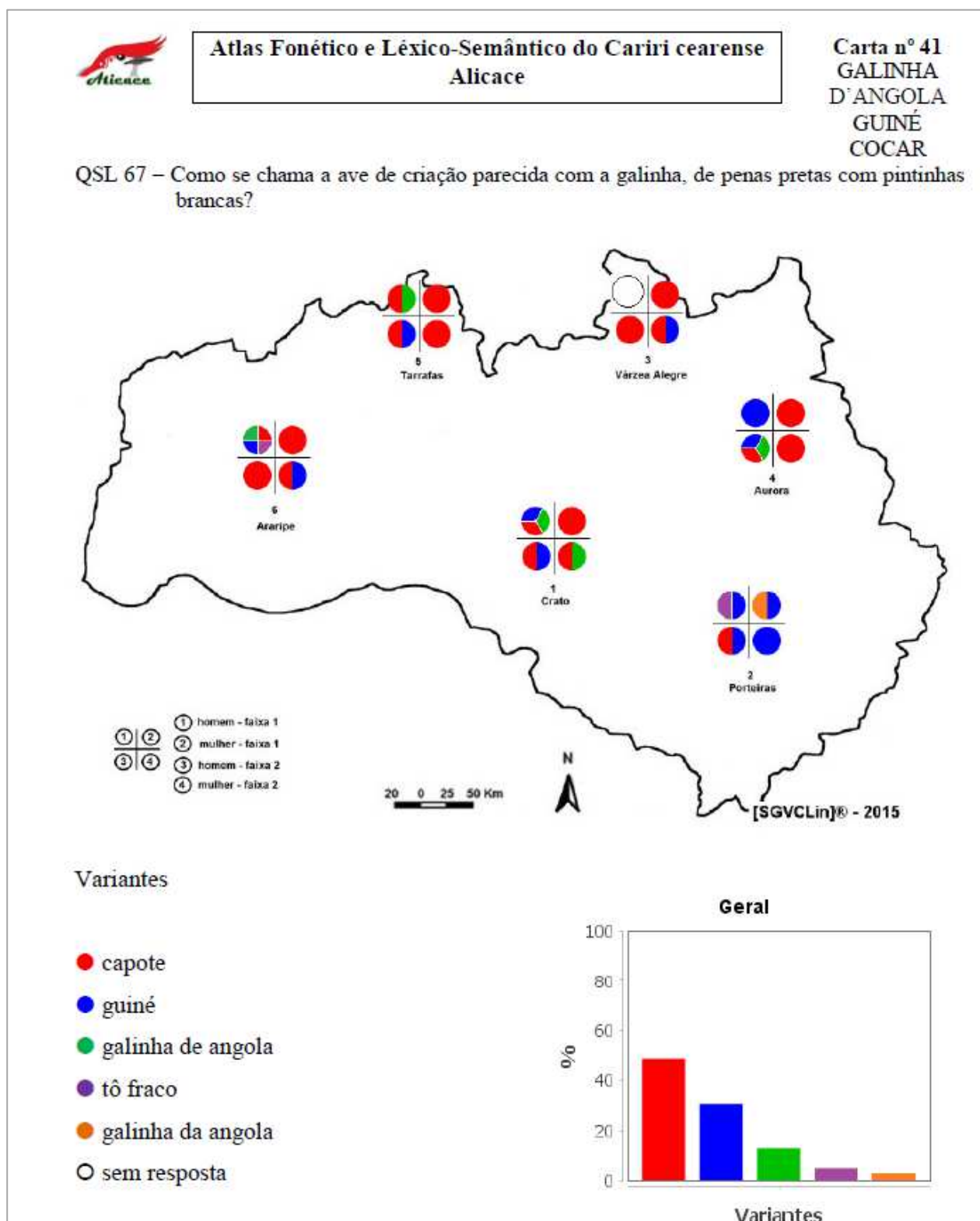
Carta L5-A do ALITTETO, referente à distribuição diatópica das denominações para *galinha d'angola* no Tocantins



FONTE: Silva, 2018, p.357.

ANEXO D3

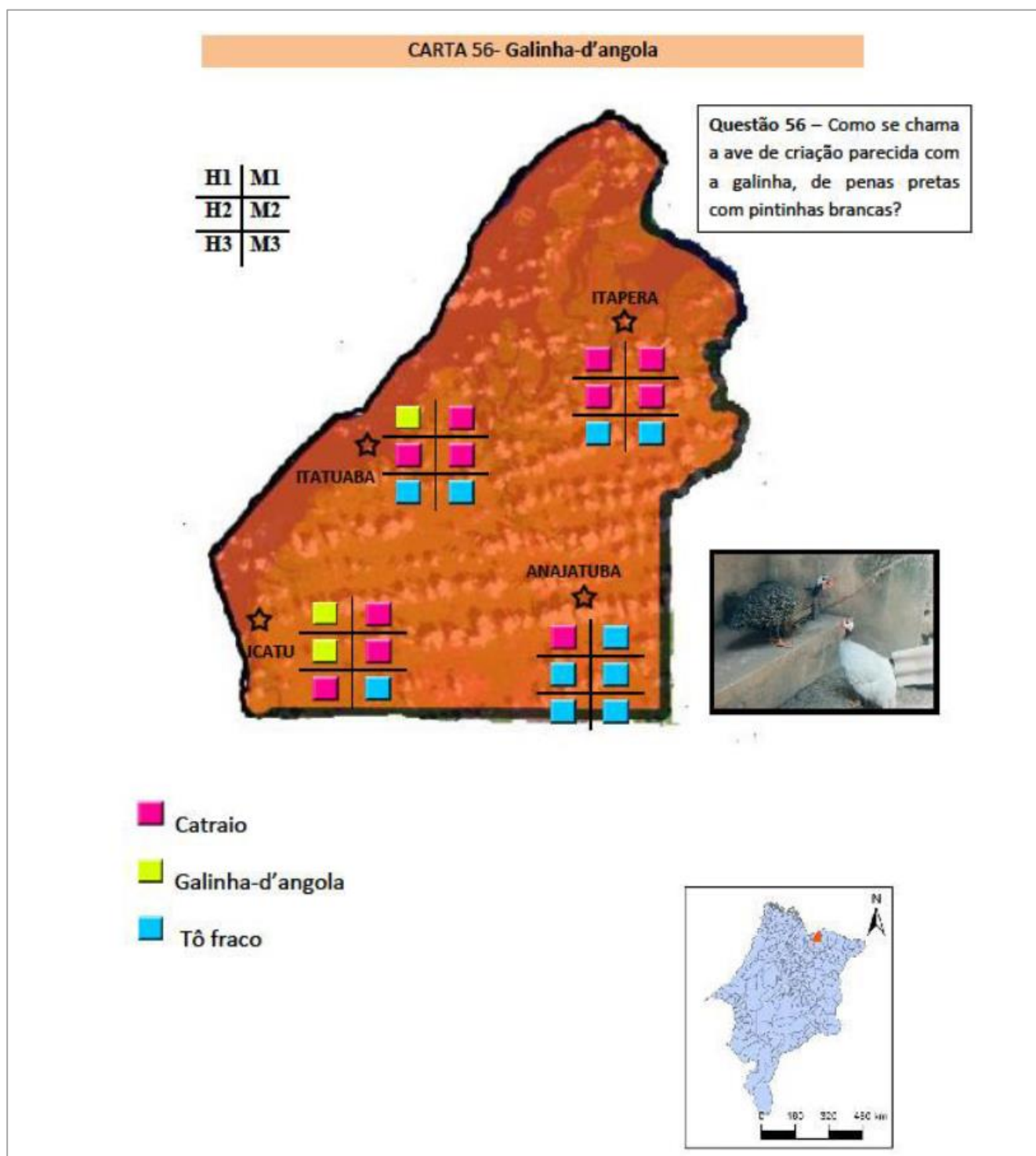
Carta 41 do Alicace, referente à distribuição diatópica das denominações para *galinha d'angola* no Cariri cearense



Fonte: Saraiva, 2019, p. 276.

ANEXO D4

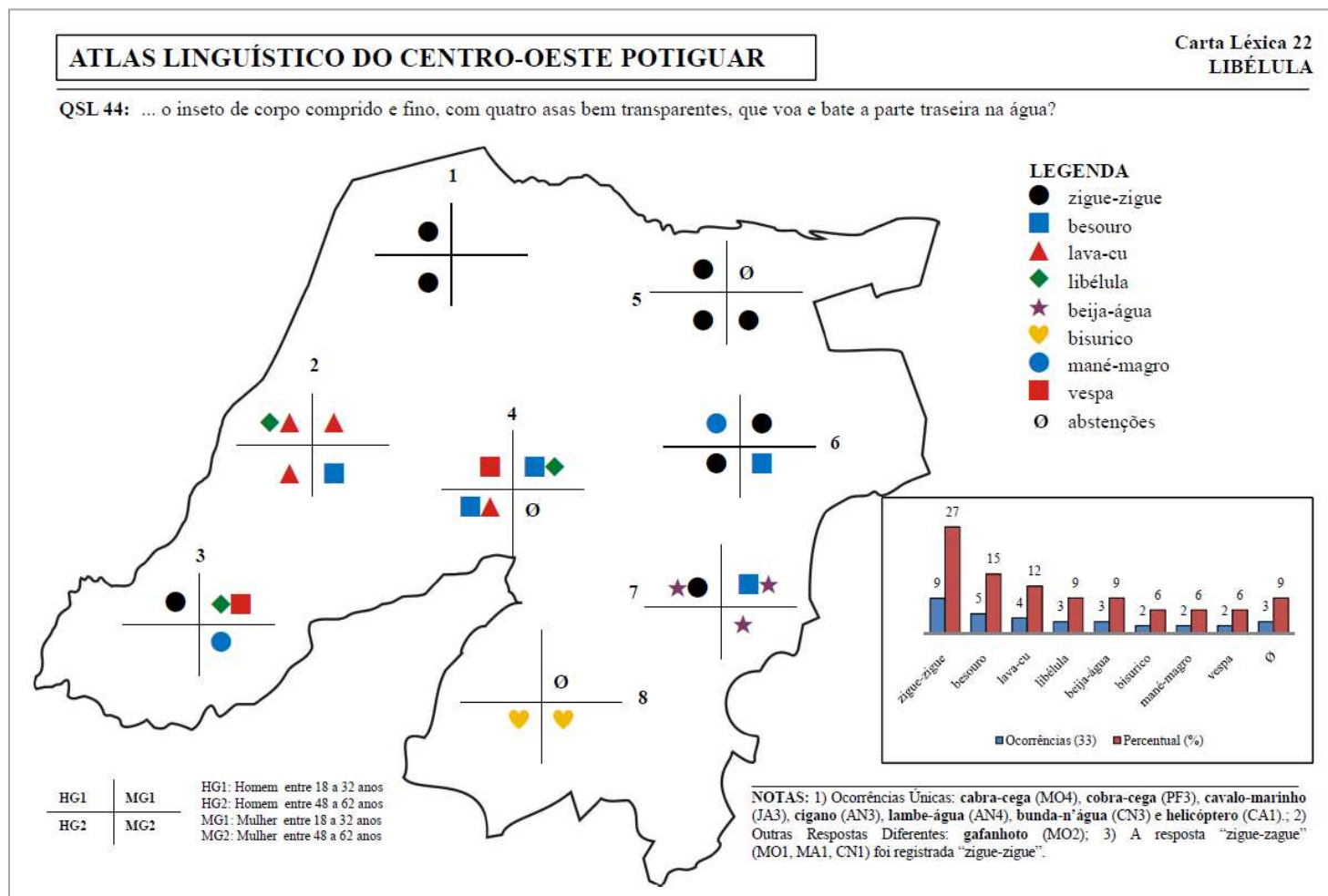
Carta 56 do ALInI, referente à distribuição diatópica das denominações para *galinha d'angola* em Icatu (MA)



FONTE: Mendonça, 2017, p. 75.

ANEXO E1

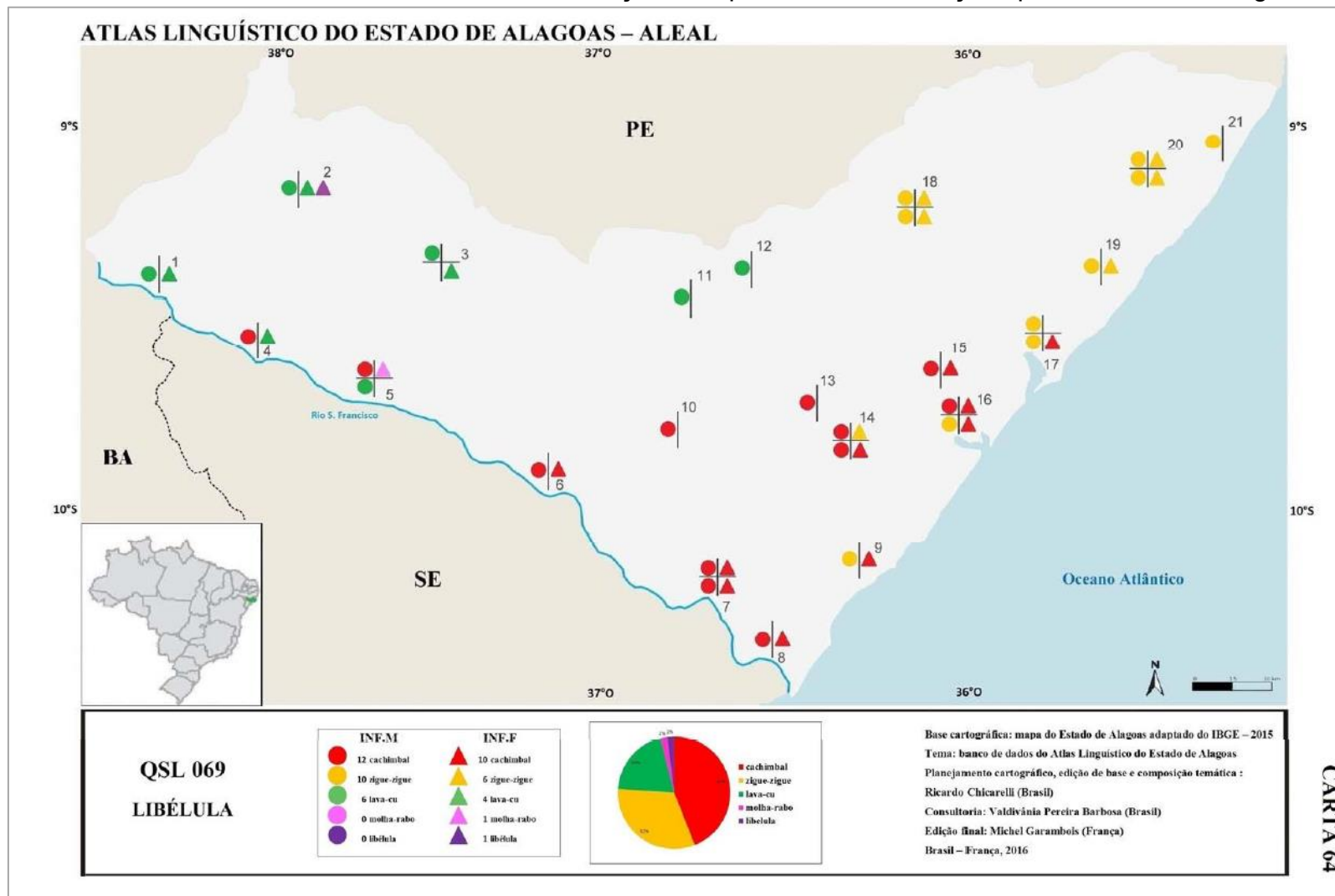
Carta Léxica 22 do Atlas Linguístico do Centro-Oeste Potiguar, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* no Centro-Oeste do Rio Grande do Norte



FONTE: Silva, 2012, p. 229.

ANEXO E2

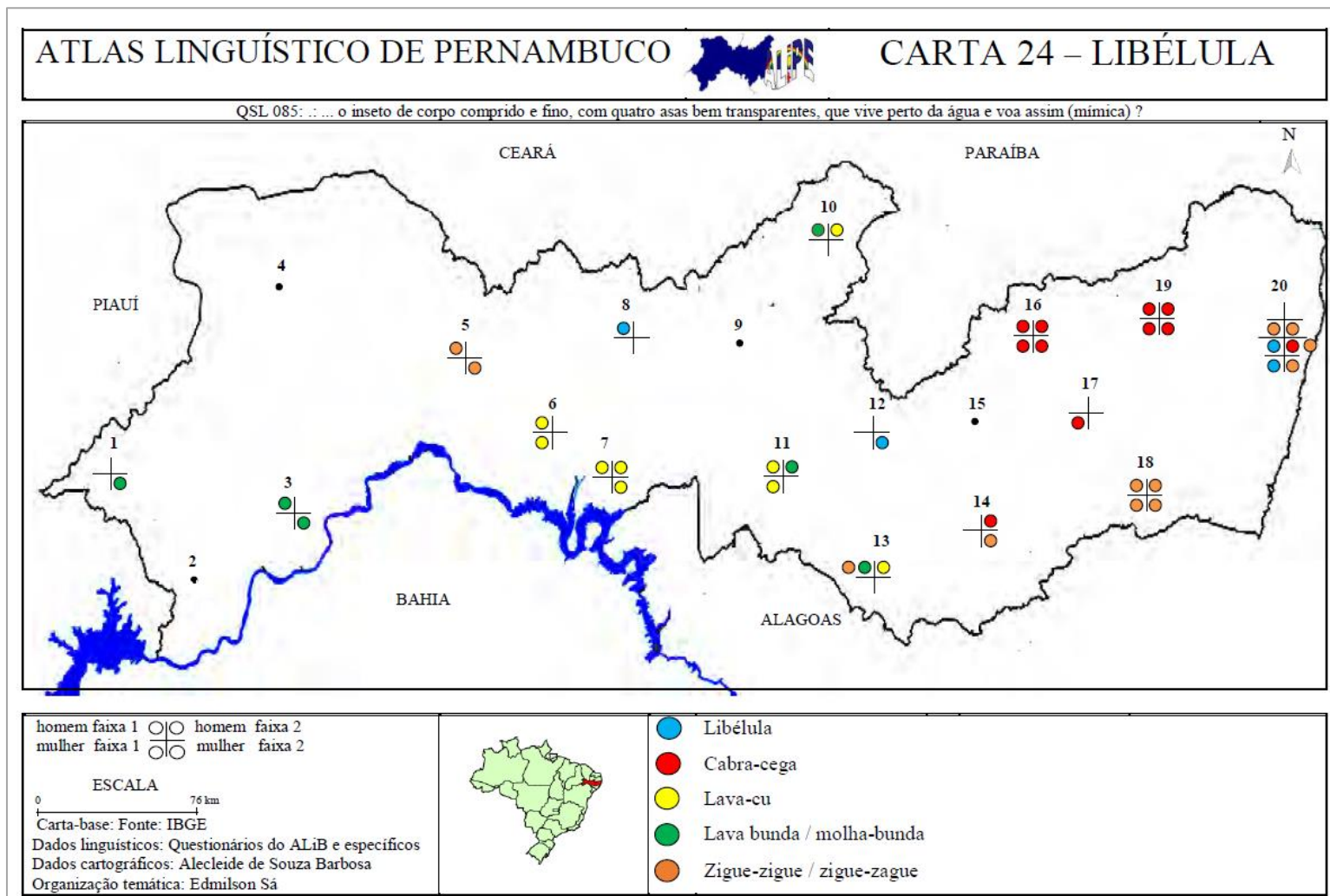
Carta Léxica 22 do ALEAL, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* em Alagoas



FONTE: Doiron, 2017, p. 376.

ANEXO E3

Carta 24 do ALiPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* em Pernambuco



FONTE: Sá, 2013, p. 299.

ANEXO E4

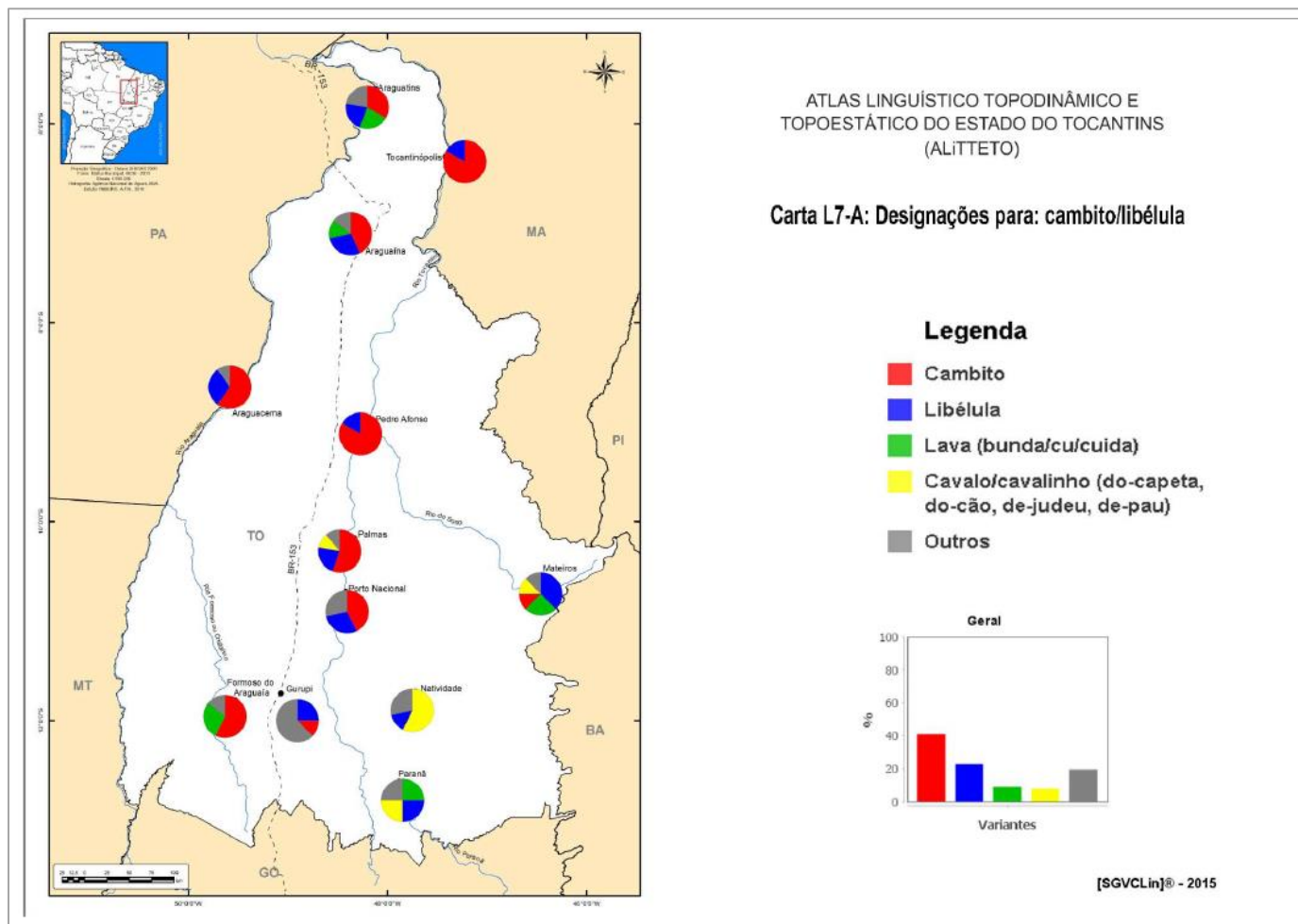
Carta 19 do ALMASPE, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* na Mata Sul de Pernambuco



FONTE: Almeida, 2009, p. 135.

ANEXO E5

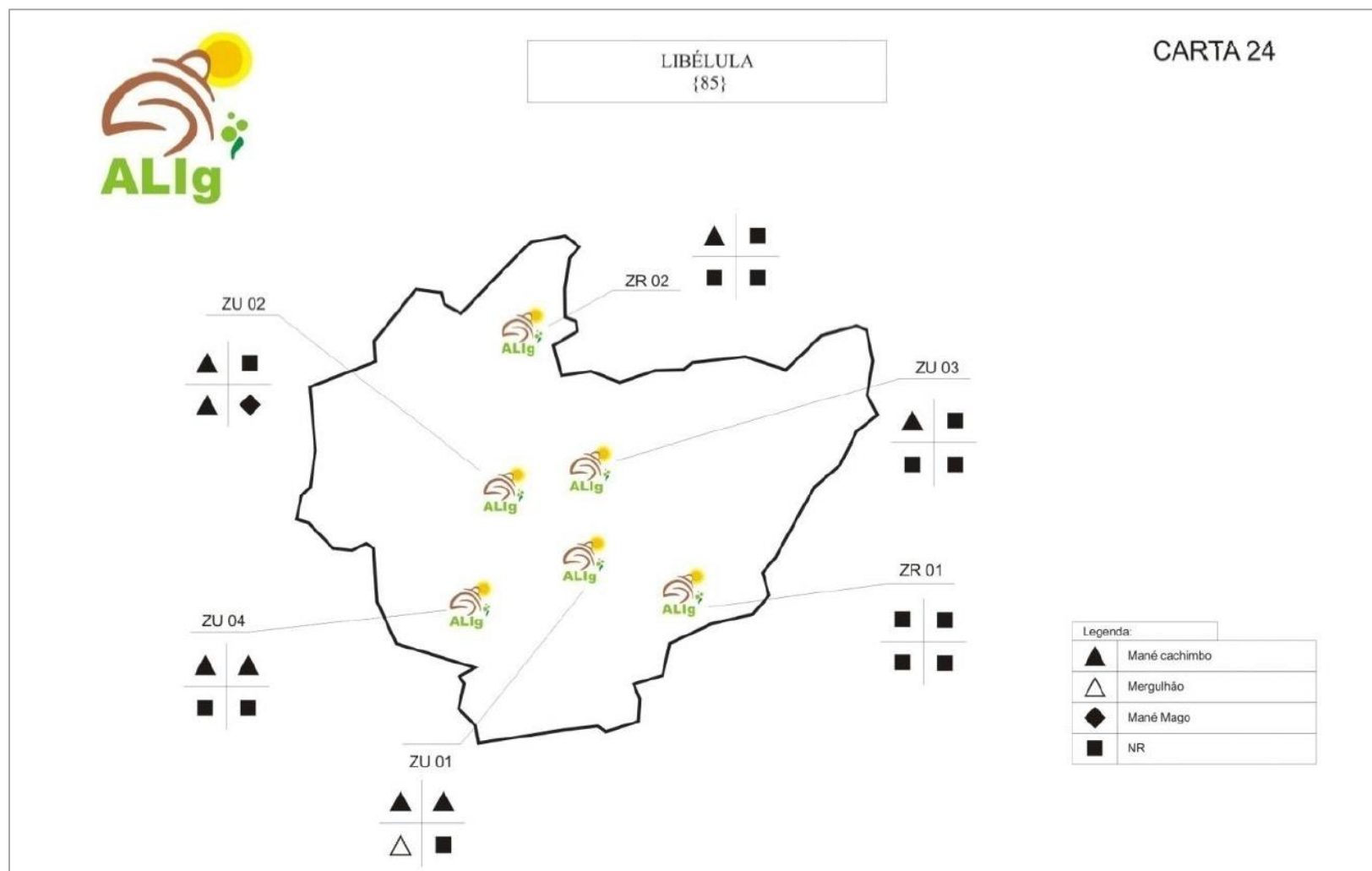
Carta L7-A do ALITTETO, referente à distribuição diatópica das denominações para *libélula* no Tocantins



FONTE: Silva, 2018, p. 363.

ANEXO E6

Carta 24 do ALig, referente à distribuição areal das variantes para libélula em Iguatu (CE)



Fonte: Lima, 2009, p. 97.

ANEXO F1

Carta linguística 1 para *bolinha de gude* (QSL 156) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)

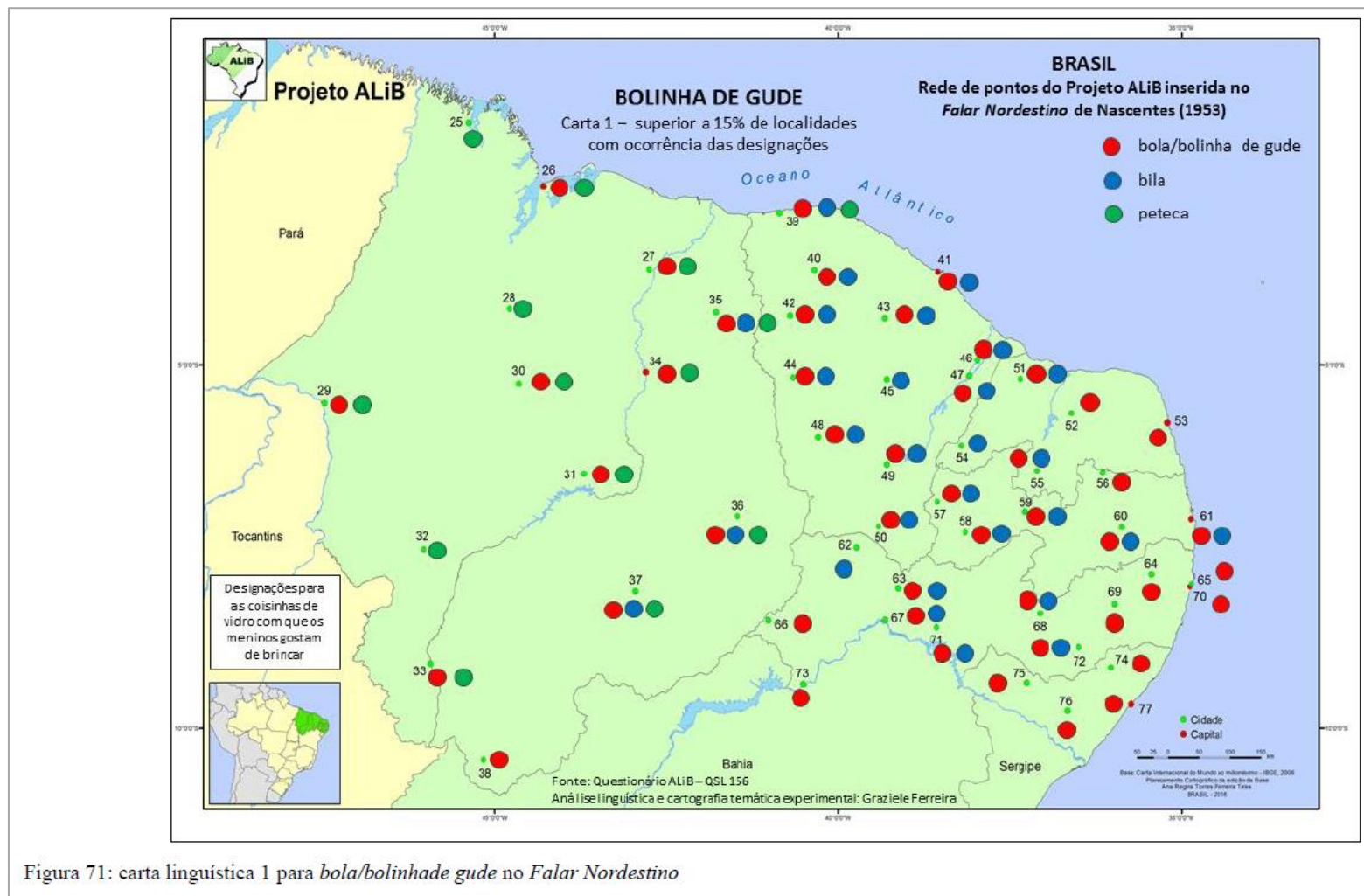
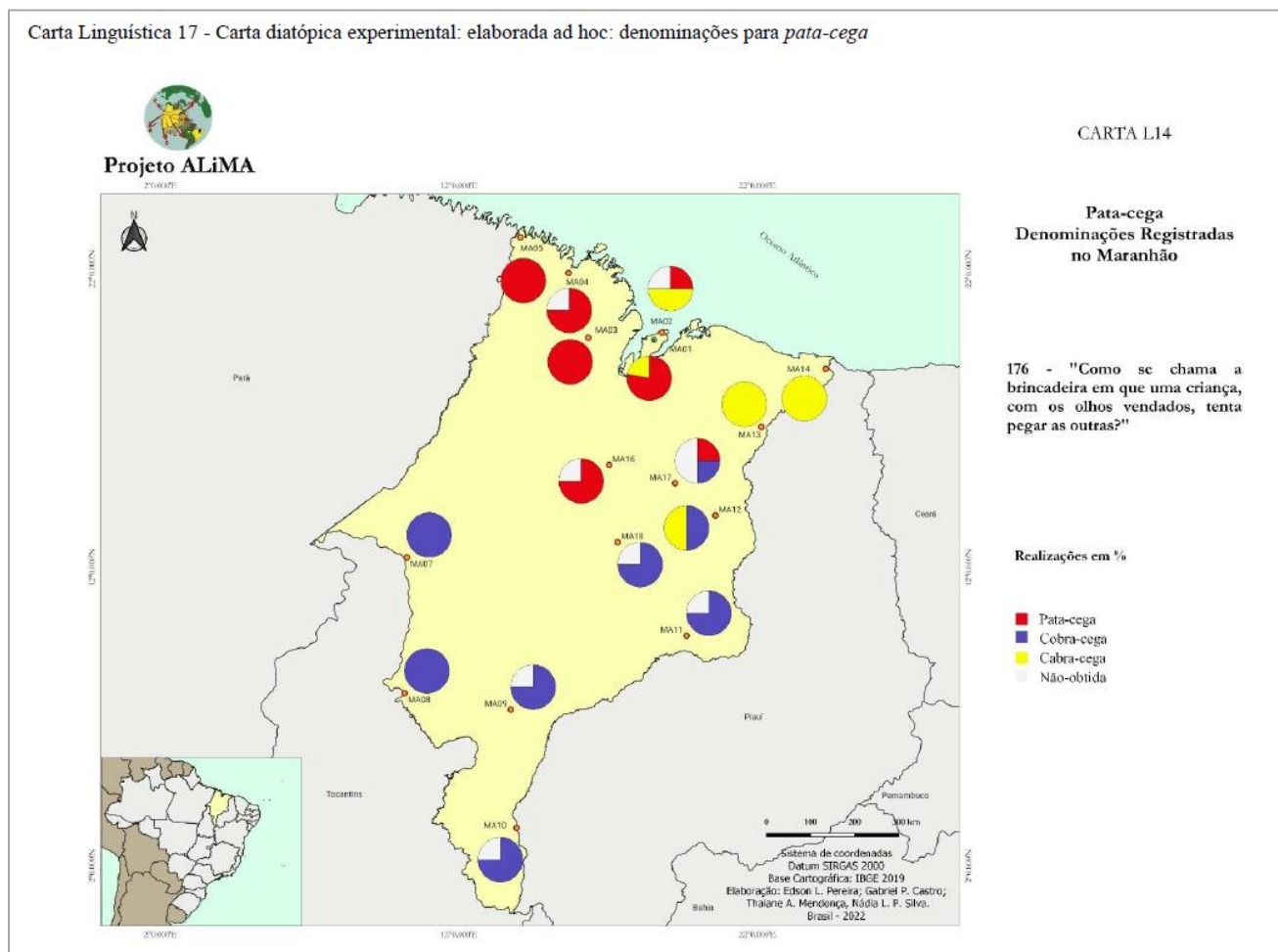


Figura 71: carta linguística 1 para *bola/bolinha de gude* no Falar Nordestino

Fonte: Santos, 2018, p.120.

ANEXO F2

Carta Linguística 17 – Carta diatópica experimental correspondente às denominações para *pata-cega* no Maranhão, com base em dados do ALiMA



Fonte: Castro, 2022, p. 191.

ANEXO F3

Carta linguística para *cambalhota* (QSL 155) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)

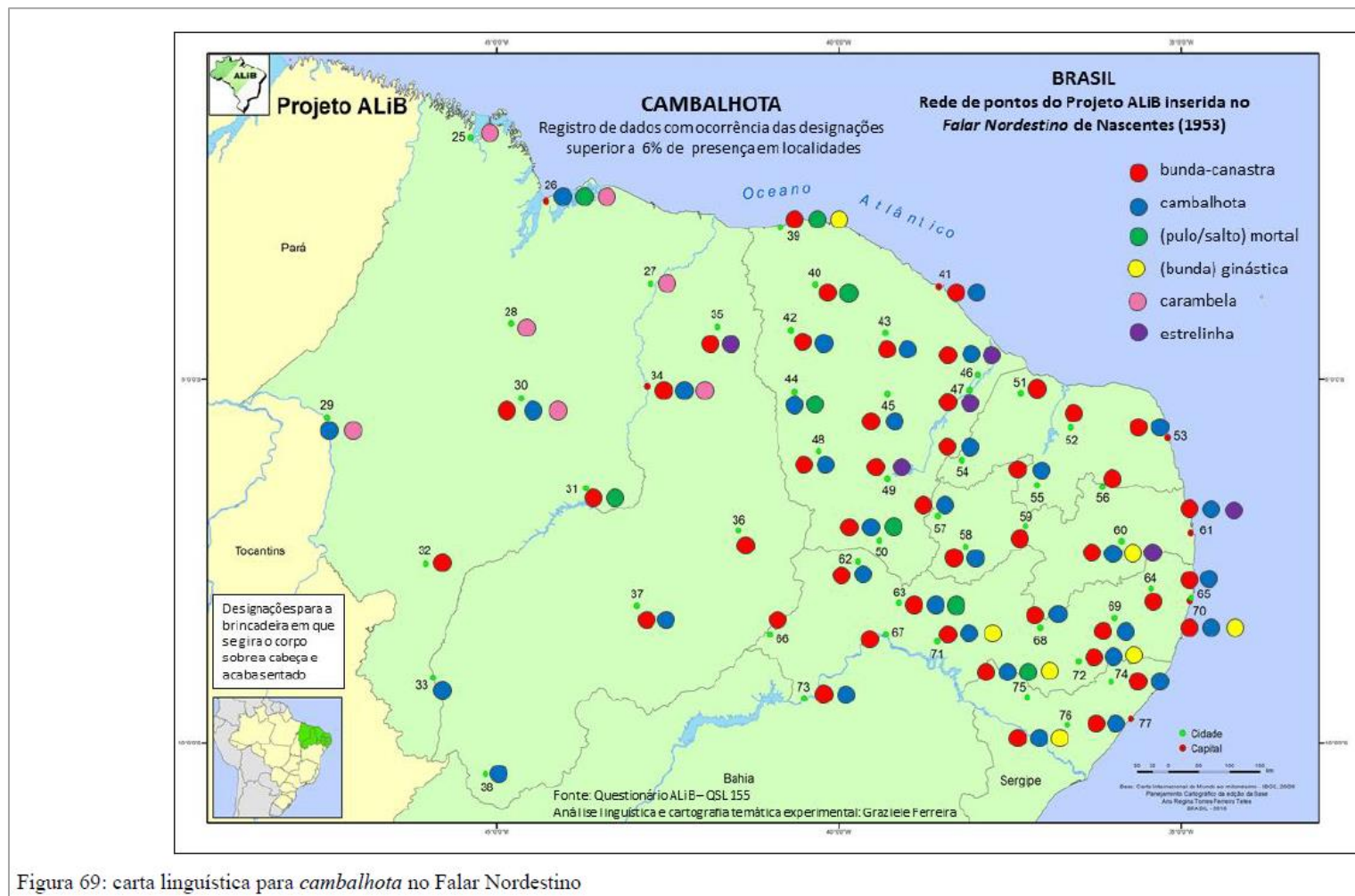
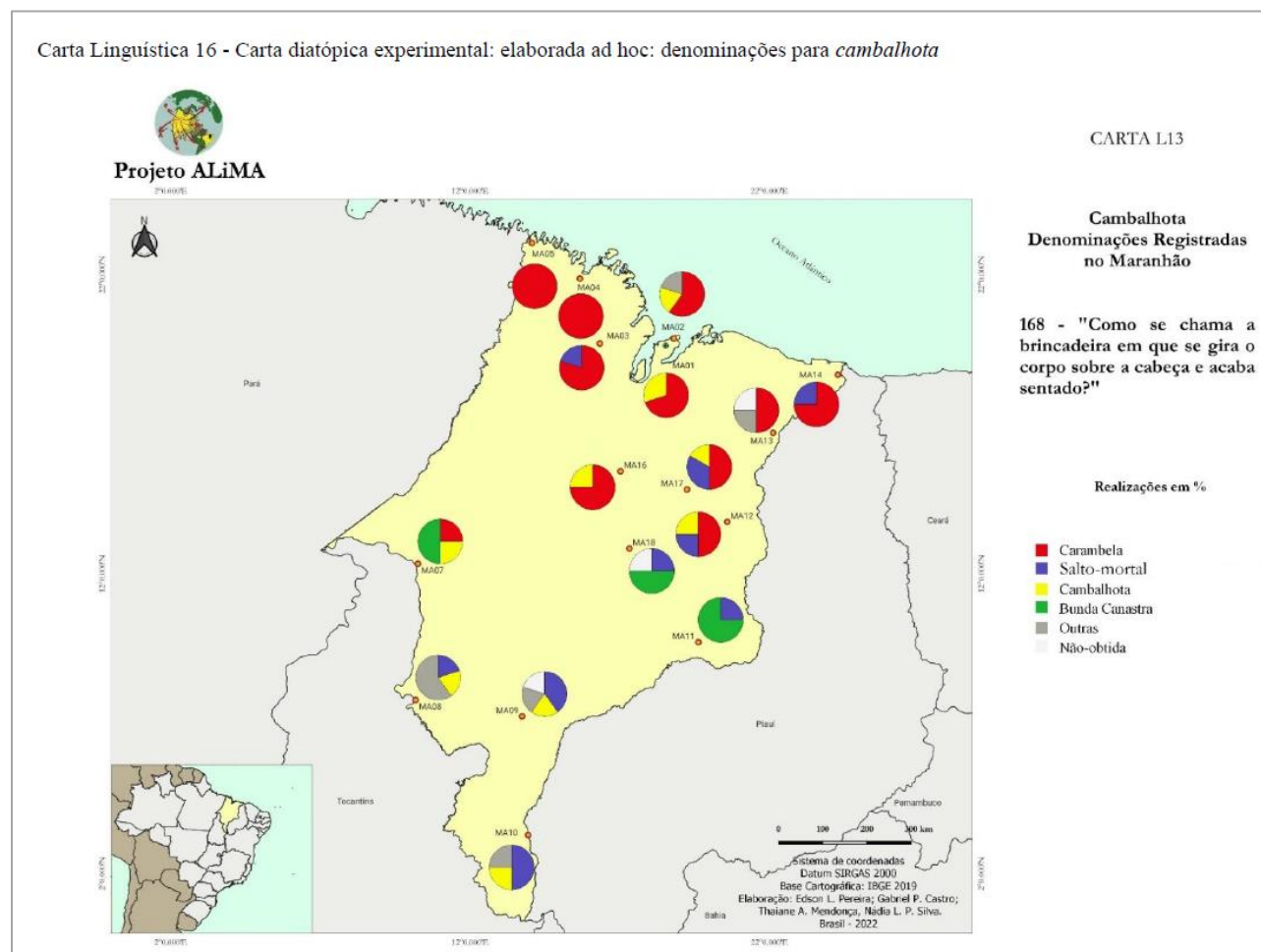


Figura 69: carta linguística para *cambalhota* no Falar Nordestino

Fonte: Santos, 2018, p. 110.

ANEXO F4

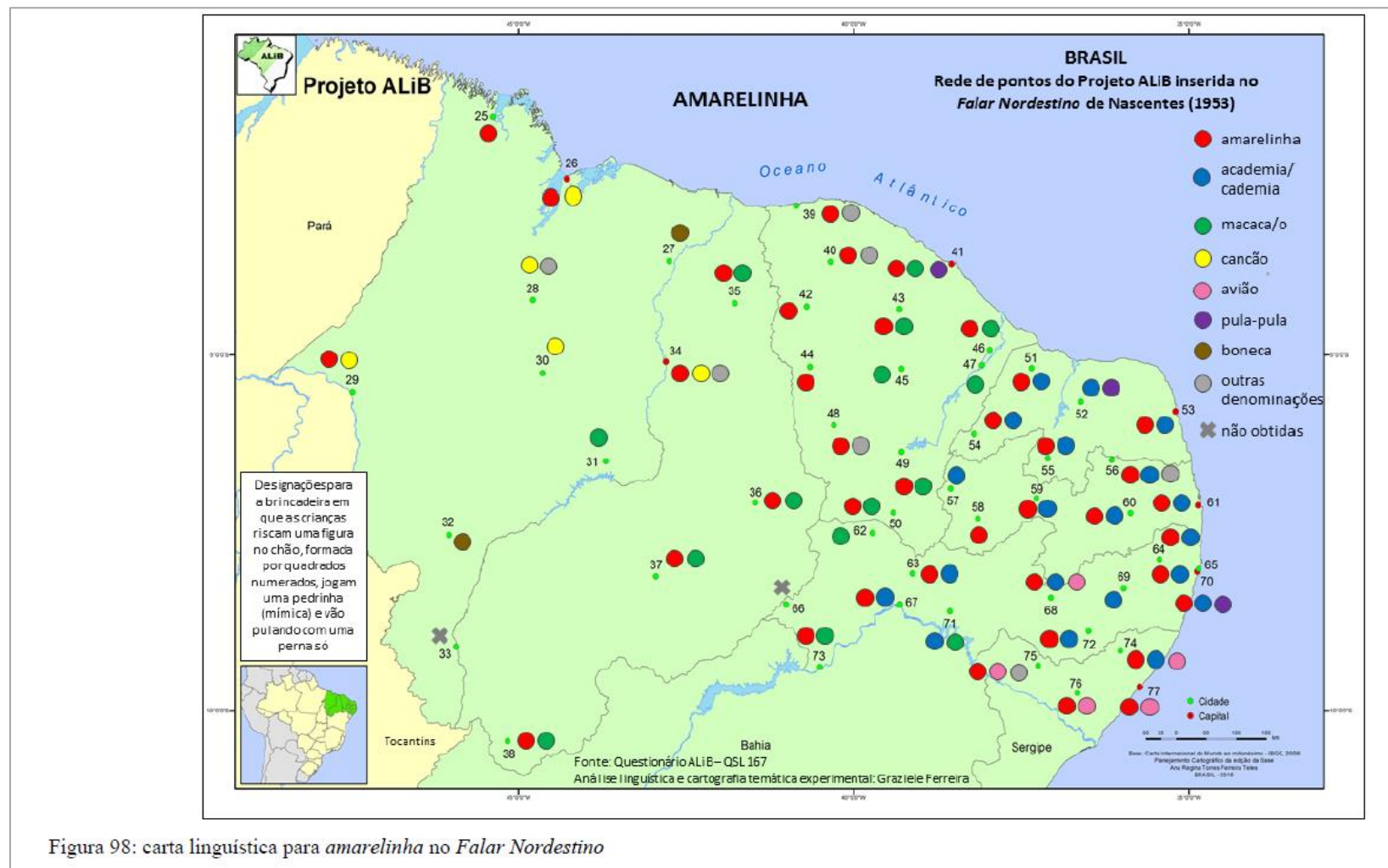
Carta Linguística 16 – Carta diatópica experimental correspondente às denominações para *cambalhota* no Maranhão, com base em dados do ALiMA



Fonte: Castro, 2022, p. 187.

ANEXO F5

Carta linguística para *amarelinha* (QSL 167) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)



Fonte: Santos, 2018, p. 197.

ANEXO F6

Carta linguística 1 para *estilingue* (QSL 157) no Falar Nordestino, segundo dados do ALiB, analisados por Santos (2018)

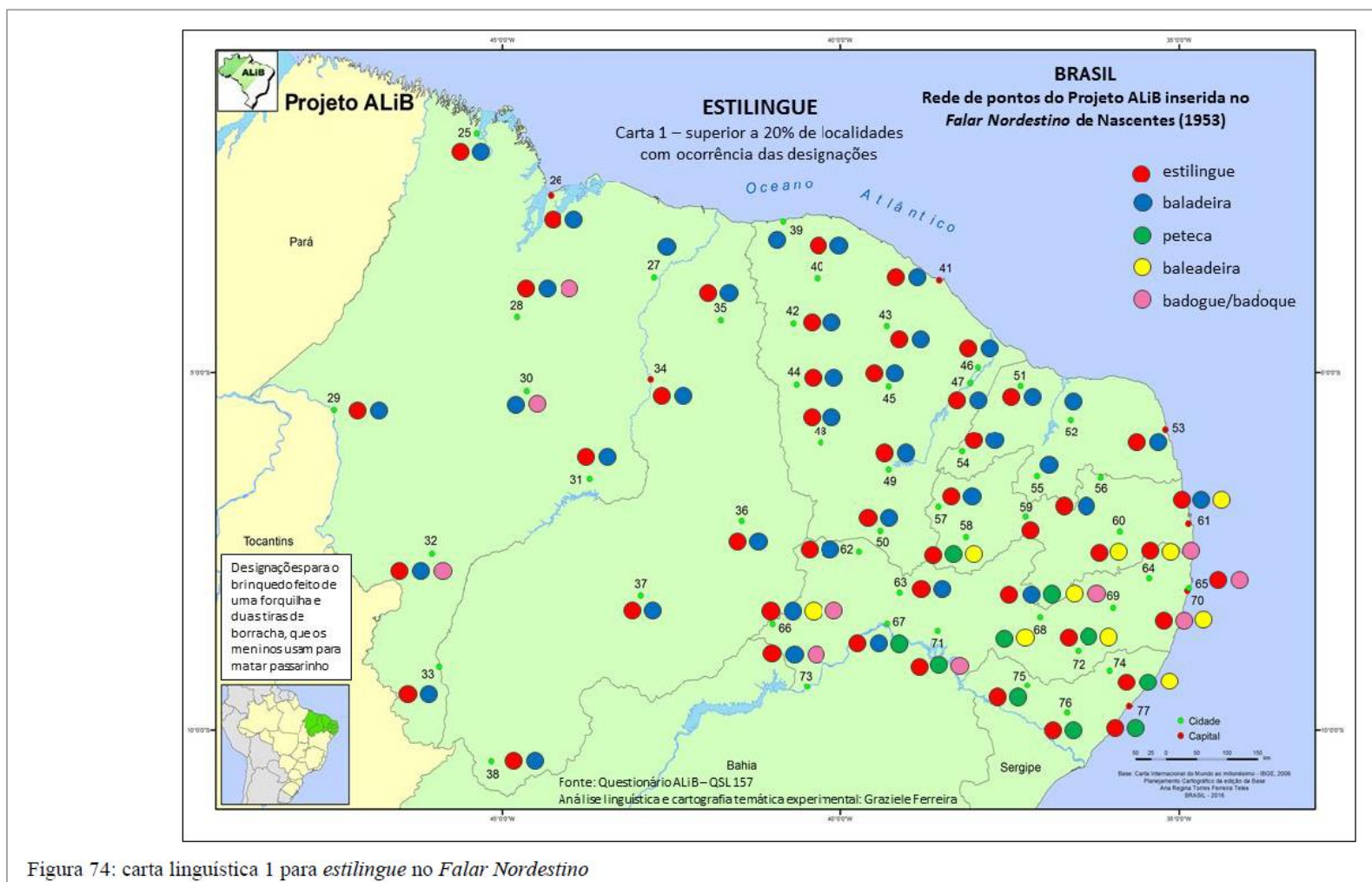


Figura 74: carta linguística 1 para *estilingue* no Falar Nordestino

Fonte: Santos, 2018, p. 127.